

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

AGROCAMPUS-OUEST  
ÉCOLE NATIONALE SUPÉRIEURE AGRONOMIQUE

**RECURSOS HÍDRICOS – PROBLEMAS COLETIVOS,  
INTERESSES CONTRADITÓRIOS E GESTÃO POLÍTICA  
NO VALE DO ITABAPOANA (sudeste brasileiro).**

**ANTENORA MARIA DA MATA SIQUEIRA**

CAMPINAS/Br – RENNES/Fr  
JUNHO DE 2009

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE -  
UNICAMP

Si75r

Siqueira, Antenora Maria da Mata  
Recursos hídricos - problemas coletivos, interesses  
contraditórios e gestão política no Vale do Itabapoana  
(sudeste brasileiro). / Antenora Maria da Mata Siqueira. -  
-Campinas, SP: [s.n.], 2009.

Orientadores: Sônia Maria Pessoa Pereira  
Bergamasco, Delma Pessanha Neves.  
Tese de Doutorado - Universidade Estadual de  
Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Espaços públicos. 2. Gestão ambiental. 3.  
Participação social. 4. Política ambiental. 5.  
Abastecimento de água. I. Bergamasco, Sônia Maria  
Pessoa Pereira. II. Neves, Delma Pessanha. III.  
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de  
Engenharia Agrícola. IV. Título.

Título em Inglês: Water resources - colletive problems, contradicts  
interests and political management in the Itabapoana  
Vallev (brazilian southeast)

Palavras-chave em Inglês: Public space, Environmental management,  
Social participation, Environmental policy,  
Water resources

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural  
Sustentável

Titulação: Doutor em Engenharia Agrícola

Banca examinadora: Jean-Phillipe Tonneau, Angela Duarte Damasceno  
Ferreira, Maristela Simões do Carmo, Guy Durand

Data da defesa: 01/06/2009

Programa de Pós Graduação: Engenharia Agrícola

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

AGROCAMPUS-OUEST  
ÉCOLE NATIONALE SUPÉRIEURE AGRONOMIQUE

**RECURSOS HÍDRICOS – PROBLEMAS COLETIVOS, INTERESSES  
CONTRADITÓRIOS E GESTÃO POLÍTICA  
NO VALE DO ITABAPOANA (sudeste brasileiro)**

Tese de Doutorado para a obtenção do título de Doutora em Engenharia Agrícola, na área de concentração em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável na FEAGRI-UNICAMP e de docteur de l'École Nationale Supérieure Agronomique de Rennes/França, em co-tutela.

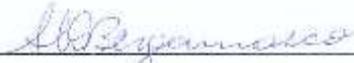
**ANTENORA MARIA DA MATA SIQUEIRA**

Orientadora: Profa. Dra. Sonia M. P. P. Bergamasco (UNICAMP- BRASIL)  
Co-orientadora: Profa. Dra. Delma Pessanha Neves (UFF- BRASIL)  
Diretor de tese: Prof. Dr. Guy Durand (ENSAR/AGROCAMPUS-OUEST, FRANÇA)  
Co- diretor de tese: Prof. Dr. Jean-Eudes Beuret (ENSAR/AGROCAMPUS-OUEST, FRANÇA)

CAMPINAS/Br – RENNES/Fr  
JUNHO DE 2009

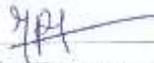
## FOLHA DE APROVAÇÃO

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de Doutorado defendida por Antenor Maria da Mota Siqueira, aprovada pela Comissão Julgadora em 01 de junho de 2009, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.



---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco – Presidente e Orientadora  
Feagri/Unicamp**



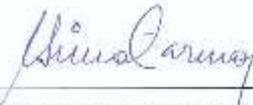
---

**Prof. Dr. Jean-Phillipe Tonneau – Membro Titular  
CIRAD/Montpellier/França**



---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Angela Duarte Damasceno Ferreira – Membro Titular  
UFPR**



---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maristela Simões do Carmo – Membro Titular  
Feagri/Unicamp**



---

**Prof. Dr. Guy Durand - Membro Titular  
AGROCAMPUS OUEST/França**

**A Thaís e a Paulo, filha e esposo,  
amor e companheirismos constantes,  
fortes presenças, mesmo distantes.**

**A Lysia Bernardes, Lourdinha Anunciação e Mariana Sell,  
que de forma tão abrupta partiram.  
Três gerações, grandes mulheres, excelentes profissionais:  
Geógrafa “do planejamento regional”,  
socióloga “dos pescadores e ambiental”,  
e advogada “das águas” .**

## AGRADECIMENTOS

Creio que esta tese é a expressão de um outro conjunto de processos de concertação e negociação, tanto quanto os processos que foram trabalhados na pesquisa que a originou. Se assim a considero, esta parte de agradecimentos poderia tornar-se um de seus capítulos em que eu reconstruiria esse caminho, identificando aqueles que fazem parte das redes estruturadas para que ela se tornasse possível: algumas intrainstitucionais, outras interinstitucionais, umas interpessoais, outras ligando todas estas, como todos os momentos de conflito e de cooperação inerentes a processos dessa natureza. Quantas pessoas têm compartilhado comigo estes momentos de aprendizado, de trocas, de dificuldades, de angústias, de qualificação, de desqualificação, de alegrias e, acima de tudo, de crescimento!

Gostaria de agradecer nominalmente a todos aqui, mas não devo fazer outro capítulo, mesmo que seja para algo tão importante: dizer o quanto sou grata a todos. Todavia, o farei àqueles que mais diretamente me acompanharam nestes últimos anos em que cursei o doutorado na FEAGRI/UNICAMP e na ENSAR/AGROCAMPUS-OUEST.

Meu agradecimento especial:

As Profas. Sonia Bergamasco e a Delma Pessanha Neves, pela orientação nessa caminhada, pelo grande aprendizado pessoal e profissional, pelos excelentes momentos de trabalho compartilhados e pela amizade inestimável.

Aos Profs. Guy Durand e Jean Eudes Beuret, pela direção e co-direção que enriqueceram cada dia vivido na França, em especial no Laboratório de Desenvolvimento Rural da ENSAR. Profissionais exemplares, engajados, que comigo abriram caminhos que eu pude trilhar e construir novas relações para a pesquisa.

Aos *rapporteurs* Profa. Ângela Damasceno Duarte e Prof. Jean-Philippe Tonneau pela leitura atenciosa e pelas valiosas contribuições para o aperfeiçoamento da tese. A Profa. Maristella Simões pelas sugestões e presença marcante na banca.

A todos que me receberam na região do Itabapoana durante o período da pesquisa, disponibilizando tempo, material, informações, atenção e hospitalidade: as famílias de pescadores, agricultores, aos técnicos, aos membros das diversas associações. Aos membros do Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana, e aos seus assessores, na pessoa de EdmundoVictor.

Aos professores e funcionários dos diversos setores da FEAGRI na UNICAMP, que me ofereceram um excelente curso e exemplo de instituição. Aos amigos e as amigas com quem eu vivi o dia-a-dia, compartilhei o espaço da sala de aula, dos laboratórios, das bibliotecas e das mesas de almoço onde aprendi o verbo *bandejar*.

A todos na ENSAR/AGROCAMPUS-OUEST com quem partilhei nessa minha curta estada em Rennes, por me fazerem sentir parte dessa excelente e competente equipe de professores, técnicos e funcionários administrativos. Aos colegas doutorandos e mestrandos, pela troca, aprendizado e prazer na convivência.

A todos que me receberam na região do *la Vilaine* e do *Loire* durante o período na França, disponibilizando tempo, material, informações, atenção e presteza. Aos membros da CLE do SAGE Vilaine e ao pessoal do IAV, na pessoa do Sr. Jean Pierre Arrondeau. Meu agradecimento especial a Miryam, meu anjo que viabilizava as

“pontes” que preenchiam as lacunas de transporte coletivo entre rodoviárias, estações de trem e locais de pesquisa. A diretoria do Comitê e Agência Loire-Bretagne, que gentilmente autorizou minha participação em sua última reunião de 2007.

Aos meus colegas do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense-UFF, que me liberaram das atividades docentes para cursar o doutorado e que aguardam o meu retorno para ingressar na grande tarefa em andamento: após tantos anos de luta, colocar em prática o Projeto de expansão do Pólo UFF em Campos dos Goytacazes. Aos profissionais que se ocuparam dos trâmites administrativos na UFF-Campos e na UFF-Niterói - o pessoal dos Conselhos Superiores, do CES, das Pró-Reitorias, notadamente a de Pesquisa e Pós-Graduação. Às equipes do Projeto Managé, na pessoa do seu coordenador, Prof. Airton B. Barros.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES: as equipes de profissionais pela competência, profissionalismo e eficiência com que têm gerido a política de aperfeiçoamento de pessoal no país e no exterior. Sem o apoio técnico e financeiro no âmbito do PICDT e PDEE, seria inviável a realização do doutorado UNICAMP-Campinas e do estágio doutoral na ENSAR/AGROCAMPUS-OUEST, em Rennes/França.

A diretoria e funcionários da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional-FUNDENOR, pela estrutura física disponibilizada e pelo apoio na realização da pesquisa de campo no Itabapoana.

Aos amigos e amigas conquistados no BRAFAGRI, Rafael, Priscila Sevilla, Mirela, Natan e Juliano.

A José Luis, Érica, Marcos e Aninha pelo apoio amigo, sempre acompanhando minhas dificuldades e me ajudando na discussão de material importante à tese.

A José Carlos Almeida, Marília Sodré, Patrícia Baracat e Carol Paes, pela competência, seriedade, afeto e excelentes resultados dos trabalhos realizados para manter a minha saúde em bom estado.

A Adriane, Julieta, Kellen, Livia e Priscila Alves, companheiras do dia-a-dia, novas irmãs que me fizeram suportar o período longe da família e reaprender o sentido de conviver.

A Kelly, Priscila Tavares, Tatiana Alemonge, Yvone e Christian Greis, Luis e Margot, Cristina e Josimara pela atenção, dedicação e paciência, incansáveis nos diferentes momentos da pesquisa e da tese.

A Paulo, pelo amor e pelo companheirismo na acepção mais nobre do termo. Por ter sempre vindo ao meu encontro quando eu não pude ir, por saber se fazer presente, mesmo na ausência, pelo respeito e incentivo às minhas escolhas.

A filha amada Thaís, sempre amiga, companheiríssima, que colocou a mão na massa, incentivando-me a cada momento dos dias mais difíceis.

A Alcimere e Eulógio pelo carinho e companheirismo no período mais difícil desses anos de doutorado.

A meus pais, irmãos, parentes e amigos, pelo apoio e incentivo em todos os momentos.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Posicionamento dos agentes no espaço social do Itabapoana	27
<b>Figura 2:</b> Mapa da bacia do rio Vilaine/Fr	58
<b>Figura 3:</b> Localização da Bacia no Brasil e na região sudeste do Brasil	66
<b>Figura 4:</b> Formação da Bacia do Rio Itabapoana a partir de mesorregiões estaduais	67
<b>Figura 5:</b> Bacia Hidrográfica do Itabapoana	68
<b>Figura 6:</b> Localização de usinas hidrelétricas e PCHs na bacia do rio Itabapoana	70
<b>Figura 7:</b> Municípios integrantes do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços sub-regionais – PROMESO Mesorregião da Bacia do Itabapoana	95
<b>Figura 8:</b> Municípios Integrantes do CONSAD	96
<b>Figura 9:</b> Fluxograma do Projeto Managé/UFF	110
<b>Figura 10:</b> Praça Governador Portela e maquete da Usina Franca Amaral de Bom Jesus do Itabapoana/RJ	119
<b>Figura 11:</b> Localização dos pontos de conflito analisados	121
<b>Figura 12:</b> Localização da Boca do Sereno no Rio Itabapoana	146
<b>Figura 13:</b> Pastagem inunda rio: um bem coletivo?	151

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Área dos municípios na bacia do Itabapoana	72
<b>Tabela 2:</b> Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana — População dos municípios integrantes	75

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Identificação dos espaços e concertações	41
<b>Quadro 2:</b> Conflitos Analisados	41
<b>Quadro 3:</b> Espaços Sociopolíticos na Bacia do Itabapoana	108
<b>Quadro 4:</b> A agenda pública das instituições na região do Itabapoana	139
<b>Quadro 5:</b> Modos de Participação das instituições na região do Itabapoana	140
<b>Quadro 6:</b> Participação dos agentes nos espaços sociopolíticos na região do Itabapoana	141

## LISTA DE ABREVIATURAS

ANA - Agência Nacional de Águas  
CBH-PS - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul  
CEIVAP - Comitê para a Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul  
CERJ - Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro  
CLE – Comissão Local de Água  
CNFCN – Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza  
CONSAD Itabapoana - Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local da Bacia do Itabapoana  
CTAIBB - Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges  
DNAE - Departamento Nacional de Minas e Energia  
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica  
DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento  
EIA - Estudo de Impacto Ambiental  
EMATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EXAMA - Coordenadoria de Ciências Agrárias e Meio Ambiente  
FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro  
FIPERJ - Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro  
FUNDENOR – Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional  
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal  
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IEF - Instituto Estadual de Florestas  
IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas  
ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas  
MAB - Movimento Nacional de Atingidos por Barragens  
MANARTE - Associação Regional de Artesanato, Agroindústria e Turismo da Bacia do rio Itabapoana  
MMA - Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal  
MME - Ministério das Minas e Energia  
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos  
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão  
PROMESO - Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais  
PRONAP – Programa Nacional de Pastagens  
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental  
RIOB - Rede Internacional de Organismos de Bacias  
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SERLA - Serviço Estadual de Rios e Lagoas  
SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
SISGEBI - Sistema de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana  
SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca  
UFF - Universidade Federal Fluminense

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS</b>	vii
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	vii
<b>LISTA DE QUADROS</b>	vii
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	ix
<b>SUMÁRIO</b>	x
<b>RESUMO</b>	xii
<b>ABSTRACT</b>	xiii
<b>RÉSUMÉ</b>	xiv
<b>INTRODUÇÃO</b>	01
<b>1. OS CAMINHOS METODOLÓGICOS NA COMPREENSÃO DOS ESPAÇOS SOCIOPOLÍTICOS</b>	19
<b>2. QUESTÃO HÍDRICA E O ESTADO BRASILEIRO</b>	43
2.1 As águas brasileiras e a questão hídrica	45
2.2 As intervenções do Estado na questão hídrica	47
2.3 A caminho de um novo marco regulatório – a Constituição de 1988 e a Lei de Recursos Hídricos de 1997	50
2.4 A influência do sistema francês e a reprodução dos espaços de gestão	54
<b>3. REGIÃO DA BACIA DO RIO ITABAPOANA – A REPRODUÇÃO SOCIAL AMPLIADA DO VALE DO ITABAPOANA</b>	65
3.1 A região hidrográfica do Itabapoana	66
3.2 A bacia hidrográfica como região e comunidade de planejamento e gestão	79
3.3 Imposições e reivindicações por reclassificações regionais	89
3.4 Uma rede que se amplia e sobrepõe espaços	94
<b>4. ESPAÇOS, AGENTES E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DA BACIA DO RIO ITABAPOANA</b>	99
4.1 Gestão colegiada – polissemia de intenções	100

4.2 Os espaços sociopolíticos na região do Itabapoana	107
4.2.1 O Projeto Managé	109
4.2.2 O Consórcio de Municípios do rio Itabapoana	124
4.2.3 Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável	129
4.2.4 O Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do rio Itabapoana	131
4.2.5 O Organismo de bacia para a gestão das águas – o Comitê de Bacia	132
4.3 Condições de constituição dos agentes mediadores	135
4.4 Os resultados das concertações	139
<b>5. OS GRUPOS SOCIAIS NÃO INCORPORADOS AOS ESPAÇOS DE GESTÃO</b>	143
5.1 Modos de definição e reconhecimento de problemas entre os pescadores	143
5.2 Agricultores e pescadores: a especificidade dos assentados na Fazenda Tipity	153
5.3 A reprodução social dos pescadores	156
5.4 Condições de constituição dos pescadores	168
5.5 Comercialização – interesses contrapostos e limites de reprodução social	170
5.6 Enquadramento institucional	173
5.7 Os pescadores do rio e o sistema de gestão do Itabapoana	181
<b>6. CONCLUSÃO</b>	183
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	187
<b>DEMAIS BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS</b>	200
<b>ANEXOS</b>	205

## RESUMO

Analisar processos políticos de construção e reconhecimento de espaços sociopolíticos, voltados para a construção de reivindicações, projetos e definição de regras para gerir bens de uso comum é o objetivo desta pesquisa. A sua base empírica refere-se a agentes sociais (políticos, governantes, pesquisadores, pescadores, técnicos, agricultores, professores e representantes de instituições civis) que por meio de processos de concertação e negociação, tornaram possível a institucionalização de espaços públicos e a reprodução social ampliada do Vale do Itabapoana, no sudeste brasileiro. A opção foi por uma abordagem qualitativa, no intuito de se reconstituir as trajetórias sociais dos agentes e espaços construídos. O recorte temporal da pesquisa refere-se ao período em que uma universidade esteve à frente do referido processo - de 1995 a 2007. Por um período de aproximadamente doze anos, problemas socioeconômicos e ambientais têm sido tratados em diversas escalas territoriais, com a idéia-valor de gestão descentralizada, integrada e participativa. Foram formadas redes sociais a partir das quais os agentes sociais conseguiram estruturar, dar visibilidade e fazerem reconhecidas suas reivindicações por meio de conselhos municipais, fóruns de bacia, consórcio de bacia e comitê de bacia (em formação). Também possibilitou a emergência de conflitos de interesses, muitos deles latentes até então. Mesmo que oficiais tais espaços não se constituem nos únicos em que são tratados os problemas relativos a água. Pode-se verificar que convergência de políticas e programas para esse(s) território(s) contribuiu para o aumento do aporte financeiro, técnico, da visibilidade política de alguns segmentos e do fortalecimento de algumas instâncias de gestão formalizadas. Entretanto, sendo oriundas de organismos governamentais de natureza e esferas diferenciadas, muitas dessas respostas (programas e/ou políticas) permaneceram condicionadas a modelos de arranjos institucionais e metodologias previamente definidas e de utilização obrigatória, o que, no (des)encontro com aquelas existentes no espaço social, promoveram outras configurações. Dessa forma, ao invés de contribuir para o fortalecimento da preconizada *gestão integrada e participativa* concorreram na fragmentação e a re-setorialização das experiências em curso nos espaços de gestão, bem como para promoção de outras configurações do espaço social.

Palavras-chave: Recursos Hídricos; Gestão Ambiental; Mediação Política; Participação Social; Conflitos Ambientais.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the political processes of construction and recognition from sociopolitical spaces, related to claims construction, projects and rules definition for the common goods management. Its empirical basis refers to social agents (politicians, governors, researches, fishermen, technicians, farmers, professors and civil institutions representatives) that through agreement and trading made possible the public spaces institutionalization in the *Vale do Itabapoana* region, in the southeast of Brazil. The option was made by a qualitative approach since it was considered the most suitable method to analyze questions related to social processes. The temporal cut from the research refers to the period in which the university was ahead from the referred process – from 1995 until 2006. During twelve years approximately, socioeconomic and environmental problems have been treated in several territorial scales, with the *idea-value* of a decentralized and participatory management. It was formed social networks from which social agents could structure, gain visibility and make known its demands through municipal councils, basin boards, forums and consortiums and water basin committee. However, even if official, they do not constitute the only spaces in which social agents and groups treat of water resources matters. The political convergence and programs for this/these territory(ies) contributed to the financial and technical intake and to the political visibility from some segments. It also allowed interests conflicts outgrowth, many of them dormant until then. These official spaces do not constitute the only spaces in which social agents and groups treat of water resources matters. It's possible to verify the political convergence and programs for these territories contributed to the financial and technical intake and the political visibility from some segments and the strengthening of some instances of formalized management. However, the answers (programs and policies) from government agencies and of several spheres remain conditioned to institutional arrangement models and previously defined methodologies of mandatory use in several times. The meeting of these programs and policies with the answers of the social space promoted other settings. Therefore, instead of contributing to the strengthening of the integrated and participatory management, they compete leading in the fragmentation and sectorials changes of experiences on the managers spaces, as well for others configurations of social space.

Keywords: Water Resources, Environmental Management, Political Mediation, Social Participation, Environmental Conflicts.

## RÉSUMÉ

Le but de cette recherche est d'analyser les processus politiques de construction et de reconnaissance des espaces sociopolitiques qui ont pour but soit la construction de revendications et de projets, soit la définition de règles à la gestion des biens à l'usage commun. Sa base empirique renvoie aux agents sociaux (politiciens, gouvernement, chercheurs, pêcheurs, techniciens, agriculteurs, professeurs et représentants d'institutions civiles) qui par des processus de concertations et de négociation, ont permis l'institutionnalisation d'espaces publics dans la région du Vale do Itabapoana, dans le sud-est du Brésil. Le choix de l'approche qualitative se justifie par le fait de considérer cette méthode la plus adéquate pour l'analyse de questions liées à des processus sociaux. Le découpage temporel de la recherche comprend la période pendant laquelle une université conduisait le processus en question, soit de 1995 à 2006. Pendant douze ans environ, les problèmes socio-économique et environnementaux ont été traités à de différentes échelles territoriales, ayant comme idée-valeur une gestion décentralisée et participative. Des réseaux sociaux ont été créés à partir desquels des agents sociaux ont réussi à structurer, à rendre visibles et à faire reconnaître leurs revendications à travers les conseils municipaux, les forums du bassin, le consortium du bassin et le comité du bassin hydrographique. Cependant, malgré leur caractère officiel, ce ne sont pas les seuls espaces où les agents et les groupes sociaux traitent la question des ressources hydriques. La convergence de politiques et de programmes pour ce(s) territoire(s) a augmenté l'appui financier et technique, ainsi que la visibilité politique de quelques catégories segments, comme par exemple, le développement d'un modèle de gestion de ressources hydriques, la durabilité d'espaces sub-régionaux, l'assurance alimentaire des familles défavorisées, l'assainissement environnemental, pour n'en citer que quelques-uns. Cela a également favorisé l'apparition de conflits d'intérêt, jusqu'alors latents dans leur grande majorité. Toutefois, les réponses (programmes et/ou politiques) des organismes gouvernementaux et des domaines de nature différente demeurent conditionnés pour les types d'arrangements institutionnels, à des méthodologies préalablement définies et d'utilisation assez souvent obligatoires. Les rencontres de ces programmes et politiques avec des réponses de la expérience sociale conduit à une autre configuration. Ainsi, au lieu de contribuer au renforcement de la gestion intégrée et participative préconisée ces arrangements concourent à déchirure et fragmentation des expériences en cours dans les domaines de la gestion. Donc pour les autres configurations de l'espace social.

Mots-clés: Ressources en eaux; Gestion Environnementale; Médiation Politique; Participation Sociale; Conflits Environnementaux.

## INTRODUÇÃO

Reunir elementos da pesquisa em uma tese intitulada “Recursos hídricos – problemas coletivos, interesses contraditórios e gestão política no Vale do Itabapoana”, localizado na Região Sudeste do Brasil, é assumir um ponto de vista estimulado não só pelo debate teórico, mas principalmente pelas reflexões suscitadas a partir da base empírica analisada: as relações entre agentes e grupos sociais que se associam para encaminhar os problemas e questões socioeconômicas que envolvem o consumo de água destinada a usos diversos. Nessa perspectiva, o objetivo geral dessa tese é analisar os processos de formação e reconhecimento de espaços sociopolíticos na gestão das águas na Bacia do Rio Itabapoana.

A luta pelo controle dos cursos d’água, em especial nas áreas à montante, não tem como cenário um ou outro país. Também não é de caráter local, mas mundial. A questão da água não é isolada – ela é ambiental e social, com conseqüências para a natureza humana e não-humana, sendo enfrentada nas mais diferentes escalas geográficas, com suas peculiaridades e em meio a consideráveis problemas sociais e econômicos.

No Brasil, entre as formas de uso da água estão incluídas, dentre outras, o abastecimento para consumo humano e animal, atividades econômicas diversas, geração de energia, lazer, transporte e vazadouro de resíduos (atividade aparentemente incompatível com quase todas anteriores, mas largamente praticada). Esta amálgama de utilizações gera inúmeros desacordos entre os diferentes agentes interessados, quais sejam agricultores, pescadores, turistas, moradores em geral, políticos, profissionais, técnicos, pesquisadores, empresários de firmas construtoras de hidrelétricas, responsáveis por empresas de saneamento, dentre outros.

Em sua edição de 18/05/2008, o Jornal O Globo (Rio de Janeiro) fez a seguinte chamada: “Água escassa e cara: estados começam a cobrar pelo que é usado dos rios. Indústria e consumidor pagam”.

Esta manchete poderia encabeçar a edição de um periódico em qualquer parte do mundo, não fosse a identificação de um fato datado, contextualizado e genuinamente brasileiro: a cobrança da água por comitês de bacia em alguns estados da federação.

Nas últimas décadas, telespectadores, leitores de revista, de jornais e de livros, usuários da internet, estudiosos, pesquisadores, ouvintes de rádio dos diferentes lugares do Brasil (e do

mundo), começaram a se familiarizar com uma problemática que cada vez mais ocupa os espaços públicos: a água tratada como mercadoria, considerada o *ouro azul* da humanidade.

O qualificativo marcado pela alusão ao petróleo – o *ouro negro* – remete ao seu valor econômico e, por isso mesmo, indutor de inúmeras disputas pelo domínio de suas reservas. Nessa analogia, a água, bem de sobrevivência vital, passa a ser considerada um produto, vista por muitos como um possível motivo das próximas guerras em muitas partes do planeta. Assim declarou Marie-France COUREL (2007), a diretora científica do *Centre National de la Recherche Scientifique* - CNRS, especialista em água em escala planetária, ao periódico *Ouest-France*, por ocasião de uma conferência sobre “Água, meio ambiente: desafios para a pesquisa”, na França:

“O ouro azul se impõe na consciência coletiva como o produto mais cobiçado do século XXI, com a ameaça das ‘guerras de água’ como plano de fundo. Há milênios, a supremacia a montante dos cursos d’água foi considerada pelos homens. Eles sabem que o poder reside no controle desse recurso vital”. (*Ouest-France*, 26/02/2007). [tradução livre]

Mesmo que a cobrança seja algo preconizado na Lei 9433/97, ela é algo recente no contexto nacional. A criação da Lei das Águas brasileira de 1997 estimulou consideráveis avanços na promoção de uma política de âmbito nacional que tem incentivado a criação de espaços públicos de encaminhamento das questões hídricas.

Passados dez anos de instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH – brasileira tem-se a compreensão, por parte de muitos agentes sociais, de que as orientações nela contida marcam uma mudança de representação a respeito da água e de sua gestão. Por muito tempo considerada infinita e gratuita, a água passa a ser vista por muitos como um bem comum em situação de risco. Todavia, este bem também passa a receber uma valoração do ponto de vista econômico – o que modifica o seu *status* de bem a recurso, já demarcando concepções concorrentes.

A água é, então, transformada em desafio econômico e político. Os problemas socioambientais a ela associados são cada vez mais complexos, seja pela sofisticação dos processos produtivos, pela diversidade de agentes sociais que neles estão implicados, ou ainda pela intensidade dos conflitos que eclodem pela incompatibilidade das diferentes atividades a que os mananciais são submetidos.

Ao se adotar a preconização legal, a água deveria ser considerada um bem público. Entretanto, a adoção desse princípio pressupõe não só a internalização dessa concepção, mas também a sua externalização por meio de atitudes cotidianas, o que implica em inúmeras mediações. Conceber a água como integrante de um ecossistema e, por isso mesmo, com inúmeras interdependências, exige a consciência de que sua utilização múltipla agrega (ou desagrega) vários interesses, possibilitando a emergência de ações de cooperação, como também de divergências e conflitos e, muitas vezes, mudanças nas posições dos agentes que acabam por reconfigurar os espaços sociais.

Dessa forma, pressupõe-se que a construção de redes e espaços públicos torna a configuração de agentes, a partir de um determinado espaço geográfico, uma região instituída como expressão de um campo político ou campo de forças e de lutas que busca transformar as relações de poder que presidem situações indesejáveis (BOURDIEU, 1989).<sup>1</sup>

A degradação ambiental, expressão de concepções tecnológicas que domesticam ou secundarizam a importância da articulação dos fatores sistêmicos que regulam a natureza, só pode ser minimizada por um movimento social que rearticule interesses particularistas. Esta articulação pressupõe a construção de objetivos supostamente comuns, que assegurem as alternativas e os diálogos, ou aceitação e o investimento em novas modalidades de organização e convivências sociais.

Na tese, buscou-se então destacar os “percurso, os problemas, os percalços, os aspectos vistos como dignos de exaltação ou de ocultação pelos agentes irmanados por interesses comuns, organização fundamental à imposição pelo controle da construção de representações sobre o mundo social” (NEVES, 1997, p.8). Portanto, procurou-se “pôr em destaque as condições de construção do processo de obtenção de hegemonia política de visão de mundo por um determinado grupo social, e reconhecer que ela decorre da visão de mundo por um determinado grupo social, e reconhecer que ela decorre da participação num jogo concorrencial que revela interesses e forças heterogêneas”. (idem).

Para redimensionar a construção de um *nós* que preside à elaboração de interesses coletivos, foram recriadas formas de classificação do espaço social, tomando como referência básica a bacia hidrográfica. A implantação do processo de organização para a gestão dos

---

<sup>1</sup> A análise do processo de construção da região da bacia hidrográfica do Rio Itabapoana será objeto do Capítulo 3.

recursos hídricos se fez concomitantemente à adoção de uma divisão regional, fundada da noção de bacia hidrográfica.

Assim sendo, a principal questão que orienta o objeto desta tese é investigar se a construção sócio-política-territorial de um novo espaço social<sup>2</sup> ganhou legitimidade, reconhecimento e se constituiu enquanto unidade de planejamento e gestão capaz de promover a construção de projetos coletivos. A partir dela, outras indagações são levantadas, pois para respondê-la faz-se necessário saber:

### Questões

1. Qual a configuração sócio-política-regional resultante da concertação realizada? Seria a bacia hidrográfica a escala pertinente para a gestão das águas?
2. Houve mudança nas formas de elaboração, implementação e gestão de políticas públicas, no sentido da incorporação das dimensões regional, integrada, intersetorial, interescalar, na ação do poder público na região estudada?
3. Quais os conflitos decorrentes dos interesses divergentes? Eles foram objetos de debate, de publicização e de resolução nos espaços sóciopolíticos criados?
4. Em que medida é possível afirmar que os espaços públicos criados foram inclusivos dos interesses da população e grupos sociais locais?

### Objetivos

Nesse sentido, o *objetivo geral* da tese foi analisar os processos de formação e reconhecimento de espaços sociopolíticos, voltados à construção de projetos coletivos, a partir dos problemas socioambientais relativos a águas doces.

A construção da investigação para o alcance desse objetivo geral se fundamenta nos seguintes *objetivos específicos*:

- Identificar e analisar a natureza e configuração dos espaços construídos e verificar a pertinência da bacia hidrográfica como escala apropriada para a gestão *integrada* e

---

<sup>2</sup> Para Bourdieu (1989, p.21) o espaço social é uma “realidade invisível, que não se pode tocar com os dedos, e que organiza as práticas e as representações dos agentes”. É o “espaço de diferenças, no que as classes existem em certo modo em estado virtual (...), não como algo dado senão como algo que se trata de construir”.

*participativa* das águas em áreas trans-estaduais, compostas por pequenos municípios, com relações sociais fortemente hierarquizadas.

- Mapear as redes de interconhecimento que viabilizaram/sustentaram essa construção e analisar a sua influência na elaboração e gestão de políticas públicas.
- Identificar os conflitos de interesses e verificar se eles são publicizados e encaminhados para resolução nos espaços públicos criados.
- Identificar os grupos cujos interesses não estão representados nos espaços públicos criados e analisar os canais por onde expressam seus problemas e divergências, e encaminham a resolução de problemas e conflitos.

Partiu-se da hipótese geral que a confluência de recursos (financeiros, técnicos e políticos) resultante da ação de agentes e grupos sociais, por meio das redes que as estruturam, possibilitaria a reprodução ampliada do espaço social fortalecendo os espaços sociopolíticos produtores dos projetos coletivos. Esta hipótese foi desdobrada a partir do que a experiência empírica havia suscitado, e será apresentada mais adiante no texto.

Tais questões encontram-se frequentemente em conflitos relacionados à gestão dos recursos naturais, e tendem a se agravar quando associados às complexas realidades socioeconômicas, como no caso das águas no Brasil, país de grandes desigualdades na distribuição de todos os tipos de bens e recursos.

O projeto de democratização brasileiro, após a promulgação da Constituição de 1988, possibilitou a reabertura de antigos e abertura de novos espaços públicos. Entretanto, não é de todo evidente que a efetivação da participação do público tenha se dado da mesma forma, nas diferentes regiões do país, o que requer um grande esforço nas lutas contra práticas antidemocráticas coexistentes com a ampliação da democracia. Esta constatação leva os agentes e grupos sociais a criarem estratégias diferenciadas para o aumento da força social, no sentido de melhor se posicionarem no jogo das relações de poder nos espaços políticos constituídos. Nesse sentido, o trabalho busca contribuir por meio dessa análise para a compreensão de tais espaços, tendo em vista fazer ressaltar a multiplicidade desses canais que são estruturados pelos agentes sociais, seja para negar ou para dar sustentação e garantir a consolidação das instâncias previstas nas configurações ofertadas pelas políticas públicas (o Comitê de Bacia hidrográfica é um exemplo).

Para isso, optou-se por realizar a pesquisa empírica no Vale do Itabapoana, ampliado a partir da referência de bacia hidrográfica. A trajetória da reprodução desse espaço social entre o final da década de 1990 e meados da década de 2000 foi relevante para ilustrar processos em que consórcios, conselhos, fóruns, comissões e seminários de integração foram aglutinados por meio do Sistema de Gestão Integrada da Bacia do rio Itabapoana. Espaços de resolução de problemas e construção de projetos, eles também foram *locus* de mobilização para a formação do comitê de bacia do Itabapoana.

Com a finalidade de enriquecer as reflexões do caso brasileiro, aspectos da descentralização do sistema de gestão de águas francês foram analisados, a partir da trajetória de concertação para o SAGE<sup>3</sup> da bacia do rio Vilaine, vinculado ao Comitê *Loire-Bretagne*, considerado espaço público de planejamento e gestão das águas em nível local.

Dessa forma, foi em meio a uma região de águas que se construiu o referencial da base empírica desta pesquisa: nos meandros do Rio Itabapoana, com agentes e grupos sociais que construíram espaços sociopolíticos para resolver problemas e necessidades referentes ao acesso e aos usos da água bem como os recursos nela existentes.

Valorizar a presença de interesses convergentes e contraditórios, saberes qualificados e desqualificados neste campo de disputas e reivindicações, foi reconhecer nos processos em estudo, a existência de diferentes espaços e formas de participação de agentes e grupos sociais no trato de problemas que vivenciam e desejam solucionar.

Desse modo, tornou-se relevante a análise da construção de espaços públicos, ordenados para propiciar o atendimento a interesses diversificados e divergentes, cuja colisão tem levado à degradação da qualidade de vida dos habitantes e da qualidade ambiental. A importância da construção desses espaços decorreu do investimento no sentido de produzir o reconhecimento de interesses coletivos, assim definidos pela concertação, pela negociação e pela formação da representação política. Ao ser qualificado como espaço *público*, configura análises referentes a processos de democratização nas sociedades. Tal dinâmica contribui igualmente para a compreensão das lógicas que motivam os agentes a estarem dentro ou fora de processos de mobilização e participação sociais.

---

<sup>3</sup> Sigla Francesa para Esquema de Ordenamento e Gestão de Águas

No Vale do Itabapoana<sup>4</sup>, a ação de professores-pesquisadores, governantes, associações de moradores, associações profissionais e ambientalistas, no âmbito do Projeto Managé, da UFF – Universidade Federal Fluminense, em curso há aproximadamente doze anos (desde 1996), provocou mudanças na reprodução do espaço social. Esse período é marcado por uma intensa diferenciação social, dado que novas redes sociais foram formadas, inicialmente, sob a coordenação de agentes do campo universitário.

O Projeto Managé teve como objetivo principal *subsidiar por meio de pesquisas, propostas e ações concretas, o desenvolvimento sustentável da região da Bacia do Itabapoana*. Portanto, consiste numa concepção de gestão territorial supra-municipal, ou regional, tendo como recorte físico a área de abrangência de uma bacia hidrográfica. A gestão foi exercida através de uma estrutura institucional complexa e hierarquizada, em termos escalares, de representação e concertação de interesses, enquanto espaço público aberto e permeável à influência dos diversos grupos e indivíduos que compõem o tecido social. Sua composição contou com representações desses grupos sociais, de instituições com *expertise* técnica e científica e das instâncias governamentais, do executivo e do legislativo, das diversas escalas político-administrativas e seus órgãos elaboradores de políticas públicas. Os que dela fazem parte buscam articular as diversas escalas de poder e governo, com vistas ao financiamento e à implementação de ações públicas integradas, setorial e territorialmente.

Tais ações possibilitaram a criação de espaços para a construção de projetos coletivos, a partir de problemas e reivindicações que influenciaram na formulação de políticas e programas. No ano de 2007, tais espaços haviam produzido como expressão objetiva para o Consórcio de Municípios do rio Itabapoana, a Comissão Pró-Comitê da Bacia do Rio Itabapoana, o Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Itabapoana e o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local da Bacia do Itabapoana – CONSAD Itabapoana. Tanto na perspectiva de região, a partir de um vale, quanto na de atributo de bacia hidrográfica construídas pelos agentes em interação, emodulou-se um processo em que o que estava em jogo entre os agentes do município da bacia, no caso em estudo, era a possibilidade de terem seus problemas, interesses e projetos publicamente reconhecidos e contemplados.

---

<sup>4</sup> O Vale do Itabapoana localiza-se na confluência dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, no sudeste brasileiro.

Parte dos processos em análise nessa tese, os ocorridos entre 1996 e 1998, recebeu atenção especial no que diz respeito à organização de interesses para a gestão da bacia do Itabapoana, por ter sido foco da pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado da autora da tese (1999), intitulada “Gestão de Recursos Hídricos. A análise da construção política da confluência de interesses a partir do Projeto Managé, na Bacia do rio Itabapoana (ES/MG/RJ)”.

Na dissertação, foi priorizada a sistematização de dados construídos por meio das informações contidas em documentos das instituições e organizações envolvidas, com destaque para os que se detinham nos fundamentos e na consolidação dos processos, e analisavam a construção de adesões que pressupunham negociações. Nesse momento, estavam no centro da análise as relações sociais em torno do Projeto Managé, do Consórcio de Municípios da Bacia do Itabapoana e do primeiro Seminário de Integração do Projeto Managé com agentes, grupos e moradores em geral.

A compreensão, com base em Offerlé (1998, p. 43), era que o processo de formação de interesses não era algo espontâneo, e só poderia ser reconhecido no bojo das relações que os produziram. Por isso, centramos a análise na construção de acordos em torno alguns interesses, que muitas vezes pressupunham a secundarização de interesses individuais (como por exemplo, o lançamento de efluentes *in natura* os cursos d’água, desmatamento de vegetação de margens de rios e nascentes), contraposta à ênfase naqueles considerados coletivos, como a revitalização do Rio Itabapoana e a geração de oportunidades de trabalho e renda.

Aproximadamente cinco anos após, foram retomadas e valorizadas algumas questões apontadas na dissertação para a elaboração do projeto de pesquisa do doutorado, que suscitou uma fundamentação e aproximação de bases teórico-metodológicas que pudessem contribuir ainda mais para o esclarecimento da problematização construída. Retomamos assim, à mesma região – do Itabapoana, com outra abordagem, após sete anos passados da pesquisa do mestrado.

Ao considerar a assertiva de que o ponto de vista do pesquisador é um dos elementos fundantes na construção do objeto, acredita-se ser importante explicitar o que informou a perspectiva da autora da tese, considerando também que ele diz respeito à mobilização dos aportes teórico-metodológicos.

A abordagem apresentada no trabalho de mestrado apontou um enfoque de um pesquisador parcialmente inserido na base empírica, atuando em diferentes períodos e

contextos na região estudada e, mais especificadamente, membro de equipe do Projeto Managé/UFF no período das pesquisas para o diagnóstico (1996-1997) e na seleção, preparação e acompanhamento das equipes que atuaram posteriormente (de 2000 a 2004). Tal fator associado aos vários contextos fez com que os aspectos trabalhados sofressem retificações. Essa posição causou contradições que o tempo todo tensionavam a preparação da metodologia de pesquisa de doutorado a dois extremos: dirigir a pesquisa para outra base empírica ou mantê-la, uma vez que os processos ocorridos fizeram com que o mesmo sofresse alteração a ponto de tornar-se quase um novo objeto.

A percepção dos amplos e complexos processos ocorridos no Itabapoana no período em análise (1995-2007) suscitava uma riqueza de temas e caminhos de pesquisa. Devido à atuação direta na região, alguns desafios se colocaram, como a construção do objeto, em função da quantidade e variedade de temas de interesse. Entretanto, como afirma Weber:

“Todo conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento dessa realidade poderá constituir, de cada vez, o objeto da compreensão científica, e de que só ele será essencial no sentido digno de ser conhecido”. (WEBER, 1997, p.88).

Assumida essa perspectiva, optou-se por focar na análise dos processos de reprodução do espaço social e nos mecanismos que para ele contribuíram, partiu-se para o próximo desafio: a ampliação da base teórica. Inicialmente, o caminho metodológico fundamentado em Bourdieu, Neves e Beuret, ancorou a análise das relações entre os agentes que, por mudanças de posição, pelas disputas travadas e pelas concertações e negociações efetivadas, possibilitou a efetivação do sistema de gestão da bacia do Itabapoana. Portanto, a análise deu-se, inicialmente, pelos agentes institucionais, ou seja, espaço e agentes que nesse momento foram revisitados.

Embora tal procedimento (estar diante de representações pré-estabelecidas sobre o objeto em tal base empírica) tenha trazido o risco à indução de maneira de apreendê-lo, defini-lo e concebê-lo, tal como chama a atenção Lenoir (1989, p.61), por outro lado, o exercício da objetivação trouxe mais um desafio: desconfiar da própria experiência, ainda que levando-a em consideração.

Para isso, fez-se necessário buscar o máximo de distanciamento da experiência vivida para obter a objetivação do ponto de vista sociológico. Porém, essa opção trazia outro risco: levar à objetivação, conduzindo ao objetivismo.

Ficar no outro extremo, ou seja, considerar apenas a experiência poderia conduzir a uma espécie de explicitação de uma vivência, mesmo que refletida pela análise da trajetória de uma posição definida no processo, levando ao subjetivismo (Pinto, 1989). Correr-se-ia o risco da exclusão das significações vividas em nome de uma representação do conhecimento que levaria a tratá-las como se fossem resíduos ou fatores extemporâneos aos processos.

Evidenciou-se, portanto, que nem toda vivência quer dizer a vivência de tudo. Havia, nesse caso, algo a ser re-visitado e muito a ser *visto*, mesmo porque, a partir de 2004, a autora da tese se desvinculou do projeto de extensão universitária para se dedicar integralmente à pesquisa do doutorado.

Decidiu-se por uma posição metodológica que superasse a dicotomia objetivismo/subjetivismo não só no que diz respeito aos agentes e grupos pesquisados, mas também ao pesquisador. Essa perspectiva levou a utilização de várias fontes primárias e secundárias de informações e dados, o que possibilitou alcançar o desafio proposto: um distanciamento que levou em consideração que na trajetória da construção dos espaços sociais, encontra-se também a marcação da trajetória da autora.

Esse ponto de partida levou a um movimento de re-conhecimento<sup>5</sup> do campo já analisado de forma parcial anteriormente, por meio da perspectiva formal dos mentores do Projeto Managé. No presente trabalho, foram recuperados aspectos antes não privilegiados em detrimento do que se priorizou a época, analisando também os diferentes modos de participação, conforme visões de mundo, interesses imediatos, considerando os mediadores (professores-pesquisadores e técnicos) e alguns membros da Comissão pró-Comitê do Itabapoana (representantes de organizações ambientalistas, representantes de órgãos de governos e representantes de unidades de ensino e pesquisa).

Numa outra perspectiva, buscou-se privilegiar os eleitos beneficiários direto dos resultados iniciais do Projeto Managé que são os pescadores do rio Itabapoana, tomando por

---

<sup>5</sup> Utilizou-se o termo re-conhecimento tendo em vista que há uma inserção da autora a novos enfoques na mesma área temática.

base a reivindicação inicial – repovoamento de peixes no rio para combate a fome, geração de renda e lazer.

As questões que se impuseram como norteadoras da análise desenvolvida são reveladoras das agregações e do deslocamento da questão, para além dos “nós” que se pretendia construir coletivamente, tendo em vista os beneficiários diretos e indiretos do Programa. A proposta do Projeto Managé de gestão ambiental e de gestão de recursos hídricos da área do Itabapoana traz em seu contexto o objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional, agregando os seguintes componentes: 1) uma concepção de desenvolvimento sustentado crítica aos processos de desenvolvimento tradicionalmente ligados ao modelo industrial e agropecuário vigentes, incorporando questões sociais e ambientais aos aspectos econômicos; 2) a imposição de mais uma divisão regional, construída a partir da noção de bacia hidrográfica; 3) a mediação de agentes vinculados a uma universidade na construção de processos de gestão de recursos ambientais, de forma *integrada e participativa*; 4) os instrumentos de consolidação da imagem do projeto e de criação de adesão em torno da nova divisão regional e da administração de interesses; 5) o desenho institucional do modelo de gestão.

Diante desses processos, definiu-se o objeto desta tese pela análise de processos de formação e reconhecimento de espaços sóciopolíticos, voltados para a construção de projetos coletivos a partir de problemas relativos a águas doces. Volta-se para a construção do espaço social do Vale do Itabapoana, ampliado territorialmente a partir da incorporação de outros municípios sob o atributo de Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana. Essa dinâmica privilegiou grupos e agentes sociais que construíram redes e canais de expressão para efetivação de projetos e políticas de âmbito socioambiental, em área de fronteira trans-estadual.

Tratou-se, dessa forma, do estudo das possibilidades de construção de espaços públicos regionais institucionalizados como campo de discussão, formulação, negociação, elaboração e implementação de políticas públicas integradas, articulando diversas escalas de poder. A perspectiva é de intervenção territorial regional, articulada por uma identidade construída em torno do referencial de bacia hidrográfica, constituindo uma estrutura e uma dinâmica de gestão territorial regional integrada. Enfocam-se as possibilidades de construção de uma unidade territorial contínua de intervenção e gestão de políticas públicas, construída em torno de uma Bacia Hidrográfica, para além da unidade político-administrativa mínima – o

município – (portanto supra-municipal) e trans-estadual (estados como agregados de municípios constituindo uma unidade político-administrativa de escala mais ampla), que pressupõe planejamento, elaboração e implementação de ações integradas, vertical (perpassando, de forma articulada, as diversas escalas de instâncias político-administrativas) e horizontalmente (perpassando, de forma articulada, os diversos municípios).

Portanto, a opção por um universo de análise que abarca municípios que compõem a bacia do Itabapoana também faz reconhecer que, nessa dinâmica espacial, há uma coexistência entre espaços instituídos considerados oficiais (regiões político-administrativas e territórios delimitados e reconhecidos para fins de políticas públicas) e os não-oficiais (territórios delimitados por governantes, por pescadores e por movimentos sociais). Estes foram desconsiderados, aos olhos acostumados a sistematizações e enquadramentos, até porque só conhecidos por aqueles que neles transitam. São pequenos territórios que compõem o jogo de mapas representativos de interesses, manifestos em outros formatos das instituídas re-divisões regionais, sendo, no entanto, espaços fundamentais a serem reconhecidos para fins de estudo.

Como afirma CARDOSO (1979), ao considerar que toda delimitação territorial é uma abstração, uma simplificação de uma realidade mais complexa para finalidades de pesquisa ou de ação prática, em que as relações homem-espaco modificam-se no tempo, conforme o grau de variáveis de organização do meio ambiente pelo grupo humano. Para este autor o que importa é:

“Definir operacionalmente a região e saber integrá-la num conjunto significativo. Afinal o enfoque regional não é um método, e sim uma opção quanto à delimitação do universo em análise”. (CARDOSO, 1979, p.78).

Tratar as formas de uso de um bem público – a água, num contexto sócio-territorial de desigualdade social, pobreza e baixa dinâmica econômica, numa sociedade com projetos democráticos, requer que os agentes interessados possam contar com espaços de discussão, que tenham voz, que sejam ouvidos e que possam influenciar em instâncias decisórias. Portanto, não basta apenas a realização de estudos, pesquisas e elaboração de propostas relacionadas aos problemas ecológicos, há um desafio maior: desenvolver uma proposta de recuperação ambiental, num contexto onde, estando presentes diferentes interesses, devem ser levados em consideração. Torna-se, então, necessário articular esses interesses, por vezes através da

explicitação e da negociação de conflitos; desenvolver uma ação; e implementar as propostas necessárias que, todavia, acabam por ampliar a concepção de gestão de recursos hídricos, nele introduzindo componentes de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental.

A forma como foi concertada essa conjugação de interesses por agentes responsáveis pela condução do processo no Itabapoana, caso aqui analisado, não só demonstrou que a construção de uma nova ordem institucional dependia de readaptações e reinterpretções, como também que o exercício do poder deveria se sustentar em elementos cognitivos que definissem os saberes incorporados (NEVES, 1997). Nesse processo, houve momentos em que eventos configuraram arenas de disputas de posição, portanto, de poder. Foram, por isso mesmo, espaços de apresentação de questões, algumas delas se transformando em conflitos, aqui considerados a partir da idéia de que o conflito é parte constitutiva da ação social. Tal postura implica “incorporar desde os antagonismos de interesses decorrentes de posições sociais e convicções concorrentes, expressos de modo latente, até as suas manifestações espetaculares e politicamente externalizadas em torno da visibilidade pública”, levando em conta “os modos diversos de manifestação da divergência de convicções e interesses.” (NEVES, 1995, p.63).

No caso do Itabapoana, a análise das disputas em torno da utilização e controle de mananciais hídricos e dos recursos nele existentes levou à realização de um recorte analítico que identificou conflitos de diferentes naturezas. Federativos, por se tratar de um rio de domínio federal que abrange três estados e nele estarem confrontados interesses das diferentes escalas governamentais; entre pescadores e organizações ambientalistas contra responsáveis por empreendimentos hidroenergéticos; bem como entre pescadores e proprietários rurais, que põem em disputa modos distintos de apropriação material e simbólica de bens e recursos territorializados, no caso a água e o solo rural, e que, em última instância, podem levar à invisibilização da permanência de uma prática social<sup>6</sup>. Em muitos casos, sequer os objetos dos antagonismos chegaram a ser explicitados em espaços públicos, entretanto, quando publicizados, a dramatização desses conflitos explicitou as diferenciações existentes, o que provocou o reposicionamento de agentes e desencadeou posterior ampliação de redes sociais (LATOUR, 2000; CALLON & LATOUR, 1991).

A motivação suscitada por esse contexto fez aprofundar ainda mais nos elementos que podem ser destacados para problematização do objeto, em seus aspectos empíricos.

---

<sup>6</sup> Somente dois últimos foram privilegiados na análise da tese.

A adoção da bacia hidrográfica como unidade de gestão do desenvolvimento sustentável encaminha um confronto de diversas ordens ou diversas lógicas, provenientes das diferentes políticas públicas implementadas no território. Ao optar pela divisão geofísica considerada mais apropriada para a gestão do desenvolvimento sustentável, faz-se necessário incorporar o debate sobre a reprodução dos espaços sociais. A característica de ser composta por municípios do interior de três estados brasileiros – Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, portanto, com uma dimensão trans-estadual, promove uma dinâmica complexa. A rede de interdependência e intersecções se torna ampliada. Acrescenta-se o fato de que este campo de forças é permeado por outras configurações socialmente reconhecidas. Há delimitações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para as regiões político-administrativas. Há as construídas pelos próprios habitantes e governantes locais, as propostas para os assentamentos rurais pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra e para os consórcios ambientais. Há também aquelas oriundas dos programas do Governo Federal como o de Segurança Alimentar, implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Social; do Programa de Meso-regiões Diferenciadas do Ministério da Integração Nacional; a de Territórios da Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; os mosaicos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; além daquelas referentes às políticas estaduais. No caso em estudo, buscou-se aprofundar o que levou a adoção da *re-divisão* no Itabapoana, que configurações assumiram, e se foi a bacia hidrográfica a escala mais apropriada para a gestão das águas e do desenvolvimento sustentável.

A atuação dos agentes sociais responsáveis pelo Programa de Desenvolvimento da Bacia do Itabapoana foi fortalecer a inserção política de segmentos sociais - anteriormente em posição de menor força social nos espaços sociopolíticos de gestão -, promover a construção de interesses coletivos e fazer confluir para determinada região programas governamentais e iniciativas diversas. Esperava-se que, com esse movimento haveria a convergência de recursos financeiros e aporte técnico-científico, o que contribuiria para a minimização de problemas socioeconômicos, políticos e ambientais que faziam parte da agenda do Programa. Processos como esses contêm experiências de tensões permanentes, de cooperação e de conflitos, emanados dos agentes em disputa nos espaços sóciopolíticos que pretendem ser públicos, e geridos de forma democrática. Interessou saber até que ponto estes mecanismos institucionais

viabilizaram a publicização dos conflitos em jogo e os trouxeram para a visibilidade da cena pública.

Por outro lado, identificar usos da água foi também identificar os instrumentos de percepção e de expressão dos sujeitos cuja atividade não tem grandes expressões econômicas, entretanto, a água faz parte do seu modo de vida e é fonte primordial de sua reprodução. Essa posição levou a compreender outros “usuários” não valorizados pela visão normativa de uma tipologia que mesmo adotando princípios *participativos*, acaba por fortalecer determinados setores nos processos políticos de gestão, e não cria mecanismos para inserção de grupos sociais que possuem formas não institucionalizadas de se associarem. Este fato pode colocar em questão o sentido do *participativo* na operacionalização dos mecanismos de gestão preconizados na Lei de Recursos Hídricos. A partir desta consideração, buscou-se compreender qual o ponto de vista daqueles que se silenciam ou são silenciados, que se excluem ou são excluídos, mas vivenciam conflitos cotidianos pela multiplicidade dos usos desse bem. Assim, foi importante compreender como percebem as situações e por que canais expressam e encaminham a resolução dos problemas e conflitos referentes aos usos das águas.

Relacionadas à construção da investigação, no intuito de responder a essas questões e assim alcançar os objetivos específicos pretendidos, elaborou-se as seguintes hipóteses, desdobradas da hipótese geral:

- A bacia hidrográfica é uma escala pertinente para planejamento e gestão das águas em seus aspectos hidrológicos e ecossistêmicos, sendo também apropriada para planejamento e gestão de problemas sócio-econômicos-ambientais referentes às águas na medida em que sua delimitação seja ampliada para a divisão político-administrativa dos municípios. Assim, a convergência de recursos públicos para determinado território fortalece espaços públicos de planejamento e gestão e, conseqüentemente, o tecido social;

- Os conflitos são publicizados e debatidos nos espaços públicos institucionalizados, assim como neles são encaminhadas as suas possíveis resoluções;

- A efetivação de espaços públicos descentralizados promove a inserção de grupos e agentes sociais antes não presentes em organismos colegiados, entretanto, a natureza de certos modelos ainda não permite a participação dos grupos que não estão legalmente institucionalizados.

O recorte temporal sugerido para a pesquisa é correspondente à reconhecida longevidade do processo, embora, para efeitos de delimitação, seja dada maior atenção àquele equivalente a constituição do quadro institucional (1995-1997). Essa ênfase se reporta, principalmente, à atuação de uma instituição acadêmica em programa de pesquisa e extensão, presença deflagradora de uma dinâmica diferenciada entre pesquisadores e políticos, mas capaz de tornar reconhecido um tema fundamental aos representantes do Estado e demais agentes envolvidos com a idéia-valor de gestão do desenvolvimento sustentável. Foi importante entender quais são os desdobramentos da construção dessa estrutura institucional que comporta o Fórum da Bacia, os Conselhos Municipais, o Consórcio de Municípios e o Comitê de Bacia.

A legitimidade da ênfase neste objeto empírico ou sua relevância decorrem do fato de ser um processo que permitiu construir espaços sociais com acordos e regras construídas em nível regional, estruturou um programa de desenvolvimento sustentável referenciado a delimitação por bacia hidrográfica, e por ter se referenciado quanto à configuração institucional para torná-lo possível. Também se diferenciou quanto à forma de implementar a gestão de recursos hídricos em áreas trans-estaduais e fora de regiões metropolitanas, distinguindo-se da forma como a Política Nacional de Recursos Hídricos tem sido colocada em vigor. Foi uma experiência que deslanchou com a mediação política de agentes de uma instituição pública de ensino superior – a Universidade Federal Fluminense, e foi incorporada como uma experiência-piloto da Agenda 21 brasileira pelo Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Recursos Hídricos. Além disso, foi avaliada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/ONU – como uma das 10 melhores experiências brasileiras em governabilidade e desenvolvimento local.

### **A organização da tese**

A tese está subdividida em cinco capítulos, além desta introdução, da conclusão e referências bibliográficas.

Na introdução, apresenta-se o objetivo e contextualiza a temática da tese, trazendo elementos de problematização que possibilitaram o levantamento de questões norteadoras da construção da hipótese e do objeto. Foram discutidos os marcos de referências conceituais assim como os aspectos metodológicos da pesquisa.

O primeiro capítulo foi reservado para a apresentação dos caminhos metodológicos na compreensão dos processos de construção de espaços sociopolíticos, em especial aqueles voltados para o planejamento e gestão de bens de recursos públicos. Nele, podem ser evidenciadas parte da base teórico-metodológica mobilizada e os procedimentos de pesquisa utilizados.

O segundo capítulo consistiu em analisar a construção social da questão hídrica no Brasil, tendo como premissa a sua indissociabilidade das configurações assumidas pelos diferentes modelos de desenvolvimento econômico. Analisam-se as disputas entre projetos políticos, informados por distintos interesses acerca de concepções e propostas para a condução de políticas econômicas. Por sua vez, a intervenção do Estado nessa questão historicamente se pautou de forma fragmentada e centralizada, o que será alterado, não sem disputas, a partir do projeto de democratização que teve seu marco legal na Constituição de 1988, que foi decisivo para a criação da lei 9433 de 1997 a “Lei das Águas” brasileira. Para enriquecer esse debate, recorreu-se a alguns elementos de análise da descentralização do sistema francês de gestão de águas, a partir do Esquema de Ordenamento e Gestão das Águas da bacia do Rio *Vilaine*, o *SAGE-Vilaine*.

No terceiro capítulo analisou-se a reprodução ampliada do espaço social do Vale do Itabapoana, agora na referência delimitada por bacia hidrográfica. Traça-se os “vai-e-vens” das mudanças nas posições ocupadas pelos agentes e grupos sociais e que em uma dinâmica constante de agrupamento e desagrupamento, alteram as configurações ao longo da história.

A polissemia de intenções presentes nas diversas concepções de gestão ambiental foi tratada no quarto capítulo no sentido de perceber as influências dessas noções nos processos analisados. A partir de conceitos elaborados por vários autores, evidenciaram-se como em diferentes períodos e contextos, elas não só influenciaram políticas e processos relativos à questão ambiental como também as formas de participação de agentes e do público, demonstrando a variedade de expressões. Além de se mobilizar o conceito de gestão integrada e colegiada, idéia-valor adotada pelos agentes sociais ligados àquele espaço, utilizou-se a concepção de gestão concertada, tendo em vista que esta noção aporta uma melhor compreensão do caso em estudo. Enfatizou-se a concepção de gestão das águas elaborada por agentes sociais dos campos universitário e técnico para a Bacia do rio Itabapoana e as formalização dos espaços públicos de gestão. Foi feita uma apresentação do Projeto Managé,

com o propósito de fazer confluir interesses de agentes dos campos político, comunitário, universitário e técnico, a partir de reivindicação local. A construção do que se poderia chamar do modelo Itabapoana ou como é chamado pelos seus mentores, o modelo Managé, percorreu outras formas institucionalizadas para o trato da expressão da questão hídrica na região, mesmo em consonância com os princípios básicos da Lei 9433: processos participativos, bacia hidrográfica como unidade básica de planejamento e gestão e comitê de bacia como organismo local de gestão. A partir da análise dos campos das mediações, estabeleceram-se os princípios de ação e mediação política que embasaram a gestão de recursos hídricos nos processos em análise.

O quinto capítulo é voltado para a análise dos modos de participação dos agentes. Priorizam-se agentes de universidades, agentes governamentais e de associações ambientalistas e de moradores, que são membros de instâncias do Sistema de Gestão da Bacia do rio Itabapoana, como a Comissão Pró-Comitê, entre outros. A gestão ambiental participativa tem sido defendida nas últimas décadas como uma variável importante nos esforços para proteção ambiental. Entretanto, nem todos os grupos sociais conseguem reunir força social suficiente para fazer valer seus interesses na cena pública como é o caso dos pescadores do Rio Itabapoana.

## CAPÍTULO 1

### OS CAMINHOS METODOLÓGICOS NA COMPREENSÃO DOS ESPAÇOS SOCIOPOLÍTICOS

Inicialmente, há que se ressaltar que a dinâmica desse estudo privilegiou grupos e agentes sociais que construíram redes e canais de expressão para efetivação de projetos e políticas de âmbito socioambiental, modificando consideravelmente o espaço social em áreas de fronteira trans-estadual, a partir da delimitação de bacia hidrográfica.

Dessa forma, a dimensão espacial assume um caráter de extrema relevância para a compreensão dos processos analisados nesta tese: o *espaço* como uma das dimensões constituintes da vida social, tendo o território como a expressão de processos, interações e relações sociais. Por sua vez, as relações, os processos e as diversas formas de interação social comportam dimensões de representação, de produção de valores, da história, da cultura, da ação social referenciadas (CRUZ, 2003). Isso implica reconhecer o espaço como um:

“conjunto de posições distintas e co-existentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua *exterioridade mútua* e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e *entre*” (BOURDIEU, 2007).

A noção de espaço aqui utilizada é a do espaço socialmente construído. Analisá-lo implica considerar que nele se constituem também relações de concorrência e de disputa de poder entre agentes, onde indivíduos e grupos ocupam posições, cada qual com possibilidades diferenciadas de intervenção sobre o mundo material e simbólico.

Esteve no centro da análise o redimensionamento da construção de um “nós” que preside a elaboração de interesses coletivos, em situações que foram recriadas formas de classificação do espaço social, tendo por base processos de re-organização social voltados para o planejamento e gestão das águas. A delimitação geográfica por bacia hidrográfica, reproduzindo a dinâmica das fusões e fissões nos espaços sociais, na maioria dos casos tinha o reconhecimento limitado ao contexto de ação dos representantes das instituições concernentes àquela intervenção. Raros são os casos em que se pode perceber que o movimento desencadeado deu certa materialidade à *bacia hidrográfica* como *região*, situação em que pode ser evocada e instaurada pela construção de um *regionalismo* revisitado.

Considerando essa vertente aberta a partir da análise do material empírico, destaca-se a noção de região como arenas de disputas, unidade território-ação, aqui associada à noção de regionalismo como discurso que a representa e, ao representá-la, a institui:

“O discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto reconhecida e legítima, que a ignora (...) A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele anuncia no próprio ato de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia (que está autorizado a autorizar)... ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no conhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo, assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer à relação entre estas propriedades”. (BOURDIEU, 1998, p.116-117).

A relação entre as propriedades que os membros passam a reconhecer como comuns pode ou não ser algo perceptível de imediato, podendo, por isso, ser construída. Como afirma CRUZ (2002), na identidade regionalista, a construção do outro é movida pelos elementos de pertinência privilegiados no discurso. Sendo assim, se, na sua acepção original, os movimentos regionalistas são de caráter étnico-cultural, nacionalista, a conotação que aqui se utiliza tenta dar conta de mobilizações sociais com base na identidade territorial, em que o elemento cultural está sempre presente, mas cujo aspecto central não é necessariamente étnico ou nacionalista. Mantêm-se, todavia, o caráter essencial de disputa do controle sobre as condições de reprodução social de partes do território, articulados internamente (região) e externamente à luta política entre grupos sociais no espaço nacional.

Nessa disputa política, está em jogo a construção de espaços públicos, ordenados para propiciar o atendimento a interesses diversificados e divergentes, cuja colisão tem levado à degradação da qualidade de vida dos habitantes e da qualidade ambiental. A importância da construção desses espaços decorre do investimento no sentido de ampliar a possibilidade de entrada dos agentes e grupos distanciados do debate público.

Ao ser qualificado como espaço *público*, põem-se em relevo análises referentes a processos de democratização nas sociedades. Elas contribuem igualmente para a compreensão das lógicas que motivam os agentes a estarem dentro ou fora de processos de mobilização e participação sociais.

Ao partir dos significados mais elementares da noção de público, destaca-se o que se refere ao governo de um país, de um Estado, de uma cidade. Esse sentido é largamente utilizado na linguagem corrente da população brasileira, ao se referir ao “poder público” como poder governamental, dos eleitos. HOUAISS (2007). No entanto, define público como aquilo que diz respeito e pertence a um povo, a uma coletividade.

Partindo da concepção habermasiana de espaço público, que tem em vista a construção de vontade coletiva a partir da interação comunicativa e da negociação racional (HABERMAS, 2006), diversas análises têm sido realizadas. No Brasil, DAGNINO (2002) identifica que são espaços de construção de políticas, objetivados em movimentos sociais, em conselhos municipais, em orçamentos participativos, considerados como *grandes novidades* a partir de 1990. Atribui-se aos agentes sociais, que dele fazem parte, o papel de promover um amplo debate no seio da sociedade sobre temas de interesses até então não incluídos na agenda pública. Entretanto, eles também são vistos como espaços de *ampliação e democratização da gestão estatal*, nos quais as organizações da sociedade buscam estabelecer relações mais diretas com os porta-vozes do Estado.

A partir da mesma vertente teórica, Candau (1999) e Beuret (2006) analisaram processos de concertação para a gestão de *bens comuns*, a partir de fóruns locais na França, na Bolívia e na África. Tais fóruns foram considerados espaços públicos nos quais os agentes buscam se entender sobre as regras ou ações, visando a gerir um bem submetido a usos múltiplos e muitas vezes concorrentes, em função de uma vontade comum. Dessa forma, pode-se ainda produzir o reconhecimento de interesses coletivos, assim definidos pela concertação, pela negociação e pela formação da representação política. Os processos de formação de interesses não é algo espontâneo, e só pode ser reconhecido no bojo das relações que o produzem (OFFERLÉ, 1998).

Nesse trabalho, consideram-se espaços públicos aqueles que são constituídos como arenas abertas, acessíveis a indivíduos e a diferentes grupos, organizações, associações, universidades, sindicatos, órgãos governamentais, autônomos nas suas posições perante o Estado, mas em relação com seus representantes. São reconhecidos como lugares de disputas, de confronto de idéias, de projetos, de interesses, de posições sociais, de expressão em conflitos de interesses. Ao mesmo tempo, eles podem tornar-se espaços de convergência, de cooperação, de construção de projetos coletivos. Seu quadro de formação é complexo,

heterogêneo e indeterminado, referenciado pela dinâmica dos agentes que entram e saem do processo.

A busca da convergência de interesses não pode ser pensada sem considerar a sua contraposição: a divergência de interesses, propulsora da construção dos conflitos sociais, inerentes a processos dessa natureza.

Em geral, a literatura técnica em recursos hídricos refere-se aos conflitos em torno do uso da água associados a sua escassez qualitativa ou quantitativa. Nesse enfoque, o desequilíbrio entre sua oferta e a demanda tende a determinar o grau de competição pelo seu uso. Há também a concepção que os considera inerentes às diferentes formas de disputa pela apropriação de recursos territorializados (CARNEIRO, 2003).

Algumas pesquisas os analisam no bojo dos conflitos de caráter ambiental, compreendidos como:

“aqueles desencadeados quando certas atividades ou instalações afetam a estabilidade de outras formas de ocupação em espaços conexos, sejam estes ambientes residenciais ou de trabalho, mediante impactos indesejáveis transmitidos pelo ar, pela água ou pelo solo” (ACSELRAD, 1997; 2004, p.7).

Outra forma de abordagem é concebê-lo no âmbito das relações de poder, em que um conflito ambiental se desenvolve, por um lado, no plano da distribuição do poder onde os diferentes tipos de força (social, econômica e político propriamente dito) constituem trunfos, com pesos relativos, no espaço social onde se configuram as relações de hegemonia e dominação; por outro lado, o conflito se exprime no plano simbólico, mediante elaboração de categorias, representações, crenças e esquemas classificatórios que estruturam e legitimam as ditas relações de poder (OLIVEIRA, 2004).

Considera-se, nessa tese, a idéia de que o conflito é parte constitutiva da ação social. Tal postura implica “incorporar desde os antagonismos de interesses decorrentes de posições sociais e convicções concorrentes, expressos de modo latente, até as suas manifestações espetaculares e politicamente externalizadas em torno da visibilidade pública”, levando-se em conta “os modos diversos de manifestação da divergência de convicções e interesses.” (NEVES, 1995, p.63).

Atenção especial foi dedicada a situações em que sequer os objetos dos antagonismos chegaram a ser explicitados em espaços públicos. A análise também revelou outros canais onde

os grupos sociais se exprimem. Por esse itinerário publicizado, a dramatização desses conflitos pode explicitar as diferenciações existentes, provocar o reposicionamento de agentes e desencadear a ampliação de redes sociais para o seu encaminhamento (LATOURE, 2000; CALLON & LATOUR, 1991).

Valorizar a presença de interesses convergentes e contraditórios, saberes qualificados e desqualificados nesse campo de disputas e reivindicações, e analisá-los a partir do conceito de concertação (BEURET, 2006), foi reconhecer, nos processos em estudo, a existência de diferentes espaços e formas de participação de agentes e grupos sociais no trato de problemas que vivenciam e desejam solucionar.

A concertação assim está relacionada a processos que ocorrem entre agentes de um território em torno de uma problemática, permitindo que eles se encontrem para o estabelecimento de diálogos que promovam uma construção coletiva de visões, de objetivos, de projetos comuns, tendo em vista agir e/ou decidir em conjunto. Esse diálogo requer tempo e competências específicas e pode ser facilitado, por quem o coordena. A emergência desses tipos de processos pode advir desde agentes oriundos de instituição externa, voltada para a implementação de um projeto ou para a regulação de um conflito, a uma liderança local que enseja defender uma causa. Para além de tais motivações, o objetivo perseguido é que a mudança não seja imposta aos agentes, mas que soluções sejam construídas em conjunto. Um processo como esse é um chamado à iniciativa, à criatividade, à disponibilidade dos atores, além de ser fruto de uma atitude voluntária (BEURET, 2006).

É importante destacar que aqueles que entram em um processo de concertação não são agentes que ignoram suas diferenças. Ao contrário, eles sabem que não se trata de diálogos entre iguais, mesmo que os requeiram horizontais. A concertação não é uma operação estática, que consista em identificar pontos de convergência que existam nas posições dos agentes, por se colocarem de acordo sobre um denominador comum (visão largamente difundida no senso comum). O que está em jogo é a mudança em relação à situação de partida, contrariamente ao que seria uma simples identificação de zonas de consensos.

O acordo é, assim, a base de toda a *gestão concertada*, sendo essa definida como “um processo no qual os atores se engajam a fim de gerir juntos um ou mais bens, espaços ou territórios que lhes são comuns ou de influenciar os atos e decisões determinantes para o futuro desses bens comuns” (idem, p.317). Essa forma de gestão, segundo o autor, pode incluir os

períodos de iniciais dos diálogos, de negociação, de consultas de alguns grupos sociais, como também de informação dos participantes. Como os processos de concertação ocorrem em médio e longo prazos, os agentes constroem itinerários, que nem sempre são pré-definidos. Para a análise de processos dessa natureza, identifica-se os agentes, as suas questões e os modos de participação. Beuret (2006) propõe, então, a reconstrução dos *itinerários de concertação*, concebido como “o caminho efetivamente seguido pela concertação em termos de conteúdo e de forma”. Nesse caminho, interessam as redes de agentes e as relações que estabelecem.

A noção de rede escolhida leva em conta que ela pode ser formada considerando entidades humanas e não humanas, individuais ou coletivas, que liga todas aquelas que participam de um determinado problema (Callon e Latour, 1991).

A construção de espaços e redes pressupõe a constituição de mediações como forma de criar e articular os meios de interconexão de universos e posições distintas. Afilia-se aqui a uma perspectiva das mediações como “fundamentos de uma postura metodológica mais pertinente ao estudo de processos de construção social”, em que as condições de sua existência são socialmente determinadas, portanto contextuais, por pressuporem ações humanas na construção de significados e práticas a elas relacionadas (NEVES, 2008). Valorizar o plano das mediações sociais é compreender as:

“operações de interligações e posições sociais recíprocas e, portanto, de referenciadas interconexões entre indivíduos; de produção de recursos de integração e distinção, de consentimento e questionamento da ordem que assim se apresenta e transforma”. (NEVES, 2008, p.24).

Diferenciadas formas de mediação são destacadas por Neves (2008) no intuito de facilitar a compreensão dos diversos campos em que esta questão vem se impondo, seja por enfoque analítico, bem como por modalidade de prestação de serviços. A classificação operada refere-se à *mediação técnica de prestação de serviços* em que se atua na “conciliação diante de divergências ou da intervenção de outrem com o objetivo de propor o acordo ou o compromisso”, e aos *agentes de desenvolvimento enquanto mediadores políticos*. Estes, diferentes dos primeiros, são os responsáveis pela auto-construção como mediadores e pela construção das “representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que torna possível este modo de interligação” (NEVES, 2008, p. 30-38).

A partir da análise dos espaços construídos, encontrados na pesquisa, procurou-se pôr em destaque as condições de construção do processo de obtenção de hegemonia política de visão de mundo por um determinado grupo social, e reconhecer que ela decorre da participação num jogo concorrencial que revela forças heterogêneas.

Alguns desses percursos e eixos dos interesses podem ser verificados no quadro abaixo que apresenta os “Espaços Sociais” e as respectivas Concertações identificadas na Bacia do Rio Itabapoana.

**Quadro 1:** Identificação dos Espaços e Concertações

<b>ESPAÇOS</b>	<b>RESULTADOS DAS CONCERTAÇÕES</b>
<b>Projeto Managé</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adesão de agentes ao SISGEBI.</li> <li>• Criação de agenda supra-local.</li> </ul>
<b>Seminários de Integração</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acordo para ações na Bacia do Itabapoana - <i>Carta do Itabapoana</i>.</li> <li>• Definição e hierarquização de projetos a serem elaborados e viabilizados, a partir de pesquisas e diagnóstico.</li> </ul>
<b>Consórcios de Municípios</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação entre prefeitos para a criação e consolidação do Consórcio.</li> <li>• Organismo responsável pela viabilização dos projetos definidos no Fórum, inclusive formação do Comitê.</li> </ul>
<b>Conselhos Municipais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição de projetos prioritários, a partir de demandas dos agentes concernentes, para resolução em escala municipal ou regional.</li> </ul>
<b>MANARTE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação de rede regional de associações de artesãos e associações de pequenos produtores.</li> </ul>
<b>Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Bacia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de acordos de projeto coletivo em torno dos temas: saneamento ambiental; diversificação de atividades produtivas no meio rural; fortalecimento de organizações comunitárias.</li> </ul>
<b>Comissão Pró-Comitê da Bacia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento da rede de agentes para influenciar na formação do Comitê de Bacia a ser aprovado pela ANA e CNRH.</li> </ul>

## **O método: problemáticas privilegiadas na análise**

Desenvolver a pesquisa sobre a relação entre agentes e espaços sociais na bacia do Itabapoana é entrar num universo de pesquisa e assumir uma dicotomia de analisar processos dos quais, a autora da tese, participou durante vários anos da sua construção e, portanto, exigiu um esforço de ultrapassar um olhar de caráter, inicialmente, técnico para uma perspectiva de um estudo empírico aprofundado em suas bases teórico-metodológicas.

Dessa forma, adentrar pelo universo das configurações que emergiram na região do Itabapoana é re-conhecer que esse próprio universo suscitou a busca de categorias teórico-metodológicas que conseguissem ajudar a compreender os fenômenos sociais ocorridos naquele território.

Trata-se de um retorno a um território após três anos de completo afastamento, inclusive físico, em que se tornou necessário a re-identificação dos atores e agentes, buscando caminhos que necessitaram ser cruzados, já que detinham certo conhecimento do que seria entrar pela via das instituições criadas no âmbito do Projeto Managé do qual a autora fez parte da equipe conforme explícito na introdução. Entretanto, havia o risco de que os “pré-conceitos” não deixassem emergir novas situações. Dessa forma, optou-se pela utilização de várias portas de entrada nessa realidade que conduzissem a perspectivas diferenciadas de informações e a respostas que provocassem variações e contraposições diante das possíveis subjetividades da pesquisadora, outrora, mergulhada nas significações do objeto de estudo. O grande desafio foi analisar a construção de processos ainda em construção.

Os desdobramentos das questões de pesquisa privilegiaram o seguinte quadro de questões teórico-metodológicas: estudo dos processos de construção de espaços sociais para o planejamento e gestão de bens e recursos públicos, no Vale do Itabapoana. Efetivamente eles foram encaminhados mediante diversos e sucessivos procedimentos.

O primeiro momento da pesquisa dedicou-se de forma mais intensa ao levantamento de dados sobre os processos de reprodução do espaço social do Vale do Itabapoana; sobre as redes formadas entre professores-pesquisadores-extensionistas, estudantes, políticos, governantes, técnicos de universidades e de órgãos governamentais e membros de organizações sócio-profissionais, ambientalistas e associações de moradores; sobre o sistema de planejamento e

gestão de bacias hidrográficas criado nesse âmbito e sobre as controvérsias e conflitos de interesse gerados entre os agentes.

Sendo assim, se a dinâmica política que constituiu e reproduziu o espaço social do Vale estava assentada sobre a batuta de agentes econômicos dos setores da cafeicultura, cana-de-açúcar e da pecuária, bem como de agentes do campo político, notadamente, prefeitos e deputados federais a eles aliados, na configuração por Bacia ampliou-se a complexidade dessa dinâmica, na medida em que, colocou-se em confronto, agentes do campo universitário/científico, agentes econômicos (dessa vez incluídos pequenos e médios) e agentes do campo comunitário.

**Figura 1:** Posicionamento dos agentes no espaço social do Itabapoana.



A obtenção dessas informações contou com uma base composta por:

- publicações e teses de pesquisadores que estudam a região, como: Airton Bodstein de Barros, Aristides Arthur Sofiatti, Delma Pessanha Neves, José Luiz Vianna da Cruz e Vilma Almada.

- Relatórios e publicações da UFF / Projeto Managé, Consórcio do Itabapoana e FUNDENOR – Fundação Norte-Fluminense de Desenvolvimento Regional.

- Entrevistas e diário de campo.

Esse fio condutor facilitou o retorno da autora ao conjunto de questões correspondentes e a retomada de contatos para trabalho de campo. Visou-se, ainda, considerar as mudanças ocorridas pela alteração do padrão de relacionamento de representantes do meio acadêmico com representantes de órgãos do Estado, bem como entre esses e representantes de organizações locais, evidenciando-se grupos sociais com pouca ou nenhuma inserção nos espaços criados. Portanto, foi dada especial atenção aos modos de registro das inflexões no sistema de articulação entre agentes de universidade e as novas relações construídas com representantes do Estado, bem como das novas relações entre representantes de várias escalas de governo (Municípios, Estados e União).

Em um segundo momento, ultrapassou-se a pesquisa documental e centrou-se o trabalho de campo na construção de trajetórias entre várias categorias de agentes: representantes da universidade, representante dos prefeitos, assim como técnicos que atuaram como animadores na formação das instâncias do SISGEBI – Sistema de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do rio Itabapoana. Consideraram-se as suas posições no espaço social, as alternativas que foram criadas para a incorporação dos problemas evidenciados, a construção de projetos, as estratégias de encaminhamento dos projetos coletivos. Através do estudo dessas situações pode-se também identificar que houve processos de construção de outros agentes de mediação social e política, como os agentes de desenvolvimento sustentável, responsáveis por animar os processos de formação dos conselhos, associações regionais, consórcio, comitê, entre outros.

Para evidenciar e analisar os grupos cujos problemas não foram levados em consideração pelos agentes do quadro institucional formado, porque distantes dos modelos privilegiados de representação política (associações, sindicatos, etc), valorizou-se as trajetórias familiares entre pescadores e pequenos agricultores, levando em conta a diferenciação de posições, hoje mais visivelmente estabelecidas entre pescadores. Consideraram-se aqueles que

vieram galgar a posição de assentados, e que continuaram se ocupando da pesca. Com esse investimento foi possível compreender os conflitos constituídos e por eles denunciados, os canais de expressão e formas de encaminhamentos.

Ao inscrever a base do trabalho de campo nessas dimensões, foi possível analisar o Sistema de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana - SISGEBI, refletido diante das mudanças de posições nas hierarquias antes centradas nos representantes da universidade, e agora nos prefeitos, reunidos em torno do consórcio do Itabapoana como também valorizar a posição daqueles não considerados por este sistema.

Os estudos empíricos foram desenvolvidos sob a ótica da constituição de *agentes e espaços sociais*, a partir da concepção de Bourdieu (1989; 1996), bem como sob elementos de análise dos processos, como o contexto histórico e de evolução dos agentes sociais; as adesões, constrangimentos e conflitos provocados pelas disputas nos espaços públicos criados em escala local ou ofertados pelo Estado; os interesses e investimentos colocados em jogo e as posições dos agentes e grupos nos espaços sociais aí configurados. A reconstrução analítica dessa trajetória prescindiu de várias fontes de informações para a construção do quadro desejado.

### **As fontes primárias:**

#### ***Entrevistas com agentes institucionais e grupos sociais***

Em uma pesquisa qualitativa, a entrevista caracteriza-se como um instrumento importante por possibilitar a produção de conteúdos fornecidos diretamente por aqueles que podem contribuir para o estudo desenvolvido. Nela, podem-se obter informações de caráter primário e mesmo secundário, a serem estruturadas de variadas formas.

A utilização deste instrumento incorporou o estudo das representações, das expectativas, dos projetos e dos interesses dos diversos agentes envolvidos no jogo de forças que permitiu as reordenações subjacentes à própria mudança. Nesse caminho analítico, buscou-se:

“a construção de totalizações provisórias – constituídas pelas ações de agentes diferenciados em termos de identidades, posições, reivindicações e representações a respeito da ordem social (real ou desejada) – expressas pela elaboração de projetos coletivos consubstanciados em dissensões e reciprocidades”. (Velho, *in* Neves 1998, p.23).

Com esse intento, parte das informações em fontes primárias foi obtida por meio de entrevistas semi-estruturadas em que, a partir de objetivos e eixos definidos, os entrevistados abordaram o tema proposto. Foram elaborados roteiros que possuíam uma primeira parte comum e uma segunda que se diferenciava para atender especificidades pretendidas, segundo a posição dos agentes e grupos.

A formulação do roteiro norteador das entrevistas com os **agentes institucionais** (representantes da universidade, das administrações municipais e estaduais) baseou-se em elementos como: a posição no espaço social da *região* da bacia do Itabapoana, a construção dos espaços sociopolíticos, os momentos de adesão, os investimentos feitos, as convergências, as divergências e os conflitos de interesses. (Anexo 1). Nesses casos, as entrevistas foram aplicadas aos agentes classificados em dois grupos, a partir de características apontadas nos estudos exploratórios.

O primeiro grupo se constituiu de agentes situados em posição de coordenação no sistema de gestão da Bacia do Itabapoana entre 1996 e 2006, tendo por isso acumulado informações sobre o desenvolvimento dos processos em análise. O intuito foi reconstruir, a partir do ponto de vista desses agentes, posteriormente confrontados à análise documental, as trajetórias de constituição dos espaços. Nesse sentido, foram entrevistados, em uma média de três encontros, o coordenador do Projeto Managé (professor-pesquisador da UFF); o Secretário executivo mais o Presidente do Consórcio de Municípios da Bacia do Itabapoana; o vice-Presidente do Fórum do Itabapoana e a secretária executiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Presidente Kennedy (único CMDS em funcionamento na ocasião da pesquisa).

Nessa etapa foram encontradas algumas dificuldades para completar o grupo de entrevistados previsto, vinculados ao SISGEBI. Uma delas diz respeito à impossibilidade de entrevistar alguns membros após várias tentativas realizadas para agendar a entrevista, como por exemplo, o primeiro presidente do Fórum do Itabapoana, ex-prefeito de Campos dos Goytacazes na gestão 2000-2004<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Em 2006 ele se elegeu Deputado Federal. As tentativas de marcação de entrevistas se deram em 2006 e 2008. A despeito de ele próprio responder de forma afirmativa a solicitação por correio eletrônico, esta nunca foi acompanhada do agendamento, nem mesmo após contato com seus assessores.

O segundo grupo de entrevistados foi composto por representantes de organizações ambientalistas (OMDA), de associações comunitárias (MANARTE), representante de prefeituras (Consórcio do Itabapoana), dos governos dos estados do Espírito Santo (IEMA) e Rio de Janeiro (SERLA), membros da Comissão pró-Comitê de Bacia do Itabapoana.

Para contemplar os **grupos que não constituíram representação delegada** nos espaços criados foi elaborado roteiro específico, voltado para reconstrução das *trajetórias de vida*, sua relação com o Rio Itabapoana, suas formas de participação nos espaços criados. Eles foram aplicados a vinte e três pescadores do Itabapoana, ribeirinhos residentes nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana e São Francisco do Itabapoana. (Anexo 2) A escolha desses pescadores foi em decorrência de ter sido em nome desse segmento a reivindicação – o peixamento do Rio Itabapoana - que provocou a estruturação de um projeto - Projeto Managé, o ponto de partida para deslançar os processos analisados nesta tese. Também foram os grupos de pescadores os responsáveis pela construção e publicização dos conflitos entre eles e os proprietários rurais, e entre eles e os responsáveis pelas hidrelétricas de Rosal e Ponta do Garrafão, no médio Itabapoana.

### ***A participação em reuniões, assembléias, eventos e manifestações públicas (políticas e culturais).***

Para evidenciar os processos de construção simbólica da região, os projetos que representam os *interesses coletivos*, os interesses hegemônicos e as prioridades gerais, foram pesquisados material produzido pelos eventos públicos de explicitação de interesses e formulação de proposições, bem como os veiculados pela imprensa. Dentre eles estão os “Seminários de Integração”, que se tornaram espaços públicos de discussão da produção técnico-científica, de tomadas de posições e da realização de contratos, destacando-se, entre eles, *a Carta do Itabapoana*, produzida em 1997, e que foi o primeiro acordo formalizado em prol das ações naquela região, assinado por pesquisadores, prefeitos, governadores e representante do Ministro do Meio Ambiente. Associados aos conteúdos das reuniões foram analisados materiais dos cursos, material de divulgação e *outdoors* utilizados na entrada dos municípios. Esses instrumentos foram utilizados para tornar reconhecido o Programa e promover a adesão de agentes locais ao processo e às propostas. Devido à inexistência de um

veículo de comunicação de âmbito regional e a importância do *Jornal do Managé* na formação de opiniões para construção da idéia da bacia hidrográfica como região, esse instrumento de mediação recebeu uma atenção especial na análise.

O levantamento de informações em fontes primárias teve uma importância peculiar neste trabalho. Nele estivemos atentos para os elementos inusitados, que não foram apresentados em outras fontes ou em outros momentos, mas que traziam indicações para responder as questões da pesquisa.

### **As fontes secundárias:**

As fontes de informação secundária podem ser resumidas em quatro grupos principais:

#### *- Bibliografia científica e acadêmica:*

O fato do objeto da tese transitar no campo socioambiental fez recorrer a referências bibliográficas nos campos da sociologia e da antropologia política. O confronto entre parte dos dados das primeiras fases da pesquisa empírica com referencial teórico utilizado até então mostrou a necessidade de se buscar noções para desdobrar/complementar a base utilizada.

Na constituição da pesquisa se as concepções de Bourdieu contribuíam para a análise do espaço social e dos campos de poder, faltava a ancoragem adequada, ao caso em questão, para a análise de redes sociais, para o qual se mobilizou noções a partir da sociologia da tradução (Michel Callon e Bruno Latour).

Foram consultados o banco de teses da CAPES, de Universidades e Instituições científicas do Brasil e da França. Mesmo raras, utilizou-se teses e dissertações elaboradas com base empírica de referência na região da bacia do Itabapoana. Lançou-se mão de artigos científicos que se referem ao tema da tese.

#### *- Bibliografia técnica:*

Tratou-se da utilização de relevante material produzido pelos técnicos das instituições e organizações públicas e privadas consultadas. Foram eles documentos como relatórios, estudos

descritivos, diagnósticos, planos, correspondências, processos, atas de reuniões, assembléias e audiências públicas. As bases de informações estavam nos arquivos da Universidade Federal Fluminense/Projeto Managé, Consórcio de Municípios da bacia do rio Itabapoana (escritórios em Bom Jesus do Itabapoana/RJ e Campos dos Goytacazes/RJ), FUNDENOR – Fundação Norte-Fluminense de Desenvolvimento Regional, EMATER-Rio, IBAMA, IEMA/ES, IGAM/MG e SERLA/RJ.

- *Imprensa escrita:*

Foram utilizadas matérias publicadas em jornais de circulação local, estadual e nacional, algumas de arquivo próprio da autora da tese, outros dos arquivos das bibliotecas municipais, bem como de *clippings* existentes nos arquivos do Projeto Managé/UFF e Consórcio do Itabapoana. Também foi utilizado o *Jornal do Managé*.

- *Páginas de internet:*

As buscas em sites na internet se deram em função de vários objetivos:

- Apreender os elementos relativos ao objeto em análise que circulavam por este canal de informação/comunicação, para o que se lançou palavras chave como: Bacia do Itabapoana, Consórcio do Itabapoana, gestão de águas na bacia do Itabapoana, desenvolvimento sustentável na Bacia do Itabapoana, etc. A partir desta busca chegou-se a sítios do Projeto Managé/UFF, do SEBRAE, do Ministério da Integração Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Social, do IBAM, de jornais (em especial do estado do Espírito Santo), entre outros. Da mesma maneira que foi realizado para informações do caso do Itabapoana (Brasil), foi feito para o estudo do Rio *Vilaine* (França), identificando-se informações nos sítios da *Institution d’Aménagement de la Vilaine - IAV*, do *Gest’eau, Eau et Rivière, Chambre de l’Agriculture de Bretagne*, e do *Comité Loire-Bretagne*, por exemplo. As informações foram utilizadas para complementar aquelas de outras fontes.

- Identificar produção acadêmico/científica existente, para serem utilizadas como referência. Foram utilizadas as bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e bibliotecas virtuais de universidades brasileiras e francesas.
- Complementar base de dados da pesquisa, para o que foram utilizados sítios do IBGE, ANA, ANNEL, Ministérios, IBAMA, IEMA, IGAM, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, entre outros.

#### *- Material de comunicação*

Muitas informações que precisavam ser complementadas (como por exemplo, atividades desenvolvidas e instituições participantes) foram encontradas em folheteria, livretos, *banners*, cartazes de eventos, fotografias e fitas de vídeo, nos acervos da UFF e do Consórcio do Itabapoana.

### **Cronologia da pesquisa empírica**

#### *O trabalho de campo na região do Itabapoana*

O trabalho de campo na região do Itabapoana foi realizado em períodos intermitentes, com maior concentração no ano de 2006.

Durante uma semana (final de janeiro e início de fevereiro de 2006), percorreram-se as localidades mais próximas às margens do rio, no baixo e médio Itabapoana.

Nesse retorno à região, o foco da atenção esteve voltado para uma re-leitura da paisagem, acrescida dos conteúdos dos contatos feitos também com moradores e comerciantes, ao longo das estradas em especial nos municípios de Presidente Kennedy/ES, São Francisco do Itabapoana (onde se localiza a foz do rio). O tema desses encontros se deu em torno da história dessas pessoas com o rio Itabapoana. Eles indicavam pessoas a serem contatadas. Assim, por indicação ou contatos aleatórios foram feitos contatos com agricultores e pescadores residentes

às margens do rio, ou das lagoas, considerados pela autora desta tese como os *ribeirinhos*<sup>8</sup> do Itabapoana. As informações obtidas foram registradas em diário de campo, utilizado como material de análise.

Ao iniciar a visita da foz para montante, algo menos frequente nas incursões da autora em outros contextos de trabalhos de extensão universitária na região, acreditou-se que essa experiência traria elementos que pudessem subverter algumas visões pré-concebidas, na medida em que se buscava outra entrada para a pesquisa.

O segundo momento requereu um maior período de tempo. Fixou-se residência em Bom Jesus do Itabapoana/RJ entre os meses de setembro a novembro de 2006, onde foram realizadas as entrevistas e acompanhamentos a rotina do grupo de pescadores residentes nesse município, assim como o levantamento de informações no Núcleo de Documentação do Consórcio do Itabapoana, nos arquivos da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional- FUNDENOR e do IBAMA. Por ser um município localizado no centro da Bacia do Itabapoana, também facilitava o acesso a outros municípios. Foi possível estar presente em reuniões do Consórcio do Itabapoana e da Associação Regional de Artesanato, Agroindústria e Turismo da Bacia do Rio Itabapoana - MANARTE.

As informações obtidas foram ordenadas e classificadas de acordo com os eixos de análise a partir da base teórico-metodológica empregada. A construção dos dados contou com a elaboração de grades/quadros/esquemas de forma a facilitar a sistematização e visualização do conjunto das informações, permitindo também estabelecer cruzamentos e relações.

Em suma, a análise priorizou as seguintes vozes na compreensão dos espaços sociopolíticos na Bacia do Itabapoana:

- *Agentes da universidade*, responsáveis pela elaboração do Projeto Managé, que encerra uma concepção que compreende: território/região de bacia hidrográfica; construção coletiva de espaços públicos institucionais de gestão territorial de bacia hidrográfica no sentido amplo, contemplando as divisões político-administrativas oficiais – municípios e estados, por reconhecê-las como o recorte oficial de canalização de recursos, de elaboração

---

<sup>8</sup> A categoria *ribeirinho*, assim utilizada no texto para os moradores das margens do Itabapoana, é adotada pela autora. Na região em estudada este termo não é utilizado para a classificação desses moradores. A identificação é feita pela atividade de trabalho que desenvolvem, como por exemplo: pescador, comerciante, trabalhador, agricultor, entre outros.

e implementação de políticas e ações públicas. Estes foram os responsáveis pela sensibilização das prefeituras e de grupos sociais locais, além das administrações públicas às diversas escalas supra-municipais – Estado e União.

- *Agentes das administrações públicas envolvidas*, com destaque para prefeitos e representantes de governos estaduais.
- *Grupos sociais institucionalizados em associações*, como as ambientalistas.
- *Grupos sociais não formalizados em associações*, notadamente os pescadores do rio Itabapoana, mas que atuam em conjunto para resolverem problemas

Foram entrevistados os agentes mediadores que atuaram no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Itabapoana, como o Coordenador geral e técnicos do Projeto Managé e técnicos do Consórcio de Municípios da Bacia do Itabapoana. Objetivou-se a identificação e análise das formas de vinculação desses agentes que reconhecem o debate sobre modos responsáveis de uso da água como recurso de organização social e de redefinição de formas de inserção. Orientadas pela definição e orquestração pública de interesses, promoveram novas configurações institucionais e fizeram reconhecidos espaços sociopolíticos organizados para a gestão do desenvolvimento sustentável e gestão das águas.

As entrevistas com agentes dos diferentes segmentos civis e governamentais que fazem parte das instâncias colegiadas de gestão, em especial do Consórcio de Municípios da Bacia do Itabapoana, do Fórum e da Comissão Pró-Comitê.

Considerando-se que as portas de entrada para a pesquisa pelos agentes sociais representantes das instituições não seriam suficientes para a compreensão das formas de participação dos grupos sociais sem representação delegada nos espaços institucionalizados, foram realizadas entrevistas abertas com pescadores do Rio Itabapoana.

Foi aplicado um questionário para coleta de dados mais objetivos sobre as condições sociais presentes nos diferentes contextos. Foram entrevistados pescadores do médio e do baixo Itabapoana, residentes nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana e São Francisco do Itabapoana. Foi realizada uma adaptação de leitura de paisagem, com o objetivo de captar a percepção do “território” por eles reconhecido.

Para evidenciar o processo de construção simbólica da região, dos projetos que representam os *interesses coletivos* dos interesses hegemônicos e das prioridades gerais, foram pesquisados o material produzido pelos eventos públicos de explicitação de interesses e

formulação de proposições e em veículos de comunicação. Dentre eles estão os “Seminários de Integração”, que se tornaram espaços públicos de discussão da produção técnico-científica, de tomadas de posições e da realização de contratos, destacando-se, entre eles, *a Carta do Itabapoana*, produzida em 1997, e que é o primeiro acordo formalizado em prol das ações naquela região, assinado por pesquisadores, prefeitos, governadores e representante do Ministro do Meio Ambiente. Associados às reuniões, foram analisados materiais dos cursos, material de divulgação, *outdoors* utilizados na entrada dos municípios; além desses, o *Jornal do Managé* – que se tornou o veículo de maior capilaridade. Esses instrumentos foram utilizados para tornar reconhecido o Programa e promover a adesão de agentes locais ao processo e às propostas. Devido à inexistência de um veículo de comunicação de âmbito regional e a importância do *Jornal do Managé* na formação de opiniões para construção da idéia da bacia hidrográfica como região, este instrumento de mediação recebeu uma atenção especial na análise.

Para a melhor compreensão de alguns dados analisados, concebeu-se e elaborou-se mapas especificamente para a tese, a partir da base cartográfica municipal do IBGE e o mapa da Bacia do Itabapoana elaborado pela Universidade Federal Fluminense- UFF, com informações de documentos públicos da ANEEL, do Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Desenvolvimento Social.

Após a realização de uma análise preliminar das informações obtidas, tornou-se pertinente aprofundar e enriquecer o referencial teórico-metodológico da pesquisa, principalmente no que dizia respeito a utilização das categorias de espaço público e redes para análise das relações sociais que envolviam o uso e partilha de bens e recursos públicos ligados a águas. Mesmo tendo decidido não realizar um estudo comparativo, verificou-se que uma interlocução que confrontasse a experiência do Itabapoana com outra experiência, da mesma natureza, poderia contribuir sobremaneira a uma compreensão mais crítica dos fenômenos analisados.

Como enunciado no item *fontes de informações*, ainda em 2006, a orientadora colocou a autora de tese em contato com o livro recém lançado na França *La conduite de la concertation: pour la partage des ressources* de Jean-Eudes Beuret. O referido livro apresentou referências de análise identificadas com o que se buscava: pesquisas no campo socioambiental, apoiadas os conceitos de rede social e de espaço público.

A aprovação de um projeto no edital UNICAMP/PDEE- CAPES, de estágio de doutoramento no exterior, aliada a uma trajetória de ações conjuntas da FEAGRI/UNICAMP com o AGROCAMPUS/ENSAR, criou as condições necessárias para esse intercâmbio.

A apreciação e aprofundamento dos conceitos utilizados por Beuret deram-se durante o ano de 2007, na estada no Laboratório de Desenvolvimento Rural da ENSAR<sup>9</sup>. Foi possível ampliar a discussão das pesquisas realizadas por seus componentes, incluindo aquelas em que a concepção de espaço público tinha sido utilizada para analisar o que Beuret chamou de *fóruns híbridos*<sup>10</sup>, bem como entrar em contato com uma experiência de descentralização do sistema francês de gestão de águas – a do SAGE da Bacia do Rio Vilaine. Conforme afirmado anteriormente, não se tratou de estruturar um estudo comparativo. O objetivo do estudo do SAGE Vilaine, a partir da perspectiva da construção de espaços públicos (e, portanto, participativos), foi enriquecer as reflexões e ampliar os elementos para a análise do objeto da pesquisa, aplicado ao estudo das relações sociais no Itabapoana (no sudeste brasileiro).

Para proceder a esse estudo, inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica sobre a formação de espaços públicos a partir da construção de redes sociais para a gestão de bens e recursos ambientais, tendo por foco a gestão de águas doces, a partir das referências utilizadas no livro *La conduite de la concertation: pour la gestion de l'environnement et le partage des ressources* Beuret (2006). É importante destacar que uma das questões que chamou a atenção no livro foi a ambição do autor de “construir ou de mobilizar a teoria a partir da prática e não ao inverso”, o que implicaria apreender a partir da invenção daqueles que as praticavam<sup>11</sup> (idem, p. 14). Dessa forma, ao mobilizar o aporte teórico, o autor se apoiou na sociologia da inovação (M.Callon e B. Latour; P. Bernoux; H. Amblard, G. Herreros, Y.-F.Livian).

Sobre as referências mais específicas das análises de processos de concertação no SAGE Vilaine, pautou-se em pesquisas realizadas principalmente por Soffie Allain (2001, 2002). A partir dessas referências e das informações obtidas em fontes documentais, decidiu-se por reconstruir os *itinerários de concertação* que possibilitaram a formação do SAGE *Vilaine*, espaço descentralizado do Comitê de Bacia *Loire-Bretagne* para planejamento e gestão das águas da bacia do Rio *Vilaine*.

---

<sup>9</sup> A abertura de um edital CAPES/PDEE-UNICAMP e acordos de cooperação já existentes entre a FEAGRI-UNICAMP e a Escola Nacional Superior de Agronomia de Rennes/França possibilitou o intercâmbio.

<sup>10</sup> Beuret analisou processos de concertação em fóruns locais, considerados por ele como espaços públicos, vistos a partir desse conceito em Habermas(1978) e em Candau (1999).

<sup>11</sup> Este mecanismo também foi utilizado em vários aspectos da análise desenvolvida pela autora, na tese.

## *O trabalho de campo na França*

No período de agosto a dezembro de 2007 foram realizadas entrevistas com membros da Comissão Local de Água (CLE- *Commission Local de l'Eau*). Definiu-se por entrevistar pessoas que tivessem participado no início ou desde o início dos processos de formação do SAGE, o que incluiu o contato com representante da DIREN – *Bretagne*, que, por sua vez indicou o Secretário executivo da CLE, lotado no IAV, instituição coordenadora. A partir de um primeiro contato (em um total de quatro), por um período de quatro horas, contextualizaram-se os processos e definiram-se os membros a serem contatados, a partir dos itens previstos para o levantamento, e das contribuições do Secretário. Entre o final de agosto e meados de dezembro de 2007, pelo menos um membro dos três colégios que formam a CLE foram entrevistados pela autora da tese. (Anexo 3)

Pelo *colégio de representantes de coletividades territoriais e de estabelecimentos públicos locais*, uma Prefeita foi entrevistada; do *colégio de representantes de usuários, proprietários ribeirinhos, organizações profissionais e associações concernentes* foram entrevistados um dos representantes das Câmaras de Agricultura e do Sindicalismo agrícola, assim como um representante dos ostreicultores e pescadores profissionais, um dos representantes das associações de proteção da natureza, bem como um dos representantes das associações de pesca (amadora) e piscicultura. No que diz respeito ao *colégio dos representantes do Estado e de seus estabelecimentos públicos*, foi entrevistado o representante da Agência de Água Loire-Bretagne, e um dos representantes de instituições científicas.

O eixo central contemplou a estrutura institucional do SAGE, sua história, o itinerário de concertação, as redes de suporte e a participação da população. As entrevistas foram norteadas por roteiros que continham pontos gerais e pontos que resguardavam alguma especificidade do setor representado. As perguntas foram agrupadas em seis subtópicos: a história do SAGE e da CLE; a participação dos agentes e os temas mobilizadores; os debates; as relações entre os organismos de gestão (CLE – Comitê – Agência de Águas), a visibilidade dos processos *vis-à-vis* a população; e os principais desafios do SAGE.

As reflexões resultantes desse período suscitaram importantes complementações materializadas no trabalho desenvolvido no ano de 2008, quando se deu a última etapa da pesquisa empírica na Bacia do Itabapoana e a redação final da tese.

Dessa forma, o último período de presença na região de estudo ocorreu em fevereiro e março de 2008, ocasião em que foi realizado o trabalho de campo para complementar as informações da pesquisa, em especial voltada para obter informações sobre a Comissão Pró-Comitê, sobre os pescadores, como grupos não representados nas instâncias regionais do sistema do Itabapoana.

Com a reativação da Comissão pró-Comitê do Itabapoana em 2007, o foco de análise voltou-se para esse espaço como lugar de expressão sobre as questões vinculadas a águas. Foram realizadas entrevistas com representantes de alguns segmentos nela representados, assim como foi viabilizada a participação em duas reuniões da Comissão. Em contextos anteriores (2000 e 2003) outras Comissões chegaram a realizar mobilizações para criação do Comitê. Desta forma, para reconstruir analiticamente a trajetória social desses agentes, foi necessário recorrer a indivíduos que vivenciaram esta experiência, que não necessariamente faziam parte da referida Comissão.

Para complementar as informações sobre os grupos de pescadores realizou-se doze visitas em dias alternados, sendo que, com quatro deles foram três encontros, no município de São Francisco do Itabapoana/RJ, nas localidades de Morro do Bode e Lagoa Feia, atuais glebas do assentamento rural de Tipity.

Também foi nesse período a complementação das informações sobre os conflitos sociais no Itabapoana. Para a identificação desses, além da análise documental nos registros de instituições públicas como o IBAMA, Serviço Estadual de Rios e Lagoas - SERLA e Consórcio do Itabapoana, foram utilizados artigos acadêmicos, em especial aqueles elaborados a partir de uma pesquisa que deu origem ao *Mapa dos Conflitos Ambientais*, componente do projeto *Mapa da Justiça Ambiental no Estado do Rio de Janeiro*, realizado pela FASE<sup>12</sup> e UFRJ<sup>13</sup> em 2002/2003, que relaciona conflitos sociais e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro (ACSELRAD, 2004). As informações daí oriundas foram analisadas junto aos depoimentos obtidos nas entrevistas com pescadores; com o secretário executivo do Consórcio

---

<sup>12</sup> Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

<sup>13</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro.

dos Municípios da Bacia do Rio Itabapoana, técnica do IBAMA; Secretários de Meio Ambiente dos municípios de Bom Jesus do Itabapoana/RJ e Presidente Kennedy/ES; com a agente regional da SERLA (atual Instituto Estadual do Ambiente/RJ) e com assistente técnico de assentamentos da Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável- CEDRO. Outro importante instrumento foi a observação nas audiências públicas de apresentação e discussão de EIA/RIMA para a construção das usinas e pequenas centrais hidrelétricas.

Os casos levantados foram organizados em fichas, a partir de um roteiro, onde se identificavam os agentes envolvidos, a data das denúncias, os denunciantes, o histórico dos eventos, assim como os documentos que serviram de fonte de informações. A partir dessas informações, eles foram classificados segundo a natureza do fato que o desencadeou, conforme síntese apresentada no quadro 2.

**Quadro 2:** Conflitos Analisados

<b>OBJETO DO CONFLITO</b>	<b>INFORMAÇÕES</b>
<b>Hidrelétrica de Rosal</b>	Denunciante: CNFCN e grupo de pescadores Assessoria aos denunciante: universidade e agentes governamentais Denunciado: empresa Paranapanema Avanços: aprovação do projeto com restrições Limites: liberação da obra
<b>Barramento dos canais de alimentação do rio Itabapoana p/ a lagoa Feia/RJ e para lagoa de Marobá/ES</b>	Denunciadores: grupo de pescadores, colônias de pescadores, técnico do ATES/CEDRO. Assessoria aos denunciante: CEDRO, INCRA. Denunciado: pecuaristas Locais das denúncias: IBAMA, SERLA, Sec..MA Avanços: abertura de canais de diálogo e denúncia, visita dos técnicos dos órgãos de fiscalização com encaminhamento de ações diretas (estudos, imposição de ações corretivas, etc) Limites: problema não resolvido.

Os conflitos identificados nos espaços sociopolíticos da Bacia do Itabapoana estavam associados às disputas em torno da utilização e controle de mananciais hídricos e dos recursos neles existentes: entre pescadores associados a organizações ambientalistas contra responsáveis por empreendimentos hidroenergéticos; e entre pescadores e proprietários rurais (notadamente

pecuaristas), que colocavam em disputa modos distintos de apropriação material e simbólica de bens e recursos territorializados, no caso a água e o solo rural, e que, em última instância, traria riscos à permanência de uma prática social - a pesca artesanal.

Reconhecendo os espaços sociais como uma construção, foi possível perceber que o território investigado não é somente formado por uma composição referenciada em aspectos físicos, mas por agentes que o transformam a partir de suas lutas cotidianas, muitas em espaços públicos, e muitas ainda no âmbito privado. Por isso, a noção de espaço aqui utilizada, no sentido de distintas disposições sociais de agentes que configuram instituições e territórios, ajudou a perceber as contradições existentes em elementos (signos) em torno dos quais se constrói identidades regionais - como o rio, no caso do Itabapoana.

Ao servir de catalisador de mediações sociais, em torno do rio se encontraram interesses capazes de constituir objetos de convergência dos agentes políticos, econômicos, universitários/técnicos e sociais, como nos aspectos de revitalização do rio, de melhoria da qualidade da água, de eliminação dos vetores de contaminação, de recuperação da paisagem. No entanto, os mesmos agentes se reagrupam, a partir de seus subcampos, quanto aos aspectos de utilização e consumo, como ocorre com governantes que se aliam aos empresários de companhias hidrelétricas para a implantação dos empreendimentos, confrontando pescadores aliados a ambientalistas.

Dessa forma, os aspectos teórico-metodológicos abordados neste capítulo impulsionaram as análises desenvolvidas, que constituem os capítulos que seguem.

## CAPÍTULO 2

### QUESTÃO HÍDRICA E O ESTADO BRASILEIRO

“Mais modestamente, perguntar-nos-emos como é que a água, tão indispensável à vida pura e simples, poderia deixar de ser uma questão social e política”.

Bernard Barraqué

Elemento essencial à vida, fundamental componente e suporte de ecossistemas, pivô de inúmeras atividades econômicas, a água tem assumido a centralidade em debates mundiais.

A fome, a sede, a crescente poluição dos mananciais, o desmatamento, o assoreamento dos rios, o uso inadequado da irrigação, a impermeabilização do solo - além de muitas ações decorrentes de formas de ocupação do solo urbano e rural - têm colocado em foco as questões associadas à água, atingindo de diferentes maneiras os ecossistemas e populações humanas e não-humanas, que dela dependem para sua reprodução social. A água acaba sendo sintoma de inúmeros problemas existentes, somado a situações de escassez, de abundância e de catástrofes naturais, remetendo inclusive ao direito humano e de outros seres vivos ao acesso a esse patrimônio natural e ao papel dos sistemas hídricos na conformação e desempenho das atividades econômicas.

O incremento das necessidades de água e a diversificação dos usos relançam uma série de questões, muitas ainda não respondidas, notadamente as que dizem respeito aos serviços de água potável e de saneamento, que se tornaram um jogo econômico maior em muitos países.

Atualmente, mais de 1,3 bilhões de pessoas no mundo carecem de água doce e o consumo humano de água duplica, aproximadamente, a cada vinte e cinco anos (MACHADO, 2003). Estes números levam a crer numa escassez progressiva desse recurso, supondo o acirramento da concorrência entre os múltiplos usuários, contribuindo, dessa forma, para a exacerbação de conflitos de uso. Em decorrência, seu valor econômico é aumentado por parte de setores que o controlam, consolidando-o na vertente de bem econômico.

Em se tratando da questão hídrica na contemporaneidade, pode-se considerá-la como expressão de significados e valores atribuídos pelo conjunto dos agentes sociais que por ela concorrem mediante interesses específicos. É uma construção, sob certa sociabilidade, pautada pela égide de determinados modelos econômicos. São cidadãos em geral, entidades

responsáveis pelo abastecimento d'água e pelo destino de efluentes, agricultores, pescadores, industriais, empresas de produção de energia, empresas de transporte hidroviário, entidades ligadas a atividades de lazer, entre muitos outros.

Ao analisar a *questão da água* na América Latina, MALVEZZI (2005) chama a atenção para o aspecto mercantil adotado especialmente por agentes econômicos. Faz uma crítica à privatização acelerada do que considera *últimos bens da natureza*. Em sua opinião, entre os *bens* que ainda não foram privatizados estariam *a própria vida, a água, o sol e o ar*. Considera que a *privatização dos solos, da água e da biodiversidade* está em ritmo acelerado. A *questão da água*, para ele, refere-se à apropriação privada desse bem, em especial por meio das grandes empresas transnacionais; pela intermediação dos organismos multilaterais como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - FMI, em articulação com os governos e elites locais que, segundo o autor, estariam dispostos a transferir o patrimônio público para empresas privadas. Tal crítica, a partir de uma concepção da água como *patrimônio público*, bem de livre acesso e uso comum, é reveladora da posição de agentes que detêm o monopólio do poder de apropriação e definição dos destinos da água, neste caso valorada economicamente.

Vários são os exemplos de embates ocorridos na América Latina. Na Bolívia, a chamada “guerra pela água” envolveu populações camponesas nas cidades de Cochabamba e Achachi no ano de 2002. No Peru, houve rebeliões contra privatizações ocorridas em Arequipa no ano de 2002. Estas manifestações vêm mostrar que o modo de apropriação, exploração, uso e regulação dos processos ecológicos da base material do desenvolvimento são vistos como questões decisivas para as populações que acreditam, a seu modo, depender da natureza para a construção do seu futuro.

Partindo do suposto que a questão hídrica é indissociável dos processos de apropriação e usos múltiplos da água e, portanto, socialmente produzida, o termo aqui empregado não designa apenas problemas e necessidades relativos a este bem (a água), mesmo que sejam precondições à sua existência. Dramáticos e globais, por produzirem efeitos nefastos sobre seres humanos e não-humanos, muitas vezes problemas e necessidades se impõem sem problematização de peso, sem enfrentamentos por parte de forças sociais que os produzem. Essa questão poderá se perpetuar caso não se produza uma ação de caráter social que alcance medidas efetivas para o seu equacionamento.

O termo também expressa jogos de forças entre agentes sociais que, em posições específicas do espaço social, assumiram papéis políticos importantes na transformação de necessidades e problemas em questões, com a finalidade de incorporá-las na agenda pública e nas arenas decisórias. Tal desdobramento requer a problematização das necessidades e demandas, tornando-as questões explícitas assumidas por um coletivo. Este movimento pode expressar a existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos ou antagônicos. Nelas, agentes sociais em posições dominadas podem impor-se como força política importante, obtendo ganhos sociais relativos (PEREIRA, 2001).

A questão hídrica, assim caracterizada, manifesta-se em vários países. Na sua base estão certas lutas contra setores que historicamente exerciam/exercem o domínio na apropriação e decisão sobre os usos prioritários, ou mesmo exclusivos, dos mananciais hídricos.

No bojo de projetos de democratização e descentralização do Estado, há movimentos de várias naturezas: ambientalistas, de direitos humanos, urbanos, de populações atingidas por barragens e de organizações profissionais. Estes conseguiram ocupar espaços públicos, interferindo e alterando relações de poder antes vigentes. Muitos deles reivindicam que a água seja definida como bem comum e adotam a perspectiva de uma *questão da água*, opondo-se à concepção que a considera como mercadoria.

## **2.1 As águas brasileiras e a questão hídrica**

Com uma área de 8.511.965 km<sup>2</sup> e 183.987.291 milhões de habitantes (IBGE, 2007), o Brasil destaca-se no cenário mundial pela grande oferta de água. Estimativas apontam que as reservas brasileiras se situam entre 12% e 16% do volume mundial de água doce<sup>14</sup> e representam 53% da água doce do continente sul americano. Esta quantidade inclui águas superficiais e águas subterrâneas. (REBELO, 2006).

Todavia uma pergunta é imperativa na continuidade dessa constatação: nesse país de tamanha extensão territorial, de características diversas, como estariam distribuídas essas

---

<sup>14</sup> A classificação “doce” para a água é uma forma de chamar a atenção para o tipo de água essencial aos ecossistemas, ao abastecimento do consumo humano e ao desenvolvimento das atividades industriais e agrícolas. A legislação CONAMA nº 357/2004 classifica as águas do território brasileiro de acordo com sua salinidade: - água doce possui salinidade inferior ou igual a 0,5‰; - salobra, com salinidade entre 0,5 e 30‰; e - salina com salinidade superior a 30‰.

reservas de água? É interessante verificar que 80% da produção total das águas concentram-se em três grandes unidades hidrográficas: Amazonas, São Francisco e Paraná. Juntas elas cobrem 72% do território brasileiro, valendo destacar que a Bacia Amazônica tem uma área equivalente a 57% da superfície do Brasil (idem).

Esta forma de distribuição espacial deixa perceber que a abundância de água doce é relativa. O seu contraponto - a escassez - fica caracterizado quando se verifica que a densidade populacional é de menos de 2 a 5 hab/km<sup>2</sup> na região amazônica onde a produção hídrica é de 78% do total nacional. A densidade demográfica na bacia do rio São Francisco varia entre 5 e 25 hab/ km<sup>2</sup> com uma produção hídrica de 1,7% do total e, na Bacia do rio Paraná ela fica em torno de 6%, com uma densidade de população que varia entre 25 e mais de 100 hab/ km<sup>2</sup>, com uma média de 53 hab/ km<sup>2</sup>. (idem). Com uma desigual distribuição, os 22% da produção total de água estariam situados nas demais bacias brasileiras. É importante chamar a atenção de que é dentro deste percentual que se encontra a região portadora do maior contingente populacional do país, com uma dinâmica economia de base industrial e agrícola – a região sudeste.

Os usos múltiplos e a demanda pelos volumes de água no Brasil estão centrados nos seguintes processos: abastecimento público; hidroeletricidade; navegação; irrigação; recreação; turismo; pesca intensiva; aquicultura; usos industriais; usos agrícolas. Pesquisas apontam que a forma como estas atividades são desenvolvidas têm levado a depleção das reservas de águas superficiais e subterrâneas (Hespanhol, 2006, *apud* REBELO, 2006), bem como a inúmeros impactos em suas qualidades (TUNDISI *et al*, 2006). Como principais consequências dos impactos dos usos múltiplos das bacias hidrográficas e das águas superficiais e subterrâneas no Brasil, REBELO (2006) aponta: eutrofização, depleção de volumes, poluição orgânica, sedimentação de rios, lagos e represas, perda da capacidade tampão por redução de áreas alagadas; poluição agroindustrial; poluição industrial; hidroeletricidade (construção de represas e interferências no ciclo hidrológico), pesca extensiva e excessiva; introdução de espécies exóticas; remoção de espécies críticas, remoção de florestas ripárias; poluição urbana (despejo de efluentes de esgotos não tratados); deterioração dos mananciais, aumento no custo do tratamento das águas; depleção dos aquíferos subterrâneos.

Além desses problemas, percebe-se que no campo da saúde pública e da segurança coletiva, a falta de proteção de mananciais, de tratamento de esgotos, de saneamento básico, de

recuperação de rios, represas, lagos e áreas alagadas contribuem negativamente. As áreas urbanas estão submetidas a grandes alterações qualitativas e quantitativas (TUCCI, 2006).

Nesse sentido, chamar-se-ia a atenção para a presença da questão hídrica no bojo das sequelas da questão social, reconhecendo também que os problemas ambientais são definidos através de processos sociais, políticos e culturais (HANNIGAN, 1995).

## **2.2 As intervenções do Estado na questão hídrica**

As intervenções do Estado brasileiro, no que tange à questão hídrica, têm antecedentes anteriores à Revolução de 1930.

Em meio às tensões da crise político-econômica mundial e interna a partir de 1929, as ações do Estado ocorrem em duas frentes. Uma, no sentido de amenizar os efeitos decorrentes da falta de chuvas no Nordeste, através da criação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS e, assim, atender ao pleito do setor agrícola. A outra, por meio da formulação de diretrizes e normas de regulamentação da propriedade e aproveitamento dos cursos d'água em todo o território nacional que irão beneficiar notadamente o setor urbano-industrial emergente do centro administrativo nacional e zona de atividade econômica mais dinâmica: a região paulista-fluminense. Tais diretrizes e normas farão parte do Código de Águas em elaboração, à época. (LACORTE, 1994).

A luta por fazer valer interesses dos setores agrário-exportador e manufatureiro é presente durante todo o período de elaboração do referido Código. É possível deduzir que ela tenha sido indutora da retomada do projeto do Código das Águas, proposto pelo executivo em 1907 e arquivado pelo Legislativo em 1923. (idem). Segundo BRAGA *et al* (2006, p.640) a edição do Código só ocorreu quase três décadas depois, devido à sua “inadequabilidade tanto aos dispositivos da Constituição Federal vigente quanto aos problemas relacionados às secas periódicas que ocorriam no semi-árido”. Complementando o seu ponto de vista, os autores recorrem a ASSUNÇÃO (2001) que atribui a inadequabilidade ao fato dos autores do Projeto do Código<sup>15</sup> terem se inspirado em legislações de países úmidos, referindo-se a França e Holanda.

---

<sup>15</sup> O Projeto do Código de Águas foi elaborado em 1907 pelo jurista Alfredo Valladão, a pedido do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, e encaminhado à Câmara dos Deputados pelo presidente Affonso Penna para apreciação, não tendo sido promulgado (Braga *et al.* 2006; Lacorte, 1994).

Após a Revolução de 1930, o Governo Federal passa a incorporar em sua agenda problemas e medidas que não eram admissíveis durante o período anterior. Começam a se afirmar novas diretrizes governamentais em que a tônica é a centralização do poder no governo central. Foi dado amplo poder ao Estado na Constituição de 1934 para retirar dos proprietários de terras o direito sobre os cursos d'água que margeavam suas propriedades e inserido um artigo no Código prevendo a elaboração de uma legislação especial para atender às peculiaridades do semi-árido nordestino (BRAGA, 2006).

O projeto original foi remodelado e aprovado em 10 de julho de 1934, somente durante o governo provisório de Getúlio Vargas por meio do Decreto nº 24.643. A expansão industrial em curso influenciou a ênfase do Código no aproveitamento hidráulico, condicionante imprescindível para impulsionar o setor. Pesquisadores destacam que entre os 205 artigos do Código das Águas, aproximadamente 30% referem-se ao aproveitamento hidráulico (LACORTE, 1994; BRAGA, 2006). Segundo eles, esses artigos foram regulamentados e aplicados na íntegra, devido ao grande interesse do governo em viabilizar a produção de energia a baixo custo para atender às demandas das novas indústrias que estavam sendo instaladas no País. Em contrapartida, os demais artigos “foram deixados de lado, sendo estabelecida legislação paralela (portarias, instruções normativas, leis, etc.) para tratar dos problemas quando esses surgiam”. (Assunção *apud* BRAGA, 2006, p.641).

Segundo IANNI (1991), a aprovação do Código de Águas em 1934 faz parte das medidas para o leque de problemas diante do qual o governo se vê obrigado a atuar, de forma direta ou indireta.

No preâmbulo do Decreto que promulgou o Código de Águas, é possível verificar as linhas gerais de atuação e intervenção do Estado nos problemas relacionados aos usos das águas:

“O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930; e,  
Considerando que o uso das águas no Brasil tem-se regido até hoje por uma legislação obsoleta, em desacordo com as necessidades e interesses da coletividade nacional;  
Considerando que se torna necessário modificar esse estado de coisas, dotando o País de uma legislação adequada que, de acordo com a tendência atual permita ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas;

Considerando que, em particular, a energia hidráulica exige medidas que facilitem e garantam seu aproveitamento racional;  
Considerando que, com a reforma por que passaram os serviços afetos ao Ministério da Agricultura, está o Governo aparelhado por seus órgãos competentes a ministrar assistência técnica e material, indispensável à consecução de tais objetivos;  
Resolve decretar o seguinte Código das Águas, cuja execução compete ao Ministério da Agricultura e que vai assinado pelos ministros de Estado” (Código das Águas, 1934, p.1).

Ao declarar a obsolescência dos marcos regulatórios do uso das águas em período anterior por estar em desacordo com necessidades e interesses da coletividade nacional, o texto acima põe em relevo setores cujos interesses necessitam da mediação e incentivo do Estado: indústria e energia hidráulica. Neste sentido, também se evidencia que se concentra no Governo Federal a responsabilidade do controle pela utilização das águas.

Mesmo após a promulgação da Constituição de 1946, elaborada depois da queda do Estado Novo, portanto, em um momento de democratização do país, a centralização do poder esteve mantida no governo federal (LACORTE, 1994). Em suas análises, entretanto, BRAGA *et al* (2006) identificam uma “*tendência de descentralizar*” o poder do governo federal para os estados e municípios. Esta atitude implicaria na possibilidade de os Estados legislarem sobre águas, em caráter supletivo e complementar. Entretanto, os mesmos autores afirmam que esta competência não foi exercida pelos Estados, pois a utilização da água ainda não envolvia conflitos cuja solução atraísse a atenção dos administradores e legisladores estaduais. Dessa forma, a autonomia de Estados e municípios, na prática, era limitada, oficializando-se medidas de caráter nacional para os problemas regionais. No que diz respeito ao setor hidroelétrico, foi mantida a centralização no governo federal.

A primazia do setor de energia elétrica na gestão das águas consolidou-se ainda mais com a criação de instituições como a Eletrobrás (1961) e, posteriormente, no período do regime militar (1965), com a criação do Departamento Nacional de Minas e Energia – DNAE e do Ministério das Minas e Energia - MME. Esse quadro institucional foi a base para a ulterior regionalização de empresas responsáveis pelo setor, cabendo ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE (criado em 1965 e agora incorporando as competências referentes às águas), a regulação do setor de energia elétrica. Tal regulação implicava em “normatização e fiscalização dos serviços, responsabilidades pelo exame dos pedidos de concessão e pelos processos de outorga de concessão para aproveitamentos hídricos e demais

serviços de eletricidade”. Em contrapartida a essa ação setorial, nenhuma atenção foi dada aos usos múltiplos e à conservação da qualidade das águas que sequer tiveram seus artigos regulamentados (BRAGA *et al*, 2006, p. 643).

Os processos em curso naquela época trazem alguns elementos importantes de serem retidos para a análise: a disputa frequente entre o governo federal e os governos estaduais acerca da dominialidade das águas; a primazia dos interesses dos agentes econômicos e políticos vinculados ao setor elétrico (de matriz hídrica) nas decisões sobre as águas e, finalmente, a influência do pensamento francês nos momentos de elaboração dos marcos regulatórios dos recursos hídricos, o que ocorreu tanto para o Código de 1934 quanto na Lei 9433 de 1997, conforme será visto posteriormente.

O jogo de interesses entre agentes sociais desses diferentes campos – político e econômico – foi e será gerador de constantes disputas e deslocamentos de posições, seja entre agentes do mesmo campo, como agricultores e industriais, seja entre representantes do governo federal e dos governos estaduais. Do mesmo modo é possível ocorrer de forma cruzada entre os diferentes campos, como por exemplo, uma aliança entre governantes e industriais contra interesses de agricultores, influenciando nos debates e sendo cerne de conflitos para alterações nos marcos regulatórios da questão hídrica brasileira, durante as décadas subsequentes.

### **2.3 A caminho de um novo marco regulatório – a Constituição de 1988 e a Lei de Recursos Hídricos de 1997**

Até a década de 1980, poucas foram as novidades em termos de alterações na regulamentação no âmbito da questão hídrica na esfera nacional. Mesmo assim foi um ano marcado por mobilizações em torno da Assembléia Nacional Constituinte de 1988 que vai influenciar as mudanças na política de águas durante a década de 1990.

Para uns, o Código das Águas de 1934 continha um excelente texto legal, mas não foi aplicado na sua totalidade porque faltou transformar muitas de suas disposições em objeto de leis especiais e regulamentos. Alguns, entretanto, pregavam a necessidade da elaboração de outro código devido ao seu amplo tempo de vigência. (POMPEU, 1976).

BRAGA *et al* (2006) atribuem as primeiras iniciativas de mudança aos setores técnicos do governo, em sua maioria, lotados no Ministério de Minas e Energia. Segundo esses autores

foram estes os responsáveis por incluir a decisão de que “O Governo deverá patrocinar o estabelecimento de uma PNRH” dentre as diretrizes do III Plano Nacional de Desenvolvimento – PND para os exercícios de 1980 a 1985, aprovado pela resolução nº 1, de 1980, do Congresso Nacional.

Entre os anos de 1986 e 1987, os debates em torno do estabelecimento de uma nova Política ainda estavam restritos aos *setores técnicos do governo e o setor técnico da sociedade*. Na proposta estava incluída uma nova forma de organização do SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Os debates emergidos por ocasião da Constituinte demonstraram que os conflitos e a exacerbação do domínio privado sobre os recursos hídricos não eram fenômenos tão simples de regular. A lei de direito da água, o Código das Águas de 10 de julho de 1934, por mais que fosse reconhecida como uma lei completa e avançada, foi considerada insuficiente para dirimir os problemas e conflitos existentes. Em consequência, a Constituição Federal de 1988 trouxe uma alteração substancial para aquele código, pois sistematizou uma nova concepção de apropriação das águas, ao extinguir o seu domínio privado e considerar os corpos d’água como domínio público. Os limites da União que estão circunscritos não são aos rios e lagos que banhem mais de uma unidade federada, porém que sirvam de fronteira entre essas unidades, como também limite entre o território do Brasil e o de um país vizinho, ou que dele provêm, ou para ele se estendem. As águas - quer superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso as decorrentes de obras da União - são consideradas de domínio dos Estados (MMARHAL, 1997).

A legislação brasileira passa a dar relevo aos órgãos executivos federais e estaduais como esferas responsáveis e prioritárias para a realização de intervenções nos recursos hídricos.

Essas alterações, ocorridas no bojo de uma discussão mais ampla sobre as questões ecológicas e sua articulação com o exercício da cidadania, explicitaram conflitos na medida em que abriram a possibilidade de qualificação de novas concepções e a desqualificação de outras, influenciando decisivamente no modo de apropriação deste bem.

A evolução das abordagens para gestão integrada de bacias hidrográficas observadas ao longo do século 20, tanto em debates internacionais quanto nacionais influenciou sobremaneira

a formulação da lei nº 9433/97 que estabeleceu a PNRH e instituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.

As formas de apropriação da água e dos ecossistemas responsáveis por sua produção e manutenção, a diversidade de usos possíveis (geração de energia elétrica, irrigação, navegação, pesca) e a complexidade de interações entre eles engendram intensos conflitos em torno de sua posse; tornam a água um recurso estratégico, econômico e político cujo controle, acesso e uso assumem enorme importância para as sociedades. As consequências econômicas, sociais e ambientais desse processo conduzem o Estado a propor medidas de racionalização, de controle e de preservação dos recursos hídricos.

Como instrumento legal, foi instituído a PNRH, através da Lei 9433 de janeiro de 1997. Esta política vem marcar a presença do Estado na regulação das formas de uso dos corpos de água existentes. Fruto de conflitos e negociações devido a interesses de agentes de diversos setores (hidrelétrico e agrícola, principalmente) regras, interpretações e ações dela emanadas provocam mudanças no sistema de poder, ao qual alguns agentes sociais estão integrados.

Ao ser colocada em vigor a citada “política” vai encontrar em andamento processos de gestão implementados anteriormente, com orientações diferentes, por vezes, e concorrentes.

A política está fundamentada em algumas premissas básicas. Ela considera a água um recurso limitado, dotado de valor econômico e de domínio público. A sua gestão deve proporcionar o seu uso múltiplo e se realizar de forma descentralizada, com a participação do poder público e das comunidades de usuários. Prevê, igualmente, a prioridade de usos em situação de escassez e reconhece a bacia hidrográfica como unidade territorial para a implementação da Política de Recursos Hídricos.

Os objetivos previstos se resumem basicamente a três:

“assegurar à atual e às futuras gerações a disponibilidade de água de qualidade; utilizar racionalmente e integradamente os recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável e prevenir contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais, bem como defender as populações e o ambiente na impossibilidade de evitar tais eventos” (MMARHAL, 1997, p.13).

O Estado brasileiro para implementar essa política regulada de recursos hídricos, criou, pela legislação, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos que seria formado pelos Conselho Nacional e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias

Hidrográficas, Agências de água e órgãos dos poderes público federal, estadual e municipal, cuja competência esteja relacionada com a gestão de recursos hídricos. Foram previstas também as organizações civis de recursos hídricos.

Em julho de 2000 com a edição da lei federal 9984 foi criada a Agência Nacional de Águas – ANA, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, na condição de autarquia, dotada de autonomia administrativa e financeira. Ela tem como uns dos seus objetivos principais “regular e disciplinar a utilização dos rios e lagos de domínio da União, assegurando água em quantidade e qualidade para usos múltiplos, e implementar o SINGREH em parceria com os governos estaduais e municipais, com usuários de água e com a sociedade civil organizada”. (ANA, 2007)

A Política Nacional possui, por princípio, dentre outros, a descentralização com participação social, sendo referência tanto para confirmação dos processos em curso quanto para críticas provocadas pelos agentes que buscam reordenar o jogo de forças existentes. Assim, este conjunto de leis deveria levar ao estabelecimento de um sistema descentralizado de gestão em escala de bacias hidrográficas e articulado com órgãos da mesma natureza em nível federal e estadual.

Segundo BRAGA *et al* (2006), a nova lei das águas incorporou modernos instrumentos e princípios de gerenciamento de recursos hídricos, apresentando conceitos inovadores no que concerne à organização do setor de planejamento e gestão nos âmbitos nacional e estadual e em termos de participação dos diferentes atores envolvidos e interessados na questão.

ABERS e JORGE (2005), entretanto, verificaram vários obstáculos na implementação dessa lei. Inicialmente, no que concerne à dupla dominialidade da água, o que criou muitas indefinições quanto ao papel dos diferentes níveis da federação na sua gestão. Em seguida, outro fator que dificulta a aplicabilidade da política de águas é a insuficiência, nos estados, de capacidade técnica em aspectos cruciais para a operacionalização dos comitês, tais como a implantação de sistemas relativos à outorga, a informações, ao monitoramento e à fiscalização. Finalmente ressaltam as indefinições quanto ao estabelecimento da cobrança. É importante destacar que alguns desses obstáculos advêm da adoção, por um Estado federativo, de uma política inspirada em um modelo bem sucedido no contexto de um Estado unitário como a França.

## 2.4 A influência do sistema francês e a reprodução dos seus espaços de gestão.

A influência da matriz de gestão de águas francesas<sup>16</sup>, em diferentes períodos históricos, é algo marcante no Brasil. Como foi referido no item 2.2 deste capítulo, o projeto do Código de Águas brasileiro de 1964 já se apoiava em legislações da França e da Holanda.

Em artigos de pesquisadores franceses é possível identificar seus pontos de vista quanto a esta fonte de inspiração: “Desde alguns anos, a indústria e as instituições francesas da água adquiriram uma notoriedade mundial” (BARRAQUÉ, 1995, p.315). “Le modèle français de l’eau fait référence et d’autres pays nous l’envient au point de s’inspirer” (GRUJARD, 2003, p.47).

Vários foram os caminhos pelos quais se formaram redes que possibilitaram a adaptação do modelo francês em diferentes contextos brasileiros. Missões políticas e intercâmbios técnicos e científicos, em mão dupla, faziam, e continuam fazendo, com que a internacionalização de especialidades e modelos seja uma constante, nos mais diversos campos.

Pressupõe-se que a internacionalização da gestão de águas em países da Comunidade Européia, a partir da França, em fins da década de 1980<sup>17</sup>, também fez chegar as suas marcas de influência no Brasil. É interessante observar que o Programa de Cooperação Técnica Brasil-França no âmbito dos recursos hídricos foi acordado neste mesmo período. As ações de tal Programa foram responsáveis por subsidiar a implantação da gestão integrada de bacias hidrográficas de domínio da União, já em curso no Brasil por meio do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas - CEEIBH<sup>18</sup>, e de iniciativas de governos estaduais

---

<sup>16</sup> Para a elaboração da parte do texto referente ao sistema francês de gestão de águas, lançamos mão de referências francesas e brasileiras, como relatórios e publicações do Comitê e Agência Loire-Bretagne e do SAGE-Vilaine, assim como de relatos de membros da CLE do SAGE Vilaine, da autora da tese em 2007. Além delas, teses, livros e artigos de Allain, 2001; Barraqué 1995; Veiga, 2007; Grujard, 2003; Arrondeau, 2003; Stacciarini, 2002; Guellec, 2005, s/d; Talec, 2005, s/d; entre outros citados no próprio texto.

<sup>17</sup> A internacionalização da gestão da água impeliu as agências da água francesas a financiar estudos de comparação sobre as instituições da água nos doze países da Comunidade Européia, inicialmente sob a direção de N’guyen Tien Duc. Posteriormente este trabalho continuou sobre a coordenação de Bernard Barraqué (Barraqué, 1995).

<sup>18</sup> O CEEIBH foi criado por portaria dos Ministérios da Minas e Energia e do Interior, em março de 1978. Tinha como atribuições realizar a classificação dos cursos d’água da União, desenvolver estudo integrado e acompanhamento da “utilização racional dos recursos hídricos das bacias hidrográficas”, tendo em vista “obter o aproveitamento múltiplo de cada uma e minimizar as consequências nocivas à ecologia da região”. Ele era considerado como estratégia para amenizar ou resolver conflitos de usos e competência em torno da água (cf. Lacorte, 1994, p.79).

e municipais (por exemplo, no Estado de São Paulo, os Rios Piracicaba e Capivari). As primeiras iniciativas foram testar e adaptar os princípios do modelo francês em projetos pilotos nas bacias dos rios Doce (a partir de 1989), do Paraíba do Sul (a partir de 1992) e Piracicaba – Capivari (desde 1993) (cf. SIQUEIRA, 1999). Documentos da Agência de Água Loire-Bretagne sobre a cooperação entre tal agência e os organismos de gestão da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá destacam a importância dos intercâmbios no âmbito da Rede Internacional dos Organismos de Bacia – RIOB, criada em 1994. (Talec, 2005).

A noção de *gestão integrada* do modelo francês, em teste e adaptação no Brasil àquela época, vislumbrava:

“um certo número de medidas visando a satisfazer os diferentes usos da água, evitar sua poluição, assegurando igualmente a perenidade de certos fatores dificilmente calculáveis, como a qualidade da vida ou a conservação dos equilíbrios vitais do meio ambiente” (TIEN-DUC, 1998, p.1).

Dessa forma, ela era uma resultante de influências respectivas de um grande número de agentes institucionais, econômicos e sociais, não sendo assegurada apenas por uma estrutura regulamentar.

Na França, o gerenciamento dos recursos hídricos por bacia foi instituído pela lei sobre as águas de 16 de dezembro de 1964. Como características principais deste marco legal destacam-se: a) a consideração da bacia hidrográfica como uma unidade geográfica, natural, adaptada ao gerenciamento racional da água, o que foi tomado por base para a divisão do território nacional francês em seis grandes bacias<sup>19</sup>; b) a implicação dos usuários da água; c) a aplicação dos princípios poluidor pagador e usuário contribuinte, por meio de um sistema de cobranças (Guellec, 2005). Tais características deixam, então, entrever alguns de seus fundamentos, tais como: a solidariedade entre os usuários; a gestão integrada do recurso água nos ecossistemas; o reconhecimento de seu valor econômico e o controle dos eventos hidrológicos de risco à população. (Cosandey et al apud VEIGA, 2007).

Para a sua objetivação a lei prevê a criação do Comitê Nacional de Água, os comitês de bacia e as agências de bacia, considerados organismos de deliberação e concertação. A consulta pública é o instrumento de participação da sociedade em diversas matérias.

---

<sup>19</sup> Loire-Bretagne, Seine-Normandie, Artois-Picardie, Rhin-Meuse, Rhône-Méditerranée-Corse e Adour-Garonne.

Os comitês são espaços deliberativos tripartites, compostos por representantes de coletividades territoriais, do Estado e de usuários de água, estes últimos sendo agentes sociais com representação delegada de setores como indústria, agricultura, pesca (amadora e profissional), proteção da natureza e defesa do consumidor. Estão sob a sua competência serem consultados sobre as grandes opções da política de água na bacia, aprovar programas de intervenção das agências de águas, dar parecer favorável para que as decisões dos conselhos de administração das agências de água referentes à fixação das contribuições sejam aplicáveis. Outra importante atribuição é atualizar o diagnóstico da bacia e elaborar o SDAGE (esquema diretor de ordenamento e gestão das águas) estabelecendo as bases para uma política comunitária no domínio da água. Desde o ano de 2004, é da alçada dos comitês a autorização, pois ele também autoriza contratos de rios<sup>20</sup>. Os presidentes dos Comitês são eleitos entre os membros que deles fazem parte, sendo que não podem pertencer ao governo Estatal.

As agências de água são estabelecimentos públicos vinculados ao Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentado. Sua competência principal é de levar às coletividades territoriais e aos usuários de água da bacia uma visão do conjunto dos problemas ligados à gestão de água e os meios financeiros que permitam empreender uma política coerente. Para o alcance de tal objetivo ela realiza cobranças (*redevances*), calculadas em função tanto do volume de água retirada para abastecer cidades, indústrias ou irrigação, como também do valor da poluição lançada no ambiente.

Em meio ao processo de descentralização, aos problemas enfrentados pela população e às pressões por uma gestão de águas ainda mais próxima dos cidadãos franceses, o Ministro do Meio Ambiente fez votar uma nova Lei de Águas em 1992. Aprovada pela Assembleia Nacional e pelo Senado e promulgada pelo Presidente da República, a Lei das Águas n° 92-3 de 3 de janeiro de 1992 legitima o desafio ambiental, intensifica a instauração de uma governança de bacia, assim como o dispositivo legislativo e regulamentar (Allain, 2001).

A lei apresenta dois princípios fundamentais: a água como parte do patrimônio comum da Nação e a gestão equilibrada dos recursos hídricos. Ao adotar-se a perspectiva patrimonial, a água passa a ser considerada não apenas um desafio econômico, mas também ecológico, o

---

<sup>20</sup> O Contrato de Rio (*Contrat de Rivière*) contempla também aquíferos e lagos. Esta figura foi estabelecida em 1981 pelo Ministério do Meio Ambiente francês, como uma forma de se firmar compromissos entre os vários segmentos sociais. Para a sua elaboração e acompanhamento é constituído um Comitê de Rio, que atua no cumprimento do SAGE e o SDAGE.

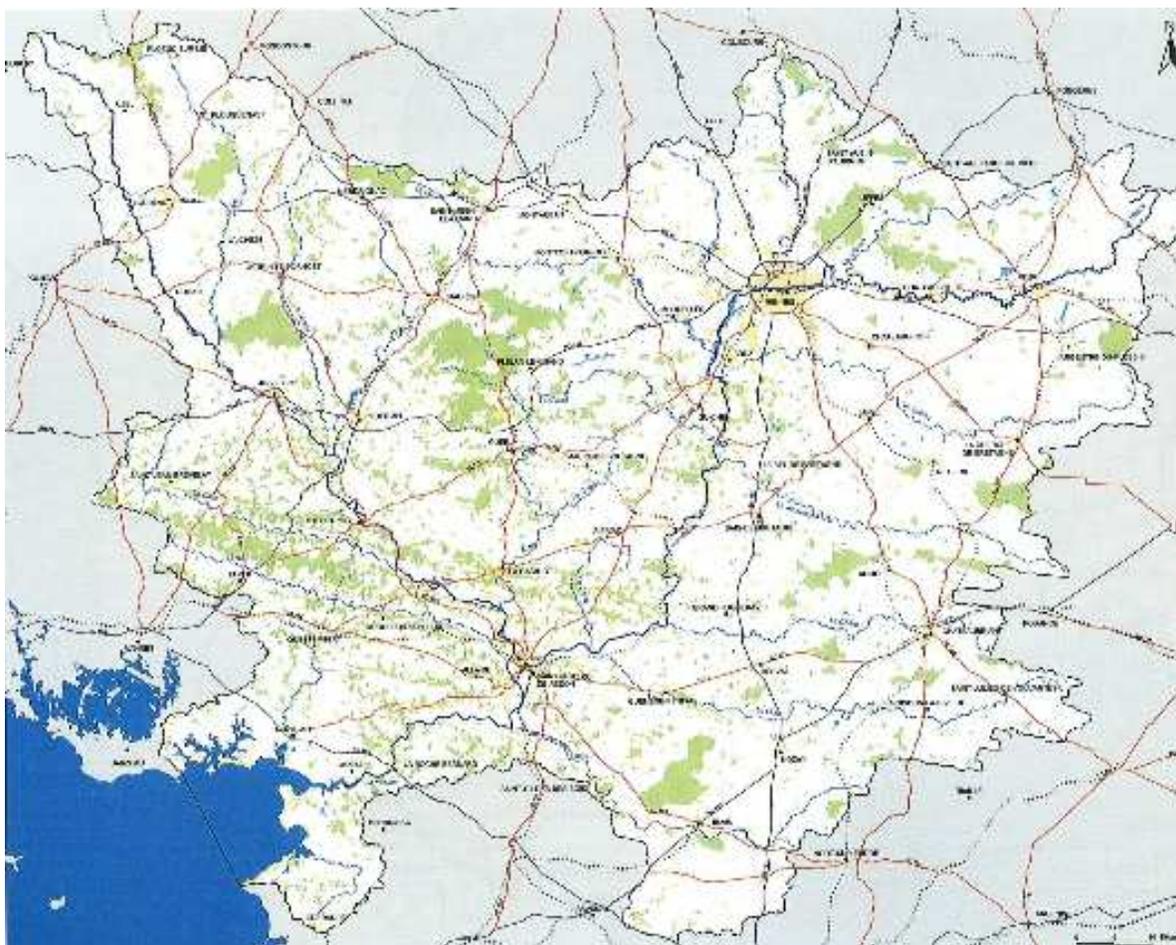
que implica assegurar a preservação dos meios aquáticos e dos ecossistemas no mesmo nível de importância que a proteção e o desenvolvimento dos recursos hídricos e seus múltiplos usos. Por sua vez, a gestão equilibrada é vista como uma forma de garantir não só a utilização variada dos recursos hídricos e a preservação de ecossistemas aquáticos e zonas úmidas, mas também a proteção contra as mais diversas formas de poluição e a valorização da água como recurso econômico, além da sua repartição. Dessa maneira, objetiva-se satisfazer ou conciliar as exigências de água potável para a saúde e alimentação, de conservação e livre escoamento das águas, de proteção contra as inundações e do conjunto dos seus usos (agricultura, pesca, indústria, produção de energia, transporte, turismo, lazer e esportes náuticos, entre outros).

A descentralização para atender às reivindicações de maior envolvimento dos agentes locais (coletividades territoriais e usuários) foi contemplada pela lei através da criação de dois novos instrumentos de planejamento:

- um plano global, que é o Esquema Diretor de Ordenamento e Gestão de Águas (*SDAGE*). Nele têm-se o objetivo de planejar as ações deliberadas e torná-las coerente com as demais ações descentralizadas do Estado, no domínio das políticas de recursos hídricos, nas Regiões e Departamentos que deles fazem parte. A sua elaboração é de responsabilidade de cada Comitê das seis grandes bacias francesas.

- um plano local, que é o Esquema de Ordenamento e Gestão de Águas (*SAGE*). Nele são fixados os objetivos gerais de utilização, de valorização e de proteção quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e dos ecossistemas aquáticos, assim como das zonas úmidas, conforme preconiza a legislação. A delimitação do perímetro de um SAGE é determinada pelo SDAGE, após consulta ou sob proposição das coletividades territoriais com anuência do Comitê de Bacia. Pode ser um grupamento de sub-bacias ou mesmo uma sub-bacia correspondente a uma unidade hidrográfica ou a um sistema aquífero. A sua elaboração, aplicação e acompanhamento são de responsabilidade de uma Comissão Local de Água (*CLE*). O SAGE da bacia do Rio Vilaine, por exemplo, é o maior da França e considerado prioritário no SDAGE *Loire-Bretagne*. A sua área de abrangência inclui 535 comunas (na totalidade ou em parte) pertencentes às regiões *Bretagne* e *Pays de la Loire* e seis Departamentos: *Ille et Vilaine*, *Morbihan*, *Loire Atlantique*, *Côtes d'Armor*, *Mayenne* e *Maine e Loire*, o que perfaz uma superfície total de 11.190 km<sup>2</sup>. (Anexo 4)

**Figura 2:** Mapa da bacia do Rio Vilaine/Fr



Fonte: SAGE-Vilaine. 2007

O projeto deste SAGE nasceu em um contexto caracterizado por tensões crescentes, decorrentes de problemas como a degradação da qualidade das águas de superfície face ao desafio crucial de abastecimento de água potável. Em uma região de agricultura intensiva, a poluição difusa da água por nitratos e pesticidas em concentração muito elevada, assim como por matérias orgânicas e produtos fosforados estão no cerne dos antagonismos.

O processo geral de descentralização ocorrido na França a partir da década de 1980 e as preconizações da Lei de águas de 1992 são identificados como marcos importantes para a criação do *SAGE Vilaine*. Foi possível verificar pelo menos dois pontos de vista com relação ao responsável pelo início do processo de organização da ação coletiva em favor deste projeto de SAGE. Pesquisa realizada por Allain (2000) atribui a responsabilidade da iniciativa a um representante do Estado vinculado à Diretoria Regional de Meio Ambiente (*DIREN*) de

Bretagne, logo em seguida a promulgação da lei de 1992. Coube a ele efetuar a demanda do lançamento do projeto junto ao Prefeito da Região em 1993, o que a levou a avaliar que tudo se passou como se o Estado fosse a única autoridade capaz de estimular a resolução de problemas em um território com tal abrangência, formado de vários departamentos e duas regiões. Por sua vez, depoimentos de alguns membros da CLE colocaram em destaque o trabalho de um homem político visto como de forte influência e capacidade de articular diferentes segmentos sociais, em especial com agentes políticos, com um histórico de ex-Prefeito da comuna de Vitré, Deputado e Presidente do Conselho geral de *Ille et Vilaine*, que veio a tornar-se o primeiro Presidente da Comissão Local de Água, o Sr. Pierre Megaignerie<sup>21</sup>.

A CLE foi instalada em março de 1997, entretanto, depoimentos de alguns de seus membros<sup>22</sup> e registros em documentos<sup>23</sup> revelaram que o seu trabalho foi iniciado em setembro de 1998, ao ser realizada a primeira reunião técnica que validou o método de trabalho de elaboração do plano. É possível que tal percepção leve em conta que o período anterior tenha sido marcado por ações políticas de definições sobre a área de abrangência e criação de adesões.

No ano de 2007, tal colegiado era composto por 66 membros (seis membros a mais que em 1997) divididos em três colégios. O maior deles, com 50% dos membros, é formado por representantes de coletividades territoriais e de estabelecimentos públicos locais. Em seguida, 25% reúnem representantes de usuários, de proprietários ribeirinhos, de organizações profissionais e de associações concernentes<sup>24</sup>. Os outros 25% formam o colégio de representantes do Estado e de seus estabelecimentos públicos<sup>25</sup>. A *Institution d'Amenagement de la Vilaine* – IAV, estabelecimento público territorial de bacia, é a responsável pelo SAGE e é sede do secretariado da CLE.

Percebe-se que através dos SAGE, a preocupação foi fazer evoluir as práticas de gestão de águas que devem considerar as diferentes fontes de provisionamento, os diferentes usos de água e, sobretudo promover uma concertação para alcançar um esquema de ordenamento

---

<sup>21</sup> Entrevistas realizadas pela autora em novembro e dezembro de 2007.

<sup>22</sup> Entrevistas realizadas pela autora em 2007.

<sup>23</sup> Documento de apresentação e síntese do Projeto do *SAGE Vilaine*, entre outros.

<sup>24</sup> Câmara de agricultura e sindicalismo agrícola, Câmara de comércio e indústria, União patronal interprofissional de *Bretagne*, Sindicato profissional das empresas de serviços de água e esgoto, conchilicultores e pescadores profissionais, associações de proteção da natureza, associação de pesca e piscicultura, liga regional de canoa e caiaque da *Bretagne*, associações de consumidores.

<sup>25</sup> Prefeituras, agência de água, delegação regional do conselho superior da pesca e organismos científicos.

diferente. A lei tem também por objetivo envolver sobremaneira o público em geral, em nome dos benefícios da democracia de proximidade.

Na perspectiva de GIBLEIN (2003), as orientações dessa legislação marcam uma mudança de representação a propósito da água e de sua gestão, pois tanto no contexto francês, quanto no contexto internacional, assume-se uma posição favorável à representação de uma água rara e ameaçada. Tais posições foram fortalecidas pelas estiagens de 1989 e 1990 que creditaram a idéia de uma possível penúria, momento em que os primeiros artigos na imprensa sobre o aumento dos nitratos na água potável inquietaram a população. GIBLEIN afirma que “é devido a isto que se afirma na lei de águas de 1992 que a água faz parte do patrimônio da nação”, e exalta que: “ora, um patrimônio se protege, se preserva” (2003, p.23).

O Rio Vilaine é o mais longo rio costeiro da Bretanha, com aproximadamente 230 km de extensão. Ao longo das décadas ele sofreu intervenções que alteraram consideravelmente o seu curso natural. À montante da bacia foram construídas barragens que são utilizadas para a produção de água potável e, assim, amenizar os problemas em períodos de estiagens. O seu curso principal foi canalizado, assim como o de vários afluentes, para constituir os canais de Nantes a Brest e a ligação Canal da Mancha. Por fim, em 1970 foi construída uma barragem estuarina (Arzal) que, inicialmente destinada à luta contra as inundações e valorização das várzeas, veio a ser posteriormente considerada um recurso fundamental para o abastecimento regional em água potável (ARRONDEAU, 2006).

A construção de um dique bloqueando a subida da maré a 12 km do estuário teve como consequência um depósito importante de sedimentos, problema este aumentado e acelerado pela utilização da reserva de água para abastecimento ao invés de sua restituição ao estuário. As condições naturais desse ecossistema foram profundamente modificadas a partir desta obra que trouxe soluções, mas inerente a elas evidenciaram-se problemas e conflitos entre os agentes sociais ali situados. Essa invasão de sedimentos penalizou diretamente os criadores de mexilhão, que foram obrigados a se deslocar das áreas de produção; ao mesmo tempo ocorreu uma forte pressão para ocupar e explorar o meio estuarino. As concorrências se deram entre criadores de crustáceos e pescadores, existindo também conflitos entre os primeiros e agentes econômicos do setor de turismo e lazer. Segundo Allain (2000), este setor é mais sutil, na medida em que a criação de crustáceos é vista “tanto como um trunfo turístico quanto como uma atividade concorrencial às atividades de turismo e lazer”.

O lago estruturado à montante da barragem e utilizado para a produção de água potável representa, por outro lado, um atrativo constante para as atividades turísticas e de lazer, que se traduzem por um forte aumento da navegação de passeio e por uma demanda incessante, acrescida por uma abertura mais frequente da eclusa de Arzal. Se o que está em jogo é limitar essa abertura para impedir a entrada de água salgada em uma reserva destinada à produção de água potável, observa-se outra forma de concorrência e de conflito.

Outra questão foi o impedimento da migração de alevinos de enguias em direção a montante da bacia, e o plano de água livre situado à jusante da barragem tornou-se uma armadilha para a espécie e como um local fortemente cobiçado pelos pescadores profissionais e amadores, pelo fato do alto valor de mercado deste recurso.

Ao lado desses conflitos de uso, as mortalidades massivas de peixes e de organismos bênticos foram observadas durante o verão de 1982. Os fenômenos das águas coloridas (“marés verdes”) ocorridos à mesma época confirmaram uma desoxigenação do meio e o desenvolvimento de fitoplancton tóxico. Se os pescadores claramente acusaram as fugas d’água da barragem de serem responsáveis por esta situação, os numerosos estudos científicos realizados deram lugar a múltiplas controvérsias sobre o impacto real desse escapamento de água.

Devido à complexidade dos problemas, os membros da CLE estruturaram a Comissão do Estuário, voltada para tratar especificamente das questões a ele vinculadas. É importante ressaltar que a criação de espaços infra-institucionais é um recurso utilizado (não só na França, mas também no Brasil) em casos onde há necessidade de aprofundar a análise de determinado tema e, com bastante frequência, nas situações em que há acirramento de tensões entre agentes situados em posições diferenciadas. Há uma tendência a querer resguardar o grande colegiado dos embates mais contundentes provocados pelos conflitos de interesse, deixando para esse fórum as deliberações sobre diretrizes mais gerais.

Não só o Rio Vilaine, mas praticamente todos os cursos d’água do Oeste da França conhecem os graves problemas de qualidade ligados, em grande parte, à presença de uma agricultura e indústria agroalimentar extremamente desenvolvidas. Esta característica da socioeconomia regional leva ao enfrentamento dos problemas a ela associados, assumidos como desafios pela CLE. A recuperação da qualidade de água para torná-la potável é vista como primordial no SAGE Vilaine, o que levou ao objetivo de restauração e proteção dos

mananciais de água superficiais destinados a abastecer aproximadamente 800.000 habitantes da bacia. Não é demais lembrar que tal uso é constantemente alterado pela variação no teor de nitratos e pesticidas, produtos fosforados, além de matéria orgânica. Os riscos de eutrofização são acentuados pela própria morfologia do rio que é constituído de uma sucessão de canais. Desde 1993, esta situação levou a associação ambientalista *Eau et Rivière de Bretagne* a apresentar uma queixa junto à Corte de Justiça da Comunidade Européia pela não aplicação da Diretiva Água Potável (*Directive Eau Potable*), que normatiza os parâmetros de potabilidade da água para os países que a integram<sup>26</sup>; por outro lado, os representantes do setor agrícola aglutinados pela Câmara de agricultura (*Chambre de l'agriculture*) manifestaram a sua posição demonstrando as alterações feitas em suas práticas agrícolas e reivindicando maior prazo para o cumprimento das exigências<sup>27</sup>.

Outro problema apresentado como fundamental no contexto de implantação do projeto do SAGE é o risco de inundações. A história desta região, em especial do baixo Vilaine, é permeada por episódios de cheias e inundações, por vezes devastadoras.

Após o ano de 2003, a Lei das águas francesa de 1992 passa por uma revisão sob a influência da Diretiva-Quadro da Água (*DQA 60/2000*)<sup>28</sup>, com o objetivo de conduzir de maneira otimizada o conjunto de agentes sociais, conforme estabelecido nas leis de 1964 e 1992, buscando o fortalecimento das instituições previstas e criadas tendo como finalidade alcançar as metas exigidas pelos marcos legais da comunidade européia.

No ano de 2007 foi votado o projeto de revisão do SDAGE que em 2008 passa por consulta pública.

Pensando, desse modo, em sistemas descentralizados de planejamento e gestão das águas, é possível encontrar uma diversidade de configurações. A PNRH (Lei 9433/97), então inspirada na experiência francesa de gestão de águas com base na Lei n° 64-1245 de 16 de dezembro de 1964, internalizou princípios como a gestão integrada e descentralizada por bacia

---

<sup>26</sup> Entrevista realizada pela autora com o Presidente da associação *Eau et Rivière de Bretagne* em outubro de 2007.

<sup>27</sup> Entrevista realizada com representante da *Chambre d'agriculture* e com agricultores em 2007 e notícias no *Jornal Ouest-France* no mesmo ano.

<sup>28</sup> A DQA é uma legislação de ordenamento e gestão do conjunto das águas continentais e litorâneas, válida para todos os Estados Membros da União Européia, de caráter revogador das legislações anteriormente vigentes para o setor.

hidrográfica, a criação de comitês de bacia, a instauração de um sistema de cobranças e a participação de usuários de água nos processos de tomada de decisão.

O modo como se deu a descentralização para uma proximidade maior do público em geral, retrata a riqueza de diferentes caminhos e configurações, mediados por interesses diversos e complexos. Portanto, pode-se falar das múltiplas expressões que o sistema assume ao ser internalizado e externalizado pelos agentes, mesmo que para isto mantenha o formato preconizado pela Política a qual se vincula, mas criando subestruturas para assegurar o desenvolvimento dos processos.

Como mais uma dessas formas de expressão assumidas em escala local, as formas de intervenção do Estado para a implementação da lei de recursos hídricos na região em estudo nesta tese, a região do Itabapoana, vai apresentar estas e outras implicações devido à adaptação do modelo às condições socioeconômicas e culturais existentes.

### **CAPÍTULO 3**

#### **REGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA - A REPRODUÇÃO SOCIAL AMPLIADA DO VALE DO ITABAPOANA**

A construção de um espaço social como a região da bacia hidrográfica do Itabapoana requereu uma análise que buscou distinguir os diferentes significados atribuídos tanto à unidade físico-política da Bacia Hidrográfica do Itabapoana – o uso instrumental da delimitação do espaço abarcado pelo rio e seus afluentes como unidade de planejamento e gestão de águas e; como à região da Bacia do Itabapoana - re-significação para criar uma unidade totalizante como região, que incorporou todo o espaço de unidades municipais banhadas pelo rio que lhe dá o nome e por aqueles que o formam (e não propriamente o espaço hidrográfico da bacia).

Para efeitos de concertação de interesses diferenciados, de visibilidade e reconhecimento do espaço político, assim aglutinado, o termo região deve ser aceito como uma totalidade generalizada, isto é, um dado que chamaria a atenção para fronteiras político-administrativas, em tese mais visíveis, por serem oficiais. Bourdieu (1998) lembra que a dimensão identitária e o reconhecimento por parte dos agentes externos e internos em interação, são algumas das condições de existência de uma região. Pelos elementos dessa assertiva, presume-se a possibilidade daquele espaço social propiciar a construção de relações sociais promotoras de outras re-divisões, embora nem sempre oficialmente consideradas.

Nessa perspectiva, ressalta-se que a concepção de região se refere a um sistema de poder que coloca em questão outras estruturas institucionais já estabelecidas (BOURDIEU, 1980; NEVES, 2008). Portanto, pelo sentido do termo região aqui adotado, esse abarca também a delimitação de espaços ou arenas políticas. A compreensão desses sistemas de poder faz ressaltar a anterior ausência de planificação do espaço territorial e dos limites geográficos da denominada bacia hidrográfica do Itabapoana, como comprova a ausência dessa configuração nos mapas de hidrografia brasileira e dos Estados, até o fim da década de 1990. Ao mesmo tempo, a perspectiva analítica que valoriza as relações de poder esclarece o jogo de forças sociais vigentes e, correlativamente, as razões pelas quais as políticas públicas foram assim criadas.

### 3.1 A região hidrográfica do Rio Itabapoana.

A Bacia Hidrográfica do Itabapoana situa-se entre as latitudes 20°15' e 21°15' Sul e longitudes 41° 00' e 42° 05' Oeste, na mesoregião sudeste do Brasil, conforme representado na figura 2.

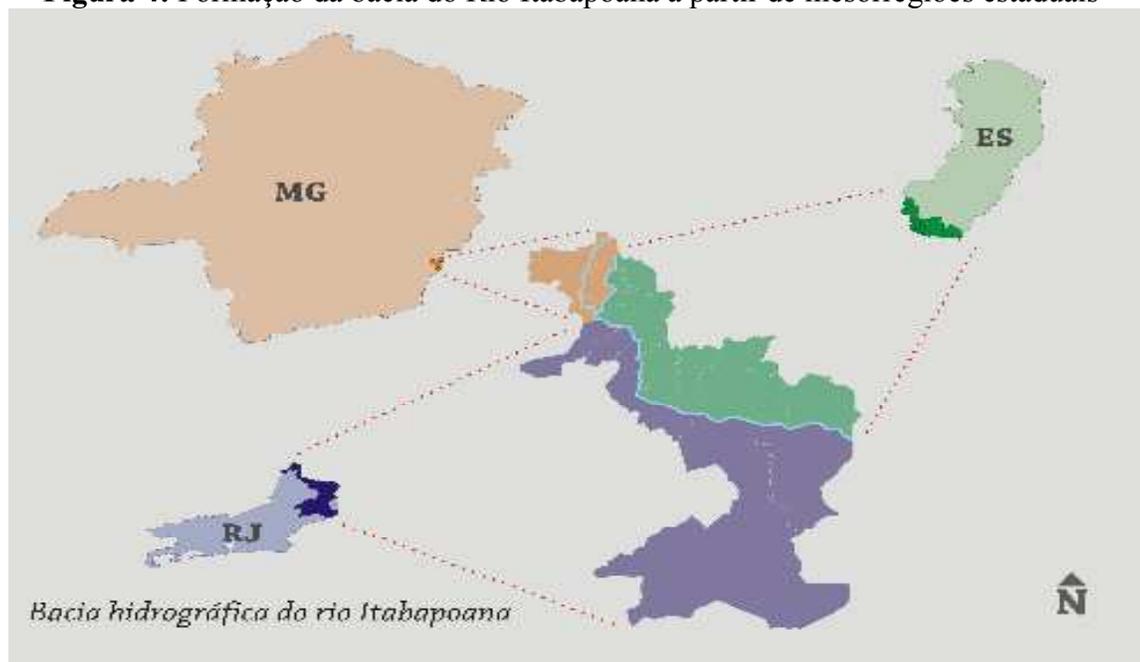
**Figura 3:** Localização da Bacia no Brasil e na região sudeste do Brasil

Fonte: elaboração para fins da tese a partir do IBGE (2008).



Ao considerar as divisões político-administrativas dos Estados da federação brasileira, pode-se afirmar que o desenho que conforma a referida bacia hidrográfica é resultado de um recorte que aglutina quatro mesoregiões de três entes federados, segundo delimitação do IBGE (2008). Do Estado do Espírito Santo, a mesoregião sul espírito-santense (destacado em verde na figura 3, conhecido como sul capixaba pelo senso comum); do Estado de Minas Gerais, parte da zona da mata mineira (destacada em laranja/bege na figura 3, conhecida como região do Caparaó); do Estado do Rio de Janeiro, as mesoregiões Norte e Noroeste Fluminenses (destacadas em azul na figura 3).

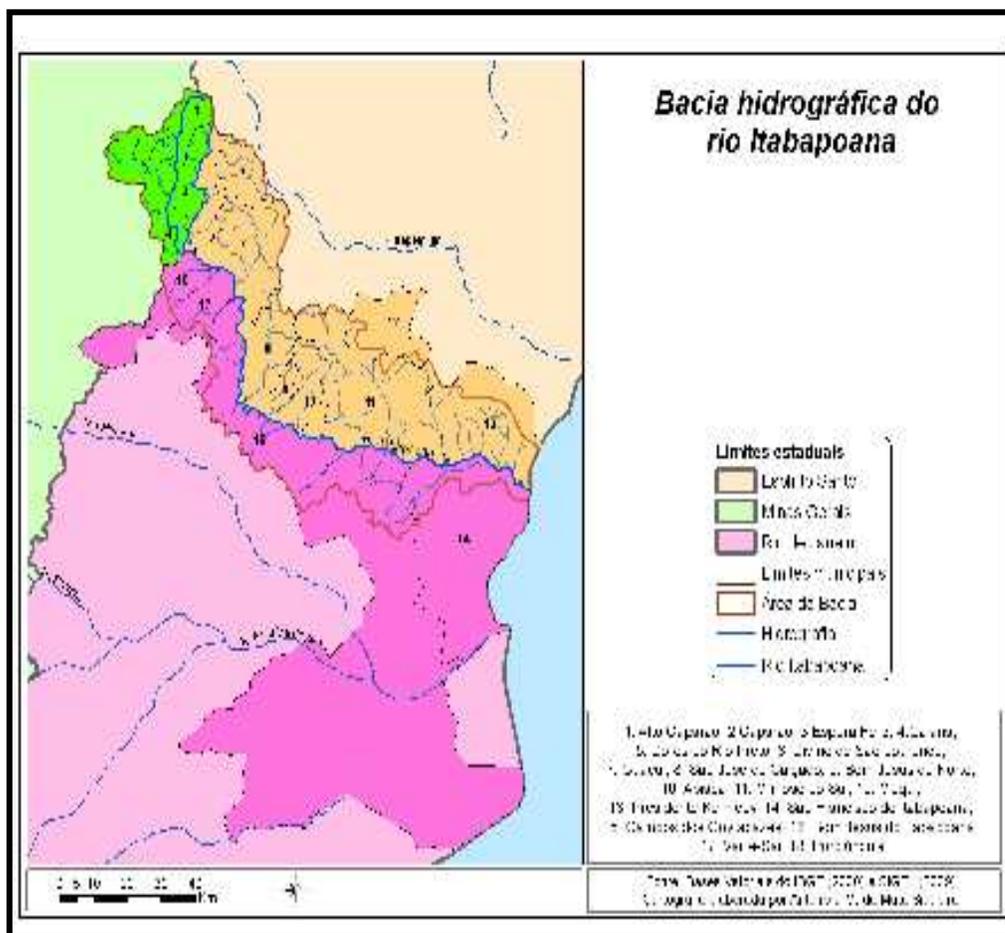
**Figura 4:** Formação da bacia do Rio Itabapoana a partir de mesorregiões estaduais



Fonte: elaboração para tese, a partir de IBGE e UFF-SRH:MMA (2008).

No Estado do Rio de Janeiro, ela compreende os municípios a seguir: Bom Jesus do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, Porciúncula, Varre-Sai e São Francisco do Itabapoana. No estado do Espírito Santo corresponde aos municípios da região sul capixaba de Apiacá, Bom Jesus do Norte, Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy e São José do Calçado. E em Minas Gerais, parte da região da zona da mata mineira, também conhecida como região do Caparaó, compreendendo os municípios de Alto Caparaó, Caparaó, Caiana e Espera Feliz.

**Figura 5:** Bacia hidrográfica do Rio Itabapoana



Fonte: elaborado para esta tese, a partir de IBGE (2006), UFF (1997) e ANEEL (2009)

Pela perspectiva hidrográfica, a bacia do Rio Itabapoana faz limites: ao sul, pela bacia do Rio Paraíba do Sul; ao norte, pela bacia do Rio Itapemirim; e a oeste pela bacia do Rio Doce. A área drenada é de aproximadamente 4.800 km<sup>2</sup>. Seu canal principal serve de limite entre os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, e sua desembocadura se dá no Oceano Atlântico, entre os municípios de São Francisco do Itabapoana-RJ e Presidente Kennedy-ES. Quanto aos sistemas de drenagem, a referida Bacia está localizada na Bacia 5 - Atlântico Sudeste, trecho Leste, sub-bacia 57 – área de drenagem, compreendida entre a foz do Rio Doce, exclusive, e a foz do Rio Paraíba do Sul, exclusive (UFF, 1997).

O Itabapoana é o rio principal, com a sua principal nascente na serra do Caparaó, onde se situa o Parque Nacional do Caparaó, área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica<sup>29</sup> (município de Alto Caparaó/MG). Nessas terras mineiras, ele ainda não possui esse topônimo, pois são os rios Caparaó e Preto os seus primeiros formadores que, ao chegarem na confluência de Minas Gerais com os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, passam a se chamar Itabapoana. Nessa área de fronteira, ele percorre 220 km de extensão, em cujas margens várias aglomerações urbanas de municípios de pequeno e médio porte foram se estabelecendo.

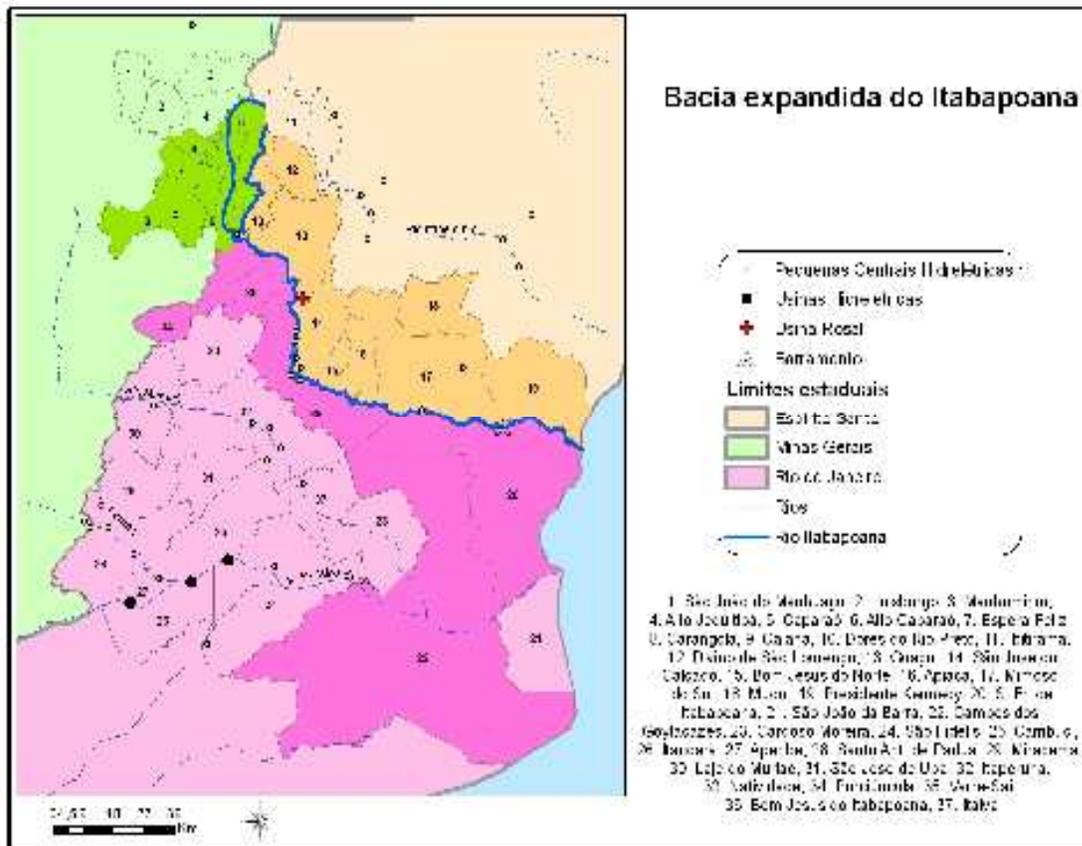
Em seu alto curso, ele é caracterizado pelo predomínio dos trechos de rio encaixados, evidenciando um grande controle estrutural, com inúmeras quedas d'água e corredeiras, tanto no rio principal como em seus afluentes.

O médio curso, por sua vez, é uma área pré-montanhosa com relevo predominante de colinas e rios encaixados, com presença marcante de alvéolos de dimensões variadas. Tal trecho tem sofrido fortes alterações devido à construção de pequenas centrais (seis) e de usinas hidrelétricas (2), localizadas conforme apresentado na figura.

---

<sup>29</sup> A reserva da biosfera da Mata Atlântica- RBMA possui cerca de 35 milhões de hectares, que abrange áreas de 15 Estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica. Foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil. É a maior reserva da biosfera em área de florestada do planeta. Um dos maiores desafios nessas áreas tem sido conciliar os objetivos de conservação da biodiversidade e a pressão dos processos de desenvolvimento.

**Figura 6:** Localização de usinas hidrelétricas e PCHs na bacia do Rio Itabapoana.



Fonte: elaborado para esta tese, a partir de IBGE (2006), UFF (1997) e ANEEL (2009)

Por sua vez, o trecho do baixo curso, caracterizado pela presença de extensas planícies aluviais, freqüentemente inundadas por ocasião do período de chuvas, apresenta grande potencial de água subterrânea nos aquíferos sedimentares.

Nessas áreas, estão concentradas várias lagoas, algumas drenadas tendo em vista a liberação de terras para fins de agropecuária e outras comprometidas devido a barragens feitas por proprietários rurais. Essas barragens são feitas no intuito de interromper o fluxo de água para evitar a inundação das propriedades em período de cheias, tendo como consequência o impedimento de entrada de água nas lagoas, comprometendo a qualidade do ecossistema, a pesca artesanal e o lazer dos moradores que habitam as localidades a elas próximas, constituindo-se objeto de conflitos. As condições existentes foram agravadas pelas alterações realizadas por obras de retificação e drenagem executadas pelo Departamento Nacional de

Obras e Saneamento - DNOS nas décadas de 1960 e 1970, o que mudou significativamente as condições hidrológicas e a relação entre o transporte e a deposição de sedimentos. Além disso, criou problemas pelo aumento do volume e dimensão desses sedimentos na foz do Itabapoana, ocasionando um desvio desta, com o surgimento e constante crescimento de uma barra arenosa e a conseqüente erosão da praia. Como já destacado, e que será aprofundado em capítulo posterior, este fato criava, e ainda cria, problemas sociais graves por causa de constantes inundações e assoreamento de áreas de residências de moradores, em sua maioria formadas por pescadores.

Ao considerar os principais modos de utilização dos mananciais hídricos, identificou-se que os usos consuntivos<sup>30</sup> se voltam para o abastecimento rural e urbano, consumo agrícola e agroindustrial (pequeno porte), dessedentação animal (rebanhos bovinos) e pesca profissional (artesanal) e esportiva. Por sua vez, a manutenção da biodiversidade fluvial, a geração hidrelétrica, a assimilação de esgotos ou diluição de efluentes e a mineração (extração de areia) constituem os usos não-consuntivos<sup>31</sup>.

Esse amálgama de usos, composto tanto por elementos que se ligam quanto elementos que se repelem, revelou, por sua vez, indivíduos e agentes (dos campos econômico, político e social) cujos interesses estão investidos, muitas vezes, propiciando divergências e antagonismos, e, por sua vez, a base para a construção de conflitos. Estão aí presentes a população de uma forma geral; empresários de companhias de saneamento ambiental, de companhias de geração de hidroeletricidade e de pequenas agroindústrias; agricultores; pecuaristas e pescadores.

Por sua vez, as disputas nessa arena dramatizadas revelam outro grupo de agentes que assumem os interesses dos seres não-humanos, que também são agentes (*actants*), se considerados em uma perspectiva da sociologia da tradução (Callon e Latour, 1991). É o caso dos representantes de associações ambientalistas, responsáveis por pressionar a abertura de debates públicos para tratar dos problemas ambientais que afetavam os ecossistemas.

Pensando no contexto sócio-econômico dos municípios da Bacia do Itabapoana, o conjunto dos municípios que compõe a bacia do Itabapoana se insere em uma área total de

---

<sup>30</sup> Aqueles no qual a água é derivada de seu curso natural, somente retornando em parte, ou seja, há perdas entre o que é derivado e o que retorna ao seu curso natural.

<sup>31</sup> São aqueles que dispensam a derivação, geralmente não afetam a qualidade da água, mas podem alterar o seu regime.

10.018,70 km<sup>2</sup> (IBGE, 2007). Ao considerar a área da bacia hidrográfica propriamente dita, ela chega a aproximadamente 4876 km<sup>2</sup>, o que representa 48% do território da região. Mais de 50% dos municípios, entretanto, possuem a sua área total dentro dos limites deste perímetro, conforme demonstrado a seguir. (Tabela 1)

**Tabela 1:** Área dos municípios na bacia do Itabapoana

<b>Estados da Federação</b>	<b>Municípios</b>	<b>Área total (km<sup>2</sup>)</b>	<b>Área bacia (km<sup>2</sup>)</b>	<b>Área bacia/ total (%)</b>
Espírito Santo	Apiacá	197,13	197,13	100,00
	Bom Jesus do Norte	85,54	85,54	100,00
	Divino de São Lourenço	175,26	175,23	99,98
	Dores do Rio Preto	157,31	157,31	100,00
	guaçuí	465,91	465,91	100,00
	Mimoso do Sul	885,05	885,04	100,00
	Muqui	308,74	49,87	16,15
	Presidente Kennedy	587,37	413,47	70,39
	São José do Calçado	275,34	275,33	100,00
Minas Gerais	Alto Caparaó	179,66	107,59	59,89
	Caiana	108,53	108,53	100,00
	Caparaó	139,43	139,43	100,00
	Espera Feliz	314,95	314,95	100,00
Rio de Janeiro	Bom Jesus do Itabapoana	600,01	600,01	100,00
	Porciúncula	259,84	104,54	40,23
	Varre-Sai	188,06	150,24	79,89
	Campos dos Goytacazes	3.978,07	353,49	08,89
	São Francisco do Itabapoana	1.112,50	291,85	26,23
<b>TOTAL</b>		<b>10.018,70</b>	<b>4.875,46</b>	<b>48,66</b>

Fonte: elaborado pela autora em julho de 2006, com base em dados UFF- Projeto Managê, a partir de IBGE,1991.

Segundo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE<sup>32</sup> (2006), esse é um território com predominância de municípios pequenos, onde 50% (9) deles possuem menos de 10.000 habitantes; 17% (3) se situam entre 10.000 e 20.000 habitantes, 28% (5) entre 20.000 e 50.000 habitantes e um único município, Campos dos Goytacazes, é considerado de porte médio, com faixa populacional entre 100.000 e 500.000 habitantes.

<sup>32</sup> Na classificação do IBGE, pequenos municípios são os que possuem até 20.000 habitantes, médios são os que possuem acima de 20.000 habitantes e grandes os que possuem mais de 100.000 habitantes. Em 2006, do total de 5.564 municípios, 267 estão classificados como grandes, 1.344 médios e 3.953 pequenos.

A população total dos dezoito municípios que compõem a região em estudo alcançava, em 2007, 679.851 pessoas, residentes em 166.920 domicílios (perfazendo uma média geral de 3,7 pessoas por domicílio). O Rio de Janeiro é o Estado que mais contribui para esse total, com 484.048 (76,8%). Levando-se em conta que essas são as populações totais dos municípios, reafirma-se que nem todos eles são abrangidos em sua totalidade pela bacia hidrográfica do Itabapoana. O caso que melhor expressa essa dupla abrangência diz respeito ao município de Campos dos Goytacazes, ao se levar em conta a população da área urbana situada fora da bacia do Itabapoana e pertencendo à bacia do rio Paraíba do Sul. Com uma população urbana de 364.177 habitantes (de um total de 426.154 em 2007), esse município sozinho reúne quase a metade da população atribuída aos municípios da região da Bacia.

A adoção de uma Bacia Hidrográfica como unidade de planejamento e gestão fez com que essa variável de inclusão ou não de algumas áreas urbanas e rurais dos dezoito municípios fosse colocada como questão para o dimensionamento de ações pretendidas: como compatibilizar o fazer parte do município com o não fazer parte da bacia. A questão em pauta estava registrada em relatórios e foi confirmada por alguns agentes sociais entrevistados. Muitos consideravam que pertencer ao município era muito mais importante do que pertencer à bacia hidrográfica. Entretanto, esta unidade, após dez anos do reconhecimento oficial, passou a ter mais sentido e valor para a identidade dos residentes, ainda que não anulasse a referência municipal.

A questão era ainda mais complexa, pois incluir ou excluir apenas a cidade de Campos dos Goytacazes significaria uma diferença de quase 50% da população, portanto, uma parcela que está longe de ser pouco significativa. Além do mais, deve-se levar em conta, dado o porte econômico, político e administrativo que esta cidade representa, que tais recursos catalisam influência sobre as referências dos moradores da região. Dentre as dimensões importantes dessa posição destacam-se: entreposto comercial e rota viária de muitos bens que circulam na região; ponto de recepção de migrantes internos permanentes e temporários; pólo de atração temporária de residentes dos demais municípios, para fins de realizar negócios diversos e obter serviços de saúde, escolares, universitários, além de outros recursos oferecidos de forma precária ou ausentes em municípios de menor porte.

Para efeitos de exemplificação, podem-se citar algumas atividades pelas quais os grupos de trabalho puderam optar por excluir ou pelo menos para não considerar prioritário os

residentes em Campos de Goytacazes e/ou de outras áreas rurais e urbanas tecnicamente localizadas fora da bacia do Itabapoana. Foram os casos dos que consideraram como ação emergencial sobre coleta e destinação de resíduos líquidos e sólidos, ou mesmo ações de repovoamento de peixes, recomposição da vegetação nativa ciliar e mapeamento e classificação dos usos de solos adjacentes aos rios da bacia do Itabapoana. Para o caso de outros temas, no entanto, avaliaram que com essa exclusão ou redução de prioridade correriam o risco de não contribuir para o avanço do processo, pelo próprio peso que Campos dos Goytacazes tem para as dimensões econômicas, sociais, políticas, educacionais e culturais da região. No que diz respeito às questões sociopolíticas, optou-se por incluir sistematicamente as populações municipais residentes fora da bacia nas considerações, análises e projetos.

Os dados da Tabela 2, a seguir, permitem também uma primeira aproximação sobre outra dimensão importante: a incidência relativa de população rural e urbana. A grande maioria dos 18 municípios apresenta uma proporção de população rural bem maior que a média brasileira (em torno de 20%). O município de Presidente Kennedy apresenta a maior cifra de população rural residente (75,2%), seguido por Divino de São Lourenço, 69,8%; São José do Calçado, 68,3%; Varre-Sai, 66,5% e Caiana 64,9%, e ainda outros nas faixas 50% e 40%. Apenas Campos (14,3%) e Bom Jesus do Norte (8,8%) apresentam porcentagens de população rural expressivamente abaixo da média nacional. Quando se examinam as porcentagens referentes aos estados, destaca-se novamente o peso da população urbana de Campos: enquanto os quatro municípios de Minas Gerais apresentam uma cifra média de 50,0% de população rural e os nove municípios capixabas apresentam 42,0%, os cinco municípios fluminenses têm uma cifra média bem inferior, 19,7%.

**Tabela 2:** Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana — População dos municípios integrantes

Estado/Municípios	CONTAGEM 1996 POPULAÇÃO Total	CENSO 2000					CONTAGEM 2007		
		Total	Urbana		Rural		População	Área	Densidade Populacional
	(hab)	(hab)	(hab)	(%)	(hab)	(%)	(hab)	(Km2)	(Hab/Km2)
<b>ESPÍRITO SANTO</b>									
Apiacá	6.863	7.612	4.886	64	2.726	36	7.617	194	39,26
Bom Jesus do Norte	8.608	9.228	8.334	90	894	10	9.318	89	104,70
Divino de São Lourenço	4.385	4.817	1.612	33	3.205	67	4.837	176	27,48
Dores do Rio Preto	5.649	6.167	3.185	52	2.982	48	6.106	153	39,91
Guaçuí	23.820	25.328	19.030	75	6.298	25	25.761	468	55,04
Mimoso do Sul	24.872	26.138	13.270	51	12.868	49	26.208	867	30,23
Muqui	13.254	13.636	8.630	63	5.006	37	13.841	327	42,33
Presidente Kennedy	9.559	9.548	2.529	26	7.019	74	10.307	586	17,59
São José do Calçado	10.432	10.481	6.958	66	3.523	34	10.570	273	38,72
<b>MINAS GERAIS</b>									
Alto Caparaó	3.877	4.673	3.329	71	1.344	29	5.048	105	48,08
Caiana	4.252	4.364	1.750	40	2.614	60	4.537	107	42,40
Caparaó	4.533	4.999	1.807	36	3.192	64	4.863	130	37,41
Espera Feliz	18.847	20.536	11.261	55	9.275	45	20.835	325	64,11
<b>RIO DE JANEIRO</b>									
Bom Jesus do Itabapoana	32.231	33.632	27.427	82	6.205	18	33.888	598	56,67
Campos dos Goytacazes	389.547	406.511	363.721	89	42.790	11	426.154	4.032	105,69
Porciúncula	15.407	15.941	12.013	75	3.928	25	17.178	302	56,88
São Francisco do Itabapoana	35.810	41.046	19.146	47	21.900	53	44.475	1.111	40,03
Varre-Sai	7.554	7.851	4.133	53	3.718	47	8.308	189	43,96
<b>TOTAL</b>	<b>619.500</b>	<b>652.508</b>	<b>513.021</b>	<b>79</b>	<b>139.487</b>	<b>21</b>	<b>679.851</b>	<b>10.032</b>	<b>67,77</b>

Fonte: Elaboração da autora com base em dados do IBGE (1996; 2000; 2007).

Assim, a maior parte da população dentro da bacia do Itabapoana reside em áreas rurais. Segundo os critérios censitários brasileiros, ela pode ser considerada rural também pelas suas atividades econômicas, inserção produtiva e social. Destacam-se não somente a produção agrícola, mas as múltiplas atividades desenvolvidas ligadas também ao setor de serviços: recreação, descanso, lazer, manutenção de áreas de produção agropecuária, da

biodiversidade (mesmo que sob tensão e pressão), entre outras. São espaços produtivos, porém também de consumo, provocado pelos mais variados tipos de demandas (HUYLENBROECK e DURAND, 1988). Os diversos programas de intervenção e assessoria para essas municipalidades foram desenhados levando em conta essa marcante dimensão rural da população.

A estrutura fundiária dos municípios caracteriza-se pela predominância de pequenas propriedades (até 50 hectares), com a maior concentração em termos de área incidindo sobre as pequenas e médias propriedades. Os estabelecimentos com até 50 hectares, representam 81,99 % do total e 24,67% da área dos estabelecimentos rurais. As médias propriedades, entre 50 e 500 hectares, representam 17,17% do número e 56,21% da área dos estabelecimentos. Um número reduzido de propriedades que ultrapassa os 500 hectares, o que representa 1,83% do total e 19,10% da área dos estabelecimentos (IBGE, 2006).

A maior concentração relativa de pequenas propriedades ocorre nas áreas onde predomina a produção de café, ou seja, no alto Itabapoana, região de altitude mais elevada e temperaturas mais baixas. As grandes propriedades estão mais concentradas no baixo e médio Itabapoana, onde predomina a pecuária bovina e as culturas de cana de açúcar, abacaxi, maracujá e mandioca.

A situação social decorrente é evidenciada pelos baixos salários, falta de cumprimento da legislação trabalhista, migração rural-urbana e formação de periferias na cidade, devido às condições de habitação, desemprego e subemprego.

A migração se constituiu no canal de expressão dos trabalhadores insatisfeitos com as mudanças nas relações de produção nessa área outrora cafeeira. Se, por um lado, as organizações de interesse dos cafeicultores foram se reestruturando em torno da pecuária, por outro, do ponto de vista das famílias trabalhadoras naquela atividade, a pecuária não absorvia a sua força de trabalho. As alternativas abertas para a sua absorção em setores produtivos situados alhures desestimularam qualquer movimento no sentido de busca de opções para a sua reinserção local em outras atividades. Há que se reconhecer que as formas de dominação até então exercidas geraram uma visão de mundo que pressupunha soluções oriundas de segmentos com maior acúmulo financeiro, cultural e político. Em contrapartida, ações dos sindicatos de trabalhadores rurais e posteriormente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -

MST conseguiram influenciar e articular trabalhadores em torno da luta e conquista de terras. Em 2006, dez assentamentos rurais foram identificados nos municípios em estudo.

Esse espaço físico tem sido também lugar de sucessivas reordenações espaciais, pois degradações ambientais se acentuaram ao longo do tempo, a começar pela forma de ocupação da terra pela cafeicultura e pela cultura da cana em alguns municípios. Estas devastações produziram um acentuado desequilíbrio ecológico, decorrente da destruição da floresta, do esgotamento e da erosão dos solos e comprometimento dos mananciais hídricos. Mesmo que vários projetos de recuperação estejam em curso (saneamento básico, revegetação, etc), depoimentos revelam que nem todos os municípios consolidaram os desafios propostos (Depoimento de técnico do IBAMA a autora da tese em março de 2006).

Atualmente, do ponto de vista econômico, as principais atividades são a cafeicultura, a cana-de-açúcar com produção de açúcar e álcool, a pecuária leiteira e de corte, a fruticultura e o extrativismo mineral.

As atividades ligadas a uma dinâmica rural são comumente exercidas, em tempo parcial ou mesmo integral, por pessoas residentes nos considerados perímetros urbanos. Esta característica merece destaque, pois ela embasou os argumentos dos projetos que influenciaram a criação de ações e políticas para o desenho proposto, conforme enunciado por matéria do Jornal do Managé:

“Agropecuária em debate

Após um dia inteiro de debates, em fevereiro, no município de Caparaó, reuniram-se a coordenação do Projeto Managé e representantes das entidades civis, produtores rurais, representantes de Igrejas e outros moradores, além de representantes municipais. A reunião, organizada pelo Consórcio dos Municípios da Bacia do Rio Itabapoana, teve como tema principal as demandas da área agropecuária. Como na região alta da bacia predominam as plantações de café, os debates giraram em torno da qualidade final do produto e da utilização de agrotóxicos: que tecnologias podemos ter para produzir um café de qualidade e com custos de produção economicamente viáveis? Outras experiências, como a produção de ‘café orgânico’ também foram abordadas. Como resultado concreto da reunião, foi implantado novo Grupo Temático (GT Agricultura), onde pesquisadores, produtores e estudantes atuarão conjuntamente na formulação e implementação de propostas de desenvolvimento sustentado”. (Jornal do Managé, 1998, p.3).

Se uma das tendências para a agricultura era a reestruturação do setor cafeeiro, outro projeto tomava corpo entre os envolvidos no setor, conforme divulgado por periódico de circulação no Estado do Espírito Santo:

“Dores começa incremento fruticultura

Dores do Rio Preto – Como outros municípios do Caparaó, Dores iniciou neste ano um programa de incremento da fruticultura, motivado pela instalação da fábrica de polpa de fruta Natures, em Guaçuí, e como alternativa para fugir da monocultura cafeeira. Vinte produtores receberam e já plantaram mudas de goiaba e se prepararam para o plantio de banana. A colheita das primeiras mudas de goiaba será realizada em setembro. O plano de fruticultura, traçado em parceria com o Projeto Managé, prevê ainda o plantio de maracujá e figo. Segundo o Secretário Municipal de Agricultura, Emerson Augusto da Costa, a escolha das frutas foi feita junto com mais sete municípios, obedecendo também a critérios comerciais. Cada produtor de Dores plantou 15 pomares de goiaba, da variedade Paluma. Após a colheita, que será realizada em setembro, os produtores receberão da Secretaria Municipal de Agricultura mudas de banana-nanica e prata” (Jornal A Gazeta/ES, 12/05/2003, p.7).

É importante ressaltar que além das atividades do setor primário, os municípios Campos dos Goytacazes/RJ e Presidente Kennedy/ES)<sup>33</sup> são classificados como produtores de petróleo, tendo suas receitas acrescidas pelo recebimento de *royalties*. Mesmo assim, pesquisas apontam que este aporte de recursos financeiros não conseguiu alterar o quadro de desigualdades sociais existentes (SERRA, 2004; CRUZ, 2005 ).

Algumas cidades-pólo, como Campos dos Goytacazes (RJ), Cachoeiro de Itapemirim (ES) e Carangola (MG), fazem convergir pessoas e recursos, o que acentua a dificuldade de reversão do quadro nos demais municípios. Portanto, integrar as ações políticas de municípios tão diferenciados econômica e socialmente, mas irmanados pela localização *vis-à-vis* a relação com a bacia hidrográfica, propiciou as bases sociais para o “almejado” desenvolvimento integrado, totalizante e não produtor de periferias funcionais ou de exclusões reprodutoras de um ampliado pauperismo. A concepção de desenvolvimento sustentado, por seu aspecto sistêmico, passou a referenciar as ações produtoras e adesões requalificadas.

---

<sup>33</sup> Maiores detalhes são encontrados em Cruz, 2005; Neves, 1999; UFF- Projeto Managé, 1997; Gimenes, 2005; Siqueira, 1999.

### 3.2 A bacia hidrográfica como região e como unidade de planejamento e gestão

Consideradas como “palco unitário de interação das águas com o meio físico, o meio biótico e o meio social, econômico e cultural”, as bacias hidrográficas são consideradas, por vários autores, como a base territorial mais adequada para o desenvolvimento dos processos de gestão ambiental (YASSUDA,1993; CASTRO,1995).

Um dos argumentos para essa valorização advoga o manejo corretivo, posto que os diversos processos físicos ocorrem em correlação sistêmica e completam seu ciclo no interior da bacia hidrográfica. Fundamentado em saber técnico-científico, o manejo é facilitado, tendo em vista a recuperação e o controle de efeitos nos usos dos ecossistemas, assim como a realização das ações preventivas para proteção. Além disso, a possibilidade de visualizar os seus limites e compreender a rede de impactos diretos e indiretos no meio físico e sócio-econômico, advindos dos diferentes usos, torna este recurso um instrumento facilitador dos mecanismos político-institucionais, constituindo-se em auxílio no estímulo à interatividade (CASTRO, 1995).

Do ponto de vista da geologia, a bacia hidrográfica ou de drenagem representa uma unidade geomorfológica fundamental, que delimita certa área, onde uma rede interconectada de fluxos de energia e de matéria (líquida, sólida e solúvel) que se processam ao nível da superfície terrestre, converge para uma saída comum, em certo ponto de um canal fluvial. Seu limite é conhecido como divisor de drenagem ou divisor de águas. O divisor é a linha de separação que divide as precipitações (chuvas) que caem em bacias vizinhas e que encaminha o escoamento superficial resultante para um ou outro sistema fluvial<sup>34</sup> (ROSA,1999).

Como diversos processos físicos ocorrem em correlação sistêmica e completam seu ciclo no interior da bacia hidrográfica, o manejo corretivo, fundamentado em saber técnico-científico, é facilitado, tendo em vista a recuperação e o controle dos efeitos dos usos dos ecossistemas, e a realização de ações preventivas de proteção. Além disso, segundo Castro (1995), a possibilidade de visualizar os seus limites e compreender a rede de impactos diretos e indiretos no meio físico e sócio-econômico, advindos dos diferentes usos, torna-a um

---

<sup>34</sup> Esta forma de recorte espacial é considerada fundamental para a análise hidrológica, sendo como se delimita a área de contribuição de águas para um determinado ponto de saída da bacia. A idéia de contribuição pressupõe que toda a água de chuva que atinge o horizonte mineral do solo da bacia irá escoar, na superfície ou subsuperficialmente, desde os divisores de águas até os fundos dos vales, onde será coletada pelos sistemas de canais e rios. Esses divisores são indicados pela topografia do terreno.

instrumento facilitador dos mecanismos político-institucionais, constituindo-se em auxílio no estímulo à interatividade.

Bacia hidrográfica fôra, portanto, assumida como unidade de planejamento e gestão das águas. Tais atividades incorporaram a necessidade de equacionar os graves conflitos em torno da sua apropriação e utilização e, ao mesmo tempo, de responder às pressões dos grupos ambientalistas. Com isso, esta noção ganhou relevância no debate sobre a questão hídrica e especialistas conseguiram impor uma nova classificação, dotada de uma espécie de universalidade não contestada.

Longe de uma posição que identifica essa delimitação como socialmente produzida, há uma tendência a naturalizá-la, a reificá-la, em nome de uma demarcação legitimada por um recorte considerado como estabelecido pela natureza não humana. É uma posição decorrente da herança do conceito de região natural, que nasce da idéia (com antecedentes no trabalho de P. Buache, de 1752) de que o ambiente tem certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade (CASTRO, 1995).

Por ponto de vista diferente sobre as divisões regionais, Bourdieu afirma que “ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações ‘naturais’ em regiões ‘naturais’, separadas por fronteiras ‘naturais’”. Para ele, a fronteira é o produto de uma divisão a que se atribui maior ou menor fundamento da realidade, desde que os elementos que ela reúne tenham semelhanças “mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes” entre si. A realidade, nessa perspectiva, é considerada “social de parte à parte e as classificações mais ‘naturais’ apóiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior de relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima” (BOURDIEU, 1989, p.115).

Para a experiência da bacia do Rio Itabapoana, como já apontado anteriormente, os profissionais do Projeto Managé optaram por utilizar a bacia como referência, porém incorporando a integralidade dos municípios das regiões tradicionalmente reconhecidas. Essa re-construção criou outra região sem coincidência com qualquer outra, nem mesmo a divisão por bacia. Este fato também levou à construção e à desconstrução de grupos, na proporção que novas composições precisavam ser elaboradas.

Uma referência até então utilizada apenas para a gestão dos recursos hídricos e ambiental passou a ser colocada como facilitadora da integração de inúmeros fatores

imprescindíveis ao desenvolvimento regional. O enfoque para a retomada deste conceito é o da diferenciação intra-regional (ARAÚJO, 1997) que aponta para as fortes desigualdades socioeconômicas em uma mesma região. Apesar de ser um conceito polissêmico, alguns aspectos para se pensar o desenvolvimento, com base em Maluf (2000) e Sen (1988) contribuem para análise. Estas seriam as noções de *acessibilidade*, associada à de *capacidades e oportunidades*, segundo Sen para expressar as situações em que a sociedade define e controla os fins e os meios para se atingir um “processo sustentável de melhoria da qualidade de vida”. Tais aspectos contemplariam os referenciais de direitos humanos, equidade, bem estar, democracia e sustentabilidade.

Tanto quanto a noção de desenvolvimento, a idéia de associá-lo à uma região-programa tendo como referência a bacia hidrográfica não é nova. Desde o final da década de vinte, as bacias hidrográficas são reconhecidas internacionalmente como espaço apropriado para acelerar o desenvolvimento econômico e social. O primeiro decreto definindo-as como unidade de gestão, sob a forma de *confederaciones hidrográficas*, data de 1926, assinado na Espanha. Na França, os registros apontam a Lei de 1964, como expressiva do período em que esta unidade passou a ser adotada (BARRAQUÉ, 1995).

No Brasil, a década de 1980 foi marco da discussão sobre gestão a partir de bacias hidrográficas, integrando os recursos hídricos e os demais elementos do sistema ambiental com a participação da sociedade (CASTRO, 1995). Essa forma de gestão participativa foi iniciada em 1988 no Estado do Rio Grande do Sul, seguida pelo Estado de São Paulo em 1991 (VEIGA, 2007).

A integração dos municípios por bacias, em muitos casos, vai de encontro à divisão político-administrativa oficial tanto dos municípios, quanto das regiões reconhecidas oficialmente pelo IBGE, mas ela não é o único caso. Para fins de implementação das políticas setoriais, os governos adotam inúmeras outras divisões regionais: territórios da cidadania para o desenvolvimento rural; a região sanitária, no caso da saúde; região educacional, para a educação; a região por bacias para os recursos hídricos; a região político-administrativa para fins de desenvolvimento regional, dentre outras redivisões. Raras vezes elas são coincidentes. Isso vem ilustrar o que Bourdieu comenta a respeito das delimitações das regiões: elas expressam um “estado da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação”. A

autoridade da ciência seria então invocada para fundamentar na realidade e na razão, a divisão arbitrária que se quer impor (BOURDIEU, 1980, p.115).

Num consenso de que para fins de conservação e/ou recuperação de recursos hídricos - o eixo da proposta para o Itabapoana -, a bacia hidrográfica seria o espaço físico que melhor garantia o controle das variáveis de interferência, surgiram, nessa perspectiva, inúmeras controvérsias e dissensos pela implantação de ações.

Em um primeiro momento elas se referiram a ações de cunho acadêmico-científico. As cartas geográficas brasileiras não apresentavam a delimitação da área da bacia, o que fez com que os pesquisadores desenvolvessem os estudos necessários e realizar o mapeamento. Por sua vez, organizados por áreas de conhecimento, os pesquisadores responsáveis pelos estudos socioeconômicos e sociopolíticos tensionavam acerca do perímetro referência bacia-hidrográfica para análises de relações sociais e dinâmicas espaciais que não estão desta forma delimitadas, mas sim pela divisão político-administrativa municipal<sup>35</sup>.

Outro aspecto decorreu dos processos de mobilização e construção de adesão. Os moradores não conheciam a divisão territorial denominada “bacia hidrográfica”; sua referência estava associada a cidade, ao bairro, ao lugarejo, ao Vale. O mesmo ocorreu com alguns Prefeitos em que os núcleos urbanos/distritos-sede não são banhados pelo rio principal da bacia, no caso, o Itabapoana. Por exemplo, em Porciúncula (RJ), o rio considerado principal é o Carangola, que pertence à bacia do mesmo nome; em Campos dos Goytacazes é o rio Paraíba do Sul. Esta importância dizia respeito à proximidade da cidade e a sua utilização no abastecimento de água potável<sup>36</sup>.

Por fim, as controvérsias referentes à divisão interestadual e ao pacto federativo. A bacia do Itabapoana é formada por municípios de três Estados da União. Nesse sentido, atuar de forma conjunta implicou modificar as rotinas políticas e administrativas, criando certa interferência e dependência de um Estado para com os outros. Aliam-se aqui as divergências político-partidárias e de legislações ambientais dos Estados que, em muitos casos, eram conflitantes – no caso do Itabapoana, numa das margens vigora a Lei do Espírito Santo e, na outra, a do Rio de Janeiro. As ações voltadas para os problemas dos recursos hídricos requereram investimentos intersetoriais dos governos, pois as políticas para os recursos

---

<sup>35</sup> Informações obtidas em entrevista realizada pela autora a pesquisador do grupo de sócio-economia, em março de 2006.

<sup>36</sup> Informações obtidas em diário de campo da autora da tese, de janeiro de 1997.

hídricos interferem e sofrem interferência de outras políticas setoriais, logo, pela perspectiva adotada, deveriam ser planejadas e executadas em conjunto.

Mesmo adotando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, os atores implicados construíram um campo de forças que forneceu uma configuração de limites móveis. Seus contornos se ampliaram pela sucessiva incorporação de municípios, inicialmente pelos que circunscrevem o perímetro de bacia e, posteriormente, por vários outros, para fins de políticas de desenvolvimento.

Assumida a primeira reconstrução, pode-se afirmar que essa escolha arbitrária criou uma divisão que não corresponde a nenhuma outra classificação homologada por registros institucionais.

Esse ato mostra de longe de que maneira os agentes redefiniriam o seu posicionamento, a construção e a reconstrução de grupos, à medida que novas composições de forças sociais foram encorajadas a realizar ações coletivas. Apesar do apoio legal após a lei das águas de 1997, diferentemente do início do processo no Itabapoana, o deslocamento de posições no espaço social redefinido pela nova divisão regional conduziu à confrontação de diversas lógicas, fossem elas referentes a práticas institucionais ou de grupos sociais. Foi possível constatar que esta situação se aprofunda nos territórios de bacias que são de domínio federal, ou seja, nas interseções entre estados da federação. Com o processo de descentralização após a década de 1980, representantes dos vários níveis de poder governamental tem sido confrontados em uma mesma área no momento de formulação e implementação de políticas de gestão de recursos hídricos (assim como outras políticas setoriais). Isso torna cada vez mais complexa a distribuição de competências entre os diferentes agentes presentes no território.

Um exemplo que se pode citar é o caso da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul<sup>37</sup>. Tedeshi (2003) ao estudar as relações inter-governamentais no âmbito do CEIVAP, evidencia as dificuldades existentes nas relações entre o governo federal e os Estados que integram a bacia, e entre os diferentes estados, gerando conflitos de interesse nas decisões tomadas pelo Comitê. O autor ainda ressalta os constrangimentos às negociações entre diferentes esferas de governo, a forte personalização das relações e as disputas entre governantes de partidos políticos em posições antagônicas, o que concorre com mais obstáculos para o processo de

---

<sup>37</sup> A Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul localiza-se na região sudeste do Brasil. É uma bacia de domínio federal que abrange parte dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

gestão integrada. Em outra pesquisa no âmbito da mesma bacia hidrográfica, Novaes (2006) analisa os condicionantes, limites e possibilidades de uma gestão efetivamente integrada em bacias de dupla dominialidade. Nesse caso, estão no centro da análise os dois organismos de bacia que atuam no *trecho paulista da bacia*: o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CBH-PS, responsável pela gestão do trecho paulista da bacia, e o Comitê para a Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, com jurisdição sobre a totalidade da bacia. A sua análise é mais otimista, considerando que, embora haja desafios a serem enfrentados para a integração, há um gradual avanço na maturidade dos sistemas de gestão, o que influencia positivamente na implantação de ações coordenadas e cooperativas na bacia.

Segundo o pacto federativo, os governos dos Estados e municípios têm o direito de gerir seus próprios territórios de maneira autônoma. Entretanto, quando se trata de bacia hidrográfica como a do Itabapoana, onde as municipalidades de vários estados se encontram, a confluência de marcos legais e institucionais não é evidente. Associa-se a isso a interferência direta das disputas e rivalidades políticas entre os diferentes entes federados.

Um exemplo desta confrontação de lógicas foi evidenciado em um relatório da primeira reunião entre professores-pesquisadores de universidade, técnicos e representantes de agricultores, de pescadores e de prefeitos, realizada em Bom Jesus do Itabapoana<sup>38</sup>. Discutia-se a possibilidade de um projeto de repovoamento de peixes no Rio Itabapoana. Além dos constrangimentos relativos à ausência de estudos sobre a fauna, flora e qualidade da água do rio, o debate evoluiu tendo como foco principal à incongruência entre as legislações ambientais dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais em relação à pesca. O que a legislação proibia em municípios de uma margem do rio, no outro não era regulamentado, fazendo com que os pescadores utilizassem as suas próprias regras.

No caso dos municípios do Itabapoana, a situação é aprofundada devido ao fato de que eles se situam nas zonas de fronteiras entre três Estados. Estes espaços, segundo a percepção de certos agentes sociais, eram considerados como zona que passava despercebida aos olhos dos administradores de políticas públicas. Essa invisibilidade era assim considerada em contraposição a atenção oferecida aos municípios que pertenciam às zonas mais bem aquinhoadas pelas políticas públicas, como as regiões metropolitanas ou àquelas consideradas

---

<sup>38</sup> Tal reunião foi a que desencadeou as ações do Programa de Articulação Interinstitucional da bacia do Itabapoana, em 1996.

como prioritárias para programas de desenvolvimento econômico. De certa maneira, os programas de desenvolvimento social representavam outra possibilidade de inserção que reafirmava o nível de pobreza dos municípios e a dificuldade de mudar a situação socioeconômica em bases de iniciativas de caráter emancipador. Obter visibilidade e conquistar acesso a uma política ambiental denotava outra porta de entrada, uma mudança em um cenário onde as expectativas não tinham outras respostas senão as reafirmadoras das situações existentes.

Sob o lema “A região dos rios está de volta à vida” o qualificativo *região dos rios* foi criado por comparação a regiões valorizadas por seus recursos naturais e paisagísticos nos estados do Rio de Janeiro (Região dos Lagos, Costa Azul, Costa Doce, Costa Verde) e Espírito Santo (Costa do Sol). A luta dos agentes técnicos e políticos para essa integração territorial se ancorava em uma proposta de mudança social, compreendida aqui como processos:

“postos em curso mediante impactos sociais, deslocamentos e desdobramentos que, pelo menos a curto prazo, não representam forças que impliquem alterações significativas nos modos de reprodução das configurações sociais, mas trazem alterações nos modos de vida de determinados segmentos ou grupos ou nos modos de institucionalização dos aparatos agenciadores da vida coletiva” (NEVES, 1995, p. 65).

Isso implica em uma desnaturalização dos modos de conduta sob os quais os grupos sociais se encontravam inseridos, condição fundante para as suas ações por desejarem outras maneiras de pensar, de agir e de produzir (Godelier e Moore Jr., *apud* NEVES, 1995).

Antes do ano de 1995, a classificação “bacia hidrográfica do Itabapoana” ainda não era utilizada para nomear uma divisão territorial ou mesmo para qualificar uma região. Diferentes de outras bacias hidrográficas, ela também não figurava nos mapas da hidrografia brasileira. Os mapas privilegiam determinados elementos e demarcam similitudes ou diferenças, julgadas importantes para qualificar espaços. Demarcam hierarquizações diante de critérios nem sempre evidentes, cabendo interpretações. Contudo, sendo uma construção social, permite reconhecimento e inclusões (WEBER, 1999).

A despeito da existência do conceito de bacia hidrográfica e de sua operacionalização nas políticas de águas de vários países e em alguns estados brasileiros (São Paulo e Ceará, por exemplo), no contexto dos moradores da área em estudo o termo, até então, era um ilustre

desconhecido. Ele se restringia a profissionais, de algumas áreas do conhecimento, como geógrafos, engenheiros civis e agrônomos, químicos e hidrólogos.

A ação de grupos sociais (professores, técnicos, prefeitos, em um primeiro momento) em torno de uma nova região designada como bacia hidrográfica não despertou, de imediato, a concorrência pelas classificações outrora construídas pelas lutas dos setores sucro-alcooleiros e cafeeiros, em torno das designações regionais do Vale do Itabapoana/RJ-ES, Noroeste Fluminense/RJ, Norte Fluminense/RJ e sul capixaba/ES, estudados por NEVES (1996; 2008); CRUZ (2006) e SOFFIATI (2001). Uma hipótese provável é que a associação dessa designação à recuperação de um rio (e não a recuperação ambiental) mais que provocar polêmicas, incentivou a adesão. Em complemento, os agentes do campo universitário que coordenavam inicialmente o processo, não pareciam colocar em risco as posições de tais agentes econômicos nos espaços sociais criados pelos regionalismos objetivados na multiplicidade de meso e micro – regiões político-administrativas tornadas reconhecidas oficialmente através de suas lutas. Para representantes de organizações socioprofissionais identificadas com o Vale do Itabapoana, mais que fortalecer a região, a adesão a um projeto de recuperação de um rio abria novos canais para os seus pleitos.

Em posição contrária, provocou resistência por parte de certos agentes políticos e comunitários, sem se terem expressado publicamente. Relatos de pesquisadores responsáveis pela articulação interinstitucional no ano de 1996 declaram a não adesão de alguns prefeitos sob a alegação de que o Itabapoana não era o rio principal para a cidade. Em alguns casos sequer identificavam o rio que era considerado como *principal afluente*, um formador do rio Itabapoana (UFF, 1996). Ao se buscar esclarecer sobre o sentido atribuído a *rio principal* identificou-se, a partir de depoimentos de alguns dos prefeitos entrevistados, que *rio principal* diz respeito *àquele que corta a cidade em sua parte mais habitada e do qual a população depende de suas águas para abastecimento*. A compreensão desse tipo de hierarquização realizada por tais governantes – e que pode ser atribuída a agentes em outra posição social, é de fundamental importância para identificar a natureza da adesão (ou não) em um processo de mobilização social. Foi possível encontrar posição semelhante em depoimento de uma moradora de um bairro próximo ao centro da cidade de Campos dos Goytacazes, no que se refere à relação com o rio:

“O rio principal para nós aqui é o rio Paraíba. É principal porque nasci e cresci na beirinha dele. Só saí com 20 anos. Meus avós nasceram e morreram ali. Nós bebemos água dele. A raiz vem dali” (moradora, outubro de 2006).

Além da vinculação a um bem que garante a reprodução da vida, há uma extensão e cumplicidade familiar com o rio mais próximo – *a raiz vem dali*.

As controvérsias sobre a bacia como região foram expressas de outras maneiras. Relatos de pesquisadores responsáveis pelos estudos socioeconômicos da bacia, àquela época (1996), assinalam o estranhamento de pessoas entrevistadas (em especial moradores e agentes econômicos) ao termo *bacia do Itabapoana* e como elas exprimiam o seu pertencimento (DRUMMOND, 1996; TREIN, 1996). De uma forma geral a primeira vinculação era ao *lugar* (localidade ou distrito) ou à *cidade*. Muitas vezes estes se vinculam ao rio mais próximo, o *principal* para essas pessoas, conforme visto no parágrafo anterior. É interessante observar que esta posição reforça a noção do *lugar* como definidor do pertencimento social, do enraizamento em um determinado território. Sendo assim, “o território não diz respeito apenas ao espaço geográfico, físico, mas também ao espaço simbólico, que o envolve com significados da cultura e da vida social ali existente” (SILVA, 2004, p.23).

A reação dos moradores entrevistados teve repercussão no campo acadêmico, provocando redefinições metodológicas na conduta dos estudos socioeconômicos sobre a região. Foi colocada em questão a variável de pertencimento ou não de algumas áreas urbanas e rurais para o dimensionamento das ações do Programa, que não diziam respeito tão somente às questões hídricas. Problematizavam-se as formas de compatibilização do pertencimento municipal com o não-pertencimento à bacia, uma vez identificado que a maioria dos entrevistados considerava que pertencer ao município era muito mais importante que pertencer à bacia, unidade que ainda possuía “escassa concretude nos valores e na identidade dos residentes da região” (DRUMMOND, 1996, p.134).

Mesmo que a declaração de pertencimento estivesse vinculada ao local (localidade, distrito, município), a prática corrente de certos governantes e moradores de tentarem resolver seus problemas, tomados como semelhantes, a partir de pleitos e ações conjuntos, possibilitou a construção de uma micro-região. Não tornada oficial, mas efetivada pelas práticas cotidianas de troca de favores e compartilhamento de recursos, tal micro-região foi por eles designada de *ABC do Itabapoana*, (uma alusão ao ABC paulista) formada pelos municípios fronteiriços de

Apiacá/ES, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, Bom Jesus do Norte/ES, e São José do Calçado/ES. Longe de qualquer semelhança com o ABC paulista, região urbana industrializada de São Paulo, o ABC do Itabapoana tem características essencialmente rurais, com base econômica na pecuária e no café. É também reconhecido como Vale do Itabapoana, tendo seus municípios coincidentes principalmente após a fissão da região norte fluminense.

A presença de algumas instituições que têm seus nomes associados à designação *vale* contribuem para reforçar um projeto político que consolidou, em determinada época, aquela configuração regional. A Cooperativa Agropecuária Vale do Itabapoana, fundada em 1948, com sedes em Bom Jesus do Norte/ES e Bom Jesus do Itabapoana/RJ, um dos jornais de Bom Jesus do Itabapoana, chamado a Voz do Vale. Além dos jornais, Emissões da Rádio AM Bom Jesus, com sede no município de Bom Jesus do Itabapoana, diariamente reforçam essa construção regional, ao ser proclamada pelo locutor como um veículo de comunicação do *Vale do Itabapoana*, citando os referidos municípios. A nosso ver, esta prática conjunta entre municípios de dois Estados diferentes contribuiu para a criação de algumas das condições de existência da região da Bacia do Itabapoana, que seriam a dimensão identitária e o reconhecimento por parte de atores externos e internos em interação (BOURDIEU, 1998).

O vale, do ponto de vista físico, designa uma área baixa, plana, que serve de reservatório para águas que vertem das áreas próximas mais elevadas (BARROS, 2002), onde a água é considerada um elemento central e definidor dessa unidade. A partir dos anos de 1950, ele foi utilizado no Brasil como unidade de referência para o planejamento integrado de vales, inspirado em experiências norte-americanas do Vale do Tennessee de planejamento regional (LACORTE, 1994). Para as regiões de menor dinamismo econômico, como a do Vale do Itabapoana, o principal objetivo era reduzir as desigualdades sociais, concentrando as ações sobre a implantação de instrumentos e de mecanismos para promover a recuperação econômica de regiões.

O Vale do Itabapoana é visto como incorporado à chamada Bacia do Itabapoana, que compreende, conforme foi destacado anteriormente, uma área que extrapola as áreas banhadas por este rio. Considerando que uma bacia hidrográfica é formada pelo rio principal e todos os seus tributários, houve, a princípio, dificuldade de compreensão e identificação imediata dos moradores quando o seu município não é banhado pelo rio que dá nome à bacia.

A organização de associações e conselhos municipais, em muitos casos, foi para atender às exigências das regulamentações das políticas públicas para fins de obtenção de recursos. No contexto, vários municípios faziam parte do Programa de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Ministério do Desenvolvimento Social, inserção reafirmadora do nível de pobreza de tais municípios e da dificuldade de reversão do quadro sócio-econômico por iniciativas de caráter emancipador<sup>39</sup>.

### 3.3 Imposições e reivindicações por reclassificações regionais

A luta para fazer reconhecer as similaridades dos problemas e soluções enfrentadas pela população que habita nos municípios fronteiriços do norte do estado do Rio de Janeiro, do sul do Espírito Santo e também de parte da zona da mata mineira, reivindicada pelos agentes que idealizaram a bacia hidrográfica como região, não é algo recente.

Soffiati (2001), em uma abordagem a partir da história natural, utiliza a concepção de ecorregião<sup>40</sup> para fins de análise das relações entre *antropossociedades* com os manguezais da foz do rio Itabapoana. Em sua pesquisa, ele considera um território que apresentava integrações de ordem ecológica, cultural e política, em período anterior à colonização do território por grupos de origem européia.

Para defender a tese de uma unidade ecológica, o autor se apóia na inclinação da comunidade científica<sup>41</sup> a considerar toda a faixa de terra que se estende entre a costa e as Serras da Mantiqueira e do Mar, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte como um enorme bioma chamado de Domínio Atlântico, envolvendo grande *ecodiversidade* intimamente inter-relacionada. Mesmo reunindo áreas tão distintas, mas com as considerações anteriores, tomou por base uma caracterização que aponta “elevadas ou erodidas formações pré-cambrianas cobertas de florestas perenifólias ou caducifólias, pequenas ondulações de origem terciária revestidas de matas estacionais e uma vasta planície flúvio-marinha quaternária

---

<sup>39</sup> Ressalta-se, como já foi constatado por pesquisas, que, em muitos municípios que fazem parte do Programa, a dependência e a certeza dos benefícios assistenciais ocasionaram dificuldade de iniciativas mais autônomas para a geração de emprego e renda.

<sup>40</sup> Soffiati trabalha com o conceito de *ecorregião*, proposto por Ignacy Sachs para designar a fusão das ordens ambiental e cultural, em contraposição a concepção do termo *espaço*, no sentido pela geografia.

<sup>41</sup> Conferir Veloso et al (1991).

salpicada de lagoas e cortada por uma complicada rede hídrica” (idem, p.134), conferindo-lhes uma unidade diversa a que chamou de ecorregião de São Tomé<sup>42</sup>, formada:

“pela parte meridional do Estado do Espírito Santo, compreendida entre os rios Itapemirim e Itabapoana, e a parte setentrional do Estado do Rio de Janeiro, delimitada pelos rios São João e Itabapoana, extensão máxima atingida pela Capitania da Paraíba do Sul (...). Ela abarca o sul do Espírito Santo e o norte do Estado do Rio de Janeiro” (idem, p.132).

Do ponto de vista de Soffiati, os povos indígenas que habitavam este território dotaram-lhe de certa unidade cultural, mesmo antes da colonização por grupos de origem européia. Trata-se, então, de uma integração de ordem cultural que se refere à unidade nativa. Os fatores que contribuíram para isso foram a presença de grupos nativos aparentados lingüisticamente e as conexões que as nações indígenas da planície faziam com as nações que habitavam as partes mais elevadas da região, o que era facilitado pela existência da zona de tabuleiro. Entre outras fontes, o autor toma por base um estudo de antropologia histórica de Angyone Costa (apud SOFFIATI, 2001, p.134), que descreve o domínio dos Goitacás<sup>43</sup> como consistindo:

“numa estreita faixa de terra apertada pelos Papanases e Tamoios, distendida do Espírito Santo ao rio Paraíba do Sul, e que essa nação, no entendimento de vários estudiosos, formava uma espécie de ilha no meio dos povos Tupis, não só pelo modo de vida peculiar que desenvolveram por imposição do ambiente como também pela língua que falavam” (idem, p.135).

Outro documento complementa a sua assertiva sobre a *unidade cultural*, que é um mapa traçado por Curt Nimuendaju em que é possível verificar que “a região era ocupada por Goitacás, Guarus, Coroados e Puris, limitados ao norte pelos Temiminós e ao Sul pelos Tupinambás” (ibdem).

Além da unidade *cultural nativa*, Soffiati toma a *unidade cultural e política* imposta pelos europeus para analisar o processo de construção das regiões sul capixaba e norte fluminense chamando à atenção para os *problemas de fronteira*, presentes nas capitanias em que houve alguma tentativa de colonização. Mesmo supondo que a construção de uma região

---

<sup>42</sup> A nomenclatura de São Tomé foi feita em alusão à capitania de São Tomé, doada a Pero de Góis da Silveira.

<sup>43</sup> O autor destaca que como o povo goitacás estava extinto ou muito descaracterizado culturalmente na primeira metade do século XVII, Angyone Costa aceita a divisão dos Goitacás nos três grandes grupos reconhecidos pelos cronistas dos séculos XVI, XVII e XVIII, quais sejam, Goitacá-guaçu, Goitacá-mopi e Goitacá-jacoritó, além de considerar os Coroados e Puris como seus descendentes ou aparentados.

não estivesse no horizonte dos colonizadores, o autor considera esta tentativa, conforme texto a seguir:

“Sobre as bases ecológicas e culturais apontadas é que os invasores e ocupantes de origem européia, sobretudo portugueses, e seus descendentes intentaram construir uma região, conquanto não houvesse intenção deliberada e consciente neste propósito. As Capitânicas de São Tomé, doada a Pero de Góis da Silveira, e do Espírito Santo, doada a Vasco Fernandes Coutinho, contavam com recortes inteiramente arbitrários, como de resto todas as demais capitânicas. Diga-se que este tipo de divisão territorial e administrativa era completamente artificial, sem qualquer compromisso com a realidade natural e cultural sobre a qual se assentava. Faixas paralelas e longitudinais de território entestando com o oceano Atlântico e morrendo sobre a linha também fictícia do Tratado de Tordesilhas qual listras de uma bandeira” (idem, p.134).

Vencidos os problemas de demarcação de fronteiras entre donatários e confirmadas as doações de terras abandonadas a fidalgos que as requereram a título de sesmaria, a prática de divisão de terras continuou em “*faixas paralelas que se alongavam até a linha de cumeada da Serra do Mar, com testadas mais ou menos equivalentes*”, mais uma vez denotando o caráter arbitrário da divisão territorial. A confirmação das partilhas em 1539 e 1676, então, foram os marcos para que se atingisse os *limites máximos da ecorregião*, conforme considerada por Soffiati. Tais limites assim se encontravam:

“Norte: rio Tapemeri (atual Itapemirim); sul: rio Leripeco (atual rio das Ostras). Daí em diante, por razões de ordem natural e político-administrativa, eles acabaram por estreitar-se aos rios Managé (atual Itabapoana), ao norte, e dos Bagres (atual Macaé), ao sul; a leste, toda a linha da costa atlântica; e, a oeste, a Serra do Mar, com incursões a Serra da Mantiqueira pelo vale do rio Paraíba do Sul” (idem, p. 137).

Também foram apontados em Soffiati os movimentos políticos em prol da criação do distrito em Província no início do século XIX, anexando alguns municípios próximos das Províncias de Minas Gerais e do Espírito Santo. Mesmo com protestos do governo do Espírito Santo, os habitantes de Itapemirim, por meio de abaixo assinado enviado à Câmara Municipal de Campos, concordaram em integrar a nova província, que chegou a configurar no cenário como capital do Estado, pleito que não foi vencedor.

Em artigo sobre índices de pobreza e reivindicações políticas no Norte Fluminense/RJ, NEVES (2008) chamou a atenção para a unidade social-político-administrativa de do Norte do estado do Rio de Janeiro e o sul do Espírito Santo, em outros contextos históricos. Segundo ela,

a diferenciação em regiões configurou atenções distintas por parte da administração centralizada (tanto da Coroa Portuguesa, como dos governos imperial e republicano) e redistribuição pulverizada e desigual de recursos financeiros. Embora admitindo a separação ou a distinção físico-administrativa, alguns de seus habitantes – que ocupavam posições que pressupunham a construção de identidades (regionais) e defesa de interesses públicos – reivindicavam atendimentos idênticos. O conteúdo do texto a seguir, datado do início do século XIX, é revelador de tais atitudes:

“...a perda das rendas produzidas pelas vilas de Campos dos Goytacazes e São João da Barra – ligadas pela Carta Régia de criação desses distritos, de 29 de maio de 1809, à Comarca e aos cofres provinciais do Espírito Santo – representou duro golpe nas já abaladas finanças da província. O governador Baltazar Botelho de Vasconcelos, já ao tomar conhecimento das pretensões separatistas dos campistas, apressa-se a reclamar junto ao Governo Imperial, expondo as penúrias dos espírito-santenses. Em ofício ao Ministro do Império, datado de 30 de agosto de 1821, assim se expressa ele: “apresso-me a dizer a V. Excia. Para que chegue ao conhecimento de S.A.R. que as rendas reais do distrito de Campos são as únicas, pode-se assim dizer, que a Junta Real da Fazenda desta Província tem para as suas despesas indispensáveis e para as quais nem chegam, e que conseguindo os pretendentes o deferimento solicitado, tornar-se-á esta Província uma habitação de mendigos...” O exagero da afirmação nos dá, na verdade, uma idéia clara da situação da Província. Em 1824, o Presidente Ignácio Accioli de Vasconcellos ainda lamenta o mesmo fato junto ao Ministério do Império: ‘ As rendas desta Província não avançam a mais de 15 contos de réis, e a despesa ordinária exige mais de 60 contos. As rendas de Campos, que faziam a maior soma da receita, foram desmembradas daqui no ano de 1821... (...) É preciso enfim que S.M. Imperial esteja cabalmente ciente de que esta Província é a mais miserável do Império: não tem agricultura nem comércio, seus habitantes são pobríssimos, (...) a tropa nua e descalça, enfim tudo aqui é fome. Essa situação, aliás, agrava-se quando é segregado do Espírito Santo o restante do Território da Capitania de São Tomé, ou da Parayba do Sul, por Lei de 31 de agosto de 1832, ficando as vilas de Campos dos Goytacazes e de São João da Barra, com seus respectivos Termos, pertencendo à Província do Rio de Janeiro.’ (Ferreira Almada, 1984 apud NEVES, 2008, p.8).

Conforme o documento acima, a Província não tinha agricultura nem comércio, situação que não se repete por volta do início da segunda metade deste mesmo século, em que o café ocupara toda a área do Vale do Itabapoana. Neves (2008) argumenta que as características desta atividade econômica faziam com que a vida social da população que ali habitava não considerasse os limites político-administrativos, pois tais fronteiras não eram respeitadas pelas relações de produção e comercialização do café.

Nesse contexto, facilidades e dificuldades muitas vezes levavam a posturas assemelhadas, o que pode ser ilustrado pelas dificuldades enfrentadas por toda a população aí localizada com a implantação do processo de erradicação dos cafezais considerados improdutivos no final da década de 1960. Tal atitude fez com que as pessoas adotassem parecidas soluções informais, em especial a migração para os centros urbanos. Em contrapartida, as soluções apresentadas pelos gestores técnicos do Instituto Brasileiro do Café para essa população foram diferenciadas. Eles indicaram a pecuária como atividade mais viável para substituição da produção do café no estado do Rio, e o replantio dos cafezais para o estado do Espírito Santo, com condições técnicas mais viáveis e competitivas, além de receber estímulos à diversificação.

Para Neves (2008), a intensificação do discurso político que sistematiza e tenta fazer reconhecer o Norte-Fluminense como uma região ampla, irmanada pela mesma pobreza e intensificada pela falta de atenção do governo federal, data desse período.

A imposição ou reivindicação de reclassificações regionais, adequadas ao encaminhamento de formas específicas de participação do Estado na redistribuição de recursos, fora prática política intensamente vivenciada em outros contextos. Reconhecido historicamente como Vale do Itabapoana, mesmo que não desenhado como região física, ele foi objeto de violência simbólica ao ser subdividido e parte dele incorporado como norte-fluminense do estado do Rio de Janeiro. Tudo isso por efeito da polarização política de pecuaristas aglutinados em torno de instituições sediadas no município de Campos dos Goytacazes (SIQUEIRA, 1999). Inconformados, prefeitos, deputados e proprietários de terra de outros municípios reivindicaram nova classificação regional, sob o título noroeste fluminense, pleito vitorioso a partir do governo estadual, em 1987 (NEVES, 1997). Por tal classificação, estes representantes políticos reordenavam a concepção do espaço social por uma territorialidade construída pela exacerbação dos mesmos problemas e, possivelmente, das mesmas soluções, demarcadora também das diferenciações com a região norte-fluminense. Nesse movimento, o espaço reordenado pode ser visto também como um sistema de valores que se transforma permanentemente (SANTOS, 2006).

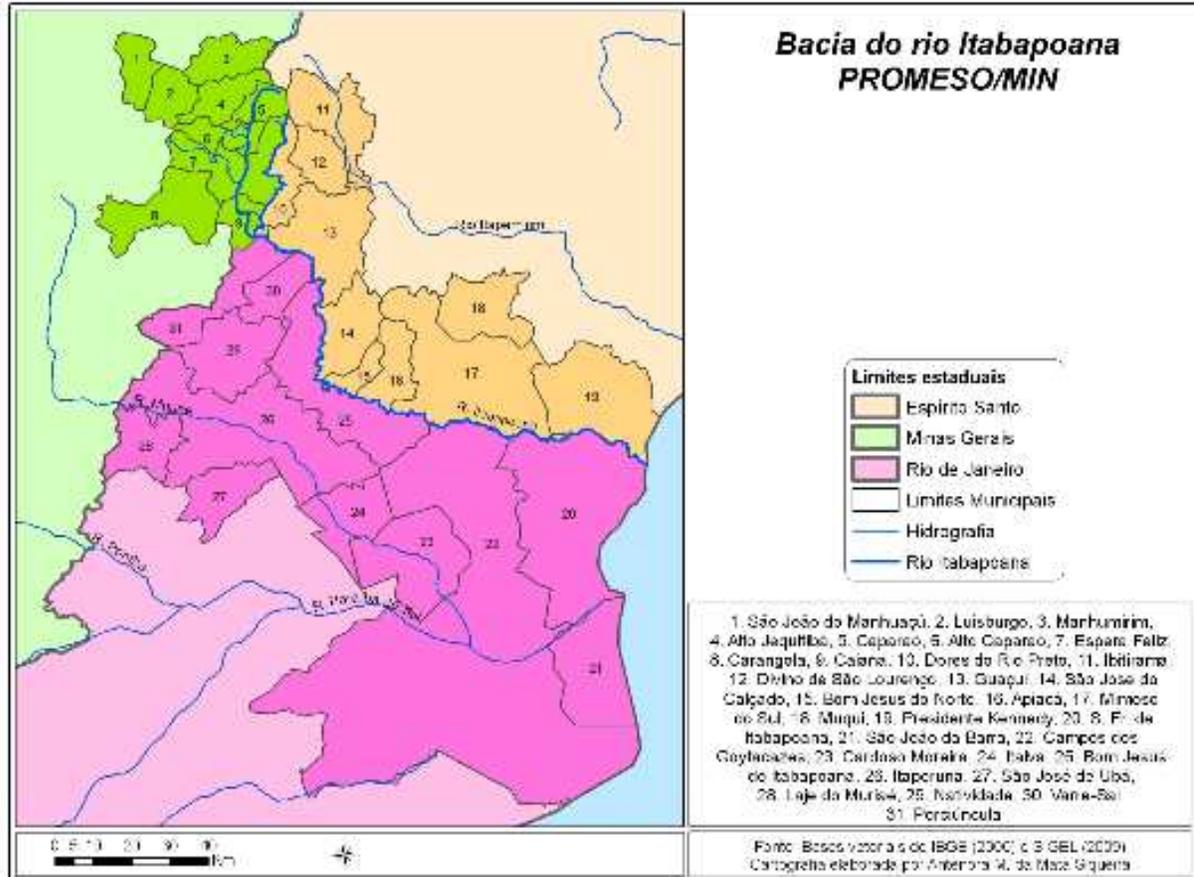
### **3.4 Uma rede que se amplia e sobrepõe espaços**

O projeto de dar visibilidade e fazer reconhecido um território sob o atributo de região incluía o mesmo discurso de estar aglutinada pela mesma pobreza, pelos recursos naturais esgotados pelas atividades econômicas desenvolvidas, até então, (canavieira, cafeeira e pecuária), pela falta de atenção do governo federal e também dos governos estaduais, notadamente nas décadas de 1980 e 1990. Todavia, a sua base era reconhecer tais problemas, mas enunciar e anunciar uma região de fortes potencialidades: novas atividades econômicas, riqueza das suas manifestações culturais, paisagens diferenciadas, e em ter adquirido o *status* de “região dos rios”.

O discurso deste Projeto conseguiu inserir na agenda do Ministério da Integração Nacional, ou seja, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, prioridades defendidas até então. Inicialmente, em 2001, os dezoito municípios da bacia hidrográfica do rio Itabapoana passaram a integrar o Programa Nacional de Mesorregiões Diferenciadas. Em convênio com o Consórcio do Itabapoana, foram financiados diversos projetos e com a Universidade Federal Fluminense, por meio do Projeto Managé, foi financiada a concepção e estruturação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Itabapoana, também apoiado pelo Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE.

Com a visibilidade alcançada, a pressão de governantes e representantes políticos de municípios do entorno da bacia conseguiram influenciar os responsáveis pelo Programa no governo federal. O total de municípios ampliou-se para trinta e três em 2007, conforme ilustração a seguir.

**Figura 7:** Municípios integrantes do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO Mesorregião<sup>44</sup> da BACIA do Itabapoana



Fonte: Elaboração da autora com base de dados do Ministério da Integração Nacional, 2008.

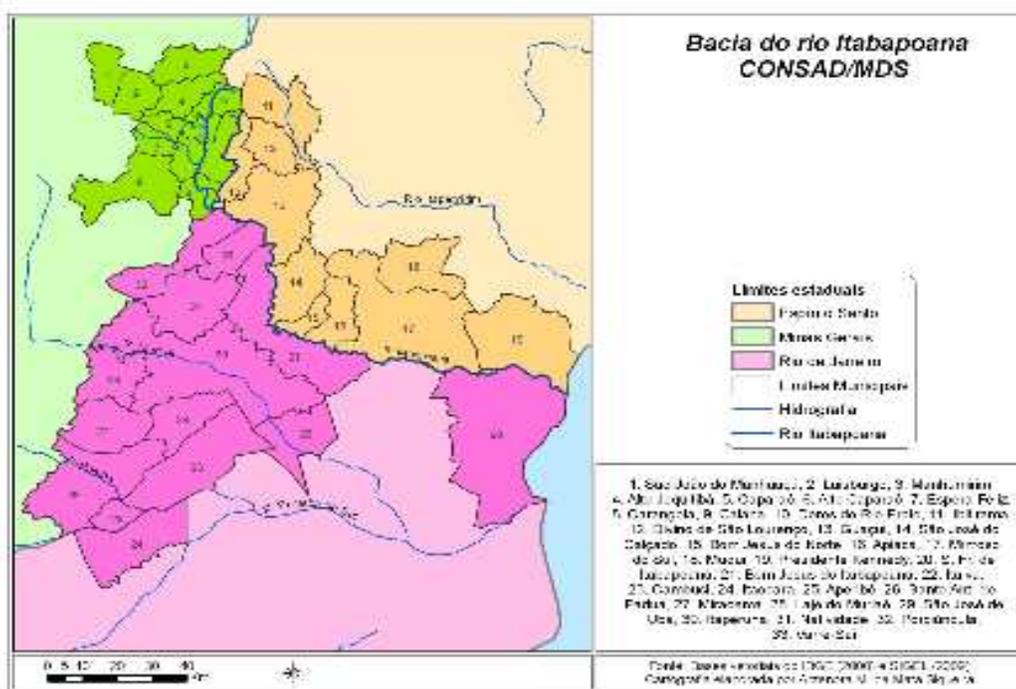
O território, assim desenhado, configurado a partir das forças sociais municipais e estaduais na relação com os governos dos estados e o governo federal, deu origem à reformulação de um novo espaço social. Para a implementação do então “Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO, em 2007 o Fórum de Desenvolvimento da Mesorregião do Itabapoana foi ampliado e reformulado, dessa vez

<sup>44</sup> O Programa, que segue as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, define Mesorregião como território constituído por meio da interação entre elementos ligados à identidade social, econômica e cultural dos Municípios.

conduzido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, com financiamento do Ministério da Integração Nacional.

Do programa criado para atender os dezoito municípios em 2001, não parou na expansão do campo do chamado *desenvolvimento sustentável da bacia do Itabapoana*. Ainda no âmbito do Fórum do Itabapoana de 2003, tendo em vista as demandas por alteração de quadro socioeconômico e o baixo IDH-M<sup>45</sup> de vários municípios, os membros do Fórum conseguiram inserir projetos no Programa Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, do Ministério do Desenvolvimento Social. Para a gestão em escala regional, foi criado o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local da Bacia do Itabapoana-CONSAD Itabapoana. (Figura 7).

**Figura 8:** Municípios integrantes do CONSAD- Itabapoana



Fonte: Elaboração da autora com base em dados do MDS e MIN, 2008.

<sup>45</sup> Segundo classificação do PNUD, O IDH-M, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, é obtido pela média aritmética simples de três subíndices referentes às dimensões longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (alfabetização e taxa de matrícula) e renda (PIB per capita). Para os países com IDH até 0,499 ele é dividido em três patamares e são considerados de baixo desenvolvimento humano; com IDH entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e, com índice maior que 0,800 são tidos como de alto desenvolvimento humano.

Assim, como o exemplo anterior - PROMESO, a configuração para as ações do CONSAD também extrapolou as fronteiras dos municípios dos dezoito municípios da referida bacia.

É possível observar na ilustração que o município de Campos dos Goytacazes não está entre os critérios do programa, contudo, optou-se por deixá-lo para chamar a atenção sobre quem entra ou sai no jogo dos critérios de elegibilidade e das pressões que influenciam na composição do jogo das políticas setoriais.

Depoimentos de entrevistados, membros desses espaços institucionalizados, afirmavam que a confluência de programas e projetos para a região em tela foi um objetivo perseguido durante todo o processo. Entretanto, por ser pleno de tensões devidos às controvérsias pautadas pelas características de cada política setorial, a multiplicidade de recortes territoriais e espaços de concertação e/ou negociação trouxeram facilidades e dificuldades que não se apresentavam até determinada fase do processo, em que se fazia convergir os programas para um mesmo fórum.

Como produtos da divisão do trabalho, os diferentes conjuntos setoriais (agricultores, moradores, industriais e pescadores, governantes, pesquisadores e técnicos) são às vezes dependentes uns dos outros, mas ao mesmo tempo antagonistas quando se trata da obtenção de recursos raros (MULLER, 2004).

No caso em estudo, a dicotomia foi foco de tensão também entre nas relações entre os organismos governamentais, instituições técnicas e organismos científicos, influenciando no reposicionamento dos agentes e espaços, conseqüentemente, inventando novas regiões.

A forma como se deu a reprodução do espaço social do Itabapoana demonstra as possibilidades, mas também os limites da integração das ações públicas em um território.

## CAPÍTULO 4

### ESPAÇOS, AGENTES E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DA BACIA DO RIO ITABAPOANA.

A dinâmica das re-construções do espaço social do Itabapoana, demonstradas no capítulo anterior, revelam que há um movimento complexo e constante de agentes sociais e institucionais de diferentes setores, escalas territoriais e políticas, que investiram na criação de espaços públicos para a resolução de problemas. Ao operacionalizá-los, diversas redes foram formadas, com variações no espaço e no tempo. Foram reagrupamentos em torno de interesses profissionais, de defesa de interesses específicos, de adesão a certa visão da ação pública, ou mesmo uma conjugação de interesses.

As tentativas de promover convergências, segundo objetivos supostamente comuns – recuperação ambiental e melhoria da qualidade de vida da população –, revelaram a pluralidade de interesses, expressas em várias lógicas que se confrontaram no(s) território(s) e em múltiplas ordens que investiram na gestão do espaço público (Balandier, 1976). Compreender esse processo é também revelar um conjunto de mediações necessárias à formação desse campo de forças, possível pela negociação diante de conflitos de interesse.

Essa pluralidade fez com que o sistema de gestão operacionalizado na bacia do Itabapoana fosse aqui considerado um híbrido, *vis-a-vis* o modelo proposto na Lei de Águas brasileira: tratou-se de processos mobilização para a formação de organismos de planejamento e gestão de bacia hidrográfica, que passaram pela construção de vários outros espaços para promover a adesão dos indivíduos e grupos sociais. Compreendê-los tornou-se fundamental para verificar em função de que lógicas os indivíduos se associaram, colocando em evidência como os agentes das diferentes redes entraram em contato e como se articularam mobilizados por situações de conflito ou de negociação (MULLER, 2004).

Devido à complexidade e multiplicidade de espaços, agentes e escalas, foram privilegiados, neste capítulo, os processos de formação do Comitê de Bacia por meio da análise da Comissão Pró-Comitê. Esse recorte se justifica por ter sido uma experiência distinta no que diz respeito à implantação dos Comitês de Bacia em rios de domínio da União, e também porque permite identificar e analisar tanto os grupos sociais que passaram a fazer parte da cena

pública, mudando assim de posição no espaço social, como aqueles que não foram ainda incorporados.

A promoção de instâncias dessa natureza tem em seus princípios de ação o planejamento e gestão participativos, onde a concepção de público remete à presença dos mais variados setores sociais. Nesse capítulo, pretende-se demonstrar que a efetivação desses espaços promoveu a incorporação de vários grupos que, em períodos anteriores ao estudado, não estavam presentes na cena pública; como também não incorporou outros agentes cujos problemas foram o ponto de partida para início dos processos no Itabapoana.

Como os espaços formados se circunscreviam em uma unidade de gestão - o Sistema de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana – SISGEBI (Anexo 5), tornou-se importante compreender o debate da noção de gestão, porque valorizada em seus aspectos instrumentais para o exercício das ações públicas naquele âmbito.

#### **4.1 Gestão colegiada – polissemia de intenções**

A noção de gestão coletiva, base dos processos aqui em análise, anuncia a busca de consenso em ambientes de controvérsias, tensões e conflitos, e revela investimentos para além do campo da administração, em que a própria noção de gestão passa a ser associada a outros qualificativos, reforçando sua polissemia.

Partindo da idéia de gestão, recorreu-se a análise de Pessanha (1994). Esse autor afirma que essa noção costuma ser abordada através de três modos: primeiramente, enquanto *gestão da produção econômico-material*, restringindo-se à sua dimensão econômica e técnica; em seguida, enquanto *execução administrativa*, reduzindo-a a dimensão instrumental da teoria das organizações e da administração formal, confundindo-a com a idéia de gerência; e por último, considerada nos seus aspectos exclusivamente políticos, enquanto *gestão política das instituições e aparelhos do poder*.

Como essas abordagens se interpenetram, reduzi-las em perspectivas, reafirma o caráter de resíduo, ou seja, de tratamento do fenômeno de forma fragmentada e parcial, impedindo uma visão mais completa e abrangente que dê conta da gestão enquanto problemática multidimensional.

Etimologicamente, os termos gestão e gerência têm a mesma origem e são sinônimos. Gestão vem de *gestio* ou *gestionis*; gerência vem de *gerentia*, portanto, os dois possuem um sentido inicial de “fazer administração”. Significam ato ou efeito de gerir. São ações de ter gerência sobre, administrar, dirigir. A raiz latina comum é *gerere*, que significa fazer. Gestão, em última instância, seria o fazer administrativo no seu sentido mais amplo. Semanticamente, contudo, a evolução dos seus usos e significações tem levado a diferentes sentidos (idem, p.11-12).

A progressão e o crescimento do emprego do termo gestão se dá em detrimento de noções como gerência, concebida numa visão restrita, como operacionalidade, execução e ação técnico-formal. O termo direção, usado estritamente, significa ato de praticar e executar regras e normas técnico-hierárquicas. Da mesma forma, o termo administração, quando usado estritamente, significa ato de praticar e executar regras e normas técnico-hierárquicas. Eles se relacionam com a recuperação da importância da dimensão política da administração, e da reaproximação da administração da política. Seria uma posição voltada a romper com a dicotomia política *versus* administração, vigente em conformidade com a tentativa dos agentes das burocracias e tecnoburocracias de atingir o poder, eliminando a esfera do político, neutralizando esta esfera decisória.

Nessa visão, estariam as relações intrínsecas entre política e administração, ocupando os espaços de articulação existentes entre produção do poder, exercício da política e da prática administrativa. Ao mesmo tempo, por esta ótica, demonstrar-se-ia a re-elaboração do conteúdo político existente na noção de gestão, desde a sua origem, e seria recuperada a questão da administração enquanto exercício do poder. Outrossim, recoloca em pauta a questão da política e da administração enquanto participação. Propõe, no contexto da socialização da política e da construção da democracia, o problema do exercício democrático do poder, da política e da administração, bem como da elaboração plural das regras de jogo e das hierarquias.

Assim como as propostas que desencadeia, a gestão refere-se ao modo como se dão as relações e as organizações entre os agentes, no ato produzir a realidade social, em especial, tenta dar conta de como os agentes se articulam para geri-la (PESSANHA, 1994).

Ao agregar novos significados, que correspondem a uma qualificação desse termo, houve, em diferentes períodos, a reprodução das significações anteriormente identificadas.

No campo da questão ambiental, coexistem visões diferenciadas, que muitas vezes reportam aos agentes das instituições envolvidas no processo. Mais rico e menos contraditório é a mesma instituição abrigá-los com visões diferentes para constituição de um campo de lutas que visam influenciar a fim de obter hegemonia na filosofia adotada pelo conjunto da instituição.

Selden (apud MOREIRA, 1990, p. 63) considera a gestão ambiental como “a condução, a direção e o controle pelo governo do uso dos recursos naturais através de determinados instrumentos, o que inclui medidas econômicas, regulamentos e normalização, investimentos públicos e financiamento, requisitos interinstitucionais e judiciais”. Nesta concepção, o foco das ações está referenciado à centralidade do Estado, promotor de regulamentação a objetivar o controle jurídico e econômico.

A disputa pelo reconhecimento da boa administração está ainda permeada por outras concepções, como as consideradas por MOREIRA (1990) para compor o vocabulário de Meio ambiente, elaborado pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente expressam basicamente as visões difundidas até o início da década de 1980.

Uma delas é a visão de Hurtubia (*apud in* MOREIRA, 1990, p.74). Ele considera gestão ambiental como a “tarefa de administrar o uso produtivo de um recurso renovável sem reduzir a produtividade e a qualidade ambiental, normalmente em conjunto com o desenvolvimento de uma atividade”. Por sua vez, a *Encyclopaedia Britannica* considera-a como “o controle apropriado do meio ambiente físico, para propiciar o seu uso com o mínimo abuso, de modo a manter as comunidades biológicas, para o benefício continuado do homem”. Essas concepções não indicam quem a gerenciaria. O que fica clara é a visão utilitarista do ambiente não-humano, na medida em que a preocupação com a conservação ocorre devido às necessidades do homem e à garantia de produtividade continuada dos chamados “recursos naturais” (*idem*, p.75).

Posteriormente, ainda, o conceito adquire outros significados, como em Moreira, que considera a gestão ambiental como:

“o conjunto de práticas que envolve diferentes agentes públicos na produção e implementação de políticas ambientais, contando, além do Estado, com outros agentes sociais envolvidos com a problemática de preservação da qualidade do meio ambiente, sendo necessários novos arranjos político-institucionais para o seu encaminhamento” (1992, p.23).

Observa-se que a gestão é proposta como algo compartilhado entre Estado e sociedade e não do Estado sobre a sociedade.

No campo disciplinar, o debate e as produções sobre esse tema se faziam mais presentes nas ciências naturais e, de forma muito restrita, entre os profissionais do direito. Posteriormente, as contribuições das ciências sociais foram incorporadas e, aos poucos, vêm sendo reconhecidas e consagradas pelo debate.

Numa coletânea onde constam análises e experiências de gestão ambiental, organizada por cientistas sociais, Deutsch apud WEBER e VIEIRA (1997) ressalta que a:

“gestão dos recursos naturais surge como um dos componentes essenciais do processo de regulação das interrelações entre os sistemas socioculturais e o meio ambiente biofísico, num horizonte que leva em conta a diversidade de representações cognitivas dos atores sociais em jogo, a variabilidade envolvida nas diferentes escalas espaciais (do local ao global) e temporais (do curto ao longo prazo), bem como as incertezas e controvérsias científicas que marcam a busca de compreensão da dinâmica evolutiva dos sistemas sócio-ambientais contemporâneos” (Deutsch apud WEBER e VIEIRA, 1997, p.21).

Para ele, os desafios a serem confrontados num trabalho de gestão ambiental dizem respeito “ao entendimento das várias estratégias possíveis, visando orientar a *co-evolução* sociedade-ambiente num sentido que favoreça a instauração de dinâmicas *viáveis* para os sistemas sócio-ambientais (...) em diferentes escalas territoriais...” (Idem, p. 21-24).

Dessa forma, é possível considerar que, no jogo de desclassificações e reclassificações, têm-se ampliado as perspectivas da gestão ambiental ao incorporar elementos éticos, sociais e políticos, apontados para projetos diferenciados de sociedade.

Tradicionalmente, as políticas de gestão de águas eram fragmentadas em várias políticas setoriais, principalmente de energia elétrica, de agricultura e de saneamento, sempre centrado no provisionamento, em especial para fins econômicos. Os instrumentos institucionais utilizados, então, variavam de acordo com as condições hidrológicas de cada região e os interesses dominantes no espaço social. Tais políticas evoluíam de acordo com a necessidade de regularizar a quantidade disponível, devido à escassez, à abundância, à qualidade ou aos graves problemas de poluição.

Em sua análise da evolução das políticas de gestão das águas em diferentes países, Bursztyn distingue três fases que se podem produzir isoladamente ou simultaneamente (Bursztyn apud LACORTE, 1994).

Na primeira fase, as quantidades de água disponíveis são superiores à demanda da região considerada e a forma de utilização das águas não é intensiva nem diferenciada. Neste caso, a gestão se faz de acordo com as necessidades de encontrar soluções para enchentes e secas, melhorar as condições de navegabilidade, produzir energia elétrica e atender ao abastecimento doméstico. Esta fase pode se estender por longo tempo nas regiões onde a água é abundante, com disponibilidade suficiente durante a estação seca e em regiões onde as águas subterrâneas são de boa qualidade e as quantidades requeridas podem ser satisfeitas.

Na segunda fase, as necessidades quantitativas do recurso crescem em função do desenvolvimento da agricultura, das atividades industriais e do consumo doméstico, situações em que há desequilíbrio entre oferta e demanda. Para eliminar ou amenizar o problema, realizam-se grandes obras para regularização dos cursos d'água. A utilização dos recursos hídricos se intensifica e os conflitos emergem, impondo-se a necessidade de satisfazer as múltiplas finalidades de uso, o que torna a gestão mais complexa.

A terceira fase é conseqüência da evolução e do aceleração dos processos colocados na fase anterior. A expansão das atividades agrícolas e industriais, com o progressivo crescimento dos centros urbanos, provoca uma produção cada vez maior de rejeitos e, por conseqüência, níveis de poluição não suportáveis, não sendo raro que a água disponível seja imprópria ao consumo. Nesta fase, o problema da qualidade da água efetivamente se coloca, impondo a necessidade de uma definição dos seus usos prioritários em nível regional e nacional.

Enquanto as disponibilidades de água, tanto em seu aspecto quantitativo quanto qualitativo, podem satisfazer às demandas, as responsabilidades de gestão ficam a cargo das instituições executivas encarregadas da utilização e da conservação dos recursos hídricos, segundo suas competências. Embora os conflitos se intensifiquem e os diferentes interesses se manifestem, começam a haver conflitos entre os organismos de gestão, ocorrendo superposições de competências, paralelismo de ações e de utilização de recursos técnicos, financeiros e materiais. Estes problemas são ampliados quando a concepção de gestão de recursos hídricos é compreendida como inerente à ambiental e à gestão pública, o que faz ampliar o leque de políticas setoriais com as quais ela necessita ser articulada.

Para a gestão ambiental e, conseqüentemente, gerenciamento de recursos hídricos, os especialistas consideram que a bacia hidrográfica é a base territorial adequada. Magrin (apud

CASTRO, 1995) destaca que esta opção tem como base o planejamento ambiental, setorizado em unidades menores e representa a adoção de uma visão global do conjunto formado pelo meio físico e social presentes, sendo a água o elemento aglutinador.

Neste enfoque, a gestão ambiental e a de recursos hídricos estão intimamente vinculadas às das bacias hidrográficas, entendida por Procknow como “a forma pela qual se pretende equacionar e resolver as questões ambientais nela existentes” (Procknow *apud* CASTRO, 1995, p.23).

Andreoli corrobora esta posição, alertando que é preciso levar em consideração o respeito aos ecossistemas homogêneos. Com uma visão associada ao planejamento, reforça que este deve estar inserido “dentro dos planos de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, em nível nacional ou regional, integrados com planos executivos em nível de pequenas bacias”. Ele acrescenta o componente da integração participativa como base do gerenciamento e do planejamento, onde se deve “buscar trazer para dentro do processo as discussões sobre os conflitos de uso a partir da vontade local” (Andreoli *apud* LACORTE 1994).

O gerenciamento de bacias baseado na integração participativa depende, segundo Yassuda, de três procedimentos fundamentais, complementares à visão de Andreoli: a) planejamento estratégico e programação executiva; b) tomada de decisão mediante discussão e deliberação multilateral e descentralizada (usuários da água e classes sócio-políticas); c) cobrança direta dos usuários das águas das bacias hidrográficas. Para ele, isso implica o comprometimento direto da sociedade e das empresas, criando-se a vontade política local, vetor preponderante do sucesso da administração pública na utilização múltipla e integrada dos recursos hídricos e na conseqüente proteção ambiental (Yassuda *apud* CASTRO, 1995).

Nestas perspectivas, caberiam novos arranjos na estrutura político-institucional com atribuições de desenvolver um conjunto de ações de caráter técnico, legislativo, executivo, de coordenação, de formação de pessoal, de investigação e de cooperação intersetorial, com o objetivo de gerenciar os conflitos de competência relacionados ao uso e à preservação dos recursos hídricos. Esta estrutura, sobre a qual se apóiam as políticas de gestão de águas, origina um Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, considerado fundamental para a atuação em níveis local, regional e nacional. (LACORTE, 1994).

A descentralização, por sua vez, não valorizou a preconizada participação social em sentido mais amplo, e ainda eximiu o Estado brasileiro de uma série de atribuições,

transferindo responsabilidades para os municípios, nem sempre acompanhados de recursos, principalmente no que diz respeito a municípios de pequeno porte. Em muitos casos, a obtenção de recursos financeiros era resultante de barganhas entre forças políticas que negociavam entre si os projetos prioritários, sem que passassem por espaços de discussão com agentes sociais. Na relação com a população, vigoravam posturas que reafirmavam relações de dependência, distante da perspectiva da construção de direitos sociais.

Em um contexto dessa natureza, o foco estava na abertura de espaços onde os diferentes agentes pudessem contribuir e influenciar na elaboração de políticas públicas para os municípios e a região, em fóruns colegiados.

Ainda que as experiências de conselhos e fóruns já estivessem sendo implementadas nos fins da década de 1980 (como os conselhos de saúde), no campo das políticas públicas de meio ambiente o contexto era outro, até porque a questão ambiental no Brasil estava se constituindo como prioridade na agenda pública brasileira, pressionada pelos movimentos sociais e pelos movimentos ambientalistas internacionais (VIOLA e LEIS, 1995).

Em 1997, a forma colegiada passa a ser incluída na Política das Águas brasileira, conforme visto no capítulo 2. Se por um lado ela representa uma conquista dos movimentos sociais, no sentido de constituição de espaços públicos, por outro, ela representa também um instrumento de enquadramento dos conflitos. A expectativa dos setores que defendiam propostas democratizantes da *coisa* pública era de criar espaços que permitissem uma maior transparência e permeabilidade nas relações entre empresários, agentes sociais, instituições civis e governantes “em um fórum de articulação, de negociação e de discussão de problemas emergentes, com um papel normativo” sendo um dos espaços o comitê de bacia (MACHADO, 2003, p. 127).

Pesquisas apontam a natureza dialética dos espaços, sendo que os seus significados, fruto das negociações em face aos seus resultados, estão diretamente ligados aos processos de concertação, negociação e enfrentamento dos conflitos.

Barros (1999) analisou os desafios de uma gestão descentralizada e integrada em bacias trans-estaduais, formadas por pequenos municípios. A sua ênfase reporta à impossibilidade de separar a gestão dos recursos hídricos da gestão ambiental e da gestão pública, pois, segundo ele, esta divisão acaba gerando crises de competências que paralisam os processos decisórios e a implementação das ações. Esta posição reivindicava que a gestão dos recursos hídricos só

poderia ser feita se considerada no contexto da gestão pública em geral, o que implicaria em uma reestruturação nos arranjos institucionais existentes e na forma de implementação das políticas setoriais. Por sua vez, ao analisar processos de gestão concertada de bens e recursos ambientais, Beuret (2006) propõe a reconstrução dos itinerários de concertação, visto como o encaminhamento efetivamente seguido pelos agentes em termos de conteúdo e forma.

#### **4.2 Os espaços sociopolíticos na região do Itabapoana**

O confronto das múltiplas concepções de gestão não se circunscreve somente aos debates técnico-científicos. Ao serem internalizados (ou interiorizados, segundo Bourdieu) nos princípios que regem as políticas públicas, eles se submetem a outros tipos de mediações para corresponder a finalidades requeridas e aos interesses em jogo. Por sua vez, suscitam novas reordenações ao incidirem no espaço social e serem confrontados pelos agentes em escala local, provocando uma diversidade de arranjos institucionais pelo reposicionamento dos seus ocupantes.

No caso do Itabapoana, a análise dos dados relativos ao ano de 2007 possibilitou identificar cinco espaços sociopolíticos referenciados à *região da Bacia do Rio Itabapoana*. São eles: o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do rio Itabapoana – Consórcio do Itabapoana, a Associação Regional de Artesãos e Produtores Familiares da Bacia do Rio Itabapoana – MANARTE, o Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Mesorregião da Bacia do Rio Itabapoana – Fórum do Itabapoana, o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local da Bacia do Rio Itabapoana - CONSAD e a Comissão Pró-Comitê da Bacia do Rio Itabapoana, sendo esse espaço o privilegiado na análise dessa tese.

Algumas características dessas instâncias podem ser observadas no quadro a seguir:

**Quadro 3:** Espaços Sociopolíticos na Bacia do Itabapoana em 2007.

Espaços	Ano – Período	Nº de Membros	Origem dos Representantes	Instituição Coordenadora da Organização	Instituição Financiadora	Nº de Municípios
Consórcio do Itabapoana	1997 - em curso	19	Prefeituras dos Municípios; Companhia de Saneamento Ambiental	UFF/Projeto Managé; MMA/Secretaria de Recursos Hídricos	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	18
Fórum do Itabapoana	2002 – 2005;	51	Governos e Legislativos Municipais, Estaduais e Federais; Instituições Cíveis	UFF/Projeto Managé; IBAM	Ministério da Integração Nacional (MI) e SEBRAE MI	19
	2006 – em curso	198				31
CONSAD	2003 – em curso	96	Governos Municipais e Instituições cíveis	IBAM /Inst. SERE	Ministério do Desenvolvimento Social	32
Comissão Pró-Comitê da Bacia	2002; 2008 em curso	15	Governos (3 escalas), Usuários de água, Instituições cíveis	UFF/Projeto Managé; Consórcio do Itabapoana.	Consórcio do Itabapoana	18
MANARTE	1998 - em curso	Associados	Artesãos e agricultores	Consórcio Itabapoana	No início: Consórcio do Itabapoana, MI e SEBRAE. Atualmente: Autônomos	18

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados UFF/Projeto Managé (2006), MDS (2008), MI (2008) e Consórcio do Itabapoana (2008).

Ao analisar o quadro acima se pode observar que os espaços foram formados em períodos diferentes, havendo uma maior concentração no início da década de 2000. Depois de constituídos, todos continuaram as suas atividades. Eles se diferenciam quanto à *natureza da sua composição*: o Consórcio do Itabapoana é formado somente por representantes dos governos municipais (Anexo 6); enquanto que a MANARTE tem em sua composição somente representações cíveis. O Fórum do Itabapoana é o que possui a experiência de uma composição mais heterogênea, com um leque de membros que incluiu representantes das três esferas dos poderes executivos e legislativos, e de instituições cíveis dos três Estados da federação (Anexo 7). O CONSAD é de formação bipartite, aglutinando representantes das administrações municipais e de instituições cíveis, enquanto que a Comissão Pró-Comitê acompanha a mesma composição tripartite preconizada na Lei das Águas brasileira para os comitês de bacia, que são representantes de instituições cíveis, usuários de água e governos. A presença do executivo

municipal nos espaços, exceto na MANARTE revela a centralidade da posição ocupada pelos prefeitos no espaço político regional.

A análise da trajetória da construção do espaço social da Bacia do Itabapoana, entretanto, não pode prescindir de evidenciar as relações estabelecidas em torno de um projeto que fez deslanchar os processos em estudo nesta tese, muitos ainda em curso no período da pesquisa para essa tese, e que provocou mudanças nas posições dos agentes: O Projeto Managé. Constituído como resposta de uma universidade pública à demanda de grupos sociais, ele também foi *ponto de passagem* obrigatório para a identificação das questões que mobilizaram grupos sociais e agentes institucionais a constituírem espaços sociopolíticos na região configurada a partir do relevo da Bacia do Rio Itabapoana.

#### 4.2.1 O Projeto Managé

Palavra da língua Tupi, *Managé* era o nome dado pelos índios Puri ao Rio Itabapoana. Os significados reatribuídos à palavra acenam para uma suposta visão lírica: cristalizam um modo de vida dos índios que viviam às margens de um rio caudaloso, de águas límpidas e ladeado por matas ainda não desbravadas. Etimologicamente, *managé* quer dizer “reunião do povo”.

O peixamento do Rio Itabapoana, um interesse construído e reivindicado aos representantes da Universidade pelos Secretários Municipais de Agricultura e Meio Ambiente dos Municípios de Bom Jesus do Itabapoana/RJ e Bom Jesus do Norte/ES, em nome da população, foi incorporado e apropriado numa proposta de estudos para a gestão sócio-ambiental de uma bacia hidrográfica.

Inspirados na possibilidade de reunir “o povo”<sup>46</sup> para a recuperação do ambiente da Bacia, os mentores do Projeto incorporaram outros significados à palavra *managé*, transformando-a em identidade e símbolo para identificar e promover adesões. Tal como esta prática, outros símbolos e instrumentos foram criados para dar visibilidade ao Projeto, para construir e consolidar posições, representações e comportamentos. Entre eles estão: uma logomarca, a “carta do Itabapoana”, vídeos, o “Jornal do Managé”, os *outdoors*, seminários de integração, cursos e reuniões. (Siqueira, 1999: 14)

---

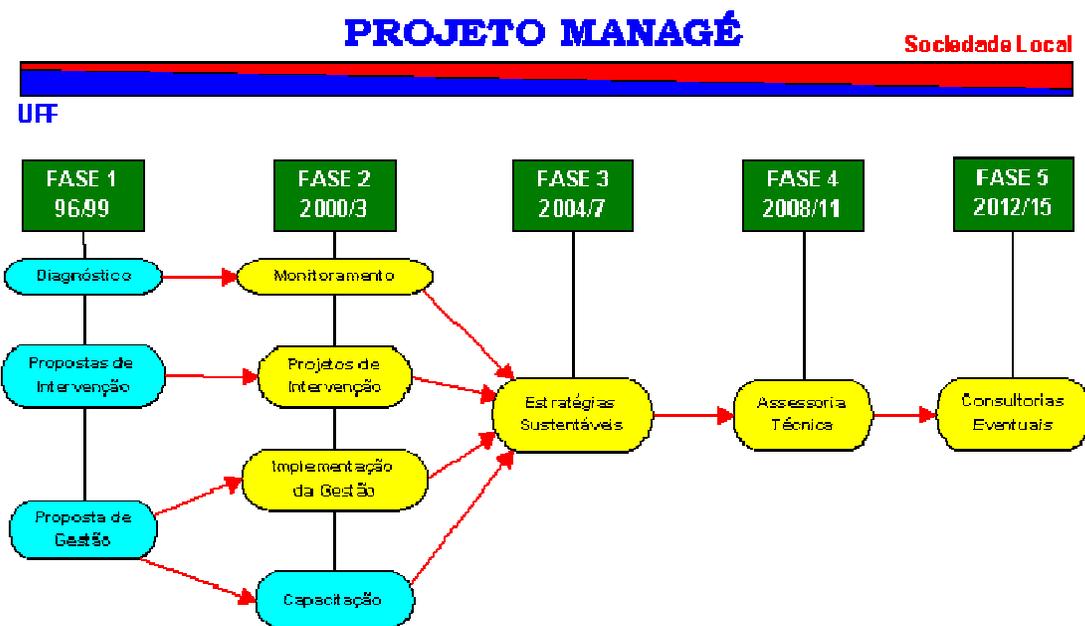
<sup>46</sup> Referimo-nos aqui ao sentido do etmo *Managé*.

O principal objetivo do Projeto era “subsidiar, por meio de pesquisas, propostas e ações concretas, o desenvolvimento sustentável da região da Bacia do Itabapoana”. Teve como marco de início o ano de 1995, período de sua estruturação na Universidade Federal Fluminense/RJ, em um contexto de implantação de projetos integrados na área socioambiental, que buscava reunir em um mesmo programa diversos professores, pesquisadores, técnicos e alunos de diferentes departamentos de ensino (Universidade Federal Fluminense, 1997).

A atuação da Universidade consolidou-se no âmbito da coordenação e execução, funcionando como agente articulador nas instâncias político-institucional, técnico-científica e financeira, através de parcerias com órgãos federais, estaduais e municipais e com universidades brasileiras e estrangeiras, organizações não governamentais e iniciativa privada.

Em seu planejamento (UFF, 1995) foram previstas ações de curto, médio e longo prazos envolvendo atividades de *diagnóstico*, de *intervenção* e *gestão*. Sob a responsabilidade de professores-pesquisadores das Universidades esteve o diagnóstico e a articulação de organizações civis de instituições executoras de políticas públicas (das três escalas de governo). Com essa estratégia objetivaram garantir a incorporação dos resultados dos estudos na agenda pública e conceber um modelo de gestão que as efetivassem.

**Figura 9:** Fluxograma Projeto Managé/UFF.



Fonte: Relatório do Projeto Managé, 2003.

Através do desenvolvimento de pesquisas e de uma ação política permanente, os agentes - professores, técnicos e alunos da Universidade Federal Fluminense – concebiam sua atuação como “articuladora e integradora, capaz de reunir e integrar de forma autônoma, diferentes instâncias e níveis, seja de governo, seja de instituições civis, seja da própria universidade, através do envolvimento dos seus profissionais e alunos, propiciando uma atuação integrada e interdisciplinar”. (UFF- Projeto Managé, 1995:2)

Os agentes que estavam à frente dos processos no Itabapoana, isto é, os professores e técnicos do Projeto Managé, mesmo antes da criação da Lei das Águas brasileira de 1997 adotaram como princípio a *gestão integrada, participativa e descentralizada em escala de bacia hidrográfica*. Integrada porque travava uma luta constante em aglutinar projetos, políticas públicas e agentes governamentais que atuavam de forma isolada e paralela, considerando-se principalmente o fato de atuar em uma região de convergências e divergências entre três estados da federação e com graves problemas socioambientais vistos de forma fragmentada. A crença era de que a construção da convergência de interesses, de especialidades profissionais, de recursos técnicos e financeiros em um amplo programa regional contribuiria para o fortalecimento e suporte político e econômico necessários à consolidação de novos princípios para a efetivação de políticas públicas locais e regionais. Participativa, porque exigia o envolvimento dos vários agentes e grupos sociais nas respectivas escalas territoriais, representados direta ou indiretamente nos espaços de discussão de problemas construção de projetos. Descentralizada na medida em que os municípios, a partir da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, eram reconhecidos como agentes co-partícipes na implementação das políticas públicas, com responsabilidade também no campo do planejamento. (UFF, 1997)

Para colocar em prática tais princípios, buscava-se a adesão de representantes de governos, de indústrias, do setor agropecuário, organizações não governamentais, universidades, escolas, sindicatos, associações e cooperativas. Durante dois anos os espaços abertos para diálogos eram em torno das reuniões e seminários de integração do Projeto Managé com os diferentes setores. A partir de então, os representantes desses setores participavam de um processo progressivo de institucionalização dos espaços de participação, assim formalizados: 1) consórcio intermunicipal da Bacia; 2) conselhos de desenvolvimento sustentável (nos 18 municípios da Bacia); 3) fórum comunitário regional; 4) fórum empresarial

regional; 5) fórum legislativo regional; 6) fórum regional de desenvolvimento sustentável da bacia; 7) comitê de bacia hidrográfica e 8) agência de desenvolvimento sustentado.

Concebidas como complementares, tais instâncias institucionalizadas foram agrupadas em torno do Sistema de Gestão Integrada do Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Itabapoana - SISGEBI. Por meio de ações de articulações interinstitucionais, objetivou-se compatibilizar interesses múltiplos dos diferentes segmentos sociais de uma região e minimizar os efeitos de crise de competência nas diversas esferas de poder (BARROS, 1999).

A justificativa para essa multiplicidade de espaços estava na estratégia utilizada para *quebrar resistências e amenizar conflitos de interesse* à construção de espaços públicos de decisão, uma vez que a tradição política regional não efetivara formas democráticas de construção de projetos de interesse coletivo<sup>47</sup>. Assim, a compreensão dessa pluralidade não poderia prescindir de ser vista em sua perspectiva sistêmica e no caráter contraditório das relações entre os agentes. A não adesão de alguns representantes a um modo de ação participativo e colegiado implicou em reunir os agentes, ora com seus próprios pares (intra-setorial: prefeitos-prefeitos, empresários-empresários, moradores-moradores), ora de forma bi ou trilateral (inter-setorial), para somente em um segundo momento estarem em espaços de maior diversidade, e conseqüentemente, de maior tensão. Por outro lado, houve resistência à criação de um comitê de bacia, uma vez que ela engendra a cobrança pelo uso da água, e foi vista como um problema em uma região considerada pobre, que tinha fortes problemas socioeconômicos a serem priorizados<sup>48</sup>.

A preocupação em desenvolver uma sintonia entre o tempo de pesquisas e o tempo de gestão administrativa dos governantes, fez com que a produção de saber e a implantação de projetos em algumas áreas fossem assumidas como emergenciais, tais como: coleta e tratamento dos resíduos sólidos, esgotamento e tratamento sanitário e eliminação das condições propiciadoras de doenças veiculadas pela água, incentivo a atividades geradoras de postos de trabalho e renda e educação ambiental.

Para avançar na construção de um modelo de gestão de águas, adaptado à regiões com características como a do Itabapoana de fronteira trans-estadual, de raros espaços públicos de debate e tomada de decisões coletivas, de baixo dinamismo econômico com conseqüente

---

<sup>47</sup> Entrevista do coordenador do Projeto Managé, concedida à autora em julho de 2006.

<sup>48</sup> Tal constatação foi comum em depoimentos de representantes das associações de moradores, de associações ambientalistas e do Coordenador do Projeto Managé, em entrevistas concedidas a autora em 2006 e 2007.

dependência dos governos, notadamente o municipal, desenvolveu-se um processo de construção do modelo de gestão de bacias hidrográficas, num debate com porta vozes do modelo francês e posteriormente, do ante-projeto da Lei de Recursos Hídricos brasileira.

### **Em torno de um rio: o início de um itinerário e as condições de emergência de espaços de diálogo**

As cidades de Bom Jesus do Norte/ES e Bom Jesus do Itabapoana/RJ estão no coração de um vale banhado pelas águas do rio Itabapoana. Durante essas últimas décadas, os seus moradores vivem como o ritmo das águas, às vezes tranquilas, outras em turbulências, cadenciado por grupos sociais em busca de espaços de diálogo e de recursos para a resolução dos problemas socioambientais enfrentados.

Conforme contextualizado no capítulo 2, entre 1950 e 1980 o Vale do Itabapoana viveu um período marcado por uma política governamental intervencionista, tendo sido submetida a transformações sociais que alcançaram uma diversificação ou à reconversão dos meios de produção immobilizados pela cultura do café em favor da produção de leite e de carne. As organizações dos produtores de café se voltaram para a produção de gado bovino, que oferecia possibilidades ínfimas de emprego para as famílias de trabalhadores, antes empregados na atividade cafeeira. As alternativas de trabalho oferecidas em setores produtivos situados em outras regiões desencorajaram a busca local de outras possibilidades de atividades para esses trabalhadores. É preciso reconhecer que as formas de poder e dominação praticadas estavam ligadas a uma concepção de mundo que pressupunha que as soluções deveriam necessariamente vir de grupos sociais financeira e politicamente privilegiados.

Como as soluções não se concretizavam, uma das conseqüências foi a insatisfação dos trabalhadores face à evolução das relações de produção na região. Um grande número de famílias escolheu a migração, e outros sobreviviam graças às atividades como a pesca artesanal fluvial, o plantio e colheita da cana-de-açúcar nas municipalidades à jusante e as atividades ligadas à fruticultura em alguns poucos municípios.

Na década de 1990, os programas governamentais introduziram outros elementos na dinâmica local. O Programa Integrado de Desenvolvimento da Aquacultura Continental em vigor no Estado do Rio de Janeiro (e em outros Estados do Brasil) tinha por objetivo

desenvolver a piscicultura junto aos produtores rurais e visava ao repovoamento e a *exploração racional* das águas interiores. Ele fazia parte da política governamental, tanto federal quanto estadual, para a agricultura e pecuária. Nesse quadro, uma estação de piscicultura foi implantada no Colégio Agrícola da Universidade Federal Fluminense em parceria com a FIPERJ - Fundação Instituto da Pesca do Governo do Estado do Rio de Janeiro e o IBAMA. Este Instituto absorveu as atividades da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) sobre o plano nacional. Assim, se as políticas públicas forneciam aos produtores rurais a possibilidade de diversificar as fontes de rendimentos, aos trabalhadores continuava a falta de fontes de trabalho e alternativas, não unicamente nos municípios do Vale.

Em um período de reconstrução da democracia (década de 1990), o projeto de descentralização das políticas públicas era recentemente implementado. O desemprego ou o sub-emprego, fenômeno nacional crescente, tornaram-se temas de uma campanha nacional lançada por uma organização não governamental, o Comitê da Cidadania, presidida pelo sociólogo Herbert de Souza. Com o slogan «Contra a fome, a miséria e pela vida», esta campanha encorajou a formação de grupos de voluntários para o desenvolvimento de ações e de projetos em toda sorte de lugares (associações de bairro, igrejas, sociedades, universidades, empresas, etc). Após o período da ditadura, a capacidade de mobilização que resultava da perspectiva participativa adotada por esse tipo de movimento e também por vários outros movimentos sociais permitiram influenciar igualmente os membros de associações de moradores, mesmo àquelas distantes dos grandes centros de manifestação. É importante ressaltar que no ano de 1992 o Estado do Rio de Janeiro foi palco da ECO 92, e as resoluções tanto do Fórum oficial quanto do Fórum da sociedade civil repercutiram e sensibilizaram setores localizados alhures. Também nessa década, estava em tramitação no Congresso a Nova Lei de Águas brasileira.

Sobre a pressão de associações de habitantes que reivindicavam alternativas para as famílias de trabalhadores dos municípios vizinhos de Bom Jesus do Itabapoana e Bom Jesus do Norte, os Secretários de Agricultura e Meio Ambiente desses municípios apresentaram ao Diretor do Colégio Agrícola da Universidade Federal Fluminense um projeto de repovoamento de peixes para o rio Itabapoana. Esse projeto previa a utilização de alevinos provenientes dos tanques da estação de piscicultura do Colégio, o que se justificava, antes de tudo, em razão de um projeto socioeconômico e ambiental que objetivava o combate à fome e ao desemprego,

devido à redução do volume de peixes do rio e que muitas famílias dependiam da pesca para se nutrirem, obter os rendimentos familiares e também para o lazer (UFF, 1996). Tratava-se de uma demanda legítima de acesso democrático à utilização de alevinos da estação de piscicultura do Colégio Agrícola da Universidade. Alguns anos antes, uma experiência de repovoamento havia sido realizada, mas sem sucesso. Os próprios técnicos do Colégio avaliavam que as espécies utilizadas não eram adequadas e nenhum outro estudo havia examinado as condições do rio em relação à qualidade das águas e a sua ictiofauna. Considerando os limites de uma intervenção técnica para atender à solicitação, os seus Dirigentes buscaram o apoio da Coordenadoria de Meio Ambiente da Pró-reitoria de Extensão da Universidade. Pretendia-se que a Coordenadoria atuasse como aglutinadora de pesquisadores para responder à demanda apresentada.

A análise do pedido – repovoamento do rio como alternativa de combate à fome e ao desemprego – ficou sob a responsabilidade do Coordenador de Meio Ambiente e sua equipe, que ampliou a base de contribuições com pareceres de professores dos cursos de geografia, serviço social, química e educação.

Os Secretários de Agricultura já mencionados tinham a intenção de incrementar a pesca continental como atividade econômica e como fonte de alimentos para a população de baixa renda. A possibilidade de poder estruturar tal projeto, solicitado aos representantes da Universidade em nome da população tornou-se então o tema chave de todo um processo que permitiu abrir um debate público. Tratava-se da utilização de recursos públicos para incentivar a pesca nas propriedades privadas, mas que não possuía o seu correspondente para as áreas públicas.

### **No curso do diálogo: os agentes, as questões e os debates.**

No período de início do processo, dois eventos foram particularmente significativos na evolução dos debates:

- a) Uma primeira reunião, em 1996, ocorrida entre professores e técnicos da Universidade Federal Fluminense, profissionais da Universidade, representantes de órgãos governamentais de meio ambiente dos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, os

- secretários municipais de agricultura e meio ambiente de Bom Jesus do Itabapoana e Bom Jesus do Norte, representantes de associações de moradores e ambientalistas;
- b) Uma audiência pública organizada pelo IBAMA, em 1996, com o objetivo de apresentar ao público o estudo e o relatório sobre o impacto da construção da usina hidrelétrica de Rosal/Bom Jesus do Itabapoana sobre o meio ambiente.

O primeiro evento consistiu em uma reunião que ocorreu no Colégio Agrícola de Bom Jesus do Itabapoana. Tratava-se do ponto de partida do diálogo entre os diversos profissionais, representantes institucionais e os representantes de associações. A primeira questão discutida foi como povoar o rio de peixes utilizando os alevinos da estação de piscicultura.

A *expertise* dos pesquisadores, discutida na reunião, indicou que as espécies cultivadas na estação de piscicultura não eram aptas ao repovoamento do rio, porque elas não pertenciam ao seu ecossistema. Tratava-se de um problema mais complexo que exigia um projeto de pesquisa para analisar o ecossistema em sua totalidade e essa análise deveria estar ligada aos estudos sobre os modos de utilização das águas da bacia hidrográfica (UFF, 1997).

Segundo os representantes da Universidade, não seria suficiente realizar estudos/pesquisas e propor soluções aos problemas ecológicos. Havia um desafio mais importante, o da construção coletiva de uma proposição de revitalização do rio e de recuperação ambiental que pudesse contribuir à resolução de problemas socioeconômicos, em um contexto onde diferentes interesses deveriam ser levados em conta.

Engajaram-se, então, numa ação destinada as diversas autoridades públicas para lhes mobilizar de maneira a realizar as pesquisas e buscar as ações propostas. Mesmo se no planejamento do grupo não adotou inicialmente metodologias com base em pesquisa-ação, buscou-se progressivamente associar pesquisa e ação, cuidando para que os agentes técnicos dos órgãos governamentais pudessem dar continuidade concreta as pesquisas.

Discutir as formas de utilização de um bem público, em uma sociedade que preconiza projetos democráticos, exige atenção para verificar se os grupos sociais contam com espaços de discussão, nele tendo voz e escuta, e se exercessem uma influência real. A maneira como os espaços de diálogo e as conjugações de interesses surgiram, mostra que a construção de uma nova ordem social dependeu de readaptações e reinterpretções: percebeu-se, por exemplo, que

se passou de uma simples preocupação de repovoamento do rio a uma abordagem bem mais global de necessidades e interesses existentes.

**Em torno de um projeto que é um espaço de ação coletiva: uma rede de agentes que se amplia e consolida o processo.**

A forma como foi sendo concertada essa conjugação de interesses pelos agentes responsáveis pela condução do processo no Itabapoana, caso aqui analisado, demonstrou que a construção de uma nova ordem social dependia de readaptações e reinterpretações, que o exercício do poder deveria também se sustentar em elementos cognitivos que definissem os saberes incorporados (NEVES, 1997).

A realização das pesquisas e estruturação de propostas aos problemas implicou em desenvolver uma proposta de recuperação ambiental, em que diferentes interesses explícitos ou implícitos, foram levados em consideração. Por meio de mecanismos que incentivaram a sua explicitação e negociação, desenvolveram uma ação política e implementaram propostas necessárias, que acabaram por ampliar a concepção de gestão de recursos hídricos para tratá-la no âmbito do desenvolvimento sócio-econômico-ambiental.

Nesse mesmo período (1996), houve momentos em que eventos foram arenas de disputa de posição, e, portanto, de poder. Foram por isso mesmo, espaços de explicitação de questões que se transformaram em conflitos.

Uma audiência pública, realizada na Câmara de Vereadores de Bom Jesus do Itabapoana, solicitada pelo Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza - CNFCN<sup>49</sup> à Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERJ, é um caso exemplar a ser analisado. Com o objetivo de apresentar o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA para a construção da usina hidrelétrica de Rosal (3º distrito de Bom Jesus do Itabapoana), esta audiência provocou posicionamento público do representante do CNFCN e de pesquisadores da Universidade Federal Fluminense - UFF, no que diz respeito aos elementos cognitivos acumulados. Foram várias divergências quanto às informações sobre a quantidade e a variedade de espécies de peixes existentes no Itabapoana e outros elementos de caracterização das propriedades a serem inundadas. A empresa contratada pela CERJ

---

<sup>49</sup> O CNFCN é uma organização ambientalista, sediada em Campos dos Goytacazes, com atuação regional.

afirmava que poucas eram as espécies existentes, não justificando qualquer tipo de preocupação com ações mitigadoras. Por sua vez, estudos exploratórios do Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges – CTAIBB/UFF apontavam que a variedade e a quantidade de peixes eram maiores que as apresentadas pela empresa, o que era reforçado por depoimentos de pescadores do rio Itabapoana, residentes em Bom Jesus do Itabapoana. Essa hipótese foi confirmada através de pesquisas posteriormente realizadas<sup>50</sup> por pesquisadores da UFF. Devido às controvérsias existentes e as propostas de alteração do EIA-RIMA, o IBAMA arbitrou pela revisão dos aspectos que foram objeto das críticas apresentadas.

Esta luta, que implica em desclassificações e reclassificações e que opõe os diversos profissionais, é, conforme considera Bourdieu, uma luta simbólica e de produção de verdades e orientações práticas. Visa, por um lado, a conservação e a transformação de divisões estabelecidas entre os segmentos sociais por meio da transformação ou conservação dos sistemas de classificação, que são a sua forma incorporada; mas, por outro lado, visa à reafirmação das instituições, que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a (cf. BOURDIEU, 1989). Essas classificações também foram valorizadas num contexto onde outros agentes, para além dos representantes da produção técnica e científica, apresentavam-se como titulares de uma determinada opinião pública como políticos e jornalistas.

A explicitação do conflito girava em torno da concorrência entre saberes, e serviços apropriados, fundada em outras classificações, e, conseqüentemente, na implementação de ações condizentes com os significados dos termos. Outrossim, era declarada pela imprensa e por lideranças locais, a importância desta obra para melhoria do abastecimento de energia da região e para oferta de postos de trabalho. É possível que a força dessas declarações, em um contexto de forte desemprego e ao fornecimento deficitário ou inexistente de energia elétrica, tenha contribuído para a falta de maior mobilização social contrária ao empreendimento, o que poder ser percebido na notícia datada de 1996, divulgada pelo jornal de Bom Jesus do Itabapoana, a Voz do Vale, mostrava a percepção da imprensa local:

“O vale da (nossa) esperança  
Bom Jesus do Itabapoana sofre por falta de energia elétrica. O  
abastecimento é insuficiente. A solução é que o trecho do rio Itabapoana

---

<sup>50</sup> Até 1999, aproximadamente 50 espécies de peixes foram catalogadas por pesquisadores da UFF no âmbito do Projeto Managé, e algumas delas fazem parte de um banco genético.

“que fica a oito quilômetros do centro de Rosal, deixe de ser o vale da esperança e se torne a Usina Hidrelétrica de Rosal.

Descrição do empreendimento: A usina será instalada no rio Itabapoana, na divisa dos estados do RJ e ES. Sua barragem será construída a uma distância aproximada de 8 km do núcleo urbano de Rosal, rio acima, formando um reservatório de 1280 m<sup>2</sup> de área. A casa de força ficará em São José do Calçado-ES, sendo a água conduzida para as máquinas através de um túnel de 5 km de extensão escavado na rocha. Com investimento total previsto de 61 milhões e prazo de execução de 32 meses, a mão de obra empregada em sua construção atingirá um total de 420 trabalhadores. A UHE de Rosal terá a finalidade de aumentar o suprimento de energia ao sistema, com geração de 55MW de potência instalada, sendo que grande parte deverá ser consumida na região, favorecendo a expansão da rede, a segurança do suprimento e o atendimento a maior número de consumidores” (Voz do Vale, 16/04/96, p.1).

A importância da implantação de uma usina hidrelétrica para a municipalidade teve a sua expressão máxima quando a autora identificou, no período de trabalho de campo, a presença de uma maquete da Usina Franca Amaral – construída antes da conclusão das obras da usina, no início da década 1960, na principal Praça do município de Bom Jesus do Itabapoana (Ver Figura 10).

**Figura 10:** Praça Governador Portela e maquete da Usina Franca Amaral Bom Jesus do Itabapoana/RJ



Foto de Carlos Luiz Dutra (10/08/2008).

É importante destacar que no Brasil, a partir da década de 1970, desenvolveram-se diversas lutas e formas de organização locais e regionais de pessoas atingidas pela implantação de barragens, que convergiram para a criação do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens – MAB, no início dos anos 1990 (BERGAMASCO e NORDER, 2003; VAINER et al.2004; SIGAUD, 1992). Todavia, não foram evidenciadas, no caso em estudo, mobilizações assemelhadas em torno da construção das barragens de Franca Amaral (década de 1960) de Rosal (década de 1990), no rio Itabapoana.

Na época da construção da barragem de Rosal, os conflitos prenunciados pelo Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza - CNFCN e por pesquisadores da UFF ficaram centrados na área a ser inundada, nos problemas que afetariam a ictiofauna e atividade dos pescadores artesanais, além da contratação de mão de obra local, o que se constituiu em objeto de revisão do projeto, por orientação do IBAMA (UFF, 1996).

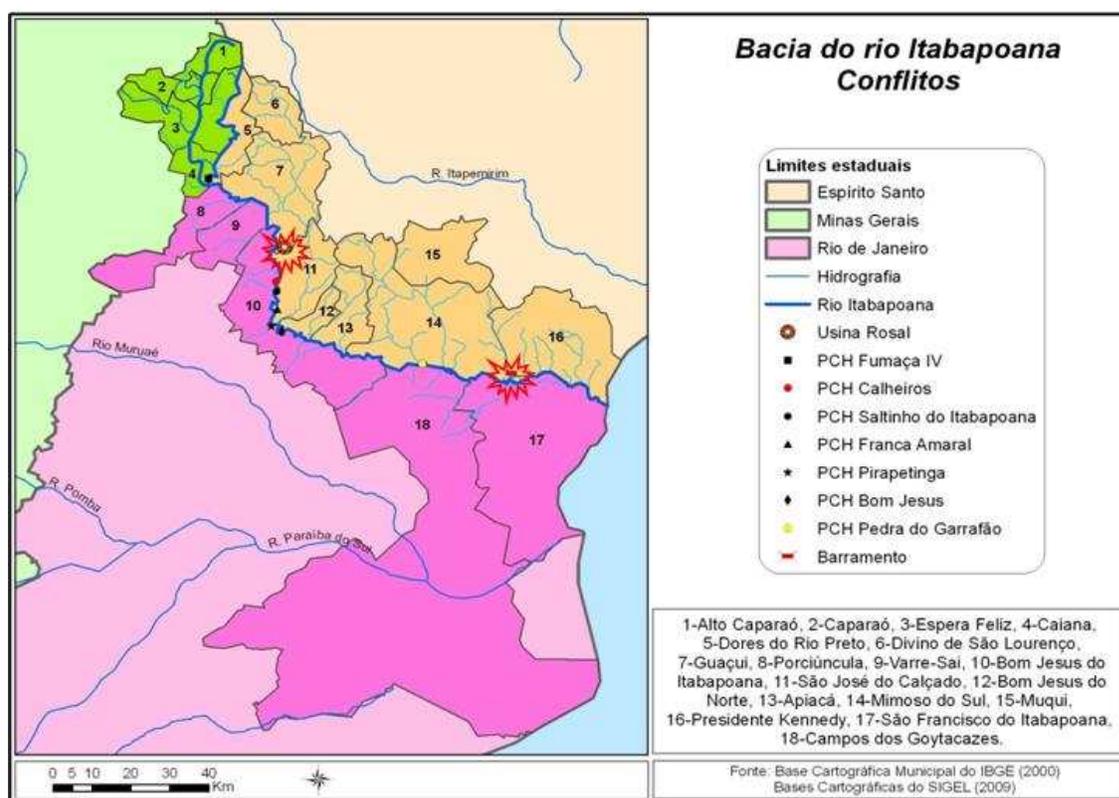
A realização daquela audiência pública se constituía em uma novidade, e só ocorreu pela pressão de uma organização ambientalista. Por sua natureza, a audiência seria o espaço, por excelência, da oportunidade de um debate público. No entanto, dependendo do contexto em que é realizada e da forma como são apresentados os objetos de debate, muitos não se sentem sensibilizados ou mesmo autorizados a se fazerem presentes. Quando o fazem, muitas vezes, silenciam, tamanha à distância entre linguagens em uma platéia diversificada, agindo por auto-desautorização.

O debate público tem a sua força e a sua capacidade de mudanças na medida em que ocorre um processo de confronto de posições, naquele caso entre *experts* (de uma parte, representantes dos empresários e de outra de ecossistemas, agricultores e pescadores), pois abre a possibilidade de fazer emergir o conflito em um espaço em que agentes em posições dominantes gostariam de negá-lo. Sabe-se que, em muitos casos, sequer o objeto de antagonismos chega a ser explicitado em espaço público. O desafio do debate público é sempre duplo: “trata-se ao mesmo tempo de discutir a natureza do conflito e de fazer reconhecer a pluralidade de linguagens democráticas que dá sentido a este conflito” (RUI, 2004, p.166). [tradução livre]

No caso do Itabapoana, a análise das disputas em torno da utilização e controle de mananciais hídricos e dos recursos neles existentes levou à realização de um recorte analítico que identificou conflitos das seguintes naturezas: conflitos entre *profissionais de diferentes*

*instituições* que concorrem em suas *expertises*; conflitos *entre entes federados* (Municípios, Estados e União) por se tratar de um rio de domínio federal que abrange três estados; conflitos *entre pescadores e responsáveis pelos empreendimentos hidroenergéticos*; e conflitos *entre pescadores e proprietários rurais*, que põem em disputa modos distintos de apropriação material e simbólica de bens e recursos territorializados, no caso a água e o solo rural, e que, em última instância, podem levar a inviabilização da permanência de uma prática social. Em muitos casos, sequer o objeto de antagonismos chega a ser explicitado em espaço público. No mapa a seguir, destacam-se a localização dos pontos de conflito referentes aos que foram detalhados tanto nesse capítulo (Usina hidrelétrica de Rosal) quanto o que será tratado no capítulo seguinte (Barragem do Sereno).

**Figura 11:** Localização dos pontos de conflito analisados



Fonte: elaborado para esta tese, a partir de IBGE (2006), UFF (1997) e ANEEL (2009)

Valorizar a presença de interesses convergentes e contraditórios, saberes qualificados e desqualificados neste campo de disputas e reivindicações, é reconhecer, nos processos em

estudo, a existência de diferentes espaços e formas de participação de agentes e grupos sociais no trato de problemas que vivenciam e desejam ver solucionados. A dramatização do conflito manifestado na audiência pública exprime a diferenciação existente, o que provocou o reposicionamento de agentes e desencadeou posterior ampliação de redes sociais (MULLER, 2004; LATOUR, 2000; CALLON & LATOUR, 1991).

Tomando como ponto de partida tanto um problema, quanto um conflito social, várias foram as redes que se formaram, variando a sua composição segundo a natureza dos projetos e agentes que queriam afirmar.

As instituições que se fizeram representar no início do processo podem ser classificadas em governamentais, civis e universitárias. O primeiro grupo era formado as Prefeituras Municipais de Bom Jesus do Norte/ES e de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, representação de associação de moradores, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis- IBAMA, a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro - FEEMA, o Serviço Estadual de Rios e Lagoas - SERLA/RJ, O Batalhão Florestal do Rio de Janeiro, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente/RJ, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RJ, e a Universidade Federal Fluminense - UFF, através de professores da Pró-reitoria de extensão (Coordenadoria de Ciências Agrárias e Meio Ambiente), do Departamento de Serviço Social de Campos e do Colégio Agrícola Ildelfonso Bastos Borges. Com os desdobramentos da demanda por conhecimentos sistematizados em projetos, financiamentos e apoio político, outros agentes entraram no processo, como professores de outros departamentos da UFF, professores e alunos da Universidade Federal do Espírito Santo, da Universidade Federal de Viçosa/MG, representantes do Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, órgãos de meio ambiente do Estado do Espírito Santo.

Não só pelo desenvolvimento de pesquisas científicas, mas também pelo investimento na aplicação de seus resultados, os agentes da Universidade reivindicaram posição específica, postura e saber que privilegiou o trânsito em outros espaços sociais. Para viabilizarem as motivações necessárias à aglutinação e ao envolvimento dos agentes locais, investiram na construção de novos espaços sociais de constituição e reconhecimento da representação política.

A concepção de gestão de recursos hídricos dos agentes do Projeto Managé foi incorporada a de gestão ambiental, inserida em um contexto de administração pública e desenvolvimento regional. O componente político foi um elemento norteador da concepção, objetivada através de uma proposta para um sistema, com a idéia-valor de gestão integrada, que se for iluminada no sentido atribuído por Godard (1997), essa noção designa uma utopia mobilizadora.

Como fundamentos principais da proposta estão a delimitação do espaço - a bacia hidrográfica, considerada como unidade básica de planejamento estratégico; e a gestão descentralizada com a participação de representantes dos diferentes segmentos sociais. Através de um amplo processo de articulação institucional e negociação, o objetivo era compatibilizar interesses múltiplos dos diferentes segmentos sociais de uma região e minimizar os efeitos de crise de competência nas diversas esferas de poder no âmbito governamental (Barros, 1999, p. 1).

A metodologia utilizada tem como pressuposto que todo processo é um “aprendizado de gestão” em recursos hídricos e em desenvolvimento. Nele, diferentes agentes do governo, de empresas (indústria e comércio), de organizações ambientalistas, movimentos sociais em geral, moradores, trabalhadores/profissionais, produtores agropecuários estariam debatendo e ampliando seus conhecimentos, se familiarizando com as novidades (à época) das questões ligadas às águas; e também se exercitando politicamente para serem portadores de um discurso específico nas instâncias de decisão que foram construídas para tal. O termo “aprendizado” diz respeito ao processo de sensibilização e de intercâmbio de saberes necessários para a compreensão das produções e questões sobre a gestão de recursos hídricos, visto como necessário a partir das análises desenvolvidas pelos agentes do Projeto Managé acerca do funcionamento de Conselhos Municipais e de Comitês de Bacias já implantados no Brasil. Verificou-se a grande dificuldade de implementação desses colegiados e das ações por eles deliberadas, tendo em vista que, na maioria das vezes, a concretude das ações dependia do executivo municipal, que nem sempre se propunha a operacionalizar as decisões, principalmente se elas não eram totalmente do seu interesse. (SIQUEIRA, 1999).

Esse modo de afiliação permitiu aos grupos envolvidos contribuir na construção do modelo para a gestão da Bacia do Itabapoana, e terem melhor formação sobre o tema, para atuação nas instâncias colegiadas de decisão. Tal sistema é composto por Conselhos

Municipais de Desenvolvimento Sustentável, formados por representantes das organizações civis, os secretários municipais e o prefeito; Consórcio de Municípios da Bacia, formado por prefeitos, Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Itabapoana, composto de representantes da sociedade civil, dos legislativos e executivos dos municípios, estados e união, e o Comitê de Bacia e Agência de Águas, estes dois últimos em fase de estruturação, conforme a legislação brasileira de recursos hídricos (Universidade Federal Fluminense – Projeto Managé, 2000).

Analisar a constituição e o desdobramento deste processo significa, portanto, entender a ação do Estado, tanto através dos municípios, quanto através da União, na criação da emergência de interesses coletivos, mas indica, também, a importância de se verificar como os grupos que são assim constituídos influenciam a organização do Estado. Isto quer dizer que por mais que exista uma idealização dos projetos e do processo por aqueles que pretendem definir sua direção, no decorrer do tempo, ele se modifica tanto pelas exigências internas das equipes, quanto pelos supostos ou pretendentes beneficiários. Nesse caso, as exigências se expressam pela oferta ou negação de recursos financeiros, pelo apoio político de novos agentes, pelas pressões da população, pela demanda por compatibilização entre a periodização do tempo da vida acadêmica e da vida da população ou do exercício dos mandatos políticos.

#### **4.2.2 – O Consórcio de Municípios da Bacia do Itabapoana**

Uma das redes consolidadas e que tornou possível a viabilização de inúmeras ações ocorreu entre os profissionais universitários e os prefeitos dos municípios, com o objetivo de formar o *Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do rio Itabapoana*. Criado em 1977, é composto pelos prefeitos dos dezoito municípios que fazem parte da bacia. A sua sede é no município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, escolhido por estar localizado no centro da Bacia.

A eleição da sua primeira diretoria ocorreu em 03 de junho de 1997 e se repete a cada dois anos. Segundo os estatutos, seu principal objetivo é o “desenvolvimento sustentado da região da bacia hidrográfica do rio Itabapoana”. Os objetivos específicos estão voltados à implementação de planos integrados, à definição de prioridades de aplicação de recursos, à promoção de ações articuladas com os governos estaduais e federal, assim como à participação

nos processos de mobilização social para o alcance dos objetivos definidos<sup>51</sup>. Ele foi criado com o caráter de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos. Sua manutenção é feita a partir da contribuição dos municípios, e projetos são implementados mediante convênios e contratos.

Barros (1999) aponta duas justificativas básicas para a criação desse Consórcio. Segundo ele, o Prefeito Municipal tem o direito, garantido na Constituição vigente, de tomar as decisões administrativas necessárias à elaboração e execução da política pública no âmbito do seu município. Além disso, considera que em um estado democrático, o prefeito é eleito em escrutínio universal, o que significa que o seu mandato tem legitimidade, ou seja, a maioria da população daquele município outorgou-lhe o direito de representá-la.

Considerando esses dois princípios, a formação de um Consórcio Intermunicipal representa, nessa perspectiva, o primeiro passo de uma divisão de poder consentida pelo detentor desse poder. A crença é de que isso é possível, se o processo for conduzido com acesso à informação, ao esclarecimento e ao convencimento de que esta instância pode lhes trazer benefícios, ao contrário de tentar impor, por uma regulamentação obrigatória, a formação de um consórcio. Um importante incentivo a adesão seria a clareza dos prefeitos do quanto perderiam de autonomia de decisão como o quanto ganhariam com o processo associativo, pois se espera um saldo político e pessoal positivo.

No caso das bacias federais, o efeito agregador é considerado muito mais importante, devido prefeitos de diferentes Estados raramente se encontrarem quando da tomada de decisões que ultrapassam os limites municipais. Nesses casos, as reuniões eram feitas no âmbito de cada Estado. Ainda no caso dessas bacias, o mesmo grupo de prefeitos representantes do conjunto dos municípios apresentava e debatia os projetos regionais com mais de um governador de estado, fortalecendo a posição daqueles agentes políticos na definição da política regional e na busca de recursos e apoio político do governo federal. Havia também a presença de representantes das autoridades governamentais nos espaços locais:

“ali no Consórcio não era simplesmente um grupo de prefeitos que atuava em conjunto, ali era também uma vitrine. Tantas pessoas que vinham falar para os prefeitos, falar para o Consórcio...tantas pessoas de tantos Ministérios que vieram ali e vem até hoje. Então, é ali que se abre um horizonte muito grande” (Prefeito C, 2006).

---

<sup>51</sup> Os objetivos específicos estão detalhados no Estatuto do Consórcio, 2006, p.1.

A formação de Consórcios Administrativos Intermunicipais está prevista desde a Constituição Federal de 1937, em seu artigo 29, que dispõe sobre o agrupamento de municípios para a administração, exploração e instalação de serviços públicos comuns.

No Brasil, a literatura indica que o processo de formação desse tipo de organizações evoluiu dos serviços públicos centralizados para os serviços delegados a particulares e esses autorgados aos serviços e a autarquias. Posteriormente, os serviços foram transferidos a fundações e entidades paraestatais, chegando finalmente aos serviços de interesses recíprocos de entidades públicas em mútua cooperação, sob as formas de convênios e consórcios administrativos (RESTON, 1997).

As leis orgânicas municipais não apresentam disposições sobre os consórcios, mas, segundo o Art. 18 da Constituição Federal de 1988, os municípios integrantes da Federação gozam da mesma autonomia conferida à União e aos Estados, não estando impedidos de celebrar um Consórcio. Ainda na Carta Magna em seu artigo 241, a associação de municípios está prevista na figura de *consórcios públicos*. As normas gerais de contratação dos referidos consórcios pelos órgãos governamentais foram regulamentadas através da Lei número 11.107, de 6 de abril de 2005.

Por meio dos consórcios as municipalidades se habilitam a obter recursos financeiros, apoios técnicos e administrativos que uma só prefeitura não teria condições para executar um empreendimento desejado e que pudesse ser de utilidade geral para o conjunto dos municípios.

A premência de assumir novas formas de ações conjuntas, devido, principalmente, à necessidade de fazer frente à escassez de recursos financeiros e técnicos, foi uma das principais motivações para se levar em frente processos desta natureza. Foi possível perceber a formação de consórcios de várias naturezas, alguns só com órgãos governamentais, outros, associados a empresas, ou só empresas.

“Consórcio é um acordo. Indica a associação de interesses promovida entre pessoas jurídicas que se conservam independentes. É uma das muitas modalidades de cooperação em função da qual os cooperantes regulam entre si a maneira de executar as suas operações.” (RESTON, 1997, p.3).

As posições quanto à legalidade das formas de celebração deste acordo são variadas. Para Reston, o consórcio só pode ser celebrado entre pessoas jurídicas da mesma espécie, sejam elas de direito público ou de direito privado, sem necessariamente se transformar em

uma pessoa jurídica. Nesse caso, ele não tem capacidade para exercer direitos e assumir obrigações em nome próprio, podendo reunir-se para realizar serviços e obras de interesse mútuo, sem a obrigação de criar uma entidade para realização de objetivos comuns.

Entretanto, tendo em vista a necessidade de executar atividades de interesse público, de caráter intermunicipal ou regional e contrariando a concepção anterior, alguns consórcios foram construídos aglutinando pessoas jurídicas de espécies diferenciadas, dotando-se de personalidade jurídica adequada à realização dos seus fins, como, por exemplo, optando por serem sociedades civis sem fins lucrativos. Esse tipo de entidade dispõe de flexibilidade administrativa e financeira, facilitando a realização das atividades previstas<sup>52</sup>.

Assim, essas formas de organização variaram de acordo com as decisões tomadas pelos gestores locais, levando-se em consideração as características dos municípios, da região, dos agentes envolvidos, das facilidades ou dificuldades e da natureza das ações a serem efetivadas. As suas composições foram definidas segundo necessidades e interesses dos envolvidos.

A premissa é que as relações entre os municípios deve ser pautada na horizontalidade, no diálogo, na explicitação, enfrentamento e superação de conflitos que venham ocorrer, não havendo subordinação hierárquica a um dos parceiros ou à entidade administradora, caso exista. Resguardam-se as diferenças e a decisão de autonomia dos governos locais.

Diferente dos consórcios de bacia já em exercício no Brasil, o Consórcio do Itabapoana é formado pelos prefeitos dos municípios que compõem a Bacia, enquanto que os demais possuem formação tripartite.

Esse encaminhamento foi dado pelos agentes mediadores por entenderem que, pelas características de muitos governantes dos pequenos municípios, das quais eram: pouca disponibilidade para um trabalho participativo; personalização na relação com a população; desconhecimento do tema; pouca inserção e expressão na política regional e nacional; fazia-se necessário uma preparação para práticas descentralizadoras e, portanto, participativas e democratizantes.

Desde 2006, sua diretoria assumiu a atribuição de coordenar as ações de formação do comitê de bacia, antes sob a responsabilidade dos profissionais da Universidade, no âmbito do Projeto Managé.

---

<sup>52</sup> Para maiores detalhes sobre a constituição de consórcios intermunicipais, consultar Reston (1997).

O Consórcio de Prefeitos é uma figura que não consta como elemento previsto na Lei de Recursos Hídricos. Por ser compreendido como órgão cujas ações vão para além da gestão de recursos hídricos, nos comentários da Lei 9433/97, ele atua como um facilitador desse processo não sendo pré-condição para a existência do Comitê.

Por se referenciar a agentes envolvidos com a objetivação do processo e a legitimidade das novas adesões, os prefeitos tornavam suas ações públicas pelos jornais e seminários, mas se constituíam em agentes executivos por formação específica. Esta orientação comum ocorria em reuniões demonstrativas da agregação dos dirigentes municipais, consagradas em torno do Consórcio de Prefeitos.

Entre os itens da pauta das reuniões bimensais do Consórcio, eram privilegiadas as discussões sobre a confluência de projetos municipais e a formação na gestão de recursos hídricos, propostas concebidas em consonância com o jogo de forças do contexto local e nacional e a sua articulação com as demais ações dos executivos. Dessa forma, a crença era a criação de competência específica, a partir da ampliação do campo de saber dos prefeitos, o que proporcionaria a incorporação de elementos para fortalecer seu capital político. Implicou, inclusive, a formação de prefeitos engajados na política de recursos hídricos, posição que os aproximou daqueles voltados para os mesmos objetivos em outros Estados da federação.

A instrumentalidade da noção de *habitus*, recuperada por BOURDIEU, contribui para a compreensão desta forma de mediação. O *habitus* é “um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (...) e indica a disposição incorporada, quase postural”, que passa a ser uma “espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço”. (1989, p.62)

Bourdieu sugere que o *habitus* político supõe uma preparação especial, incluindo toda a:

“aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.), o que faz com que os agentes situados nesta posição consigam dominar praticamente o sentido objetivo e o efeito social do que desenvolvem (idem, p.169).

Esses espaços foram ampliados pelo debate dos membros do Consórcio de Prefeitos com representantes de instituições civis, de modo a constituir os agentes capacitados a agir em consonância política, expressa na arena pública constituída inicialmente como Fórum da Bacia e posteriormente a contar com o Comitê de Bacia.

### 4.2.3 Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável

Considerando-se o enfoque participativo com envolvimento dos agentes locais, foram formados *conselhos municipais de desenvolvimento sustentável* nos dezoito municípios.

Em sua grande maioria foram criados entre os anos de 1999 e 2001, em trabalho de parceria entre professores da UFF, profissionais do SEBRAE e do Consórcio do Itabapoana. Eles foram responsáveis pela preparação dos agentes que animaram os processos que formaram os conselhos. Mediante um perfil, em cada município houve seleção de um profissional ali residente que, após passar por preparação organizada pelos coordenadores, passava a ser o *agente local*. Havia, ainda, quatro supervisores regionais que articularam e acompanharam os trabalhos dos agentes.

Os conselhos foram criados por lei municipal. O principal objetivo era abrir um canal de diálogo entre os diferentes segmentos sociais e o governo municipal para o planejamento e acompanhamento de projetos e programas municipais, intermunicipais e regionais.

De natureza consultiva, a sua composição variava de acordo com as forças políticas e sociais presentes nos municípios. O número de membros era definido a partir do quantitativo de secretários municipais de todas as pastas, mais um representante da Câmara de Vereadores. Cadeiras em igual proporção eram ocupadas por representantes de entidades de moradores, de trabalhadores, de agricultores, de pescadores (quando era área de pesca), de empresários por setores da economia, de igrejas e de conselhos das demais políticas setoriais (Cf Anexos 8 à 18).

O prefeito era o presidente do Conselho e os secretários não tinham a prerrogativa de suplência ou de alguém que os representasse. Buscou-se garantir que os conselheiros fossem aqueles com poder de decisão, uma vez que julgavam essencial o comprometimento político e financeiro. Levaram-se em conta que não havia um fundo específico para os projetos, como ocorre com várias políticas setoriais como as de saúde, de educação, de assistência social e de desenvolvimento rural.

Os processos de criação e funcionamento dessas instituições não ocorreram sem tensão. A abertura de espaços que se pretenderam ser públicos, mesmo que consultivos, encontraram obstáculos da parte dos governantes, como apresentado no ponto de vista de um prefeito

entrevistado: “trabalhar com processo democrático é demorado e poucas pessoas gostam” (Prefeito B, 2006).

Na visão de outro prefeito foi possível perceber como é vista a expectativa sobre o tempo das decisões e ações em um espaço público:

“Normalmente, a cobrança da população para um administrador é uma resposta imediata para aquele problema. O prefeito também quer dar uma resposta, quer dar uma resposta imediata, então abandona o conselho. Ele pensa no mandato, acha que tem que fazer tudo em 4 anos, reduzindo tudo nesse tempo. Não planeja ações de curto, médio e longo tempo, não tem um planejamento estratégico. A maioria quer dar respostas imediatas, quer que as coisas sejam resolvidas a um curto tempo, mas não pode, tem muitas ações que tem que ser preparadas agora, e não pra ele. Preparadas para o futuro, preparadas para as comunidades.” (Prefeito C, depoimento a autora da tese em setembro de 2006).

Nessa tensão espaço-tempo, o mesmo prefeito fez uma contraposição entre gestão pública e gestão privada:

“Na gestão pública é diferente porque envolve muita gente, envolve essas cadências [tramitação administrativa dos processos de compra pelos governos, principalmente se são feitos pelas três esferas governamentais em conjunto], esses prazos a serem observados; enquanto que na gestão privada você chega, compra e leva na mesma hora, sem aquela burocracia. É isso que as pessoas esperam.” (idem).

Dessa maneira, se por um lado os governantes atribuíam a dificuldade de trabalhar com conselhos à pressão da população por um atendimento imediato das suas reivindicações, por outro alguns representantes de instituições civis viam os conselhos como o lugar de “discussão dos problemas diretamente com quem tem o poder de resolver.” (representante de associação de moradores, 2006).

O caráter consultivo e não paritário foi outro ponto de debates. Não por parte do governo e nem das instituições civis, mas entre representantes das instituições coordenadoras. A justificativa para esta adoção foi que a experiência empírica com outros conselhos municipais existentes, naquele contexto, fazia ver que muitos eram deliberativos e paritários, mas enfrentavam situações de deliberações não cumpridas e de pseudo-paridade. Em muitos casos as cadeiras de instituições civis eram ocupadas por pessoas ligadas aos governantes, muitas vezes funcionários das próprias secretarias de governo.

A maioria dos conselhos atuou no sentido de promover um planejamento estratégico para o município, remetendo os projetos que denominavam temáticos para os conselhos setoriais, quando existentes. Em Muqui/Es, por exemplo, o orçamento participativo- OP foi animado pelo Conselho.

No que diz respeito ao funcionamento dos conselhos, as dificuldades apontadas por representantes das instituições civis são as constantes alterações dos secretários municipais, o período eleitoral e o momento de posse de novos prefeitos. Fazem também crítica à multiplicidade de associações e conselhos, o que dificultava uma participação mais efetiva em suas atividades e os deixava com menos tempo disponível para fortalecer as bases das suas próprias entidades.

#### **4.2.4 O Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Itabapoana**

Assim, se em escala dos municípios os CMDS eram a expressão da institucionalidade desse tipo de rede, em escala regional o *Fórum de Desenvolvimento Sustentável Bacia o Rio Itabapoana* era o seu correspondente, instalado em 25 de abril de 2003, no município de Campos dos Goytacazes.

Essa forma de conselho integrava cinquenta e um componentes no período da sua criação, divididos em três colégios.

O *colégio da sociedade civil* era formado por três grupamentos de representantes: de associações e movimentos sociais, eleitos em um fórum comunitário; de empresários, eleitos em fórum específico; e técnico-científico composto por instituições de ensino, de pesquisa, conselhos e sindicatos profissionais, também eleitos em fórum específico.

O colégio do poder executivo era composto por prefeitos, eleitos entre os membros do Consórcio do Itabapoana; por representantes dos governos do três estados que fazem parte da Bacia; e por representantes do governo federal (ministérios).

O colégio do poder executivo, por sua vez, era formado por vereadores, deputados estaduais e deputados federais representativos dos três Estados.

Na perspectiva dos mediadores responsáveis pela sua organização, a formação do Fórum tornou-se possível pela existência de redes construídas ao longo dos oito anos que o

antecederam. A sua precedência à criação do Comitê de Bacia foi prevista para garantir um espaço político privilegiado ao exercício-aprendizado da gestão colegiada.

#### **4.2.5 O organismo de bacia para a gestão das águas – o Comitê de Bacia**

Em meados do segundo semestre do ano de 2007, o jornal A Tribuna<sup>53</sup> anunciava os preparativos do Consórcio de Municípios da Bacia do Itabapoana para eleger a diretoria provisória do Comitê da Bacia do rio Itabapoana. Na mesma notícia, o técnico do Consórcio, membro da Comissão Pró-Comitê declarava: “o processo vem sendo construído ao longo dos últimos 10 anos a várias mãos. Avançamos, mas precisamos seguir ainda mais adiante” (A Tribuna, 2007, p.3).

Uma consulta às fontes de pesquisa mostrou que os dez anos do *processo* a que se refere o responsável pela declaração acima, remetem a uma periodização de 1997 a 2007, sendo 1997 o ano da formação do Consórcio de Municípios da Bacia do Itabapoana, uma das instâncias do Sistema de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana – SISGEBI.

Em 1997, também se deu a criação da Lei 9433/1997, que instituiu a PNRH, que prevê, entre outros princípios, a descentralização integrada e participativa, realizada por meio da criação de dois entes públicos em cada bacia: o comitê e a agência de bacia. A composição do comitê, prevista na lei, deve contar com representantes do poder público, de usuários de água e da sociedade civil.

Mais que um exercício de reestruturação institucional, a possível criação de organismos de bacia tem sido vista por alguns especialistas como resposta a problemas e insuficiências existentes (CORREIA, 1995). Corresponde a instâncias estruturadas pelos agentes mobilizados para o exercício do poder de voz e decisão no campo da política de recursos hídricos, a partir da criação do comitê de bacia.

Nos termos da lei, esta instituição é responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos com poder deliberativo, além de ser um órgão consultivo de apoio às decisões governamentais na gestão pública como um todo. Pelo espírito desta lei, ele é o órgão da gestão

---

<sup>53</sup> O jornal A Tribuna é editado em Vitória/ES, de circulação estadual, e publicou em vários domingos um suplemento especial denominado: *Navegando nos rios capixabas*. A edição de 07/10/2007 composta de 12 páginas foi dedicada ao rio Itabapoana.

descentralizada de recursos hídricos mais próximo da população, o que deveria garantir um processo que fosse participativo.

O exercício empírico de acompanhamento dessas institucionalizações tem demonstrado que o espírito da lei nem sempre é seguido por aqueles que implementam as políticas. Barros, por exemplo, afirma que “muitas vezes, ao contrário de serem espaços para um processo de construção de uma cidadania responsável e participativa, acabam por serem espaços que governantes utilizam para fazer política partidária com fins eleitoreiros, ou mesmo para garantir o respaldo social para decisões que continuam sendo centralizadas.” (BARROS, 1999, p.16).

Na estratégia do Projeto Managé, o Comitê seria organizado após um período de aproximadamente dois anos de funcionamento do Fórum da Bacia. A crença era que, neste espaço, os diversos representantes estariam familiarizados e capacitados com saberes pertinentes ao exercício político de uma gestão colegiada, participativa, com segmentos diferenciados, que culminaria no Comitê.

Pesquisadores do Projeto Marca d'água identificaram a criação de muitos comitês estaduais após a promulgação da Lei 9433 (FORMIGA-JOHNSON, 2002). Entretanto, o mesmo não se deu com os comitês de rios federais, como no caso do Itabapoana.

Entre 1977 e 2007, sob iniciativa local, comissões foram formadas em três períodos diferentes para estruturar o comitê de bacia, mas somente a partir de 2007 é que os agentes deram continuidade aos processos.

Nos princípios básicos da Política Nacional residiam a influência de experiências vigentes em alguns estados da federação, dos debates nacionais para a criação da nova política nacional e de políticas de países que inspiraram a nossa legislação, como a França. Em um contexto favorável, por que o período de dez anos para formação de um comitê?

Os motivos variaram nos períodos em que tais iniciativas foram tomadas. Representantes de associações ambientalistas na Comissão Pró-Comitê atual afirmaram em entrevistas que, pela legislação, a natureza do comitê está vinculada à cobrança pelo uso da água, característica que, de início, afasta muitas pessoas dos processos de mobilização, principalmente aquelas de municípios em que suas características socioeconômicas são marcadas pelo desemprego e pela presença de empreendimentos de pequeno e médio porte.

A cobrança pelo uso da água foi um elemento mobilizador para a formação de comitês e agências de água em algumas regiões. Foi o caso do Comitê da Bacia do rio Paraíba do Sul, estudado por FORMIGA-JOHNSON *et al* (2003). Entretanto, isso não é regra geral, em regiões deprimidas economicamente.

Um segundo elemento apontado foi a hierarquia criada pela Agência Nacional de Águas- ANA e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos para a criação de comitês em rios federais. Como o Itabapoana no contexto atual não é reconhecido pela ANA como rio prioritário, não houve incentivo e agilidade nos trâmites necessários no ano de 2006.

Aos elementos anteriores pode ser acrescentado um terceiro: o órgão responsável pela gestão de recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro, a SERLA, adotou uma política de estadualização dos comitês, o que dificultou o movimento para que ele fosse interestadual. Por sua vez, há o investimento dos representantes de tais órgãos dos estados de Minas Gerais (IGAM) e do Espírito Santo (IEMA) na criação do comitê de bacia, sob a justificativa de melhor atuarem nos problemas referentes a inundações e aos conflitos relativos às barragens e uso do solo rural.

Em meio àquelas contradições, foi criada em 2007 a *Comissão Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana*, constituída como um espaço com o objetivo de promover a organização do Comitê de Bacia. Ela se reúne no Consórcio do Itabapoana e é composta por 13 representantes, agrupadas em três segmentos:

- *instituições civis*: organizações não-governamentais ambientalistas e de desenvolvimento sustentável; associação regional de artesanato, agroindústria e turismo; consórcios públicos e federação de associações de moradores.

- *usuários de água*: companhias de abastecimento de água dos estados e usinas hidrelétricas.

- *governos*: prefeituras e órgãos responsáveis pela gestão das águas dos três estados (ES, MG, RJ).

A principal motivação apontada por eles é que vêm na criação do comitê a possibilidade de canalizar recursos para a realização de projetos de saneamento ambiental, reflorestamento e recuperação dos rios. Dessa forma, as controvérsias não impediram definitivamente o processo de criação do comitê. As redes sócio-técnicas e técnico-políticas, criadas durante esses 12 anos, acionadas pelos componentes da Comissão fizeram com que os

representantes das instituições concernentes ao processo de criação do comitê manifestassem formalmente suas posições favoráveis e encaminhassem o pedido de criação a ANA e ao CNRH.

A nosso ver, as configurações que deram origem ao SISGEBI exprimem a internalização de princípios da PNRH de 1997, com traços de uma re-leitura e internalização de princípios de outras concepções, como por exemplo, a adoção da bacia hidrográfica como referência para políticas de desenvolvimento sustentado.

As análises do processo de gestão no Itabapoana evidenciam que, mesmo com a existência de conflitos de diversas ordens, a elaboração de projetos foi o que motivou o início dos processos e a sua continuidade. É possível que os princípios aí defendidos tenham sido, até certo ponto, delineados no ponto de partida, anunciado no jornal A Tribuna de Vitória: “Projeto Managé, onde tudo começou.”

#### **4.3 – Condições de constituição dos agentes mediadores**

Refletir sobre as relações entre gestão de recursos hídricos e o desenvolvimento sustentado da Bacia do Itabapoana é considerar inerente a elas a agregação de intelectuais engajados na projeção de processos de transformação da sociedade. Pressupõe a explicitação de desejos políticos e de mecanismos viabilizadores de construção de outra ordem social. (NEVES, 1998).

No caso em análise, viu-se que múltiplas foram as formas de mediação utilizadas. Elas se diferenciaram conforme os objetivos a serem alcançados, as condições e conjunturas locais e nacionais.

Considerando que o encaminhamento dos coordenadores do Projeto Managé orientou-se pela noção de sustentabilidade, será explicitada a concepção que orientou os profissionais sob o ponto de vista da prática objetivada. A explicação visa tornar possível o entendimento das intenções dos agentes na construção do processo. Faz-se necessário ressaltar, ainda, que não se pretende, neste texto, discutir as teorias do desenvolvimento sustentado<sup>54</sup>, mas sim, trabalhar apenas com a noção utilizada pelos profissionais em foco.

---

<sup>54</sup> Para a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável é definido como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras

Portanto, esteve em jogo na análise o estudo de um projeto de mudança que pressupôs a construção de um novo ser social, construído com base nessas idéias. O desenvolvimento sustentado fora o objetivo a ser alcançado, implicando, por suas intenções, em uma proposta de reordenação da sociedade. A concepção que orientou a prática dela decorrente foi implementada no sentido de virar crença e conseguir converter visões de mundo.

Essas práticas integravam os executores, através dos prefeitos e dos técnicos de diversas instituições, e atingiam a população, através de professores, representantes de associações políticas, de organizações não governamentais, de sindicatos, dentre outros. Elas foram assim diferenciadas e hierarquizadas, tendo em vista as formas de inserção com que os mentores do processo desejaram construir as adesões. Dadas as variadas adesões, apresentaram-se diversamente os modos de participação na construção e compreensão do processo; ou de incorporação e participação nas propostas de mudanças sociais. Portanto, também se diferenciaram as posições com que os atores socialmente se apresentaram, pressupondo diferentes expressões diante das mediações em curso (cf. NEVES, 1995).

Outrossim, essas práticas ocorriam num espaço político onde havia concorrência com outros projetos (de outras Universidades, agências de desenvolvimento, organizações não governamentais, instituições governamentais diversas) que, por sua vez, se estruturaram sob outras formas de relação.

Havia também alguns casos em que os agentes de instituições civis sentiam-se sem informações/conhecimentos necessários aos debates que quase sempre objetivavam a elaboração e a proposição de diretrizes e ações. Na maioria das vezes, esses representantes se encontraram em diferentes estágios de embasamento sobre os temas em pauta. Os professores-pesquisadores consideraram que, em municípios pequenos, esta situação se agravou pela dificuldade de acesso a informações, pelo reduzido número de profissionais com conhecimentos específicos sobre determinadas questões e pela pouca inserção política dos agentes civis e políticos.

As declarações de pouco ou nenhum conhecimento de alguns prefeitos, moradores e técnicos sobre a complexidade que envolvia as políticas existentes (em especial a política nacional para os recursos hídricos e o meio ambiente em geral, suas implicações no cotidiano

---

atenderem às suas próprias necessidades. Entretanto, o debate é amplo e polêmico, e há vasta bibliografia sobre o tema (cf. Weber e Vieira, 1997; Almeida e Navarro, 1998; Vieira, 1998; Carley, 1998; Brandenburg, 1999; CMMA,1991; dentre outros).

das pessoas e nas atividades econômicas) fez com que maior ênfase fosse dada aos cursos e reuniões para objetivar a emergência e formação de novos agentes.

Inicialmente o domínio de conhecimentos por parte dos pesquisadores e técnicos presentes provocou alguma dependência dos agentes locais em relação aos profissionais, pelo reconhecimento de que eram os portadores de saberes mais atualizados e competentes sobre a questão. Posteriormente, o processo de socialização e formação de agentes locais nestes saberes específicos criou a possibilidade de maior inserção e autonomia em espaços públicos. Isso se evidencia a partir do corpo técnico do Consórcio do Itabapoana que atua com autonomia e coordena o processo de formação do Comitê de Bacia e dos membros das associações ambientalistas e de moradores que desenvolvem atividades de mobilização e educação ambiental.

Esse modo de afiliação permitiu aos grupos envolvidos contribuir na construção da institucionalização dos espaços de participação para a gestão da Bacia do Itabapoana. Além disso, a melhor formação sobre o tema contribuiu para atuação nas instâncias colegiadas de decisão e apoio nas mobilizações necessárias.

Processo fundamental de qualquer projeto que se pretenda coletivo, a mobilização social é, em geral, relegada por estudos e pesquisas, talvez por ser considerado objeto do campo operacional ou técnico-instrumental. Entretanto, os sucessos ou os fracassos de inúmeros projetos são a ela atribuídos.

Toro & Werneck (1996) conceberam que a mobilização é um processo de convocação de vontades para uma mudança de realidade, por meio de propósitos comuns estabelecidos em consenso. Assim, é preciso gerar e manter vínculos para o desencadeamento de ações concretas de cooperação e colaboração, onde indivíduos e grupos se sintam sensibilizados e envolvidos nos problemas que querem resolver, e compartilhem a responsabilidade pela sua resolução. É o que permite identificar e planejar instrumentos e canais de comunicação, que realmente promovam relações entre os agentes e os coloquem em movimento. É importante lembrar que o verbo mobilizar significa *dar movimento a, pôr em movimento ou circulação*.

Se o *pôr em movimento* é da natureza da mobilização, as análises dos processos sociais fazem ver como são raríssimos os casos em que se fica permanentemente mobilizado, o que requer a compreensão de que os momentos de inflexão também fazem parte da natureza da mobilização. Há, então, a opção por um trabalho de conquista e construção de adesões. Para

isso, vários meios são utilizados no intuito de sensibilizar e envolver indivíduos, agentes e grupos em determinados processos sociais.

Bourdieu afirma que:

“os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (...) e a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos” (BOURDIEU, 1989, p.165).

Na região das bacias Vilaine e Loire, na França, o Comitê de Bacia utiliza-se de consulta pública por meio de internet, de cartas-formulários entregues nas residências e audiências públicas. É importante observar que os dois primeiros requerem que os habitantes saibam ler e escrever e tenham acesso a meios digitais de comunicação.

Por sua vez, na região do Itabapoana o meio presencial é o mais utilizado. Visitas e reuniões são os mais correntes tendo em vista que ainda há um grande número de analfabetos nos municípios, a despeito de programas de alfabetização em curso.

Dessa forma, a realização das pesquisas para elaboração do diagnóstico da bacia foi visto como um período importante de mobilização, devido ao contato direto com moradores.

Posteriormente, buscou-se a sensibilização dos diversos segmentos da sociedade, obtendo-se a adesão da população e setores do governo, através de visitas, reuniões, cursos, seminários e eventos diversos, voltados para troca de informações, discussão dos resultados das pesquisas e aprofundamento no debate sobre gestão de recursos hídricos. As ações que correspondiam a esses momentos também foram vistas como um movimento de modificação da imagem desvalorizada que os habitantes construíram sobre si mesmos e sobre o espaço onde vivem. Tudo isso porque distantes dos investimentos econômicos, sociais e culturais que alterassem a situação existente.

A análise da operacionalização desta proposta demonstrou que há um investimento permanente para manter as relações estabelecidas e conquistar outras novas. Por ser um trabalho previsto para médio e longo prazos, ele perpassou várias gestões dos executivos, legislativos, diretores de instituições civis como ONG's, associações em geral, sindicatos, cooperativas, o que requeria um sempre renovado processo de reinserção de agentes.

Algumas formas de comunicação também foram utilizadas. Entre eles estão os “Seminários de Integração”, que se tornaram espaços públicos de discussão da produção

técnico-científica, de tomadas de posições e da realização de contratos, destacando-se, entre eles, a *Carta do Itabapoana*. Associados às reuniões, cursos, peças de teatro, *spots* de rádio, material educativo impresso, utilização de *outdoors* na entrada dos municípios e ao *Jornal do Managé* – que se tornou o veículo de maior capilaridade, estes instrumentos foram utilizados para tornar reconhecido o Programa, divulgar princípios e promover a adesão de agentes locais.

#### 4.4 Os Resultados das concertações.

Os agentes envolvidos nos processos de concertação, por meio das redes formadas, conseguiram articular um conjunto de agentes institucionais com modos diferenciados de participação, conforme detalhado no quadro a seguir:

**Quadro 4**– A agenda pública das Instituições na Região do Itabapoana

Instituição	Períodos de atuação	Modos de Participação		
		Implantação do Programa	Ações na região	Fomento de Programas
Universidade Federal Fluminense	1995 – 2008	x	x	x
Universidade Federal do Espírito Santo	1996 - 1997	x		
Universidade Federal de Viçosa	1996 - 1997	x		
Ministério do Meio Ambiente	1997	x	x	x
Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana	1997 - 2008	x	x	
Governo do Estado do Rio de Janeiro	1997; 1999 – 2000; 2003; 2007-2008	x	x	
Governo do Estado de Minas Gerais	1997; 2003		x	
Governo do Estado do Espírito Santo	1997; 1999 – 2000; 2003; 2006-2008	x	x	
Ministério da Agricultura e Abastecimento / PNUD	1999	x	x	
Grupo Rede	1999		x	
Ministério do Trabalho – Secretaria de Estado de Trabalho do Rio de Janeiro – RJ	1999 – 2000	x	x	
Ministério da Integração Nacional	1999 – 2008	x	x	x
Ministério do Trabalho – Secretaria de Estado de Trabalho do Espírito Santo – Recursos FAT	2000	x	x	
Companhia de Saneamento do Espírito Santo	2001	x		
SEBRAE	2001 – 2004	x	x	
Ministério do Desenvolvimento Social	2003 – 2005	x	x	x
Banco do Brasil	2004 – 2005	x	x	x

Fonte: GIMENES (2005); dados da UFF/Projeto Managé (2006) e Consórcio do Itabapoana (2008).

Foi possível verificar que se tratou de instituições das três escalas governamentais, organismos científicos, bancos estatais e organismos técnicos, que tiveram atuações diferenciadas. Algumas concentraram sua ação no período inicial, seja com recursos técnicos ou financeiros, outras implementaram diretamente os seus programas na região, o que pode ser observado no quadro abaixo.

**Quadro 5 – Modos de Participação das Instituições na Região do Itabapoana**

<b>Instituição</b>	<b>Modos de Participação</b>
Universidade Federal Fluminense	Concepção, coordenação e articulação. Pesquisas e diagnóstico
Universidade Federal do Espírito Santo	Pesquisas e diagnóstico
Universidade Federal de Viçosa	Pesquisas e diagnóstico
Universidade Canadense	Intercâmbio entre pesquisadores e discussão metodológica.
Ministério do Meio Ambiente	Financiamento do diagnóstico
Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana	Instância do sistema gestor, cooperação entre entes federados municipais.
Governos do Espírito Santo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro.	Apoio ao Programa através de técnicos e infra-estrutura. Participação no Fórum de Desenvolvimento.
Ministério da Agricultura e Abastecimento / PNUD	Inventário econômico-ambiental da região.
Grupo Rede	Estudo de Impacto Ambiental no Rio Itabapoana.
Ministério do Trabalho – Secretaria de Estado de Trabalho dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro	Treinamento e capacitação para as atividades produtivas.
Ministério da Integração Nacional	Adoção da região como uma mesoregião diferenciada e inserção do Plano Plurianual para ações de desenvolvimento regional. Apoio direto ao Projeto Managé para implantação de três conselhos e do Fórum Mesoregional. Investimentos em cadeias produtivas através do Consórcio e Governos estaduais.
Companhia de Saneamento do Espírito Santo	Apoio Financeiro ao Consórcio do Itabapoana.
SEBRAE	Apoio ao Programa de Desenvolvimento para a instalação de 15 conselhos. Ações de intervenção em cadeias produtivas, promoção da cultura e treinamento.
Ministério do Desenvolvimento Social	Instalação do Consórcio de Segurança Alimentar na região do Itabapoana.
Banco do Brasil	Implantação do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil.

Fonte: GIMENES (2005); dados da UFF/Projeto Managé (2006) e Consórcio do Itabapoana (2008).

Por sua vez, a análise da incorporação de instituições civis contribui para a compreensão de que a sua participação, grosso modo, se deu a partir de apresentação de reivindicações, de exercício político da representação delegada e de presença na elaboração de projetos, conforme quadro seguinte.

**Quadro 6:** Participação dos agentes nos espaços sociopolíticos na região do Itabapoana – inclusões e exclusões

AGENTES SÓCIO-POLÍTICOS (cronologia da ação)	ESPAÇOS	PROJETOS / REIVINDICAÇÕES	FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	CONFLITO	CONCERTAÇÕES (a partir do conflito)
MEMBROS DE SINDICATOS DE AGRICULTORES (1998 - em diante)	Seminários de Integração	Diversificação agrícola (fruticultura e piscicultura);	Representação nos espaços sóciopolíticos;	Objeto: Barragem construída no Canal do Sereno;	Definição de projetos prioritários, a partir de demandas dos agentes concernentes, para resolução em escala municipal ou regional. Construção de acordos de projeto coletivo em torno dos temas: saneamento ambiental; diversificação de atividades produtivas no meio rural. Fortalecimento da rede de agentes para influenciar na formação do Comitê de Bacia a ser aprovado pela ANA e CNRH.
	CMDS				
	Fórum da Bacia	Limpeza de canais; Irrigação;	Articulação com agentes políticos nas diferentes escalas governamentais;	Grupo de pescadores, colônia de pescadores, técnico do ATES / CEDRO.	
	Comissão pro- Comitê	Revitalização do rio Itabapoana	Presença em audiências pública.	Denunciado: Fazendeiros (pecuaristas)	
MEMBROS DE COLÔNIAS E COOPERATIVAS DE PESCADORES (1996, 1997 e 2000)	CMDS: Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana	Abastecimento de água para uso doméstico. Pontos de comercialização do pescado. Retirada / impedimento de construção de barragens de riachos, canais e rios. Revitalização de rios e lagoas.	Encaminhamento de denúncias contra barramentos de cursos d'água.  Colônia e Cooperativa de cidades do litoral possuem assentos nos conselhos municipais.	Locais das denúncias:  Colônia de Pescadores, IBAMA, SERLA, Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Encontros com SERLA, INCRA, CEDRO, Colônia de Pescadores para resolução do conflito. Resultado: nenhum acordo foi firmado entre as partes, a não ser realização estudos pelo SERLA.

Fonte: Recorte do quadro original, elaborado pela autora, que se encontra no Anexo 19.

Ao compreender a distinção entre a forma de participação dos agentes institucionais, dos agentes sociais, é possível afirmar que esses grupos conseguiram consolidar a sua presença nos conselhos, fóruns, consórcios, comitês e associações regionais, garantindo não só uma atuação política como também a inserção dos seus interesses na agenda pública. Todavia, em seu caráter contraditório, também é revelado que alguns grupos, mesmo sendo evidenciados nas situações de conflito, não são incorporados ao espaço de gestão de escala regional, como é o caso dos pescadores de rio que será analisado no capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO 5**

### **OS GRUPOS SOCIAIS NÃO INCORPORADOS AOS ESPAÇOS SOCIOPOLÍTICOS**

A *démarche* desenvolvida nessa tese exprime como na organização institucional, estando nele incluída a criação de quadros para construir um problema e formar profissionais - mediadores, notadamente - parte de questões que desconsideram, muitas vezes, os problemas enfrentados pela população.

A despeito da ênfase na participação social como princípio valorativo das políticas públicas brasileiras, após 1988, a forma como algumas instituições têm se organizado não permite tomar em consideração os problemas de determinados grupos. Esse limite é levado às últimas conseqüências, havendo casos em que a atuação dos agentes institucionais nem mesmo tentam incorporá-los.

A exigência de que a solução dos problemas que enfrentam só pode se dar por meio de uma participação formalizada, que exige a construção coletiva da categoria profissional, pressupõe um quadro social que muitas vezes é inexistente. A representação política das categorias em processo de profissionalização se fundamenta em relações de camaradagem e personalizadas, tornando-se cada vez mais remotas as perspectivas institucionais. Desse modo, os pescadores não falam da instituição e poucos se importam com uma identificação precisa; aqueles que o fazem ressaltam pessoas que, ultrapassando as regras institucionais, lidam com eles por relações personalizadas.

Partindo do pressuposto de que a efetivação de espaços sociopolíticos, mesmo em escala local, possui limites quanto à incorporação de interesses de grupos sociais não formalizados. As especificidades das questões reconhecidas pelos pescadores e as dificuldades de o quadro institucional proposto e analisado compreender meandros das relações personalizadas foram aspectos observados.

#### **5.1 Modos de definição e reconhecimento de problemas entre os pescadores**

Deslizando em seus botes a remo ou a motor pelos meandros do rio, não tocados pelas máquinas das obras que retificaram alguns dos seus trechos na década de 1960, os pescadores

do Itabapoana são os responsáveis por um tipo de movimento cujas manifestações para tornar visíveis as suas dificuldades se apresentam sem muita expressividade. É possível que o movimento sinuoso dos seus barcos, por esses meandros, tenha lhes proporcionado um tipo de saber que foi transposto para as relações que estabelecem com outros indivíduos e grupos.

O espaço de explicitação e discussão dos problemas que enfrentam tem como pano de fundo o rio ou as lagoas (as poucas que ainda restam): sentados no *quintal* das casas dos líderes das pescarias, os grupos expõem as vivências cotidianas e tomam decisões que lhe são importantes. Em seus temas estão incluídos os sucessos e as dificuldades com a pescaria, problemas de saúde, de profissionalização, de crédito, de fiscalizações, de período de interdição de pesca e das condições de desenvolvimento dessa atividade em condições adversas.

Esses pescadores *artesanais* experimentam mudanças na condição de vida de suas famílias. Aqueles situados no médio Itabapoana denunciam que a pesca tem sido prejudicada pela contaminação do rio por resíduos lançados por empreendimentos públicos e privados, e pela própria população, que nele descarta o lixo doméstico, o que é ilustrado pelo diálogo a seguir, em momento de entrevista:

**M:** “O que via mais era lixo, né. Mais do que hoje. Ainda tem muito, mas em vista do que era, de primeiro, tem muito menos. Às vezes estava lá olhando, eu mais meu filho (...), agente olhava assim e lá na boca do rio, que o rio pára ali, naquela roda grande, tinha aquela estrela, assim de saco plástico [gestos de muita quantidade]. Isso tem uns dez anos mais ou menos. Tinha muito mais lixo do que hoje. Hoje em dia, depois que veio esse negócio de reciclagem, tem muita gente que já pega o lixo reciclado e coloca na sacola, coloca na lixeira, pra poder ninguém mais fuçar o lixo. Aí, se alguém quiser, já chega pega a sacolinha e sai. Essa reciclagem ajudou muito esse rio. Ainda tem muita gente que é sem educação, falo mesmo porque é verdade. Aqui nesse canto mesmo, tem um garotinho, de uns 10 anos. Eu estava ali armando rede e veio ele mais a mãe. Aí a mulher tampou uma sacola de lixo lá dentro do rio. Aí o garotinho falou: - Mas você não sabe que é falta de educação jogar lixo dentro do rio? Pra você ver, o garotinho brigou com a mãe dele!

**E:** Mas na rádio sempre fala que não pode.

**M:** Porque hoje em dia... Aliás, o que precisa mais hoje em dia é conscientizar e educar os adultos, porque as crianças são educadas”. **(Pescadores, entrevista concedida em março de 2006, na residência do casal).**

Estar todos os dias no rio faz com que os pescadores acumulem informações sobre os mais variados problemas, que antes de serem considerados *problemas ambientais*, se constituem problemas para a pesca. É possível afirmar que a atividade da pesca realizada com

esse olhar de captura dos problemas, que são ao mesmo tempo ambientais e sociais, transforma os barcos e os quintais das casas em verdadeiros observatórios populares das mudanças nos ecossistemas. Destaca-se a singularidade de cada ponto de vista no acordo em relação ao reconhecimento do problema da poluição e alterações de outra natureza, como por exemplo, do modo de uso do solo urbano e sua interferência na dinâmica do rio.

Esse rio mudou muita coisa, muito aterro na beira do rio, porque aí pra baixo, lugar que tinha muita ilha, perto do jamelão e tudo aí, vou te explicar: lugar que tem uma pedra, às vezes vinha um bambu, esbarrava naquela pedra, aí vem uma terrinha e vai juntando e vai, vai, vai, quando pensar que não, está formando uma ilha, nasce uma árvore e uma coisa qualquer. De primeiro acontecia isso, esse rio modificava todo ano. Mas depois, com muitos aterros na cidade, igual ali na frente, ali que era vácuo, foi tudo aterro. E tão aterrando aqui, aterrando para um lado e aterrando para o outro. E o que acontece? O rio foi enlarguando. Porque o aterro foi imprensando ele dentro do canal. Quando vem a enchente, a correnteza ficou maior. Inclusive ali na frente, você vê ali, ali onde eu pescava, aquilo era tudo ilha. Hoje em dia só resta uma, que você só vê as pedras, mas por causa de que? Porque foram aterrando.

Ali em baixo, lugar que era estreito, depois dessa chuva que passou agora, eu olhei lá e fiquei até admirado de ver. No lugar da curva, a chuva veio e abriu aquilo lá. Mas foram os próprios homens mesmo que fizeram a natureza revoltar desse jeito. **(Pescador, entrevista concedida a autora em setembro de 2006).**

O aterro das margens do rio, apresentado como mais um dos problemas que vivenciam, denuncia a falta de regras para ordenamento do uso do solo urbano. As conseqüências são por eles claramente percebidas quando identificam o aumento da velocidade das águas em período de enchentes, que afetam sobremaneira as suas vidas.

Problemas que associam a água ao uso do solo também são enfrentados por pescadores do meio rural, vindo a se constituir em embriões de conflitos sociais:

Eu gosto muito de pescar, mesmo com alguns problemas de saúde. Eu nasci fui criado aqui mesmo. Agora estou sofrendo prá pescar por causa da boca que o fazendeiro fechou. Essa época a gente ganha mais com o bagre porque é o que pode pegar na época do defeso. **(Pescador, 52 anos, entrevista concedida a autora, em 2008).**

A *boca*, a que o pescador se refere, trata-se da entrada do Canal Todos os Santos, executado pelo DNOS na década de 1970, ligando um antigo meandro do Rio Itabapoana ao centro da Lagoa Feia, com duplo caráter: drenar as várzeas e servir de afluente artificial do Rio Itabapoana (Soffiati, 2004), conforme indicado na figura:

**Figura 12:** Imagem da localização da *Boca do Sereno* no Rio Itabapoana.



Fonte: Disponível em: <<http://earth.google.com.br/>>. Acesso em: junho/2009, com localização a partir de informações de pescadores e visita da autora ao local (2008).

O mesmo pescador, assim, detalha a construção e localização da entrada de água bloqueada:

Depois que fechou, o negócio ficou sem graça. Com essa boca fechada. Piorou tudo. *Construíram* a boca quase em frente ao Deserto. Sabe Imbitiba, onde tem a Fazenda Serena? É nesta fazenda. *Fazenda Serena começa no morro, ela é essa boca*. Então, aquilo ali acabou. Eu pesco camarão também. Este ano, menino, o camarão foi deserto. **(Pescador, entrevista realizada em sua residência, em março de 2008).**

Outro pescador em seu depoimento revela os meandros da construção do problema:

Essa barreira está dando um problema. Essa barreira está um problema. Essa barreira, desde que eu me entendo como gente e pescando, existia essa vala. Essa vala era conhecida como Vala do Sereno. É conhecida como Vala do Sereno até hoje. No mais o nome dela está ali, oh. Pergunta aí, você vai pra onde? Vou pra Vala do Sereno. E essa Vala há uns 5 anos atrás eles vêm tentando tampar essa boca. Os fazendeiros. Vários, vários fazendeiros. Inclusive a propriedade é de um primo meu. Só que ele não se mete nisso, ele não dá máquina, não dá um

camarada, não dá nada e ele também não libera. Não acha ruim também de mandar abrir também não. O caminho está francamente, pode abrir, se os pescadores quiserem abrir, pode abrir. Não tem problema, só que os outros não deixam. Eles vêm tapando, a natureza vem relevando. Fez uma tapa, vem a enchente. O cabeça de tapar essa vala é C.M. Esse é o cabeça que catou o dinheiro com os outros fazendeiros todinhos, pra botar 360 caminhões de pedra e barro. E foi dado pela prefeitura daqui. E Sr. R., do Meio Ambiente estava lá na hora que estava tapando e não exigiu, não fez nada para parar de tapar. Ele estava lá, ele sabia que ia dar essa mortidão de peixe. Esse R., de São Francisco de Itabapona, estava lá na hora e viu tapando. Só que agora a enchente não alcançou. Se você for comigo lá na terça-feira que vem, se Deus quiser, vou te amostrar. Por cima da barreira tinha um poço, por cima um pouquinho. Esse poço, era poço de beber água, que o fazendeiro fez. Não atingiu nada da vala, por água bater na barreira e não poder romper, pulou o poço. Em pular o rio muito cheio, deu aquela força d'água e bicho de força é a água, ela leva. Começou cavacar, não deixa de ter algum curioso de algum pescador também de ir lá e dar uma ajudazinha com o remo. Né, porque foi um absurdo. Porque abriu lá eu vou te amostrar a caverna que abriu, mas aí foi tirando terra, foi tirando terra e foi aterrando esse canal aqui, que vem por aqui. Porque se desse pra eu ir por aqui, eu ia, a minha intenção era levar a senhora por aqui, pra ir vendo os absurdos que têm nesse canal. Até cerca de choque tem nele, atravessado, ali memo, já ia matando um menino! Eu ia amostrando pra vocês verem, o absurdo que tem aqui. Mas, o bote, devido a pedra e a areia vindo lá em cima, o bote não anda mais. Vai ficar uns dois quilômetros para andar de pé. Na beira do rio, andando na beira do rio. Mas, não tem problema não, porque eu vou pelo canal mostrando as barreiras. E se quiserem rodar por aqui de carro, de novo, eu vou lá mostra de novo. Uns 5 ou 6 quilômetros. Areia, clarinha que você vem brincando. Mas chega aqui está morto. Troço de doido, aí sim, a minha vontade que tinha que vocês fossem por aqui, para vocês irem vendo, porque gente, a gente que tá vendo não acredita não. Não acredita. Eles agora, os pescadores, eles botavam pedra, o povo ia lá tirava. Eles agora deram em botar com reta [máquina retro-escavadeira], que nada tira, nada tira. E vocês vêm a fundura, do jeito que o remo não toma pé, por cima uma altura danada e por baixo a água lá embaixo. Só vem matando pra cá, vem não? Só vem matando.

Sobre o estado das águas, o pescador relata:

Eh, leva uma máquina pra vocês tirarem retrato, lá como é que é. E vocês vão ver lá a caverna que a água fez, só que o rio baixou, aquele barranco deu uma podridão na água em contato com essa água boa, o peixe poluiu. Em secar prensou o barranco. O que fez com a água de cá? Virou um café forte. Eu vim embora porque eu não agüentei o podridão tão forte. Falei, assim: - Oh, gente vamos embora porque a gente vai adoecer e depois não tem jeito. Não, nós não agüentamos o podridão tão feio que estava. Mexia na água, você não dava para respirar, aquele vutum [mau cheiro] entrava pra cabeça da gente. Falei assim: - Oh gente vamos embora, que a gente vai passar mal aqui. Não tem jeito, vamos embora. Aí nós fomos embora. Quando nós voltamos a peixada que nós vimos lá estava tudo morta, tudo podre, mas coalhada, coalho, coalho, uma urubuzada que tudo quanto era lado que você olhava lá pro pasto, tinha urubu. É, não é fácil não, não é fácil não. E não ter com quem você reclamar. É difícil isso. **(Pescador, entrevista realizada em sua residência em março de 2008).**

O depoimento do pescador revela a sua percepção de como o problema da mortandade de peixes e da conseqüente poluição das águas foi se constituindo. Mesmo que possam existir

outras variáveis que possam ter provocado tal fenômeno, não houve a realização de estudos para esclarecê-lo.

Dessa maneira, se a percepção do problema se dá em escala local, o mesmo não ocorre com a solução de tais problemas. O titular do órgão municipal mais próximo, a quem poderiam recorrer – a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, segundo o depoimento foi um agente que contribuiu com o grupo de proprietários rurais para a construção da barragem. Isto demonstra como as soluções não são institucionais, mas dependem de alianças pessoais, de sensibilidades singulares e nem sempre contínuas.

As soluções também podem ser buscadas como contraposição de forças e modos de desonra que as alianças podem facilitar. Mesmo tendo identificado o titular da Secretaria do Meio Ambiente como aliado do grupo a que se contrapunham, ele era visto como o único a ter a solução para o problema, o que fez os pescadores a buscarem outros aliados, a seu ver com maior peso político junto ao titular da mencionada Secretaria.

Fazer o quê? Nós viemos embora. Nós lutamos, certo? Nós colocamos ali perto do rio, isso deve está com uns 4 meses, né? Aqui tem um rapaz que ele é grande na prefeitura do Espírito Santo de Kennedy, se aproximou, ajudou demais. Ele ajudou demais. Ele não é nada. Ele se aproximou em ajudar a gente. Ele veio com carro, nós fomos pra São Francisco, pra Gargaú, pra Campos. Era ligar, o rapaz estava aí. Sem interesse nenhum, porque nem daqui ele não é. Porque podia dizer que era política, né? Mas nem daqui ele é, é de lá. A família dele é pescador desse canal, o pai dele, todo mundo é daqui de Barra de Itabapoana. Então, ele fez tudo pra nos ajudar. Mais é aquela lei, que no Brasil é quem mais dinheiro tem, o pobre sempre pra pisar. Com ele, nós fomos direto a seu R., do Meio Ambiente. É porque o meio ambiente, ele está nessa parte, né? Precisava ver a reação do seu R. Tudo que ele pediu nós fizemos. Até liminar do juiz nós ganhamos duas vezes. No juiz, tudo, tudo. Nós pedimos, um rapaz que está candidato a vereador pra dar uma mão a nós, ele disse: - O que vocês precisarem, só não com política. Eu vou precisar de um carro, não me meto com política. - Está bom, fomos, quando chegamos lá, Seu R. com nosso pedido, porque precisava da assinatura do seu R. como representante aqui do nosso lugar, quer dizer, meio ambiente. Levei uma papelada todinha, direitinho pra ele assinar. Ele disse: eu não posso assinar isso aí não. - Por que seu R? Porque eu não sei se o prefeito vai dar o maquinário pra ir lá abrir? O rapaz disse: - Seu R, se é pelo maquinário, meu pai tem uma reta, eu tenho meu vizinho que tem uma reta, eu vou lá agora apanhar as duas retas. Um rapaz de São Francisco mesmo. Eles vão lavar duas retas que eu vou dar, não preciso de óleo, não preciso de nada. Eu só quero que os pescadores vejam abrir e o Sr., como representante, vá também. Ele disse: - Eu não posso ir pra lá sem segurança. Aí o rapaz disse: - Seu R. é por causa da segurança. Eu vou ligar agora pro Exército, eu tenho um tio que é capitão do exército, vou pedi um caminhão com vinte homens dentro de duas horas esse caminhão está aqui e vai dar segurança ao senhor. Aí ele disse: - É, mas você pra fazer isso, você tinha que pré-datar comigo, um dia pra fazer isso. Aí ele disse: - Seu R., o senhor comeu bola gorda, o senhor tá sendo é safado. Seja um homem direito, porque o senhor não está ligando pro filho da pobreza que está lá. Até logo sim. Sabe o que que eu vou fazer agora, seu R.? O senhor se encravou, porque agora eu vou é pro jornal,

vou levar eles lá no jornal. Amanhã o senhor vai ver o nome do senhor no jornal. Ele disse: - Você não tem esse direito de fazer isso. - Não tenho, por que não? Vou sim. Esse foi outro rapaz, filho de M. É cabeçudo também, não é purinho, não. Falou, porque falou garantido. E fomos. Quando nós chegamos no jornal, o seu R. ligou pra voltar lá pra fazer um acordo. Nós dissemos: - Não, não tem mais acordo não, agora vai é pro jornal mesmo, vai falar o que vocês sentem. Entramos e rasgamos tudo que tinha que falar, não prejudicamos ninguém, entendeu? Falamos as nossas necessidades. Deixamos tudo lá para o jornal em São Francisco.

Relatando também a questão da poluição da água, ele esclarece:

Nós temos um problema aqui de poluição dessa água. Nós temos diversas coisas aqui da poluição da água, a miséria veio toda pro nosso lugar, depois da poluição. Isso aqui era uma maravilha. Veio de uns 4 anos pra cá, depois que a barreira foi feita. Depois da barreira, porque antes não tinha isso aqui. Isso aqui era uma água cristalina. Aqui tinha dia, aqui, que ficava carro de lá até ali, oh. De tanta gente tomando banho aí. Hoje você não vê uma pessoa. Saiu tudo. O nosso lugarzinho estava sendo um ponto turístico. Hoje você não vê isso mais, só poluição. Gente que vinha de São Paulo, gente que vinha do Rio, vinha gastar seu dinheiro aqui. Aqui tinha um peixe pra comer, tinha o rio pra tomar um banho, né? Acabou isso tudo, não tem mais. E nos prejudicou de toda maneira, de toda maneira nós estamos prejudicados. O jornal publicou, publicou. Se a senhora quiser ver, pode procurar na sede do jornal. É só dizer o jornal que teve daquela entrevista que teve do canal Itabapoana, a barreira. Deve está com uns três meses, não tem isso não. Ah, uns três meses. Não sei o nome do jornal, eu me esqueci. Só tem um jornal lá. Quem vai pra Campos, saiu daqui vai pra Campos, eu acho que é a primeira rua à esquerda. Entra assim, está escrito na porta. E pode botar meu nome, pode dizer quem teve lá que foi eu. Eu não faço nada escondido. Depois nós fizemos aqui uma reunião pra nós rebentarmos na marra. Jamais ficamos sabendo que existiam 5 homens de mão armada em cima do dique. Mas eu sou aquela pessoa que eu só acredito se eu ver, se eu não ver! E eu fui verificar. Fui sozinho e, como de fato, estavam os cinco homens lá. E eu parei e conversei. O que eles me disseram, eu não vou contar porque vai nos prejudicar. **(Pescador, 62 anos, entrevista realizada em sua residência em março de 2008).**

Contrastando atributos de definição das condições de realização da pesca, os entrevistados delineiam os problemas inerentes à atividade, todavia, diferenciados conforme forças sociais em presença, capazes de cada vez mais subordinarem as formas de apropriação do meio natural a interesses específicos. Tais apropriações, ao atingirem as condições de reprodução da natureza e da bacia hidrográfica do Itabapoana, também alcançam as formas de produção e reprodução do pescador. Sob esse aspecto, o trecho de entrevista a seguir transcrito, é singular.

Comecei a pescar foi aqui, foi nesse canal. A pescaria era muito diferente. Era diferente, primeiro, na época, pouco pescador, muito peixe. Tinha uns 15 a 20 pescadores. Era assim, pouco pescador e muito peixe. E muito barato. Tinha o mesmo peixe de hoje, era todo peixe, traíra, acará, morobá. Só não existia esse bagre. Esse bagre não existia aqui não. Esse bagre é

aí de 5 anos, 6 anos prá cá. Ele apareceu aí, ninguém conhecia ele. Nem sei como apareceu. Isso já vem, ah, as outras entrevistas que a gente tem dado para outros técnicos, eles dizem que esse peixe foi grande criador que tinha, que trouxe de fora e fez o criadouro. Devido a ter chovido, grandes enchentes que arrebentaram as barreiras, jogaram no canal do Itabapoana. No começo ninguém comprava, ninguém comprava esse peixe, porque ninguém conhecia, o bagre africano. Como depois, os próprios frigoríficos, começaram a inventar as coisas, e inventaram o filé, o filé teve saída, muita saída. E o povo também, foi aprendendo como comer ele, como fazer pra ele ficar gostoso e ele foi tendo saída, muito baratinho, mais era muito. Nós começamos a vender aí a 20 centavos. No início vendia pro frigorífico. O frigorífico transportava pro Ceasa de São Paulo, Ceasa do Rio, Ceasa da Bahia, vendia ele. Mas parece que os mesmos frigoríficos viram como ele estava sendo comercializado lá, chegou aqui, fizeram também, que é o filé. E agora, o próprio filé, nós mesmos comemos. Aí aprendemos como fazer ele. Entendeu? E ele é delicioso, ele é muito gostoso. O filé não tem espinho. Em posta não fica gostoso, não fica gostoso. A gente agora faz ele de uma porção de jeito, né? É a gente aprendeu como trabalhar com ele. Pra isso, você pra comprar de nós aqui é 1 real, mas na entrega ali, agora se você quiser comprar, são 5 reais. O filé é uma procuração danada e todo mundo quer, mas chegou aqui através dos frigoríficos. Mas hoje a inteligência é muito grande. Se você vê eu criando galinha, ganhando dinheiro, e você é meu comprador. No tempo que você compra o meu, você cria também. Então foi onde teve uns curiosos que estavam pesquisando já e viram a saída. Aí cada um fez seu frigoríficinho direitinho, bonitinho, com bancada, limpinho, arrumou aí as mulheres daqui mesmo e deu serviço a elas. Então também faz o seu filé. E vende pra todo lado, vende pra todo lado, os próprios frigoríficos compram também. Já compra o filé, porque pra nós que somos pescador, somos daqui, nós não chegamos agora, já melhorou pra nós também! Antes a gente só vendia no frigorífico de Barra de Itabapoana. Era muita, muita dificuldade, né? A gente levava, às vezes não tinha carro, nós éramos obrigados a arrumar o carro, pagar o carro pra ir lá levar. Ele tinha consciência que a gente já estava cansado, às vezes, na boca da noite, já chegava estourado, com fome, agarupar em cima de uma moto pra ir lá pesar esse barco? Nós chegávamos aqui era 11 horas da noite, pra tomar banho, jantar, pra ir deitar, pra no outro dia acordar três e meia, quatro horas de novo. Estourava todo mundo. Estourava todo mundo e ia assim. Na roça é assim. Mas nessa época tinha muito peixe. Nós tínhamos traíra, muita traíra, muito acará. A tilápia era um peixe pouco, porque a acará mesmo, a legítima, acabou, bem dizer. Essa tilápia apareceu também de criador, porque ela é peixe de cativeiro. Ela não é peixe memo de criar assim largado não. Nós tínhamos robalo, piabanha, curumatã, sairú, piaba, morobá, todo peixe nós tínhamos aqui. Todos eles vendiam muito. Tem o peixe reis. Tinha traíra, acará, piabanha, sairú, morobá, curumatã. Tilápia e bagre africano é de fora. Piabanha, piaba, cascudo. Cascudo é caro, ele é comprado a preço de robalo. Eu vendia ele também. Tem camarão, lagosta.

Sobre a atividade da pesca atualmente, ele explica:

Hoje, a maioria é o bagre, muito difícil a traíra. Mas difícil é a traíra; acará preto é difícil. Acará legítima, não existe mais. Morobá não existe mais. Quando tinha por volta de 6, 7 anos de idade, botava a rede assim, não tinha onde botar a mão de tanto morobá. Agora é difícil, você achar um. Tem outro peixe também que sumiu, a cumatã. A cumatã sumiu, aqui tinha de um tanto que ninguém podia botar uma rede, por causa da cumatã, porque não tinha venda pra ela, porque ela era muito miudinha e o bagre comia muito, né. Aí elas, oh, sambaram fora. Cumatã também é um peixe que gosta muito da água viva e a nossa água está morta. É a cumatã e a piabanha também, só gosta da água viva. Robalo. Robalo gosta de água viva. E a

nossa água está morta, por causa da barreira que foi feita. **(Luiz Carlos de Souza Rodrigues, 61 anos, pescador, residente na Lagoa Feia, Fazenda Tipity, município de São Francisco de Itabapoana, entrevista realizada em sua residência).**

As intervenções promovidas nas décadas de 1960 e 1970 incluíram cortes entre meandros para facilitar o deslocamento das águas no rio Itabapoana. Para conter o transbordamento e o alagamento das áreas drenadas tais cortes foram protegidos lateralmente por diques. Nessas áreas foram plantadas pastagens, cercas divisórias de domínios, currais, canais e comportas para a adução de água e casas de administração (SOFFIATI, 2004). É válido ressaltar que esse panorama não sofreu muita alteração, o que pode ser evidenciado na fotografia da autora da tese, tirada por ocasião de uma incursão com os pescadores.

**Figura 13:** Pastagem *inunda* rio. Um bem coletivo?



Rio Itabapoana, março de 2008.

Mesmo que a imagem seja reveladora da forma como se deu a ocupação das áreas liberadas para a agropecuária – com a pastagem adentrando ao rio, foi possível constatar a inexistência de faixa marginal de proteção. A *cancela* (porteira de delimitação da propriedade) é via de acesso para que os donos das propriedades e seus animais tenham acesso ao rio. Em sentido contrário, as cercas extremamente próximas às margens do rio impedem o acesso de pescadores que queiram ou necessitem sair do rio.

A incorporação de margens para pasto também foi observada no entorno da Lagoa Feia. Dessa forma, o atendimento da pecuária coloca os pescadores em condições de instabilidade para o trabalho e para a remuneração. Explicando essas mudanças, relata um pescador:

Agora, tinha dia que dava, ontem eu tirei a rede. Ontem peguei três peixinhos, queria o peixe pra talhar, lá. Antes de ontem, ainda peguei foi três quilos. Para a vizinha daqui de cima, que queria um peixe pra levar para o Arraial. Peguei três quilos e ela levou. Agora, ontem já não peguei, os meninos botaram o gado no lugar, ali, onde estava a rede, agora está tudo em casa largado. Quando a água baixa um pouquinho, o pessoa logo bota o gado. Agora o gado toma conta de tudo aí. Agora o pescador perde o direito. Todos os fazendeiros daí botam o gado para pastar por aqui. Aí não é uma fazenda só, se for contar tem mais de cem. Tem vizinho também, pequeno criador que bota ali. Mas aqui mais são os fazendeiros fortes. Até tem fazenda ali. Ali é fazenda de um deles. Está vendo esta aqui? Daqui, verdinha debaixo desta árvore aqui? Foi o cara daquele barracão, vai lá perto daquela matinha, daqui sobe, vai lá, beirando o morro e vai embora daqui. Tudo dele. Terra para caramba aí. Na época da cheia, eles botam o gado para o alto, mas na seca, trazem tudo para cá. Ai o pescador não tem condição de pescar, nem adianta insistir. **(Pescador, 52 anos, entrevista realizada às margens da Lagoa, no povoado Lagoa Feia, em março de 2008).**

Outro problema apontado pelos pescadores é da mesma natureza – construção de barragens - sendo que dessa vez para a geração de energia elétrica. A queixa é que a construção da Usina Hidrelétrica de Rosal provocou alteração na dinâmica das águas, produzindo um fenômeno até então desconhecido identificados pelos entrevistados como *maré*. Esse fenômeno surgiu a partir do controle de vazão das águas do Rio Itabapoana em períodos específicos (fim de tarde), pelo funcionamento da Usina. Ao ter menor volume de águas em sua calha principal, interfere substancialmente no ciclo de reprodução dos peixes. Este fenômeno tende a se agravar de forma considerável com a conclusão das obras das novas pequenas centrais hidrelétricas - PCHs, em construção a partir de 2007.

É importante destacar que há uma sucessão de fatores que vão se associando e contribuindo para a inviabilização da pesca no rio. Aqueles que pescavam em áreas urbanizadas agora enfrentam trechos impróprios para a pesca. São situações de imposição de dificuldades que criam condições altamente desfavoráveis para os pescadores, exigindo longas viagens; afastamento das casas e famílias; permanência no novo território de pesca seja com acampamento, ou aluguel de quartos; meios de transporte, aumentando o custo diante de investimentos que não são, a priori, assegurados, até porque as previsões diante das variações impedem a gestão de riscos e diminuição de custos. Os pescadores enfrentam outras situações adversas nesse ambiente, colocando em risco a reprodução do seu trabalho: trata-se da

imposição de interesses diversos, como o furto dos seus meios de produção (petrechos de pesca), tornando-os vulneráveis por se encontrar mais distantes da casa e da capacidade de observação contínua, pelos deslocamentos.

Sobre essas adversidades, numa entrevista, observamos o seguinte relato:

Mas ele está muito poluído. Os esgotos da cidade, a maré por causa da usina..., o peixe só diminui. A água aqui não crescia e nem diminuía. Depois da barragem, a água diminui, o rio abaixa. Aí vem o esgoto, que só aumenta; e o lixo que o pessoal joga e acaba encalhando. Os moradores também são responsáveis, porque jogam muito lixo no rio.

A maré abaixa de 70 a 80cm por vez. A loca (abrigo de peixes nas pedras ou barro às margens do rio) fica fora d'água. E quando a gente vai ver o peixe, morreu por falta de água, preso na loca seca. Como diminui o peixe aqui em baixo, a gente é obrigado a subir. Aí tem que ser de carro, carregar barco no reboque, montar acampamento. Agora a gente está pescando na represa de Rosal.

Outra coisa que mudou muito no rio: hoje o pessoal rouba barco, rede... Até acampamento eles roubam. Nós fomos acampar lá pra cima, montamos acampamento. E saímos de barco para armar as redes. Quando voltamos, tinham roubado tudo. Agora a gente conseguiu um quartinho para ficar com o dono do bar lá na roça perto da represa. **(Pescador, 30 anos, entrevista realizada na residência, setembro de 2006).**

Diante de cada problema, os pescadores e pescadoras identificam ajudas pessoais, embora essas pessoas se integrem a um quadro institucional, porém não são vistos agindo em nome da instituição, mas sim por uma sensibilidade especial com os indivíduos e os problemas que enfrentam. As condições de constituição, formação e socialização dos pescadores constroem um sistema de relações e a partir dele lidam com as imposições de enquadramento profissional.

## **5.2 Agricultores e pescadores: a especificidade dos assentados na Fazenda Tipity**

A análise das situações em que operam os pescadores da Lagoa Feia é exemplar na demonstração do uso pluriativo das atividades produtivas. Também demonstram formas de vida adaptadas às diversas circunstâncias. Tendo iniciado os itinerários produtivos como meeiros ou colonos, agricultores residentes em fazenda voltada para a produção agroindustrial da farinha de mandioca, os meeiros obrigatoriamente, em contraposição ao acesso a terra para cultivo, deviam destinar a produção à unidade de beneficiamento. Todavia, em adequação à temporalidade dos cultivos da mandioca, eles complementavam os meios de subsistência incorporando a atividade pesqueira para fins de autoconsumo. Tendo em vista a falência da

agroindústria e, em tese ou grande tendência, a transformação dos meeiros em assentados de reforma agrária, eles puderam atribuir novos sentidos à pesca, dado que passaram a se constituir como produtores autônomos.

Um dos pescadores entrevistados nasceu em Lagoa Feia. Seus pais pescavam e trabalhavam para o Barão. Moravam em terras do Barão, que depois passaram a ser terras de “direito”. Ele não alcançou essa forma de vínculo de parceria agrícola, mas seu pai, que voltou a morar em Lagoa Feia, comprou direito dos outros e lhe repassou. Há vinte e cinco anos mora no mesmo sítio com a esposa, uma filha de dezessete anos e um filho de oito anos. A propriedade tem dois hectares, utilizada para plantação de mandioca. Antes, por oito anos plantava maracujá, mas depois, por causa de doença que acometeu a plantação, encerrou esta atividade. Começou a plantação de maracujá por influência de conhecido que mora perto de Bom Lugar. Ele trouxe as mudas e depois Valter Junior comprava o maracujá. O programa de estímulo ao plantio não pertencia ao Frutificar, investimento que sempre resistiu a incorporá-lo. Adverte:

Não quero saber deles, não participava das reuniões. Se é empréstimo, estou fora. Peguei só PRONAF pra mandioca e maracujá. Já paguei tudo. Pagar é salgado. Não quero mais saber de crédito. Na primeira vez peguei, porque tem 40% de desconto. Tinha que pagar em 6 meses, não era fácil. Lavoura não está dando, agora é que a mandioca está melhor. Planto banana e jaca pra família. Minha mulher cria galinha, só para casa. Quando a lavoura está ruim, eu pesco, eu trabalho a dia... Eu me valho de todas essas coisas. A dia para fazendeiros “batendo pasto” [tirando ervas daninhas]. **(Agricultor e pescador, 42 anos, entrevista realizada em sua residência, em março de 2008).**

Ainda sobre essa experiência, ele comenta as formas de relacionamento diante de sistema de dominação verticalizado e personalizado. Nesse sentido, o entrevistado destaca a diferenciação na composição dos moradores do assentamento, os mais velhos acumulando as posições de agricultores e pescadores, e as novas gerações limitadas quanto a um e outro acesso.

O Barão [ex-proprietário da fazenda] era homem de dar pouca atenção. A não ser que tivesse um negócio pra tratar lá com ele, entrava lá dentro do escritório, aí ele sentava e conversava com você. Aí ele conversava com você, mas ele era muito enrolado, né? Mas a gente ia falava. Entendia o que ele falava. Era assim. Conversei muito com ele, mais de 50 vezes. Eh, tive muito contato. Os mais velhos aqui tudo tiveram. Sabe por que é difícil isso? Porque aqui, agora, a senhora vê que é muita gente jovem. Os velhos daqui, eu mais aquele moço ali, nós vendíamos lavoura a ele. E aqui dentro tem jovem, que ainda não fez nem lavoura, não sabe

nem o que é lavoura. Nós mais velhos aqui não, nós mais velhos trabalhamos com ele. **(Pescador, 61 anos, residente na Lagoa Feia, Fazenda Tipity, município de São Francisco de Itabapoana, entrevista realizada em sua residência).**

Entretanto, a diferenciação não se limita às condições de acesso aos meios de produção, mas também ao fato de nem todos os agricultores serem pluriativos. Alguns assumem a identidade de agricultores e estão dotados de direitos diferenciados, correspondentes aos definidos pelo programa nacional de reforma agrária. Outros, mesmo sendo agricultores, optam por essa identificação profissional pelo vínculo com a pesca e estão dotados de direitos correspondentes à legislação que define esse enquadramento institucional. As formas de crédito, de pagamento de direitos sociais, de aposentadoria estimulam a que eles optem por aquela que oferece mais alternativas de composição de direitos e rendimentos na aposentadoria.

Tem diferença, tem por causa do tipo dos empréstimos. Há empréstimo pra você pagar com dois anos, há empréstimo pra você pagar com dez anos. Isso daí é conforme aquilo que você cuida. Entendeu? Mas pescador não está filiado ao INCRA, só os que têm lote. Quem cuida da lavoura tem direito a crédito do Pronaf, pelo Incra. Por exemplo, você fazer uma lavoura de mandioca. Você vai apanhar dez mil pra fazer uma lavoura de mandioca. Se você..., faz seu plano pra lavoura de mandioca, apanha dez mil. Você tem prazo de dois anos pra pagar. E não tem desconto nenhum, nenhum. Eu já vou fazer um plano pra mim comprar..., vamos supor, vaca de leite, capineira, motor... Eu tenho dez anos, eu tenho três anos de caridade (carência). Sabe o que é caridade? Não pago juro, não pago dinheiro, não pago nada.. Depois de três anos, vamos supor, eu apanhei sete mil, pra isso, né? Venceu os três anos, aí eu começo a pagar, eu tenho sete anos pra pagar os sete mil. Se eu andar direitinho com a prestação, pagar no dia certinho ou antes, eu tenho 40% de desconto. Até pagar o dinheiro todo. Vamos supor é mil que eu tenho que pagar, né? Eu só pago 600. Ah, isso é lei e está acontecendo aí, eu memo já apanhei, estou terminando de pagar. Já vieram aqui diversas vezes pra mim apanhar mais. Eu apanhei pra motor e vaca de leite. Do INCRA com o Banco do Brasil. Mas quem vem sempre aqui é o pessoal do Incra. Agora está vindo o Bragantino. E tem um contrato, tem um pessoal contratado que fica diariamente fazendo as reuniões aqui, ali no galpão, pegando projeto. O projeto do empréstimo, levando as coisas pro Banco, esse Banco aprova, leva pro INCRA, o INCRA aprova. Entendeu? É uma coisa muito bem feita. Agora veio o projeto mulher, né? O projeto mulher é uma lei que o Lula deu, pras mulheres também terem os créditos, pra galinha, pra porco, peru, pato. É mil e quinhentos contos, pega faz ... a criação dela. É dois anos apra pagar. Dois anos para ela pagar esse mil e quinhentos contos. Quer dizer, ela memo vai apanhar os mil e quinhentos. É pouco, mas já serve pra alguma coisa, né? A gente já tem muita criação. Não é isso? Nós damos, nós comemos. É pra isso. Se aparecer frango demais, vende. Já serve também, né? Vende pra os compradores mesmo, vem gente de fora pra comprar porque os vizinhos todos têm. Vem compradores de Praça, vem de Marataizes, vem de Cachoeiro, vem de Campos. Você viu esse que chegou agora aqui? Ele falou: - Você me vende uns 5 ou 6 frangos desse? Aí fui lá vendi. Já é um dinheiro que vem de fora, né senhora? Sempre acontece isso, direto, diariamente, vendi muita coisa, tem muita gente procurando. **(Pescador, entrevista realizada em sua residência em março de 2008).**

Acrescenta o entrevistado de forma mais enfática a distinção de direitos quanto às posições assumidas pelos trabalhadores que residem na Lagoa Feia.

O pescador arruma crédito em outra instituição. Já tem um que é aprovado pelo próprio documento que nós temos. Eu acho que é pelo Banco do Brasil. Os documentos que nós temos, nós pagamos nossos impostos em dia, é a carteira do meio ambiente, a carteira da marinha, a carteira do Ibama. Elas têm uma... É um documento que nós temos. Porque se nós..., nós não vamos sair lá fora? **(Pescador, entrevista realizada em sua residência, março de 2009).**

### 5.3 A reprodução social dos pescadores.

A maior parte dos casos em que os indivíduos se apresentam como pescador ou pescadora, eles os fazem enquanto membros de uma unidade familiar, alargada por pertencimentos de parentesco e comunitário. Tudo isso demonstra que a atividade pesqueira em condições artesanais é um trabalho de pequenos grupos, comportando divisão de trabalho, quase sempre familiar, que engloba pai, mãe e filhos. Por tal razão, a apresentação dos itinerários de vida de pescadores e pescadoras toma sentido a partir de tenra idade da infância.

Pesco desde criança, nas brincadeiras. Depois, acompanhava meu pai. Aprendi mesmo com ele. Morei fora um certo tempo, na Bahia, mas acabei voltando. Aí trabalhei em confecção com minha ex-mulher, mas não deu certo. Depois fui cortar cabelo, aqui mesmo naquela salinha ali, mas depois parei. Aí voltei a pescar e não parei até hoje.

Nasci e me criei aqui. Nosso quintal emenda com o rio. Esse rio é tudo pra nós. A gente toma banho, pesca, limpa peixe. A gente senta aqui nessa mesa e conversa, toma café, almoça, o rio está ali. Aqui na beira dele é que a gente junta pra ir para a pescaria. **(Pescador, 30 anos, entrevista realizada na residência, janeiro de 2006).**

No próximo caso, a socialização do filho se fundamenta numa colaboração mais sistemática, posto que o entrevistado já define o pai por categoria de qualificação de criação mais recente, pescador profissional, isto é, aquele que toma a atividade como meio de produção das condições de subsistência e reprodução e o faz como atividade principal ou exclusiva. Valorizando essa experiência, o entrevistado destaca as condições contrapostas às atuais em que a pescaria se dava na geração do pai.

Oh, eu aprendi com o meu pai. Meu pai, ele foi pescador profissional, e como eu disse, ele pescou vários rios, esses da nossa região. Nós morávamos aqui, em Bom Jesus mesmo, está entendendo? Então ele pescou no Rio Itabapoana, ele pescou no Rio Pomba, pescou no

Muriaé. Era pescaria de coador, coador e poucas redes. Ele não era muito de rede não, era mais coador, porque, naquela época, existia muito peixe e o coador dele capturava não só o piau como ele tinha boca, pegava robalo, pegava cascudo, pegava traíra grande que malhava na boca, várias espécies de peixes. Boa, aquele coador que está ali, ele é mais moderno. Esse coador dele era de estaca, então ele só podia ser armado em lugar que fincasse as estacas, tá entendendo? Duas estacas, uma na boca e uma na traseira, na rabicha. A boca fica para baixo, porque o peixe, ele sobe, vai subindo, depois que ele entra dentro do coador, ele não sai, porque ele vai de água acima, aí vai saindo uns farelinhos, o lambari tá ciscando ali, vai descendo, o peixe, ele percebe uma isca mais de uma milha de distância, o peixe tem muito faro. Ele enxerga muito, a milhas de distância ele enxerga. E conforme você já deve ter visto na televisão, ele enxerga prá tudo quanto é lado, prá baixo, de lado, para cima, para frente, está entendendo? O peixe enxerga pra caramba. Eu não sei, eu acredito que o peixe nem dorme. Porque é o seguinte, é à noite que sempre a gente pega ele. Só se de dia também ele está andando, eu não sei, ele pode parar um pouquinho e descansar, eu não acredito que o peixe dorme, você já viu peixe dormir? Eu acho que não dorme não. Mas aí é o seguinte: nós usávamos esse coador com as estacas fincadas. Eram duas estacas, esse coador, ele tinha na frente, era meio arco, havia redonda, um arco né? E o dele era de meio arco. Nesse tecido, costurava saco de estopa, linha de estopa mesmo! Então ele tinha que pescar, armava, quando era de manhã colhia, lavava, colocava no sol para secar, porque não tinha esse material mais importante igual de hoje, né? Um náilon de seda, um náilon plástico, né, que você pode deixar dentro d'água que aquilo não apodrece. E esse apodrecia. Colhia o peixe, tirava as iscas e botava para secar. Quando era à tarde, armava de novo, né? E de madrugada, começava de novo. Aí tem a capacidade. Ele chegou a dizer para mim, não foi em todos os coadores não, mas teve um coador que ele pegou setenta e cinco piaus, com o coador dele... O coador é pouco mais do que aquilo ali, aquele ali fica mais ou menos desse tamanho, né? Ele é pouco mais que esse aqui, e o cipó mais largo, né? O corpo dele maior. Mas aquele coador que está ali, ele tem a capacidade de pegar trinta, quarenta piaus. Depende bater num lugar que tenha muito piau e a isca chamar mesmo ele entra no coador. É uma pescaria muito boa de coador, mas só serve para pescar agora, hoje em dia. Na época do meu pai pescava o ano inteiro.

- Meu pai pescava e vendia. Ele ia para rua, principalmente. Ali na praça não tem um pau-ferro ali? Ele ficava ali, quando ele estava pescando nessa região. E quando ele estava fora, ele tinha lá o lugar para poder parar e vender o peixe dele, né? Quando ele estava lá em Colatina, vendia por lá também, em algum lugar lá. Ele vendia o peixe dele, ele não congelava o peixe, conforme a gente congela, porque naquela época era muito difícil.

N: Nem tinha, nem existia quase, geladeira era até difícil para ter. Então, eu me lembro que eu era menina, vendia mais na feira, naquela feira, enfiava assim num galho, entendeu como? Já enfiava os peixes, aí vendia aquela porção, x é tanto, não tem negócio de peso não. **(Pescador, 44 anos, entrevistado em sua residência, em companhia de sua esposa, janeiro de 2006).**

Se a socialização não se dá diretamente na atividade da pescaria, ela não se apresenta distanciada do sistema de conhecimentos e vivências, porque as crianças acompanham outras famílias vizinhas e brincam no rio. A relação com o rio, portanto, é parte das condições de constituição como ser social, a ponto de, posteriormente, em não se abrindo alternativas de inserção em outra atividade produtiva, a pesca representa a retaguarda familiar e vicinal que sempre acolhe o que a ela retornam.

Desde criança que eu conheço esse rio. Eu tomava banho e brincava nele. Tudo quanto é criança que morava perto tomava banho de rio... Comecei a pescar na roça, onde eu fui criado. Na fazenda, a propriedade já era na beira rio. Ali onde é a propriedade de Maria, hoje em dia, na fazenda Retiro [do lado do Espírito Santo], ali eu fui criado. Na fazenda, fazia os serviços mas sempre pescando. Tinha meu pai adotivo, porque eu fui criado na fazenda, mas tinha minha mãe que morava em Bom Jesus. Todo dia eu via ela, chegava na casa dela. Fui morar na fazenda porque eu gostava de animal, gostava de montar cavalo. Meu pai adotivo está vivo até hoje, ele é o dono da fazenda. Quando eu fui para lá, eu era invocado a querer tirar leite e daí fui crescendo. Invocado a montar animal.

E fui embora, fui aprendendo com ele as coisas, até que vim gostar de pescaria. Depois, quando crescemos, inventamos de armar anzol, e vai uma coisa, vai outra e foi. Aí, depois de casado, eu vim pra Bom Jesus, eu já pescava porque eu já tinha aprendido. Eu pescava e pegava muito peixe, mas tinha animal também. Quando sobrava tempo, de manhã a gente ia lá pescava e saía pra vender, então era quando sobrava tempo mesmo. Mas aí depois que eu juntei com o pessoal aqui, (...), aí eu larguei os animais, fiquei só com a pesca mesmo. Então toda vida eu fui crescendo assim. Minha profissão mais era amansar animal. Sempre amansando animal, mas nunca larguei a pescaria. Passei a ter bote, fazia jiqui, aprendi a fazer, armava também. Aprendi com dois homens que já faleceram: falecido Ioti e Geraldo Tavares, dois homens que faziam balaio lá na roça... Aí fui despertando a curiosidade de mexer com bambu, aí aprendi a fazer o jiqui. Ele fazia só o balaio. Eu aprendi até mais do que ele, porque ele não fazia o jiqui e eu encasquetei que queria fazer o jiqui. Eu vi o jiqui com um outro pescador, que já faleceu também, que chamava Dô, eu vi ele armando lá. Ele morava aqui em Bom Jesus e ia pescar lá. Pescador velho. Eu vi com ele e com esses homens que mexiam com bambu. Ia pra lá trabalhar, trazia o serviço deles pra rua, e empombei que queria fazer um, porque eu vi um. Aí, quando me deram alguma experiência tudinho, eu fui... fui, até que consegui fazer. Fiz uns dez antes que não valiam nada. No dia que eu fiz um que pegou peixe, aí, daquele em diante, eu vi como é que era, fui fazendo os outros tudo igual, e até hoje faço. Eu sou meio suspeito de falar, porque a gente nunca deve falar, mas os outros falam que os fazedores que têm aqui só eu, porque os outros tentam, mas não conseguem, não têm evolução. Quando eu fiz um que pegou peixe, aí eu fui ver o erro que estava nos outros. Era na parte ali do enganador dele, onde o peixe entra..., às vezes ficava macio demais, o peixe quebrava ele e saía. Outros ficavam duros demais e o peixe não entrava, um ficava muito dentro do outro. Eu fui tentando até fazer um que deu certo. Na hora que deu certo, daquele eu não errei mais. Por aquele foi a cola pra eu fazer os outros tudo igual... Até hoje, dali fui pescando, vim pra rua, arrumei um companheiro pra pescar de jiqui, que está vivo até hoje, (...). Aí começamos a pescar de jiqui, de jiqui, de jiqui, aí inventei de começar a pescar de rede, e sempre mexendo com animal também. Aí comecei a pescar de rede. Aí compreí um novelo de linha, um outro pescador antigo, que pescava por profissão mesmo, me ensinou como é que tecia. (...). Ele me ensinou, aí eu comecei a tecer, ele começou uma rede pra mim, ele me ensinou o nó e eu comecei na hora tecendo. Então ele me ensinou e dali eu continuei pra frente. E fui, fui e fui, daquela fui fazendo outra, fazendo outra, e aí com outro, fui aprendendo outro tipo de fazer as coisas, fui saindo pra tarrafa e comecei a pescar, pescar. Aí depois eu conheci os outros pescadores, que através de saber que eu fazia jiqui bem pra caramba, os outros informaram eles, eles foram me procurar, estão até vivo aqui, (...) (um deles) hoje em dia não pesca mais, está aposentado, coitado, até perdeu uma vista, e o (o outro) que está ali. Aí o que acontece? Eu coleí com eles, fui pra uma ilha lá em baixo. Eu vivia com uma outra mulher nessa época. Fui pra uma ilha lá e comecei a fazer jiqui, comecei fazendo, fazendo e armando com eles, pescando, comecei a pescar de rede, fui pescando de rede, (...) aprendendo umas coisas, [outro pescador] me ensinou novos tipos de fazer as coisas, como consertar, como consertava, porque eu já tinha feito tarrafa e rede, mas consertar, fazer o conserto, eu não sabia. Como é que cortava, porque tem uma arruela que, se a pessoa não

souber cortar, não dá certo. Às vezes uma pessoa olha, uma pessoa vê uma rede com um buraco grande, vê cortando tudinho perto... que tem malha ali inteira que a pessoa precisa de cortar pra poder dar certo, porque, se não, não dá certo na hora de consertar. E dali fui aprendendo com eles, descolei com eles, eles já pararam de pescar e eu estou até hoje. Mas foi aí que eu comecei a pescar mesmo, pra sustentar família mesmo, de profissão mesmo. Já tem uns 20 anos ou 22 mesmo..., espera aí..., mais de 22 anos. **(Pescador, 44 anos, entrevistado em setembro de 2006 , em companhia de sua esposa e vizinho).**

Este entrevistado demonstra como, para as famílias que habitaram nas proximidades das margens do rio, a atividade pesqueira, mesmo que não apropriada de forma direta, é atividade naturalizada, inscrita nos itinerários de vida, podendo, conforme circunstâncias, ter atribuída função mais econômica ou mais voltada para formas de sociabilidade entre os homens ou de lazer. A esses atributos de sentido, o entrevistado continua a destacar o fato de a pesca ter mais recentemente se tornada atividade mercantil. Como ele aponta, não havia demanda mercantil ampliada a ponto de se constituir numa atividade basicamente voltada para o mercado. O consumo familiar e vicinal era predominante. Portanto, a expansão da pesca como atividade mercantil se acentua com a expansão dos problemas anteriormente apresentados, momento em que há aumento de demanda de consumo, expansão da população urbana por migração rural-urbana e melhora da capacidade de consumo frente a maior divisão social do trabalho entre a população residente nessa região. A dedicação à pescaria como atividade mercantil é definida pelo entrevistado seguinte como pesca direta e o pescador como profissional. Essa classificação é demonstrativa de outros fatores de expansão da atividade, quais sejam o enquadramento profissional com direito a aposentadoria e auxílio defeso, medida de redistribuição que visa criar limites à atividade e assegurar sustentabilidade à reprodução e diversidade das espécies.

No começo eu pegava e repartia pros outros lá na roça. A gente armava anzol, tudo era coisa de criança, pegava rã no anzol, essas coisas. Aí, quando a gente pegava, dava um peixe pra fulano, outro pra outro... Nessa época eu tinha uns 10 a 12 anos, mais ou menos. Com uns dez a doze anos a gente fazia isso. Naquela época, também o peixe era difícil de vender, porque o pessoal não conhecia o que era moqueca de peixe, cascudo descascado... Quando você saía com o barco, os outros falavam... ah só tem cabeça! Cascudo parece até casca pura no barco. O pescador conhecia mais era peixe frito, peixinho sairú, e outros peixinhos pequenos. Por isso, até o pescador mais antigo, ele usava muito a rede e uma linha pequena, porque não tinha noção também que estava pegando peixe pequeno, que ia crescer, ia desovar. E eram os peixes de comércio, porque o pessoal só conhecia peixe frito em botequim e tudo. Era só isso, só conhecia peixe frito, não conhecia moqueca, isca de peixe, essas coisas... peixe assado. Inclusive tem lugares ainda que o pessoal só conhece peixe frito. Tem muito lugar ainda pro lado do Itabapoana, peixe que tem mais valor pra lá e que vende muito é o grumatan, o peixe

mais procurado. É o grumatan menor. O rapaz estava falando comigo aqui, que o grumatan grande lá é difícil de vender. Só vende pra gente de fora. Esse pessoal da roça lá, Santa Maria, esses lugares, só pede peixe menor. Pouca gente compra outros peixes pra fazer outra coisa. Estava falando pra mim um dia... Então por isso, fui pescando, pescando, pesquei direto mesmo por profissão, pra sustentar a família, pesquei muitos anos, aí depois (um) professor, vendo o nosso sofrimento, logo quando começou essa briga lá (...)... Não era briga. Foi o seguinte: é que o M. queria proibir a pesca direto, em todo Estado do Rio, ainda existe isso. O [funcionário do Consórcio do Itabapoana] tem lá essa lei lá no computador. Acontece o seguinte: [fulano] entrou com uma ação, ele é deputado mas na época era Ministro do Trabalho. Aí ele entrou com uma ação contra o (outro) no congresso, que se ele quisesse proibir a pesca do Rio em geral [proibir a pesca em todos os rios do Estado durante longo período], ele teria que pagar os pescadores. Ele queria proibir geral, no estado do Rio, não sei, Doideira dele, né? Aí o [fulano] entrou com a tal ação, que tinha que pagar os pescadores todinhos, só aceitava assim. Ele era Ministro do Trabalho, isso era o trabalho dele. Como é que os pescadores iam viver com sua família? Aí ficou essa briga pra lá e pra cá, até que chegou a conclusão que, na época da piracema, ia parar e pagar o pescador. Aí o pescador pesca o ano inteiro, pra dar prazo pro peixe desovar, mas também, quando ele para, ele não fica sem receber né? E o [fulano], com o maior trabalho lá em baixo, já entrou com uma ação depois: o pescador com um ano tem direito a defeso. Depois colocou uma ação do pescador pagar duas vezes só por ano o INSS, depois ele entrou com uma outra da mulher do pescador ter direito também, ter documento igual a ele, tudinho, porque quando ele está parado, ela também se acha em dificuldade, essa coisa... E agora ele está com outra lei, que se você tiver pagando alguma coisa no banco, qualquer coisa, pra financeira, naquele período do defeso vai ficar isento de pagar. Terminou o defeso, começou a trabalhar, ele vai continuar pagando aquela mensalidade do mesmo jeito. **(Pescador 44 anos, entrevistado em outubro de 2006, em companhia de sua esposa).**

Dotados de um saber acumulado pelo grupo social de origem, diante das alternativas de obtenção de recursos previdenciários e expansão dos pontos de compra do pescado, há pescadores que construíram os itinerários de trabalho migrando da atividade agrícola para a pesca, ou mesmo operando como produtor pluriativo, incorporando concomitantemente as duas atividades mercantis. São assim agricultores e pescadores.

Passei da agricultura para pesca, por ajuda do meu sogro. Ganhei dinheiro na época da mandioca, fui para Rio das Ostras, mas logo depois, nós viemos embora pra cá. Lá não deu certo, não.

Quando voltei de Rio das Ostras tinha uma filhinha. Meu sogro me deu apoio na casa dele, me deu comida, a minha filha e a ela. E disse, oh você trabalha. E eu meti a cara trabalhando, arrumei emprego de tirar leite, emprego, emprego, emprego, emprego, emprego. Um dia, eu cheguei perto dele e disse: - Oh eu não agüento mais, desse jeito nós vamos passar fome. Um dia fui trabalhar na enxada, fui trabalhar no enxadão, não passamos bem, mais fome não passamos. Uma que meu sogro não deixava e nós, eu e ela, na enxada. Ganhei, fiz lavoura em terra do meu sogro. Fiz um lavourão doido lá. Nessa época ainda fornecia pro Barão. Eu dei em criar porco também. Muito porco, muito porco. Vendi uma porcajada danada, tinha uma beirinha de rio, e compramos uma vaquinha. Começamos, trabalhando, trabalhando. Foi quando o rapaz daqui quis ir embora. Estava com muita lavoura, aí eu vim aqui ver quanto que ele queria. Ele disse: - Oh, eu dou por 5 mil reais. Mas 5 mil reais era muito dinheiro.

Aí meu sogro foi disse: - Oh, você faz o seguinte, você arranca sua lavoura todinha, vende seus porcos, vende sua vaquinha e compra. Eu fui arranquei tudinho, só deu 4 e 50. Aí o dono daqui disse: - Você me dá os 4 e 50 e o 50 eu vou dar um prazo pra você fazer uma lavoura de mandioca branca, arrancar e me pagar. Aí, eu: - Então está bom, vou ficar, uma casinha velha que tinha ali, oh. Aí eu fiz trato com ele, ele foi embora. À noite fui lá comprei uma máquina de pé à prestação, à prestação lá no Ponto Cacimba. Uma máquina de pé para costurar, para ela, à prestação. Aí ele chegou aqui e falou assim: - Você vende essa máquina? Falei: - Vendo, pra te pagar eu vendo. Vendi a máquina, aí abati um bocado da dívida. E fiquei pagando a prestação sem a máquina. Acabei de pagar tudinho, fiz a lavoura, já fiz aqui, no que é meu. Quando a mandioca estava com 11 dias, mais ou menos, ele tornou a vir aqui ver a roça. Só que a roça estava feita direitinho. Aí eu falei: - Oh, só estou esperando pra vender, que é pra eu acabar de pagar você. Ele disse: - Não tem pressa não. Pode ficar frio. Arranquei a lavoura todinha e paguei a terra a ele. 4 alqueires e meio. Paguei tudo. E daí o meu sogro começou, eu fui entrando na pescaria com ele, fui entrando e fui entrando, pescando, tocando lavoura e pescando. **(Pescador, 61 anos, entrevista realizada em sua residência).**

Nesse caso, torna-se importante, para efeitos analíticos, considerar as condições em que a pluriatividade se objetiva, contribuição apresentada pelo trecho imediato do mesmo entrevistado anteriormente citado. No mesmo dia as duas atividades podem ser realizadas, embora, conforme as exigências de intensificação do processo de trabalho, uma possa tomar toda a jornada de trabalho.

Pra pescar, não tem horário. Saio uma hora da madrugada, saio meia-noite, saio onze horas. Normalmente é à noite. Normalmente, nós trabalhamos à noite. E não tem hora para chegar, não tem horário. Às vezes nós botamos a rede... aqui pesca de todo jeito. Às vezes nós botamos a rede dentro d'água e deixamos de espera. Amanhã cedo nós vamos lá correr. Às vezes não, às vezes nós saímos de tarde, vamos de tarrafa, pescamos à noite toda e de manhã cedo estamos aqui, pra entregar o pescado nosso. Entendeu? Aqui, a gente às vezes vai de lancha, vamos pescar o dia inteiro. Aqui, pescaria varia o modo de pescar. Se vai pescar de bóia, vai lá bota a bóia de tardinha, de madrugada vai, amanhece o dia, corremos pra trazer o pescado pra entregar. A pescaria aí de diverso modo. Quando fazia uma pescaria boa, que sobrava, jogava dois, três camaradas na roça e continuava a pescaria. Se a pescaria estivesse ruim, largava e vinha pra enxada. Entendeu? Ficamos assim. Na lavoura e na roça. Mesma coisa agora, né? Agora lavoura eu acabei, passei para o pasto. Minha área é cana, é napié, é abóbora, é quiabo, é..., mas lavoura, pra dizer assim, eu tenho lavoura pra negócio. Não, deu mais pra mim, porque primeiro, a força acabou. A minha força acabou, a dela acabou. Então... Eu tenho 68. Em documento 61. Porque na vez que eu servi o exército, a minha tia tinha que pagar uma multa muito grande, porque eu já era, passei... Aí ela foi diminuiu a minha idade, pra mim não poder pagar multa nenhuma, né? Aí eu fui fiquei como mais novo. Era assim a coisa. Mas eu então fiquei na pesca, na lavoura. A mesma coisa de agora. Nós temos a lavoura ali, temos pasto, temos gado, a gente pesca, vem garra no enxadão, volta garra na enxada. As mãos da gente são grossas, modo a senhora vê, tudo cheia de calo, oh! Tem que fazer tudo, né? Tem que fazer tudo pra sobreviver, se não, não sobrevive. Principalmente a gente, né, que já está bem cansado e não é aposentado ainda. É, já bem cansado, não agüenta mais e tem que batalhar, tem que batalha, porque tem as coisas, tem as contas pra pagar, né? **(Pescador, entrevista realizada em sua residência, março de 2008).**

Demonstrando a expansão de alternativas para dedicação à atividade pesqueira com orientação mercantil, o próximo trecho de entrevista sinaliza as situações contextuais diversas em que os pescadores realizam as atividades, diversidade calcada nas mudanças dos meios de produção e de controle pelos pescadores no sentido de se manterem como trabalhadores autônomos.

Eu comecei a pescar de bote. Aqui nós chamamos de bote, mas quando a gente leva pra fazer a documentação, o nome é batera. A gente foi trabalhando e as coisas foram melhorando e a gente fez, porque ele sabia fazer, e eu também sei fazer. Ultimamente, eu até comprei uma plaina elétrica e uma circular pra poder fazer, não preciso pagar ninguém pra fazer não. Aqui nós temos quatro barcos, o [fulano] tem um, o P., que é o outro, tem dois. Eu tenho um e tem outro do L., que está junto pescando lá. Só lá na Represa tem três barcos: tem o meu lá e o do Luis. Tem um meu que está lá embaixo e tem esse que você está vendo aqui hoje, aqui. Daqui nem todos foram feitos por mim.. Esse que está lá em baixo fui eu quem fez, porque a gente vende também, porque às vezes chega um cara e diz: - Ah estou querendo comprar um barco. Aí a gente vende, pega compra madeira e faz outro. Quando começa a ficar velha, a gente pega e faz uma tarrafa nova, quando está bem fraca, que não está mais resistindo a uma pescaria forçada, aí, de vez em quando vem um aqui e compra. Aí a gente pega e faz outra. **(Pescador, 44 anos, entrevistado em sua residência, em companhia de sua esposa, janeiro de 2006).**

A atividade pesqueira, *vis-à-vis* outras tantas possíveis, no atual contexto se apresenta de forma favorável, aumentando a pressão sobre os recursos disponíveis. Vinculados a outras atividades e contando com outros mercados de trabalho, os trabalhadores podem se valer de economias ou poupanças produzidas enquanto assalariado, para criar as condições de se instalar como pescador; e se a cooperação familiar é possível, as chances de construir um itinerário bem sucedido são mais definitivas.

Já trabalhei como motorista por muitos anos. Em tudo quanto é lugar: Bahia, São Salvador, saía daqui para todos esses lugares. Trabalhava para mim mesmo, mas fazendo transporte de peixe. A pesca aqui pra nós está sendo o melhor ramo que existe até agora. Porque é uma liberdade que nós temos. Na época que eu tocava lavoura, muita lavoura, cansado e sofrendo demais, onde nós perdemos toda a força nossa, eu nunca pude comprar uma camisa. Porque a lavoura não sobrava. Depois que a gente começou na pesca, pesco muito, eu e ela, nós dois, porque toda vida nós fomos companheiros de trabalho, era na lavoura, era na pescaria, era eu e ela sozinhos. Na lavoura a gente trabalhava mais, porque a intenção era a lavoura. Na lavoura era enxada, enxadão. Era pra carregar um pau nas costas, de lá pra cá, eu agarrava numa ponta, ela agarrava na outra ponta e nós ganhávamos uns tombos lá morro. Eh, era assim, toda vida. E aí está a nossa luta, de pescar. Pra mim botar uma pessoa pra pescar comigo, eu teria que repartir, certinho? E se nós dois pescarmos, fica tudo pra casa. E daí eu fui desanimando com a lavoura. Desanimei com a lavoura, mas já estava com uns 50 anos já. Até poucos anos, nós estávamos com um lavourão aqui. Eu fui desanimando. Aí parti pra

pesca. Na pesca, batalhando, batalhando, sobrava um troquinho, eu corria lá comprava uma bezerrinha. Falei assim, onde era roça, vou plantar capim. E venho nessa luta, que agora, até o ano passado nós estávamos com 47 reses, porque aí passou tudo a ajudar. O rio dá pras despesas de casa. O dinheiro do peixe que nós fazemos, já sobra. Todo ano eu tenho aí 7, 8, 9 bezerros bons pra vender. Já é outro dinheiro que entra, particular do meu trabalho. E fui colocando os filhos. Eu fui colocando... Por não terem terra pra trabalhar, os filhos foram saindo. Oh esse daí também é pescador, nascido e criado aqui. Aqui só ficou esse, trabalhando até hoje comigo. Acho que eu morro, ele fica na pescaria. É a função que ele mais gosta, é a função que nós permanecemos. É de que nós estávamos vivendo. É do pescado mesmo. **(Pescador, entrevista realizada em sua residência em março de 2008).**

Embora homens e mulheres acentuem que as formas de trabalho são equivalentes, num segundo momento de reflexão, homens e mulheres se apressam em mostrar as especificidades de cada contribuição, como é o caso do texto desta seguinte entrevistada.

N: Deus me livre de jogar tarrafa!

S: Ela rema.

N: Se eu jogar esse troço, esse troço mata a gente, da uma dor danada. Julio jogava a tarrafa e eu remava.

S: Aí quando vai botar rede, aí eu amarro na pedra, ela amarra no mato.

N: Aí na hora de puxar, um vai remando e outro puxando.

S: Olha, esse pano aqui é suficiente para essa tarrafa, só a linha que é muito ruim.

N: A caiçara é ressecada, ela é uma linha seca, ela estoura mais rápido.

S: Ela agarrou lá no fundo, você escuta ela estalar. Esses pesos presos na tarrafa, isso aí a gente funde, tem as formas aqui. Eu faço, meus garotos fazem. É até uma fábriqueta, faz barco, remo, tarrafa, conserta tarrafa, funde chumbo. Pra fazer barco, bom mesmo é uma cerejeira, um jequitibá, mas isso não se encontra mais, o que encontra é o eucalipto. Existe o eucalipto branco, o eucalipto rosa. Igual esse daqui, que é de um bote que eu desmanchei. Isso aí meu pai fazia, mas eu, para economizar madeira, então, ao invés de fazer desse tipo, eu meto a régua aqui, então desse pau eu faço mais um. Os meus garotos não fazem não, mas eu faço. Eles não gostam, é aquela questão: eu acho melhor já comprar pronto. A rede sai mais barato você comprar ela pronta do que fazer, você ter que comprar a linha, a mão de obra que você vai ter, ela sai mais barato, você compra ela pronta no preço da linha. A gente compra a linha em Macaé, Itaperuna, em Campos. O preço melhor está atualmente em Macaé, mas em Niterói é mais barato. Porque [fulano] pega e vai em Macaé, dá uns dois três cheques, dá prazo, e já em Niterói não dá, ele vai lá em Macaé rapidinho e volta, igual esses dias. Ele saiu daqui de madrugada, quando foi uma e meia, duas horas da tarde, ele já estava aqui de volta com o material todo. Agora, se for a Niterói, ele vai sair de madrugada e só vai chegar à noite.

Meus filhos me ajudam, mas não é de muito boa vontade. O negócio deles é o seguinte: eles gostam mais de sol, de pescar. O [fulano] ficou ontem o dia todo e hoje de manhã pra tampar os buracos dessa tarrafa aqui. Eu prefiro pagar uma pessoa pra consertar do que eu ficar fazendo, porque tem gente que não tem paciência pra fazer. Já tem gente, igual ao camarada que fez aquela tarrafa ali pra mim, o cara tem uma paciência danada pra poder tecer. No dia seguinte, a mesma coisa.

Para colocar a bóia, eu faço, o [fulano] também. Olha aqui, eu fiz essa aqui de lambari, fiz desse tipo que está aqui, mas agora ultimamente já não fiz daquela, fiz desse tipo aqui. De borracha também, isso é sobra de material de sandália, aí eu coleí elas. Tem que ser leve. A bóia, se você faz de isopor, tem pronto lá pra vender, na hora que vai bater a rede com a varinha, ela bate na

bóia, ela quebra e a borracha não quebra. Essas borrachas que estão aí, elas são escuras, não chamam a atenção do ladrão pra poder roubar rede. E o isopor, a bóia de isopor ela chama a atenção. Tem umas que a gente faz sem bóia. A gente parou de fazer um pouco justamente para o cara não roubar.

Os textos de entrevista, anteriormente citados, demonstram a divisão social e sexual do trabalho. Em quase todas as entrevistas, as mulheres estiveram presentes e participaram, confirmando ou acrescentando informações. Nesse caso, todavia, o papel da esposa se destaca porque a entrevista foi realizada apenas como casal e depois foi dedicada a ela uma conversa mais individualizada. Nesse caso, ela demonstra, tal como tanto outros casos, como a socialização se dá desde a infância e qual o papel fundamental da esposa na constituição da equipe, participação hoje socialmente e politicamente reconhecida pelos direitos que pescadores e pescadoras foram incorporando como profissionais reconhecidos.

Eu nasci aqui, meus pais também e meus avós, em São Francisco. Aí, de lá, meus pais vieram pra cá. Eles trabalhavam em usina de cana, essa coisa assim, né. Então, quando a usina foi fracassada aí, meus pais vieram pra cá. Aí meu pai veio pra cá pra pescar. Ele já conhecia a localidade aqui, né? Porque ele andava desde criança, aí conhecia a localidade aqui, né? Como tinha o rio e era mais fácil pra ele, como nessa época não tinha fiscalização, não tinha nada, eles ficaram a pescar mesmo aí. Então, eu fui feita aqui, nascida e criada. Tenho 9 irmãos. A mais velha sou eu. O mais novo tem 46 anos. Eu tenho 58 anos. A vida que eu lembro aqui, é que era muito farturenta, porque meu pai era pescador, ele tocava lavoura, era muito farturenta. Era lavoura de mandioca, tocava lavoura de arroz no campo, colhia milho, abóbora, de tudo. Aqui era época do Barão. Essa lavoura de abóbora, arroz, de feijão, essas miudezas, milho, ele fazia no campo que era ali... [mostra a área de inundação do rio]. Plantavam no período de estiagem. Ele plantava todas essas outras coisas lá no campo. Plantava pra vender. Ah, vendia, fazia as sacadas de arroz e vendia pra fora. Aqui ele tocava mais de dois alqueires de mandioca, dele e do Barão, né? E lá ele tocava também uns dois ou três alqueires, dele e do fazendeiro. Porque ele dava uma parte ao fazendeiro. Era 10%. Ele dava pro fazendeiro que era dono dali. N. P. Ele trabalhou muito em terra de N. P. Nessa época, meus pais só me botava pra espantar passarinho do arroz. Aí saía batendo numa lata, o passarinho saía voando. A pilação de arroz era pra fora. Agora pra onde ia esse arroz eu num sei. Vendia na palha, cortava o arroz, batia o arroz, ensacava e vendia na palha pra fora. Mamãe trabalhava na lavoura também. Ela fazia tudo na enxada, botava arroz, abóbora, caminhão, mais caminhão de abóbora.

Eu comecei trabalhar, quando eu tenho lembrança de já estar começando a trabalhar, pra comprar o meu vestido de passeio. Eu quando saí de casa, tinha 12 anos, aí com uns 9 a 10 anos eu já trabalhava. Juntava milho, ajudava colher alguma coisa na roça e o resto era com a irmandade em casa, tomando conta dos irmãos, porque os meus pais trabalhavam na roça aí eu tinha que ficar tomando conta da minha irmandade. Eram 9 irmãos. Eles iam pra roça e eu ficava em casa tomando conta dos meus irmãos.

A pesca, meu pai que pescava, minha mãe não pescava não. Eu comecei depois que eu casei. Depois que o meu marido, que eu casei, aí nós começamos uma luta, aí ele mesmo também nem sabia pescar, nós saímos aí pelos barrancos jogando tarrafa. Eu e os cachorrinhos dele pra

lá. Eu saía acompanhando ele, e de lá pra cá, eu pesco sozinha. Faço qualquer coisa. De pesca aí eu faço qualquer coisa, faço rede, faço tarrafa, eu faço gaiola, eu faço tudo. De rede, de pescaria, eu faço tudo. Ainda faço, faço tudo. Saio sozinha com o barco, boto rede sozinha. Quando eles estão pra cima, eu saio e boto rede. Quando eles estão em casa, eles vão, eu fico ou senão sai comigo.

Em pescaria de acampamento, eu já fui, mas vou com eles. Sozinha, vou por aqui mesmo. Quando é pra mim sair sozinha, eu saio por aqui mesmo. Quando vai pra acampamento, vou com ele. No acampamento, faço a mesma coisa, pescando. Boto rede, seguro boite pra ele jogar a tarrafa. A mesma coisa. Não, pra mim nunca teve dia complicado. Pra mim, o tempo, todos são iguais. A luta é uma só. Para a gente que trabalhava fora, né, a gente até achava bom ajudar em casa, como ajudo muito ainda em casa. Eu só gosto mesmo de pescar de rede porque pesca de gaiola, eu não gosto muito, de tarrafa, e não gosto muito. Só botar a rede e esperar. Se não, eu ia pescar de novo com eles. Na lavoura, eu faço de tudo também, eu trabalho de enxada, eu faço de enxadão, eu faço de qualquer jeito. A gente trabalho junto e não tem diferença de trabalho de homem pra trabalho de mulher. Eu acho que não tem diferença do trabalho do homem, da mulher não, porque a pesca é tudo igual. Mulher pesca do mesmo jeito que o homem pesca. Elas pescam também. Quem tem, principalmente, quem tem os documentos, elas têm de pescar mesmo! E têm muitas aí que pescam e não sabem fazer uma malha de rede, não sabem fazer uma malha de tarrafa. Não sabem entranhar uma rede. Têm muitas aí que estão pegando o embalo. Mas está meio difícil pra elas poderem aprender, porque se tivesse uma concordância para alguém ensinar a elas, né? Porque eu, pra mim aprender, aprendi com meu pai. Entendeu? Porque meu pai fazia tudo isso. Agora elas estão pegando o embalo agora. Se eles derem uma rede pra elas fazer aí, elas compram pronta. Aí é só ir lá e botar a rede. Se é pra uma tarrafa, vão lá e compram pronta. Quer dizer, elas nunca vão aprender a fazer uma rede, fazer essas coisas. Comprando, eu acho que gata mais. Eu acho que quem faz em casa, sabendo fazer fica mais em conta, porque compra a linha e a pessoa mesmo faz, então fica mais em conta. A tarrafa, a mesma coisa, se souber fazer a tarrafa, compra a linha que sai mais barato e a pessoa mesmo faz, fica mais em conta a gente mesmo fazendo. Lá é sempre mais caro.

Sobre as atividades de trabalho das mulheres às margens do Rio, ela esclarece:

Aqui têm muitas mulheres que pescam, mas não sei quantas de carteira. Olha eu, pra fazer a carteira, eu não sei te explicar porque eu não fiz a minha carteira. A das outras eu não acompanhei. Elas fizeram pra lá e eu não acompanhei. Sei que elas têm esse documento, mais eu não acompanhei. Mas aqui nós somos uma porção boa. Tem umas 15 mulheres aqui. De 15 a 20.

Nós pescamos com a família. Cada uma, no seu barco. Bota rede, às vezes joga tarrafa. Faz qualquer negócio. A gente pega sairu, a gente pega acará, tilápia, a gente pega todo peixe, traíra, bagre africano, piaú. Sairu, acará, tilápia. Na época da cumutã, até cumatã a gente pega. A época de cumatã é de setembro. Até... cascudo também, caximbau, a gente pega. Cascudo e caximbau. Tem cascudo, caximbau e o cambota, chama cascudo. Mas o nome dele mesmo é cambotá. Mas, conhece por cascudo também. Então nós temos cachimbo de cascudo, cachimbau, viola, carpa, tambaqui... É tudo peixe de criador, mas é peixe que a agente pega na natureza... Nós não temos dificuldade para pescar não. Nós gostamos de pescar. Prefiro mais pescar que trabalhar na lavoura. Esse negócio de puxar a enxada, eu não agüento mais puxar enxada. Quando eu agüentava, eu até gostava de puxar enxada. Gostava, porque distraía a cabeça da pessoa. Mas de um tempo para cá, eu não estou mais agüentando puxar enxada. **(Pescadora, 58 anos, entrevista realizada na sua residência, em maio de 2008).**

A entrevistada que colabora com este texto, apresentando o depoimento seguinte, destaca com bastante precisão, as condições em que as mulheres participam da equipe de pesca, coadunando atividades domésticas de preparação dos alimentos e cuidados com os filhos, bem como a colaboração com o esposo. Esta colaboração é tão mais significativa quanto mais os filhos mais velhos podem vir colaborando na substituição de papéis básicos da gestão da vida doméstica.

Quando o meu maior vinha, minha filha ficava em casa cuidando dos irmãos e eu trabalhava. Muitas vezes, ela com quatro anos, ela ainda mamava, né. Eu trabalhando aqui em cima, na roça, ela saía daqui para ir mamar lá em cima. Com quatro anos eu largava ela em casa, trancava, encostava a porta e saía e ia trabalhar na roça. Ela quando acordava e não queria estar brincando mais, ela saía me acompanhando. Aí já sabia que eu estava na roça. Chegava lá e dizia: - Mamãe, eu quero mamar. Eu ia arrancando os peitos para fora para ela ficar mamando, com quatro anos, enorme. Ou senão botava ela embaixo da folha e começava trabalhando, e ela sentadinha por perto. Para estudar, era meio difícil para eles estudarem, porque eles estudavam lá no Paraíso, daqui iam lá para o Paraíso. Iam de pé. Iam e voltavam todo santo dia. Todo santo dia. E depois que pegaram um tamanhinho, botei... A minha filha mais velha estudou para enfermeira, fez o curso e tudo. Aí foi para Macaé para poder trabalhar, lá em Macaé. Aí como...aí, ela estudando em Macaé, lá na casa da tia dela, né, que é minha irmã que morava em Macaé. Aí minha filha estudando lá... e depois lá ela casou e foi carregando os irmãos. E os irmãos também foram estudando lá. E os estudos deles acabaram de completar em Macaé.

Da minha família, muita gente partiu daqui. Eu só tenho um irmão aqui, o resto tudo mora lá. Eles foram para Macaé porque aqui ficou muito difícil para estudar, trabalho... Os meus irmãos, que estavam por lá, cada um pegou uma coisa para fazer. Um trabalhava de pedreiro, aliás, as meninas... Eu só tenho dois irmãos, o caçula e esse mais velho que mora aqui. As minhas irmãs logo foram casando e cada uma pegou um destino com os maridos. Uma é pedreira, a outra é engenheira de obra, elas seguiram as vidas delas. A maioria do estudo foi pra lá. Tudo foi para lá. Porque aqui não tinha, nem aqui em Travessão tinha esse negócio de escola.... em Barra não tinha esse negócio de escola.... Eles estudam no Paraíso. Depois do Paraíso iam “saindo para fora”. Se não saíssem pra fora, não estuda em nenhum lugar. Em Barra não tinha. Só Campos, aí ficava difícil...

Eu mesma estudei muito pouco. Aliás, estudar quando era menina, não. Depois de velha, mãe dos netos já, foi que abriu uma escolinha ali à noite, foi que eu passei a ir para poder aprender assinar o nome. Porque nem assinar o meu nome eu não sabia. Ainda continuo. **(Pescadora, 58 anos, entrevista realizada na sua residência, em maio de 2008).**

Importante destacar que a associação do trabalho familiar, seja da esposa que acumula atividades domésticas, seja de crianças que frequentam escola é facilitada por temporalidades específicas da jornada de trabalho. Uma das situações foi exemplificada por um dos entrevistados, evidentemente a associação não se limitando a esta ordenação.

A gente arma para o lado de três horas [da madrugada] e só chega de manhã. Tira a rede todinha, põe o peixe no gelo, traz pra casa pra limpar e vender na sexta. Quando chove, com chuva pra lá não é mole não, a estrada, tem que encarar. Tem pescador que quando está relampejando muito, não agüenta não. **(Pescador, 43 anos, entrevistado em setembro de 2006).**

Outro aspecto importante para a reflexão sobre os modos de constituição dos pescadores diz respeito às associações que são estabelecidas entre vizinhos e parentes para a constituição do patrimônio produtivo necessário. O pescador que se integra à atividade pode contar com colaborações familiares, mas também de vizinhos e colegas, passando da condição de desprovido de meios de produção a parceiros ou mesmo proprietário autônomo.

O bote que eu pesquei é o seguinte. Eu, muitos anos, saia com uma turma aí tomava umas pinga arrumada. Quando pensa que não, um rapaz me chamou: aí, vamos arrumar uma rede ali no rio comigo? E tem uma coisa eu e o Pedro não tínhamos questão. Quando pensa que não, comecei trabalhando com ele e aí foi, e ele pegou confiança em mim e comecei pescando. Aí, depois, de segunda a sexta ele me pagava e pescava de sexta pra sábado, de sábado pra domingo e pra segunda a meia. Eu continuei pescando pra ele, então ele comprou outro bote e me deu a pescaria 40%. E aí foi, e eu fui pescando, aí comprei bote meu. E aí antes ele comprava e pescava por que a mulher dele queria um peixe em casa também. Aí depois a mãe dele começou a vender e está até hoje. Lá em cima tem bote meu sim, pra pescar é o bote e a rede. Eu pego o bote, e vou pescar com o irmão dele, mas o carro é dele. Não tem um dia que não tem uma rede que fura. **(Pescador, entrevistado em outubro de 2006).**

Se o pescador não pode contar com a colaboração direta dos membros da família, ele pode limitar as condições de pesca às alternativas do trabalho realizado apenas por ele ou da incorporação de auxiliares ou cooperação entre pescadores.

Eu pesco sozinho. Mas nas vezes que eu estou querendo cumatã e bagre, eu pesco com outra pessoa. Sempre carrego a mulher por perto também. Mas minha mulher não está podendo pescar, não. Está com duas operações. Mas ela ajuda a pescar. Ajuda no modo de dizer, ela faz tudo comigo, mas agora ela operou primeiro períneo. Está com quase um ano. Depois apresentou a vesícula, operou de novo. Aí está com..., vai fazer quase quatro meses que ela quase não pode fazer nada.

Informa a esposa: Eu controlo o barco. Ajudo na barraca. Ajudo a puxar a rede. Fico em casa pra limpar um peixe. **(Pescador, 52 anos, entrevista realizada às margens da Lagoa Feia do Itabapoana, em maio de 2008).**

## 5.4 Condições de constituição dos pescadores

Os pescadores, embora guardem ampla homogeneidade na experiência coletiva da pesca, no saber acumulado, diferenciam-se conforme as possibilidades de controle dos meios de produção, agregação de trabalhadores familiares e vicinais, capacidade de deslocamento para outros espaços relativamente favoráveis à atividade pesqueira e ao ciclo de vida, mormente se alcançaram aposentadoria, fator que demonstra limites físicos para a realização das tarefas e menor necessidade de rendimento financeiro advindo da atividade pesqueira, por conta com a aposentadoria. Todos esses fatores de diferenciação incidem sobre a capacidade de ampliação da variedade de peixes. Em condições menos favoráveis, eles se dedicam à pesca do bagre africano, de valor inferiorizado, mas de acesso mais facilitado.

Pesco de rede de lance, de mijoadá (coloca a rede lá e deixa) e tarrafa. Agora é mais tarrafa. Pesco mais é bagre africano. Agora só tem ele. Eu não gosto muito, mas o pessoal come. Eu gosto do bagre de praia, esse que é bom. Não existia este peixe aqui. Antes dava traíra, saiu... Hoje está ruim. Taparam a entrada de água do Itabapoana, no Sereno. Tentaram ver com a SERLA para liberar, mas nada. Este ano foi diferente. Não teve enchente esse ano. Ano passado, com as enchentes, todo mundo pegou muito peixe. Era de passar carroça aqui, com peixe caindo. Pegavam peixe pequeno, de tudo. Mas nesse ano foi muito ruim por falta de enchente. **(Agricultor e pescador, 42 anos, entrevista realizada em sua residência, em abril de 2008).**

De qualquer modo, todos são unânimes em demonstrar que a atividade pesqueira é coletiva. Por diversos motivos, ela não pode ser regularmente realizada por uma só pessoa, salvo sob muitas limitações ou como lazer.

Jogar tarrafa, eu jogo sozinho, mas o certo não é jogar sozinho, o certo é ter um companheiro, porque quando é em água parada, a gente consegue jogar sozinho. Ou ainda quando tem pouca correnteza. Mas quando tem correnteza, tem que ter um remando, porque um sujeito com tarrafa na mão, ele não consegue remar e jogar a tarrafa. A rede também, a gente coloca sozinho, mas se ela aguara e água ta puxando o bote, eu não tendo alguém pra remar, ela vai rebentar toda. E você sozinho pra desagarrar a rede é um perigo, porque você pode querer descer pra desagarrar e você agarrar na tarrafa, já morreu vários assim. Já aconteceu também do barco virar. Aí tem que ter um companheiro. A gente vai trocando com os companheiros, um ajuda o outro. Eles pescam, a gente também, aqueles que combinam com a gente acabam ficando mais achegado. Aqueles que não combinam, acabam ficando pra lá. Tem muita gente aí que a gente não quer nem ver, porque eles fazem umas coisas erradas, conforme esse cara mesmo. Esse cara anda pescando, esse cara que roubou nosso barco, ele anda pescando, ele começou a pescar. Não tem documento, mas no caso dele, ele não começou pescando, o que ele mais gosta de fazer é caçar. E nosso caso é pescaria. Não pede arma, não pede espingarda,

só mesmo uma faca pra cuidar da cozinha, cortar o material. Não gostamos também de pescaria de risco, porque eu acho que é errado. A pessoa pega o peixe, estraga o peixe todo. Quando não pega no lugar certo, aquele peixe escapole e acaba morrendo. **(Pescador, 44 anos, entrevistado em sua residência, em companhia de sua esposa, em janeiro de 2006).**

Todavia, embora a autora da tese não tenha se dedicado a essa questão por ocasião do trabalho de campo, as entrevistas com os trabalhadores mais jovens levam a pressupor que, mesmo com a assistência previdenciária que abriga atualmente as mulheres, a tendência é que o trabalho feminino embarcado venha a diminuir bastante, a pesca se constituindo basicamente atividade de companheiros. Em caso contrário, esta é a situação dos trabalhadores solteiros ou que não podem contar com a divisão familiar do trabalho.

(...) Meu filho, leva as redes para a pesca lá em cima, no lago da hidrelétrica, mas ele vai com (...) um companheiro dele. Eles resolvem o problema de rede por aqui. Eles estavam fazendo tudo aqui, igual aquela aí, está precisando de um remendo.

Ele começou a ir para o lago da hidrelétrica muito depois que acabou o defeso. Ele foi pra lá por causa dos problemas que ele estava tendo, sobre o negócio da justiça, que estava perturbando. Um mês mais ou menos depois que tinha liberado a pesca. Ele sai daqui no fusca e com a careta carregando o barco. Chega lá, arma a rede, e quando é o dia seguinte de manhã, vai mirar a rede, tira o peixe e deixa ela lá de novo. Mas o certo é tirar todo o dia, porque os peixes vêm ela durante o dia e ficam esperto. No começo estava sendo feito desse jeito, mas como surgiram umas dificuldades, teve que ser assim.

Depois que pegam o peixe, colocam no gelo. O cascudo não pode colocar ele sujo, aí tem que abrir ele. O cascudo tem uma pele preta e aquela pele, se derreter, passa pra carne e aí você não consegue comer ele. Essa pele é o que separa o intestino do cascudo da carne. Se tiver um recurso, como até já foi feito uma gaiola, a gente costumam usar aqui, vai juntando os cascudos dentro da gaiola na beira do rio, e traz pra vender na feira. Só que lá fica distante, aí tem que ir e limpar logo. Eles ficam por lá e voltam depois de alguns dias. Eles saíram sábado, vão chegar sexta-feira. Isso porque houve o problema do carro, aí descontrolou, o carro bateu o motor. Aí eles trazem na sexta e, no outro dia, já voltam pra lá porque a rede já está lá armada.

Agora acalmou, o pessoal lá viu que não tem jeito, eles estão lá perto, viram que o pessoal que está pescando são igual à gente, tem documento, eles não podem fazer é nada. Tentaram proibir quem tem documento, eles queriam proibir pra eles pescarem, mas eles não têm documento, aí, quer dizer, a gente acabou vencendo. Aí até a [funcionária do IBAMA] disse que vinha aqui se precisasse pra processar eles, se tivesse algum policial lá impedindo da gente pescar, aí então sossegaram.

Eu cheguei até a comentar isso com ela no seminário que teve lá em Gargaú, falando do sargento lá de Rosal, que foi lá pra corrigir a gente, mas a gente apresentou documento e ele disse: Vocês podem até ter documento, mas se vocês voltarem aqui, eu vou arrumar um jeito de pegar vocês. E até nós não voltamos, porque ele arrumou um cambalacho, que até o proprietário lá achou ruim porque permitiram nossa entrada. Até o dia que nós fomos pescar lá, que o [fulano] tinha pescado lá antes, que [ele] ia, só que não pode ir. Aí nos levamos um saco cheio de roupa usada, que [ele] arrumou e nós demos para o cara. Aí ficaram todos satisfeitos, a mulher do cara até falou: - Quando vocês forem embora, vocês vem mais cedo que eu vou arrumar umas laranjas, uma abóbora pra vocês levarem. A abóbora nos até levamos, mas a laranja não deu tempo, porque nós estávamos com pressa, já que a gente não

vinha direto embora pra casa também, porque nós fomos impedidos lá. Aí nós entramos na barragem e nós terminamos a pescaria dos três dias que nós íamos fazer, mas agora eles sossegaram. **(Pescador, 44 anos, pescador, entrevistado em sua residência, em companhia de sua esposa, em janeiro de 2006).**

Ainda que a categoria pescador absorva trabalho familiar, inclua homens e mulheres, as reivindicações das pescadoras tendem a acentuar sua responsabilidade na gestão doméstica, no atendimento dos vínculos institucionais responsáveis por socializações secundárias como escola ou no atendimento de serviços públicos, sobretudo, sistema de ensino e saúde.

Ma: Eu acho que assim, de trabalho, eu não acho nada difícil, porque a pessoa tem que lutar com a lida, né. Eu acho que trabalhar não é difícil. O difícil aqui é a saúde, porque aqui não tem posto de saúde. Até se a pessoa adoecer, não tem uma condução para carregar a pessoa. Outra, não tem um médico para dar assistência aqui. Conforme essa menina hoje, ela deu uma dor aí e está pesadona. Foi preciso ele botar ela na garupa da moto, ela segurando a barriga, para ir lá em Travessão para pegar um ônibus para ir no ponto. Agora voltou de ônibus e telefonou para ele ir lá em Travessão buscar ela de moto. A condução da moto sacode muito, principalmente, ela que está pesadona, né. Aí vem ela segurando a barriga. O desafio da gente mais ruim é esse aqui. Pra trabalhar eu não acho ruim, não. A gente que quer trabalhar é muito bom, porque distrai a cabeça, né. A pessoa tem que trabalhar mesmo, o ruim daqui é isso. **(Pescadora-agricultora, 51 anos, entrevista realizada na sua residência, em março de 2008).**

## **5.5 Comercialização - interesses contrapostos e limites de reprodução social**

As mudanças ocasionadas na atividade pesqueira, a despeito de terem produzido grandes restrições, também produziram maior pressão sobre a apropriação de recursos. Acompanhando tais processos, os pescadores que, em tempos passados, complementavam todo o ciclo de trabalho, eram detentores dos meios de produção, operavam com o trabalho familiar e se dedicavam diretamente à comercialização, muitas vezes com redes de fregueses pré-determinados, hoje tendem a se tornar exceção.

Embora condição característica de um passado recente, ela não é eliminada por pescadores que residem em centros urbanos e que, mesmo resistindo a uma série de normas que tentam regularizar o comércio, construíram no decorrer do tempo pontos fixos reconhecidos por freguesia relativamente cativa.

Vendo o peixe aqui e na feira. Hoje não tem fiscal, antigamente era da prefeitura, hoje parece casa da mãe Joana. Antigamente tinha um ponto, perto da escadinha, todo mundo vendia junto ali. Não tinha aquele camelô. Aí eu resolvi separar deles, conversei com o fiscal, aí foram chegando e ficou todo mundo ali envolta. Pra mim é mais vantagem pagar dona Ana pra ficar lá vendendo e eu ficar pescando. Nós pagamos a ela, passamos o peixe lá pra ela no mesmo preço que ela vende e ganha uma porcentagem. O piau hoje eu passo pra ela a 7 kg. Aí ela põe o preço e fica pra ela. **(Pescador, 44 anos, entrevistado em setembro de 2006, em companhia de sua esposa e vizinho).**

A maior parte dos pescadores recentemente constituídos conta com outro tipo de divisão de trabalho, mesmo que avaliada como um mal necessário: a presença do atravessador, dotado de outros meios de produção capazes de deslocar o pescado em busca de outros mercados. A presença do atravessador diminuiu as possibilidades de remuneração do pescador, mas lhe assegurou a intensificação da pesca, em virtude da expansão do mercado.

Os atravessadores se diferenciam conforme os vínculos com os mercados mais distantes, o tipo de pescado que comercializam e a controle de meios de beneficiamento e transporte.

O camarão sempre eu vendo pro rapaz aqui de Campos, mas agora estou meio chateado com ele, tenho que arrumar outro comprador pra mim. Porque ele engambelou a menina e eu chamei-lhe atenção e ele achou que eu estava errado. Aí eu descontrolei com ele, porque tem que agir do lado do certo. E quem não quer, pra mim não serve pra trabalhar. Porque hoje em dia tem que se virar. Aí, tem que arrumar outro comprador. Aqui em mais comprador de peixe, mas compra barato. Desgraça de um real, um real e cinqüenta. Traíra está melhor. Traíra está dois e cinqüenta. O bagre africano são oitenta centavos. É uma mixaria que ganha. Quando está bom, que ainda dá pra pegar tinta, quarenta quilos, melhora um pouco porque vende mais quantidade. **(Pescador, 52 anos, entrevista realizada em sua residência, em março de 2008).**

Vendo o peixe para atravessadores, daqui mesmo. Eles levam para Travessão, para os frigoríficos de Barra do Itabapoana. (...) aquele que acabou de passar ali de bicicleta, faz filé e vende. Ele pesca, mas compra peixe dos outros também. Ele vende para um atravessador, mas disseram que ele vai vender também para a merenda escolar. O peixe é vendido a oitenta centavos o quilo. Se der bem, a gente consegue ganhar alguma coisa. Por mês eu devo tirar, agora, mais ou menos 500 kg/mês. No ano passado, 200 kg/dia. **(Pescador, 42 anos, entrevista realizada em sua residência, em abril de 2008).**

A avaliação das facilidades para comercialização em mercado sob constituição elástica e sob construção diferenciada de consumidores é também destacada segundo o ponto de vista das pescadoras.

Não, aqui não tem problema pra vender não. Aqui se você tiver uma galinha para vender, vem gente de fora e compra. Se tiver um porco... Aquele rapaz ali matou um porco, não deu nem para tirar um quilo para vender a um vizinho. Foi um porcão que ele matou, o rapaz ali. Vendeu sem nem precisar sair de dentro de casa. **(Pescadora, 54 anos, entrevista realizada na sua residência, em abril de 2008).**

O entrevistado seguinte analisa de forma bastante detalhada as mudanças ocorridas nas condições de comercialização, processo atual que, como os demais, classifica como pesca profissional, embora dependente dos intermediários da comercialização.

Quando eu comecei a pescar com profissão mesmo, o pessoal já estava mais acostumado com outro tipo de peixe, já tinha muita gente que já sabia fazer outro peixe, todinho. Antigamente, quando eu comecei a pescar, o rapaz que está aí hoje saía do rio com a roupa que usava para pescar todo dia. Saía todo sujo e vendia os peixes todinhos, rapidinho. Hoje em dia, se sair com um saco de peixe sujo, pode até vender, mas vai dar trabalho porque o pessoal foi se acostumando com o peixe limpinho. Cascudo cascado, tem gente que já pede pra picar, fazer filé. Mas naquela época, o pessoal não conhecia essas coisas, conhecia acará. Conhecia era filé de açogue, não conhecia essas coisas.

Quando eu comecei mesmo a pescar, o que vendia mais era piau e traíra. O peixe pequeno, sairú e outros peixes já foram ficando mais de lado. É igual a hoje em dia, a gente traz esses peixes, até vende ele limpinho, na feira, até vende, mas se você passar no meio de semana, tem que catar botequim. Nesses bairros onde têm mais botequim de pinga, aí você vende ele mais fácil, porque além de ser um peixe mais barato. Por exemplo, um compadre e tio meu já falou que eu sou orgulhoso, porque eu não pesco peixe pequeno. Não pesco pelo seguinte: eu boto a rede lá, o tempo que eu pego 3kg de sairú, o tempo para limpar tudo pra valer o preço de 1kg de peixe grande, às vezes você pega os peixes e não vale um kg do outro. Então é mais vantagem você colocar uma rede maior e pegar o que vale 3kg, 4kg de sairú. Pra mim, no meu modo de pensar, não sei se todo mundo pensa igual. Ele eu solto lá dentro do rio, é mais vantagem. Por que vai tratar de outro peixe como o sairú vai alimentar outros peixes, vai aumentar a produção do outro. A traíra, aquele piau dá em cima do sairú também. Aqui em cima, tinha uma represa Mangaravite, a traíra de lá era só uma trairinha pequena, traíra magra. Aí o [fulano] começou a pegar latão de sairú aqui na tarrafa, colocava dentro da água, ia de carro e soltava tudo lá. Aquilo foi infestando, porque desova muito, e hoje em dia tem muito sairú lá. Você coloca a rede lá e só pega traíra grande. Você só pega pequena, se você quiser pegar pequena. Quer dizer, aumentou a produção delas, elas foram comendo. Porque teve comida pra elas, ele levou alimentação pra elas, porque elas tinham quase que comer uma as outras. Uma come até a outra, quando não tem comida. Mas aí teve comida pra ela. Quer dizer, é uma coisa que vai ficar para a história, porque foi o [fulano] que fez aquilo lá, que fez aumentar a produção. Não tem nem esse nem aquele que fale, ah quem trouxe esse peixe pra cá fui eu. Ah não foi não, foi o [fulano], todo mundo sabe disso. Só que foi uma coisa que não foi registrado, não foi tirado retrato nem nada, mas nossa confiança é o que vale, nos aqui sabemos que foi ele que fez aquilo lá. **(Pescador, 44 anos, entrevistado em outubro de 2006, em companhia de sua esposa e vizinho).**

A avaliação de que as condições atuais de pesca e comercialização, enquanto modos de resistência a todas as formas de expropriação anunciadas são mais favoráveis, tomam em

conta, no caso deste entrevistado, estabilidade da moeda, que assegura projeções ou racionalidades ao projeto de trabalho. Esse fator é assim destacado em contraposição aos momentos vividos em ascensão inflacionária.

Porque estava naquela época de infração brava. Comprava um quilinho das coisas, tinha vez que ficava faltando coisas pra trás, tinha vez que comprava um pó de café e tinha que deixar pra comprar o açúcar no outro. Mulher ficava brava em casa, tinha que torcer cana lá [usar caldo de cana para substituir o açúcar], pra poder coar um café em casa, era um sufoco danado. **(Pescador, 44 anos, entrevistado em outubro de 2006).**

## **5.6 Enquadramento institucional**

Os pescadores, como foi demonstrado, organizam-se com base em relações personalizadas, construídas em torno de rede de parentesco, relações familiares e vicinais, mas reordenam esse universo social, em contextos de maior intervenção econômica e política, pela criação de alianças personalizadas e nominadas com alguns dos funcionários que se abrem para relações de troca nos termos em que são possíveis ou coadunantes com o universo de compreensão dos pescadores.

A maior referência e dependência frente a instituições se devem aos mecanismos estatais de controle sobre a atividade e a utilização de recursos naturais. Ao tentar legitimar regras de proibição da pesca entre trabalhadores dela dependentes, os agentes estatais criaram legislações de trabalho e reconhecimento dos pescadores como trabalhadores. Definiram, então, o direito ao salário defeso, contrapartida à suspensão da pesca. Todavia, este não é um direito autoevidente, até porque, os mecanismos institucionalizados não se aplicam facilmente à complexidade das formas de construção das relações de trabalho, ao sistema hierarquizado, entre os companheiros e à integração do trabalho familiar da esposa e dos filhos.

Na época do defeso, a gente recebe o seguro do defeso, que é um salário por mês pra quem tem o registro. Só eu, por enquanto minha esposa não entra, porque ela não está registrada ainda, porque houve um balanço lá e está havendo muita fraude lá, por causa de receber seguro desemprego. Cada hora mudam as exigências para fazer inscrição. Na minha época eu já tinha o registro do IBAMA, da Marinha então eu levei tudo. Então não era registrado com colono. Tinha tudo, nos fizemos o curso, na nossa época a coisa era bem mais impressada. Eu ainda sou um dos primeiros, porque eu já pagava o INPS como pescador. Eu nem sabia que era segurado especial, não sabia de nada disso, aí eu fui lá no INPS e falei, porque eu queria tirar a carteira de trabalho. Porque como pescador eu não tinha documento nenhum que

provasse que eu era pescador, aí eu tirei a carteira do IBAMA. **(Pescador, 41 anos, entrevistado em setembro 2008).**

Sendo um mundo distanciado do universo social dos pescadores, eles apresentam as instituições pelos mal-entendidos, pelas controvérsias, pelas experiências frustradas de correspondência a exigência de documentação e construção da identidade profissional. Tal é o caso da sistematização desse entrevistado que profere, de modo incisivo, uma afirmação de difícil entendimento.

Pago o INSS, dois meses no ano. E assim foi a vida, eu morando numa ilha, os outros companheiros paravam de pescar e eu continuei sozinho. **(Pescador entrevistado em setembro de 2006, em sua residência, na companhia de sua esposa e vizinho).**

Temos a carteira da Marinha. Mas é muito difícil de tirar. Menina, meu Deus do céu! Eu tive de nadar mil e quinhentos metros mar a dentro, pra poder tirar [se refere ao grau de dificuldades das provas de habilitação para sua profissionalização]. É, com helicóptero acompanhando por cima, pra pegar ela [a carteira profissional] lá, em Macaé. Eu fiz lá dentro d'água mesmo. Essa daí [outra carteira] vem do convênio com o meio ambiente. Faz convênio com o meio ambiente. **(Pescador, 50 anos, entrevista realizada em sua residência).**

As dificuldades se ampliam pelas alternativas de múltiplas afiliações tanto ao sindicato, como à colônia de pesca ou à associação, para o caso dos pescadores do baixo Itabapoana. Esta última, sendo de construção de representação política segundo critérios relativamente internos ao grupo, tende a ser melhor compreendida, até porque pressupõe objetivos mais amplos.

Sou registrado como pescador profissional. Sem isso os problemas com a fiscalização seriam maiores. Além disso, não tinha como receber na época do defeso. Pelo menos não somos mais clandestinos. **(Pescador, 30 anos, entrevista realizada na residência, setembro de 2006).**

Eu era associado, mas foi subindo a mensalidade, aí eu parei de pagar. Eu pago à associação. Ela defende nossos interesses. Quando a gente precisa de crédito pra reformar a casa, uso o pronaf... Eu também pago a Colônia de pesca. **(Agricultor e pescador, 42 anos, entrevista realizada em sua residência, em março de 2008).**

Sendo assim, no que diz respeito às instituições de produção de saber e orientação técnica, os pescadores e pescadoras entrevistadas só lhes reconhecem pelo nome do funcionário com o qual manteve relacionamento personalizado. Para efeitos do tema tratado nesta tese, a referência seguinte é muito ilustrativa. O entrevistado esteve compondo equipe por prestação de serviços, mas não conhece a instituição. Relata a experiência demonstrando a

intermediação de um professor local da universidade que o integrou em equipe de caracterização da ictiofauna do rio Itabapoana.

Acompanhei a equipe da Prof<sup>a</sup>. S. nas pesquisas sobre os peixes do Itabapoana. A Prof<sup>a</sup> pediu [fulano] que conseguisse alguém para pescar. [Ele] chamou [outro]. Como [o outro] não podia ficar muito tempo por causa do trabalho dele, eu continuei. Eu saía junto com a equipe, a gente armava as redes, esperava, e depois fazia a despesca. Aí tirava os peixes, contava, media, via as espécies que tinham, separava o que ia levar para ser estudado no laboratório da UFF, em Niterói. Foi muito bom pra mim, porque aprendi os nomes científicos, ficava com eles enquanto eles estavam estudando os peixes aqui. Mas foi só isso.

Não participamos mais de atividade do Projeto Managé, foi só essa parte. Como não temos associação, também fica mais difícil. Por isso sou a favor da associação. Mas nem todo mundo quer. Às vezes até querem, mas na hora de fazer mesmo, ninguém quer assumir as responsabilidades. Mesmo assim, temos pedido ajuda para Antônio [Consórcio Itabapoana] para formarmos a associação. Nos reunimos com ele, discutimos o que seria necessário, mas ele disse que era preciso que o grupo se empenhasse. O que acontece é que na hora H, é só um ou outro. **(Pescador, 30 anos, entrevista realizada na residência, outubro de 2006).**

Outras instituições são reconhecidas pelo temor ou sentimento de injustiça, dado que sobre elas recai apenas o papel de fiscalizadora. Nesse aspecto, os sistemas de saberes dos pescadores são ampla e frontalmente contrapostos aos dos técnicos e fiscais, em tese pautados, no conjunto de leis, normas e regulamentos.

Ah, dizem que tem muita caratinga, eu não sei não, por que eu nunca entrei lá. Por que é aquele negócio. É uma reserva florestal, é uma área restrita mesmo, que nós não podemos entrar, porque é aquele negócio, às vezes nós estamos lá dentro da mata, aí vem um sujeito que não sabe que nós somos pescador e vai achar que nós vamos caçar lá.

Tem um rapaz que estava pra fazer a casa dele, porque ele estava pra casar, ele precisava da madeira de lá, de dentro da reserva, e tem um rapaz lá que tem uma motosserra autorizada, porque ele trabalha na roça fazendo cerca pra um e pra outro. Então o rapaz teve que ir a Guaçuí com a policia florestal e foram lá e liberaram uma tora pra ele cortar, mas uma tora só e de uma árvore que já estava morta. Ele mostrou o lugar que ia sair e que não ia fazer arrastão na mata.

A perseguição existia, porque os outros lugares para fora tinham facilidade para tirar documento. E nós aqui não tínhamos, e de fato até hoje tem muita gente que é boba com isso ainda, que não acredita. E o A. falou: - Vou documentar vocês, porque, às vezes, nós estávamos pescando e aí vinha a policia em cima. Ia armar a rede num rio, era uma propriedade e vinha o fazendeiro ou o empregado e dizia: - Oh eu não quero que pesquem aí não, senão vou chamar o Ibama.

A gente logo saía, com medo dele chamar mesmo, com medo de ser preso. E o A., vendo isso, falou que ia documentar nós e deu pra cima, fez reunião com o [fulano], que trabalhou muito tempo em Itaperuna, do Ibama ele.

Então o Eduardo veio, aí reuniu os pescadores, veio o pessoal de Macaé e deu curso pra nós e foi indo e assim nós tiramos a carteira, tiramos os documentos todos.

Daí, depois disso, eu ouvindo a Voz do Brasil, começa a falar de colônia e nós achávamos que esse negócio de colônia era só lá pra pescador de alto mar, essas coisas de embarcação grande. Aí, eu ouvindo aquilo, daí falava que os pescadores deviam procurar suas colônias para dar entrada no seu seguro desemprego, eu comecei com a reclamação com o advogado, (...), aí ele falou: - Olha (...) você tem todo direito mesmo, eu não mexo com essa área não, minha área é só criminal, mas pela lei vocês têm direito sim.

Aí ele falou (...) que existe essa lei todinha, até os irmãos deles são tudo colado com [fulano] por causa dessas coisas de política, aí mandou eu ir para o Ministério do trabalho, aí eu fui e daí que surgiu a declaração. O Ministério do Trabalho é aqui mesmo [Bom Jesus do Itabapoana]. Aí me deram as informações todinhas, disseram o que eu tinha que fazer. Aí me falaram que a Colônia mais próxima daqui, estava até começando na época, é a de São Francisco do Itabapoana. Aí que eu vim cá na casa do S., aí ele ativou todo mundo, aí fomos no A., [Ele] mais uma vez abriu mão pra todo mundo, nos vamos lá sim. Arrumou um ônibus no colégio[Colégio Agrícola da UFF em Bom Jesus] pra levar todo mundo, e foi todo mundo. Filiou todinho. Até na época eu tinha INSS, comecei pagar todo mês, depois passei a pagar de seis em seis meses. Eles olharam lá tudinho, eu já era segurado especial, eu já podia estar recebendo há mais tempo, mas eu não era filiado da colônia. Aí passou a valer só daquele dia em diante, que eu filiei na colônia. Eu já era segurado especial porque eu já pagava como pescador, eu já tinha documento do IBAMA e pagava com pescador.

Para tirar a carteira do IBAMA, foi o A., professor, aí ele trouxe o cara certo do IBAMA, o Eduardo esse que está em Macaé hoje, porque agente ouvia falar em policia florestal e só dava nós entrando para o meio do mato com medo, eu mesmo já perdi até boné. Aí ele explicou que policia florestal não é pra nós correr. É sim, se não tiver legalizado. Explicou que nós tem que ser unido com o guarda florestal e fez nossa cabeça. Conscientizando que nós temos que denunciar, explicou da tarrafa, quando pesca com tarrafa que é pior para os peixes. E isso foi melhor para nós.

Foi melhor sim. Porque hoje em dia nós não corremos mais da florestal. Ao contrário, nós procuramos por ele, pra pedir informação. E para pescar também foi melhor. Foi melhor, porque hoje em dia nós pescamos com rede maior, não pegamos filhote de peixe como era antigamente. E para vender também. Foi melhor para nós poder comercializar ele, um peixe maior.

A rede de malha cem, quase todo ano ela é liberada. Porque depois foi descoberto que o bagre do nosso rio ele é um peixe que tem o ano inteiro, ele é um peixe que é difícil pescador pescar ele, por que ele não é um peixe de rede, ele cai na rede, mas é muito difícil ele cair na rede, porque ele tem medo.

O que acontece é o seguinte: eles entram nas árvores subterrâneas, eles pegam as ovas do outro, a mesma coisa que outro faz. Ele não é predador igual o outro, porque o outro vai comendo e deixando pra trás igual pato faz, aí na hora que come, encheu a barriga e fica só nadando, ele não é igual o outro. Ele encheu, ele já para, ele fica só nadando.

E tem outra coisa também que o A. descobriu com uns bagres que eu levei pra ele, porque ele queria fazer uma criação com bagre em cativeiro. Pesou ele pra ver quanto que ele ia engordar, pra fazer desova e vender para o produtor. Diz ele que, em cativeiro, ia engordar mais, e o bagre conseguiu passar a perna no A. Eu falei para o A. que eles iam desovar agora no inverno, na época do frio, porque eu vi na beira do rio, na época do frio, de cerração baixa, eles ficam se batendo, fazendo aquela bagunça, eles ficam na beirinha do rio. E eu falei que eles iam desovar naquele mês. E o A. disse: não rapaz esses aqui só no final do ano. No final do ano ele foi pegar e eles estavam tudo enchendo a barriga pra desovar outra vez. E o açude estava tudo cheio de bagrinho. Aí ele chegou pra mim e disse: não é que desovaram no frio mesmo! Aí que ele foi descobrir que eles desovam no frio. Então eles desovam duas vezes no ano, de maio até junho e de novo no fim do ano, de outubro a novembro. Ele não é fácil de vender, mas a gente vende. Não tem muito comprador não, mas consegue.

**Esposa:** É por que as pessoas falam que tem menos espinho, para as crianças.

**LC:** Agora que está animando pescar bagre, porque agora tem uma família de chinês que tem uma pastelaria. Eu não sei menina, eu acho que eles comem ele cru. Dizem que eles pegam um molho cru com pimentão e cebolinha, batem no liquidificador com tomate e tudo e limpam o peixe, só repicam ele, só retalham ele só, e botam no molho ali, e deixam uma meia hora e depois comem.

**LC:** O que prejudica nós aqui é o bagre africano, porque a tilápia só come capim e lodo. Ela não é predadora de outros peixes. O único que tem é o bagre africano. Mas o bagre africano a gente está vendendo 7 reais o Kg. **(Pescador, 44 anos, entrevistado em outubro de 2006, em companhia de sua esposa).**

Em alguns casos, mesmo que instituições de ampla presença no plano municipal sejam reconhecidas pela ausência, já que, longe de serem percebidas como órgãos do Estado que devem oferecer serviços públicos e assegurar direitos diferenciados, no caso aos pescadores, operam sob reconhecimento de outras formas de aliança, contrapondo-se aos interesses e à reprodução dos pescadores.

No caso dos roubos, recorremos sempre na Delegacia Legal. Mas não resolve nada. Sobre a maré, no ano passado nós fizemos um abaixo assinado e levamos na Colônia, que também não resolveu nada.

Mas a Colônia também é lá em Gargaú. Ela é boa para ver coisas da previdência social. É ela que preenche o carnê e tira xerox dos documentos. Mas aí vem outro problema: temos que abrir firma, e só aceitam se abrimos firma no cartório em São Francisco. A gente gasta um dinheirão e gasta tempo. E quando vai lá e não resolve, tem que voltar depois. **(Pescador, 30 anos, entrevista realizada na residência, em janeiro de 2006).**

A prefeitura não tem programa para o pescador. Não, nenhum. Não tem nada para pescador. E os outros eu não participo. **(Pescador, 34 anos, entrevista realizada na residência, outubro de 2006).**

Fundamentando-se em redes locais de conhecimento e interconhecimento, articulando a atividade produtiva às relações de parentesco, vizinhança e camaradagem, os pescadores, vivendo uma impositiva situação de enquadramento profissional, por exercício de deveres e direitos, vão se adequando por aberturas mediadas de universos sociais.

Eu não quero mudar de profissão, posso até mudar, mas não é nosso sentido. É profissão e diversão minha. Eu se eu tiver em casa e senão tiver uma linha e uma rede pra eu consertar, é o mesmo que se estivesse faltando alguma coisa. Sempre morei na beira do rio, eu já ficava dentro do rio. Às vezes quando eu morava lá na outra casa, um pouco retirado, mas perto do rio, quando não tinha nada pra fazer, eu ia pra lá e ficava de coque na beira do rio. **(Pescador, 44 anos, entrevistado em setembro de 2006, em companhia de sua esposa e vizinho).**

Embora estejam dotados de quadro institucional de referência e controle, posicionam-se diante do reconhecimento de direitos por uma curiosidade instigada pelos instrumentos ao alcance no cotidiano ou por relações privilegiadas em que elegem amigos entre funcionários institucionais.

A gente toma conhecimento dos direiros no rádio (a Voz do Brasil), do [membro do Consórcio do Itabapoana], do Colégio Agrícola. Do colégio agrícola primeiro. Pelo rádio a gente ouvia que tinha que tirar os documentos. Nós sempre ouvimos às 7h e de noite. **(Pescador, 44 anos, residente em Bom Jesus de Itabapoana, entrevistado outubro de 2006, em companhia de sua esposa e vizinho).**

Nesse processo de aprendizagem, inclusive pelas exigências de delegação da representação política e da construção de interesses coletivos, alguns entrevistados vislumbram a associação de produtores como instituição eficaz ao encaminhamento de reivindicações e demanda de resoluções a seus problemas. Percebem assim que apenas por delegação conseguem participar indiretamente do quadro institucional local.

Pretendemos criar uma associação. Com a associação fica mais fácil, porque ela ficará perto. A gente recebe mais atenção quando dá queixa na polícia, para fazer projetos e conseguir financiamento. Nós faríamos uma espécie de cooperativa, porque os pescadores não têm freezer. Também não temos lugar para vender durante a semana inteira. Uma outra coisa é que queremos fazer tanque rede para ter peixe o tempo todo e não termos problemas na época do defeso. **(Pescador, 30 anos, entrevista realizada na residência, em outubro de 2006).**

O longo e auto centrado discurso de uma das representações delegadas revela de forma exemplar as dificuldades de participação em quadros institucionais onde o sistema de dominação se referencia pelo aparato legal e pelo exercício de papéis técnicos. Relatando uma longa experiência de participação como representante dos pescadores, o entrevistado se atribui autor de projetos coletivos, atribuindo à sua participação e explicitação pública do ponto de vista, fundado evidentemente em experiência pessoal, um total acatamento, acompanhado de um reconhecimento público de sua singular astúcia e capacidade projetiva. Refere-se, então, aos planos que ele elaborou e foram aprovados. Nesses termos, a posição de representante delegado corresponde a suas qualidades pessoais, reafirmadas pelos seus companheiros

representados. Nesse caso, como várias pesquisas têm demonstrado, a capacidade e auto-  
autorização da fala pública são critérios decisivos para o exercício da representação delegada.

Primeiramente, às vezes, vamos lá que eu boto um filho no hospital e ele não teve um bom tratamento pelas enfermeiras ou até pelos médicos. Às vezes a gente chega, fala com um certo tipo de ignorância. Mas será que as enfermeiras que cuidam de um doente, de um velho, será que elas têm um salário digno pra fazer isso? É difícil, aí às vezes o mau tratamento é porque não ganha o suficiente. E rapidinho eles tiveram 40% de aumento, rapidinho.

A mesma coisa é um policiamento, ele avista um bandido no morro, ele joga a vida dele, às vezes para defender a vida de um brasileiro. Qual é o salário que paga a vida de um humano? Existe esse salário? Quantas polícias têm morrido em tiroteio com bandido? Que salário ganha uma polícia, gente? Que absurdo!

Um pescador, ele pesca, tudo bem, quando fecha a pescaria, ele vai receber a piracema. Um pescador é muito difícil dele ter menos de 4 filhos, muito difícil. Você pode procurar por aqui, todos eles têm 8, 10, 12. Quase todo mundo. Quando chega a piracema, ele recebe um salário, 4 meses. Às vezes recebe depois que vence os 4 meses. Como pode um pai desse dá comida pra esses filhos! Ele tem possibilidade? Ah? Isso é um absurdo! Levou pagando 3 anos pra ter um direito à piracema. Se ele não anda direito no primeiro ano do imposto dele pago, ele vai ficar parado também, que nem os outros, no ano que vem. Se ele tem que ficar parado como os outros, eu acho que ele terá o mesmo direito que o outro tem: receber. E foi aprovado, todo mundo recebeu. Com um ano de carteira recebe. Todo mundo que já foi aprovado.

Um professor, ele está lá na escola, com um filho que você manda. A responsabilidade com nossos filhos, quando está em casa. Somos nós, depois que vai lá pra escola..., é dele. Que salário miserável ganha um professor, gente? Você gastou tanto pra formar um filho! Muitos, depois de formados, nem um emprego têm.

Que Brasil é esse? Nós estamos aonde? Então, esse foi um dos diversos planos que eu levei. Foi aprovado, os professores aumentaram o salário. O policiamento hoje já ganha quase um salário digno, que não é digno ainda, porque é um arriscamento de vida. O pescador que levava três anos pagando os impostos, hoje com um ano já está recebendo. Assim foi a aposentadoria. Que eu briguei demais.

Essa briga, às vezes a gente conta e muitos acreditam, muitos não, mas foi briga minha no Rio, briga mesmo e nessa foi em Brasília. Um trabalhador da roça, um pescador, aposentar com 65 anos e a mulher aposentar com 60. O cara que mora na roça, ele com 65 anos, ele está morto. Se ele não foi uma pessoa muito bem tratada, muito bem conservada, parece na entrevista, brasileiro está morrendo com 60 anos. Então, eu achava um absurdo. Uma mulher que vive arrastando uma enxada, trabalhando, ela com 60 anos quer aposentar mais pra quê? Ela está morta! E por favor, eu pedi por favor, que mudasse, a mulher pelo menos com 55 anos e o homem pelo menos com 60, porque eu com 60 já não agüentava mais trabalhar. Eu já passava necessidade, porque eu não agüentava trabalhar e com 5 meses, já estava aposentando com 60 anos e com 55, modo ainda está aposentando até hoje, sendo da roça. Essa luta foi toda em Brasília. Foi pelo Projeto Mosaico, da Petrobrás. E foi aprovado, graças a Deus, ganhei um salva de palmas no meio de mais de 300 pessoas, fui muito bem recebido. Quando acabou a reunião mesmo, a mulher, né, que era até tipo uma japonesa, veio cá perto de mim, eu estava sentado debaixo de uma cabana, tomando um refrigerante, e ela disse: - Eu nunca vi uma pessoa da roça ter uma cabeça igual a do senhor. É um computador a sua cabeça. E falou coisas que eu vejo gente aí, que é juiz, que é advogado só falar, para o lado dele. O senhor não, o senhor pensa muito diferente. Pensa no seu lado e no lado dos outros também. Na mesma hora eu disse a ela: - Oh, nós não estamos em reunião não senhora, mas, senhora doutora, nunca, nunca a pessoa deva falar pro outro: eu quero, eu preciso, é pra mim. É

diferente, nós queremos, nós precisamos. Porque eu não estou pedindo pra mim, a palavra é muito diferente. Quer dizer, eu quero, eu preciso, não vai modificar um pouquinho. Nós queremos, nós queremos, eu quero, você quer, o outro quer. Eu preciso e nós precisamos é um pouquinho a palavra diferente, não é? Aí ela disse: - Muito apoiado, muito apoiado. Mais foi um encontro maravilhoso! Eu daqui fui o único que fui à Brasília pelo Projeto Mosaico.

Lá tinha gente do Brasil todo. Foi um encontro mesa redonda. Eu já fui pelo projeto Mosaico, por conta da Petrobrás. Uns às vezes iam pelo INCRA, por conta do INCRA. Outro já ia por conta do não sei do que lá. Grandes firmas, grandes empresas. E não é discussão, nada não. Nós fomos assim, fomos nós três, pra fazer uma reunião, naquilo que você quisesse tocar tinha alguém ali pra te responder. Se eu quisesse saber de alguma coisa, eu fazia a pergunta pra ela, ela ali tinha um que era daquele em diante que ia explicar, responder. **(Pescador, entrevista realizada em sua residência, abril de 2008).**

O Pescador explica ainda:

Aqui no Assentamento de Tipity nós somos uns 150 a 200 pescadores. Mas somos mais, de Barra de Itabapoana, Gargaú, Guaxindiba. Eu represento todos eles. Qualquer problema sou eu mesmo. É qualquer problema. Aliás, que não só isso. Mesmo pelo INCRA, acha que está tudo na mão da gente, mas não está na mão da gente. A gente corre em cima, o que me pedir, eu vou procurar onde está. Ou o que precisa, vamos dar um jeito. Se for com você, eu vou a você. Se você disser que é ele, eu vou onde está ele, pra desenrolar. O pessoal daqui sempre me procura, sempre a mim, tanto vai pelo INCRA, como pelos pescadores, seja de Gargaú, Barra e aqui. Gargaú já está mais perto lá do seu Aldo, que é quem faz a carteira da Colônia. Nós somos ligados, somos documentados na colônia. A colônia sabe que existe nós aqui, sabe que nós somos pescadores daqui. A colônia é uma representante nossa, mas pra quem não sabe o que é colônia, ela é especial. É especial porque só tem ela. Só que eles, eles me respeitam, porque quando eles têm uma dúvida, eles vêm a mim. Só que eu acho, que eu quem devia ir a eles. Por que eu acho que eu quem devia ir a eles? Porque eu sou um simples pescador. Eu sou um simples pescador. Eu fiz uma entrevista aí, com umas 40 ou 50 pessoas do Rio. Você está bem lembrada o que a professora foi falar com Alexandre?

**Ma:** Que era uma farsa, que ela achou que ele era uma farsa, porque respondeu muito.

**P:** Porque você está me usando de chinelo, sabe que eu sou pescador, sou nascido e criado aqui. Todo mundo me conhece. Eu não sei o que ela pensou, se tinha um disfarçado. Porque eles perguntaram e de modo que eles ficaram meio assim, né? A gente é um cara assim, que nem é bobo. Se vocês quiserem fazer qualquer tipo de pergunta, qualquer um, pode fazer que eu estou pronto pra responder e aí começaram. (pescador, 61 anos, entrevista realizada em sua residência em abril de 2008).

A referência da Colônia como representante dos pescadores é percebida de forma distinta por pescadores do médio e do baixo Itabapoana. Para os primeiros, localizados mais distantes (cerca de 70km, com escassos meios de transporte), esse vínculo ainda é recente, iniciado a partir do momento que o registro profissional de pescador deixou de ser feito pela representação regional IBAMA e foi assumida pela Colônia. Em depoimentos, foram unânimes em reconhecer a entidade que os representa, mas foram enfáticos em revelar que não se sentem

por ela representados, na medida em que a diretoria não encaminhara suas reivindicações a respeito da usina hidrelétrica.

### **5.7 Os pescadores de rio e os sistemas de gestão do Itabapoana**

Nas políticas de gestão de recursos hídricos em curso, a participação social tem sido um componente central nos princípios que a direcionam. Contudo, experiências anteriores da autora da tese com conselhos municipais de diversas políticas setoriais, implementados em regiões de forte desigualdade social, demonstraram que muitos representantes de organizações civis conquistaram e consolidaram acentos em instâncias deliberativas, porém sob grandes dificuldades (SIQUEIRA, 1999). Muitos são os limites para darem continuidade a esta atividade e exercê-la como propositores, formuladores e elaboradores. Isso não só pelas disputas aí dramatizadas, como também pelas limitações de recursos financeiros e de infraestrutura, bem como de conhecimentos específicos e domínio de códigos que os motive a transitar por espaços nos quais os discursos possuem suas especificidades, raramente de domínio público.

Sendo assim, se as dificuldades de adesão ocorrem motivadas por problemas ligados a setores com os quais os indivíduos demandam serviços em seu cotidiano, como no caso da saúde, da educação, da merenda escolar; em tema como meio ambiente - aparentemente mais difuso no seu dia-a-dia, esta situação se agrava, levando à ausência de indivíduos e grupos nos espaços de debate público e de decisão. Tal posicionamento acaba por contribuir para a reprodução de grupos que estão em posições dominantes e que sempre se fizeram hegemônicos no trato e nas decisões sob as políticas a serem implementadas.

Direcionam-se, então, a atenção para a desigualdade de condições às vezes presentes nesses espaços de concertações e negociações e que influencia nas relações de poder em jogo. Esses grupos não estão num mesmo plano. Algumas concepções, que pressupõe os vários agentes como parceiros (na fantasia de igualdade hierárquica de poder) nas negociações políticas, não trazem a dimensão da diferença sociopolítica. Essa constatação traz a tona alguns setores chaves para o processo de construção de espaços públicos fundamentados na representatividade, na autonomia e no exercício da democracia.

No que diz respeito aos problemas ambientais, por mais que eles afetem a todos, há uma profunda diferença nas formas com que cada setor está exposto e como se defende. Concorda-se com Hogan quando ele afirma que ainda persiste o mito de que problemas como esses “estão acima dos interesses das classes sociais e dos conflitos gerados por esses interesses distintos”. Ainda segundo esse autor, “as conseqüências da poluição ambiental para o ser humano não são distribuídas igualitariamente entre a população”. (HOGAN, 1995, p.8) Acrescenta-se aqui que também é diferente a distribuição dos meios de se defenderem desses problemas. Assim sendo, a representação da relação com a natureza não-humana, a identificação (ou não) de problemas oriundos dessa relação e as respostas a eles são distintas.

Dessa forma, concorda-se também com Hannigan (1998), quanto ao reconhecimento de que os problemas ambientais são definidos através dos processos sociais, políticos e culturais, e que problemas e soluções resultam em processos de definição social, legitimação e negociação dinâmica nas esferas pública e privada, acrescentando-se, diante da situação dos pescadores analisada, o forte peso das relações personalizadas e de camaradagem.

Os depoimentos dos pescadores demonstraram que um deles fez parte da equipe da UFF/Projeto Managé, que desenvolveu a pesquisa sobre a ictiofauna do Rio Itabapoana. Entretanto, não participou em mais nenhum momento dos espaços criados, ressaltando que um dos limites é não fazerem parte de uma associação e não se sentirem representados pela Colônia de Pesca. Outros, no entanto, se referem várias vezes ao técnico do Consórcio do Itabapoana, a quem recorrem para questões pontuais como obter informações e organizar a associação de pescadores. Ao cruzarmos essas informações com o depoimento do técnico do Consórcio, foi possível verificar que os pescadores além das requisições já citadas, também recorrem aquele organismo para denunciarem os problemas ambientais a que estão submetidos, mas que são encaminhados para os órgãos governamentais de fiscalização do ambiente.

Nessa perspectiva, a construção de projetos coletivos passa necessariamente pela compreensão desses modos e canais de expressão, sem os quais qualquer estratégia de fortalecimento de espaços públicos formalizados está fadada a ser mera retórica.

## CONCLUSÃO

“... Nasci e me criei aqui. Nosso quintal emenda com o rio.  
Esse rio é tudo pra nós.”  
Pescador do Rio Itabapoana, janeiro de 2006.

A tese apresentada procurou analisar os processos, espaços e embates sociopolíticos na gestão das águas na Bacia do Rio Itabapoana. As problematizações que cercam a questão do controle e gestão de águas não é algo que se inscreve somente de maneira localizada, mas mundialmente. Considerada, por muito tempo, como infinita e gratuita, atualmente o debate em torno da água como um bem em situação de risco tem se colocado de maneira incisiva, imprimindo os mais diversos interesses e contradições. Os processos socioambientais incorporados nesses impasses tornam o gerenciamento e valores referentes aos recursos hídricos ainda mais complexos.

No percurso da tese, partiu-se da hipótese geral que a confluência de recursos, sejam eles financeiros, técnicos ou políticos, por parte da ação de agentes e grupos sociais, em suas redes de relações, possibilitaria a reprodução ampliada do espaço social fortalecendo os espaços sociopolíticos produtores dos projetos coletivos em torno da gestão das águas na bacia do Itabapoana.

Dessa forma, a estrutura de representação e gestão territorial regional construída no processo aqui analisado, estaria consolidada como instrumento de indução e viabilização de políticas públicas integradas, em termos setoriais, das instâncias de governo e territoriais, capazes de responder aos interesses regionais tradicionalmente desprestigiados e desconsiderados, voltados para um desenvolvimento sustentado, inclusivo e distributivo, social e espacialmente.

A análise do processo de construção de espaços sociopolíticos para a gestão das águas do Vale do Itabapoana evidenciou que se tratava de um amplo trabalho de mobilização e reorganização sociais com características de planejamento territorial, para além de gestão das águas em seu senso estrito.

É possível concluir que se afirmou uma identidade territorial regional no espaço social do Vale do Itabapoana, ampliado territorialmente com a incorporação de outros municípios sob

o atributo de Bacia Hidrográfica do Itabapoana, em decorrência do seu reconhecimento e legitimação por parte das instâncias de Governo supra-municipais, que passaram a tê-la como unidade de planejamento e intervenção, nos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, e de implementação de políticas públicas, através de diversos projetos de diferentes ministérios. Os espaços públicos e instâncias inter-municipais e inter-estaduais – Consórcios, Comitê, Conselhos e Fóruns – foram reconhecidos pelos agentes supra-citados e pelas instituições representativas da sociedade, contempladas nesses organismos, como espaços de discussão, defesa de interesses e pontos de vista e de formulação e encaminhamento de propostas e projetos. Um conjunto de ações públicas e privadas, representando forte ingresso de recursos, foi implementado a partir da mediação dessas instâncias. Pode-se considerar que o recorte sócio-territorial de uma Bacia Hidrográfica possui potencialidades de construção de identidade e de estruturas integradas de representação, mediação e ação, no que toca à gestão pública.

No entanto, conforme a tese revela, tal fato não se deu em prejuízo ou exclusão, ou desaparecimento das formas, estruturas e instâncias tradicionais de intermediação política entre sociedade, grupos e instituições sociais locais e instâncias supra-locais de governo, no encaminhamento a acesso aos recursos, ações e políticas públicas, autoritários, clientelistas, elitistas, anti-democráticos, eleitoreiros.

Pelo contrário, formas pretéritas e criadas coexistiram e coexistem, de forma concorrente, tensa, mas viva. A tradição aqui apontada é responsável pela elaboração de políticas públicas setorializadas, fragmentadas e atomizadas nos ministérios e agências governamentais produtoras de projetos. O acesso às mesmas reproduz a concentração e seletividade espaciais e sociais predominantes, produzindo a exclusão de micro-regiões, municípios e grupos sociais majoritários.

A construção institucional preconizada pela equipe do Projeto Managé possibilitou a visibilidade de muitos desses segmentos sociais (associações de moradores, de pequenos produtores, de artesãos, de ambientalistas), a emergência dos mesmos enquanto entes coletivos representados pelos espaços públicos institucionalizados e o seu reconhecimento e legitimação pelas instâncias governamentais locais e supra-escalares. Constituiu-se, deste modo, em efetivo mediador do acesso a recursos e ações públicas, voltadas para as prioridades definidas, até certo ponto, nessas instâncias de representação dos interesses dos agentes e grupos sociais da

Bacia. Isto se evidencia no conjunto de projetos, programas, ações e recursos nos quais esses municípios se viriam incluídos, possibilitados por esse processo.

Não obstante não se deve superestimar tal papel nem considerá-lo o único e, mesmo, em diversos momentos e aspectos, o principal processo de representação política e intervenção nos municípios da Bacia.

A tensa convivência entre formas tradicionais e novas produz uma resultante complexa e multifacetada, mas hegemônica pelas primeiras. Essas tampouco se efetivam de forma exclusiva, sendo obrigadas a conviver com as instâncias criadas e reconhecidas. Embora de forma ainda frágil, enraízam-se e se disseminam por darem sustentação a algumas ações de geração de trabalho e renda, de produção e de implantação e ampliação de infraestrutura. A condição de municípios pequenos e com baixíssimo dinamismo econômico e conseqüente força política, os impele a manter as formas associadas de representação, reivindicação, concertação e negociação com instâncias governamentais superiores, das quais são altamente dependentes – graças à estrutura fiscal federativa - em termos de recursos e políticas.

O que aconteceu foi um processo de apropriação das novas formas e estruturas pelos agentes das formas tradicionais de ação política, num esforço permanente de colocá-las a serviço das práticas não-democráticas tradicionais, por parte dos grupos de poder locais. No que diz respeito às instâncias governamentais, responsáveis pelo repasse de recursos e pelas ações de governo, durante cinco anos alguns Ministérios (Meio Ambiente, Integração Nacional e Trabalho) de forma relativamente alternados, responderam às solicitações locais de fazer convergir recursos para as instâncias regionais criadas (Projeto Managé, Consórcio do Itabapoana, Manarte). Também havia situações em que os recursos só poderiam chegar a essas instâncias se intermediados pelos governos dos Estados (Ministério do Trabalho), mantendo-se a compartimentalização dos programas e projetos; a setorialização e a fragmentação dos mesmos; espalhados pelos ministérios, com concepções, formas, regras e normas diversas, concorrentes e, muitas vezes, incompatíveis. É dessa forma que as diferentes ações chegam aos municípios da Bacia, que, no entanto, conseguem atribuir-lhes, muitas vezes, o caráter associativo, coletivo, regional.

As redes formadas variaram em composição conforme os interesses dos agentes em jogo. É válido lembrar, que nessas redes houve entradas e saídas de agentes. Inicialmente as redes foram de caráter técnico-político (profissionais de universidades, órgãos de assistência

técnica, extensão rural, fiscalização ambiental, prefeitos, representantes de Estado, governadores, vereadores), ampliando para sócio-técnicos; político-políticos, e por último socio-técnica-política.

Não se pode esquecer que, antes desse processo, esses municípios eram praticamente invisíveis, desprestigiados, desconsiderados ou, em outras palavras, praticamente fora de ações e projetos de grande impacto na economia, sociedade e infraestrutura locais. O Poder Público mantém a dimensão fragmentada da concepção, elaboração e implementação de políticas públicas. Mas, no Vale do Itabapoana é induzido, em muitos momentos, a passar pelos espaços públicos regionais e a regionalizar – o que é uma forma de integração territorial – suas ações. A sociedade do Vale é motivada, muitas vezes, a colocar seus pleitos nesses espaços públicos institucionais, como forma e meio de acessar recursos no atendimento dos mesmos.

Pode-se verificar que convergência de políticas e programas para esse(s) território(s) contribuiu para o aumento do aporte financeiro, técnico, da visibilidade política de alguns segmentos e do fortalecimento de algumas instâncias de gestão formalizadas. Entretanto, sendo oriundas de organismos governamentais de natureza e esferas diferenciadas, muitas dessas respostas (programas e/ou políticas) permaneceram condicionadas a modelos de arranjos institucionais e metodologias previamente definidas e de utilização obrigatória, o que, no (des)encontro com aquelas existentes no espaço social, promoveram outras configurações. Dessa forma, ao invés de contribuírem para o fortalecimento da preconizada gestão integrada e participativa concorreram na fragmentação e a re-setorialização das experiências em curso nos espaços de gestão, bem como para promoção de outras configurações do espaço social.

Houve mudanças, portanto, com reiteraões e permanências. O tempo de doze anos do processo aqui analisado é muito pequeno, em termos históricos, para que se tire conclusões sobre o sucesso ou fracasso do projeto de gestão territorial regional da Bacia do Itabapoana. Ele vem a compor o mosaico, ainda fragmentado também, das experiências e processo que se contrapõe ao *mainstream* do exercício da política e da administração pública.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GAZETA. **Dores começa incremento fruticultura.** 12/05/2003.

A TRIBUNA. **Navegando nos rios capixabas.** 07/10/2007.

A VOZ DO POVO. **Ministros recebem secretários do Noroeste Fluminense em Brasília.** 13/07/1996.

ABERS, Rebeca; JORGE, Karina Dino. Descentralização da Gestão da Água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados? **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v.8, n.2, jul./dez., 2005.

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará. Fase. 2004. 262p.

\_\_\_\_\_. Esboço sobre a construção do campo ambiental e o conceito de conflitos socioambientais. Texto para discussão apresentado no **Curso Conflito Social e Meio Ambiente.** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, mimeo, 1997.

AGENCE DE L'EAU LOIRE-BRETAGNE. Schéma directeur d'aménagement et de gestion des eaux. <[www.eau-loire-bretagne.fr/sdage\\_et\\_sage/le\\_sdage/](http://www.eau-loire-bretagne.fr/sdage_et_sage/le_sdage/)>, 04/09/2007.

ALLAIN, Sophie. Planification participative de bassin et gouvernement de l'eau. **Géocarrefour**, Paris, v.76, p. 199-209, 2001.

\_\_\_\_\_. **La Planification Participative de Bassin** Analyse des conditions d'émergence et des modalités d'élaboration des Schémas d'Aménagement et de Gestion des Eaux – Rapport final de synthèse. Cachan, v.1, 2002, 174 p.

AMBLARD, Henry; BERNOUX, Philippe; HERREROS, Gilles e LIVIAN, Yves-Frédéric. **Les nouvelles approches sociologiques des organisations**. Le Seuil, Sociologie, Paris, 1996.

ANA. Agência Nacional de Águas.

<<http://www.ana.gov.br/Institucional/Legislacao/leis/lei9984.pdf>>, 04, 2007.

ARRONDEU, Jean-Pierre. **L'élaboration du SAGE Vilane**, réflexion sur lês mécanismes de subsidiarité. La Roche Bernard, 2003. 5p. mimeo.

ASSUNÇÃO, Francisca Neta. A., BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. As Políticas das Águas no Brasil. **III Encuentro de Las Águas, Água, Vida y Desarrollo**, Santiago, Chile, 2001.

BARRAQUÉ, Bernard (Org.). **As Políticas da Água na Europa**. Lisboa: Instituto PIAGET, 1995. 375p.

BARROS, Airton B. Comitês de Bacias Hidrográficas: Gestão Descentralizada e Participativa ou Simplesmente Respaldo Social para Decisões Centralizadas. **Jornal do Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, v. 43, 1999.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual de Atividades do Projeto Managé**. Niterói: UFF, 2002.

\_\_\_\_\_. Comitês de bacias hidrográficas: gestão descentralizada e participativa ou simplesmente respaldo social para decisões centralizadas? **Jornal do Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, v.43, ano IV, p.13, jul., 1999.

BERGAMASCO, Sônia; NORDER, Luís Antônio. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BEURET, Jean-Eudes. Dialogue et concertation dans les réserves de biosphère: problématique et enjeux. Pour la gestion de l'environnement et le partage des ressources. **Réserves de**

**biosphère-notes techniques**, Paris, n.1, p. 8-21, mai., 2006.

\_\_\_\_\_. **La conduite de la concertation**. Pour la gestion de l'environnement et le partage des ressources. Paris: L'Harmattan, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Benedito et al. A reforma institucional do setor de recursos hídricos. In: REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galiza (Orgs.). **Águas doces no Brasil**. São Paulo: Escrituras Editora, p.639-674. 2006

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente Recursos Hídricos e Amazônia Legal. **A Lei Federal 9.433/97 de 08 de janeiro de 1997**. Brasília: MMA, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente Recursos Hídricos e Amazônia Legal. **Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934**. Brasília: MMA, 1934.

CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. (Ed.). **La Science telle qu'elle se fait**. Paris: La Découverte, 1991. 390p.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis. Ed. Vozes. 1979.210p.

CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. **Uso da água e conflito na Baixada dos Goytacazes**. São Paulo/Rio de Janeiro: Annablume/COPPE-UFRJ, 2003.

CASTRO, Dionê Maria. **Gestão ambiental de bacia hidrográfica - a experiência da Região**

**dos Lagos.** Dissertação de Mestrado em Planejamento Energético – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar Opinião:** o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1996.

CORREIA, Francisco Nunes. Prefácio a Edição Portuguesa. In: BARRAQUÉ, B. **As Políticas da Água na Europa.** Lisboa: Instituton Piaget, 1995.

COUREL, Marie-France. **Jornal OUEST-FRANCE,** Renne-France, 26/02/2007, p.3.

CRUZ, José Luís Vianna da (Org.). **Brasil, o desafio da diversidade:** experiências em desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no Norte Fluminense. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira (Orgs.). **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense.** 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006: 33-67.

\_\_\_\_\_. **Projetos Nacionais, Elites Locais e Regionalismo:** desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense. 338 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DAGNINO, Evelina (Org). Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Constituição Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: \_\_\_\_\_. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002: 279-291.

DRUMMOND, José Augusto. **Relatório Anual do Projeto Managé.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, mimeo; 1996. 520p.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuaba.** Niterói: EdUFF, 1999.

FORMIGA – JOHNSON, Rosa Maria; CAMPOS, Jander Duarte; MANHÃES, Paulo Canedo de. A Construção do Pacto em Torno da Cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio **Paraíba do Sul**. IN: XV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Curitiba. Desafios à gestão da água no limiar do século XXI. Porto Alegre: ABRH, 2003.

FORMIGA-JOHNSON, Rosa Maria (Org.); LOPES, Paula Duarte. (Org.). **Projeto Marca d'Água**: Seguindo as mudanças na gestão das bacias hidrográficas do Brasil. Caderno 1: Retratos 3x4 das bacias pesquisadas. 1. ed. Brasília: FINATEC, 2003. v. 5000. 212 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUNDAÇÃO NORTE FLUMINENSE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Projeto de cultivo de arroz nas várzeas: avaliação das várzeas aproveitáveis**. Campos: FNFDR, 1976. 27p.

GIBLIN, Béatrice. L'eau: une question géopolitique, en France aussi. **Hérodote revue de géographie et de géopolitique**, Paris, n.110, p. 9-28, 2003.

\_\_\_\_\_. Les pouvoirs locaux, l'eau, les territoires. **Hérodote revue de géographie et de géopolitique**, Paris, n.110, p. 3-7, 3º trimestre, 2003.

GIMENES, Christiane Wigneron. **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Bacia do rio Itabapoana, Projeto Managé**: uma análise da participação das fontes de financiamento. 102p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2005.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. VIEIRA, Paulo Freire e WEBER, Jacques (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997. 500p.

GRUJARD, Éric Grujard. La gestion de l'eau à l'épreuve des territoires. **Hérodote revue de géographie et de géopolitique**, Paris, n.110, p. 47-70, 3º trimestre, 2003.

GUELLEC, Ambroise. **A Experiência de Gestão da Água por Bacia Hidrográfica**. Orleans, 2005. 9 p. mimeo.

HABERMAS, Jürgen. **L'Espace Public**. Paris. Éditions Payot&Rivages. 2006.

HANNIGAN, John. **Environmental Sociology** - a social constructionist perspective. Routledge.London. 1995.

HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo. (Orgs.). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. 2ed. Campinas: EdUnicamp, 1995. 234p.

HOUAISS. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Versão digital em Cd-Rom, 2007.

HUYLENBROECK, van Guido; DURAND, Guy. **Multifunctional Agriculture: a new paradigm for European Agriculture and Rural Development**. Ashgate. Hampshire. 1988.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 5ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico**. Brasília, 2007.

**Jornal do Managé**, 2º semestre, 1998, p.3.

LACORTE, Ana Castro. **Gestão de Recursos Hídricos e Planejamento Territorial: As experiências Brasileiras no Gerenciamento de Bacias Hidrográficas**. 165p. Tese (Mestrado em

Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

LANNA, Antonio Eduardo L. **Gestão de Águas**. São Paulo, mimeo., 1999. 235p.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000. 438p.

LOI n° 92-3 du 3 janvier 1992 sur l'eau. <[www.legifrance.gouv.fr](http://www.legifrance.gouv.fr)>, 06/06/2007.

MACHADO, JOSE SALDANHA. Recursos hídricos e cidadania no Brasil: limites, alternativas e desafios. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v.6, n.2, jul./dez., 2003.

\_\_\_\_\_ (Org.). **Gestão de Águas Doces**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

MALVEZZI, Roberto. A questão da água na América Latina. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, ano 29, n.106, p. 14-21, set/nov., 2005.

MEDEIROS, Leonildes Sérvulo; ESTERCI, Neide; LEITE, F.S.; FRANCO, Mariana Ciavatta P. Assentamentos Rurais: um Convite ao Debate. **Reforma Agrária**, Rio de Janeiro, v.22, n.3, p.4-15, 1992. REVISTA DE REFORMA AGRÁRIA, v. 22, n. 03, p. 4-15, 1992.

MOREIRA, José. **Vocabulário de Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, 1990.

MULLER, Pierre. **Les Politiques Publiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.

NASCIMENTO, Gilberto. Navegando os Rios Capixabas. Rio Itabapoana. **A Tribuna**. Suplemento Especial. Vitória, Espírito Santo. 07 de setembro de 2007.12p.

NEVES, Delma Pessanha. Mudança social: exorcizando fantasmas. **Antropolítica**, Niterói,

v.1, n.1, p. 49-73, jan./jun., 1995.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Angela (Org.). **Para Pensar outra Agricultura**. Paraná: Ed. UFPR, 1998, p. 147-168.

\_\_\_\_\_. **Os Fornecedores de Cana e o Estado Intervencionista**. Niterói: EDUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. **Os Mediadores Sociais e o Pluralismo Cultural**. Niterói, mimeo, 1996.

\_\_\_\_\_. Os trabalhadores tangidos pelo gado. **Revista Tempo**, n.4, p.47-69, 1999.

\_\_\_\_\_. Os ribeirinhos e a reprodução social sob constrição. **Boletim Rede Amazônia**, Amazônia, n.1, p. 47-59, 2003.

\_\_\_\_\_. Norte Fluminense: índices de pobreza e reivindicações políticas. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v.18/19, p. 9-38, 2008.

\_\_\_\_\_. (org). Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre. Ed. UFRGS:Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

NOVAES, Ricardo Carneiro. **Cooperação e Conflito nas Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul: limites e possibilidades de gestão integrada no ‘trecho paulista’**. 183p. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

O GLOBO. **Água Escassa e Cara: estados começam a cobrar pelo que é usado dos rios. Indústria e consumidor pagam**. 18/05/2008.

OLIVEIRA, Sonia Maria M.C. **Conflitos Ambientais e Lutas Simbólicas**: Artigo apresentado no VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais-CES. Coimbra. 2004. 16p.

OFFE, Clauss. **Trabalho & Sociedade**: Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OFFERLÉ, Michel. **Sociologie des Groupes d'Intérêt**. Paris: Montchrestien. 1998.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. **Temporalis**, Brasília, v.03, p.51-61, 2001.

PESSANHA, Ângelo Mário. **Uma Autópsia da Gestão**: contrapontos em torno do problema da gestão enquanto modalidade administrativa e forma de contestação política. São Paulo: mimeo, 1994.

PINTO, Louis. Experiência vivida e exigência científica de objetividade. In: Iniciação à prática sociológica. Petrópolis, ed. Vozes, 1989.

POMPEU, Cid Tomanik. **Regime Jurídico da Política das Águas Públicas**. São Paulo: Cetesb, 1976.

PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS. **Mesorregião da Bacia do Itabapoana**. <<http://www.integração.gov.br>>, 23/10/2008.

REBOUCAS, Aldo da Cunha. Água doce no mundo e no Brasil. **Águas doces no Brasil**. São Paulo: Escrituras Editora, 2006: p1-35. 2006.

RESTON, Jamil. **Roteiro para a constituição de consorcio intermunicipal**. Rio de Janeiro: IBAM-APMC, 1997.

ROSA, Rainer. **Bacias Hidrográficas**. Texto didático. Niterói: EdUFF, 1999.

RUI, Sandrine. **La Democratie en Debat**: Les Citoyens face a l'action publique. Paris, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. Niterói: EDUFF, 2006.

\_\_\_\_\_. O caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, p.18-40, 1992.

SERRA, Rodrigo Valente. Sobre o advento dos municípios “novos ricos” nas regiões petrolíferas nacionais. In: **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana de açúcar ao royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes. WTC Editora, 2004. p. 173-192.

SIGAUD, Lygia Maria. **Estados, Energia Elétrica e Meio Ambiente**: O caso das grandes barragens. Rio de Janeiro: COPPE/ Editora da UFRJ, 1995.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra, experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, Newton José Rodrigues. **Dinâmicas de Desenvolvimento da Piscicultura e Políticas Públicas no Vale do Ribeira/SP e Alto Vale do Itajaí/SC - Brasil**. 543p. Tese (Doutorado em Aquicultura) - Centro de Aquicultura da Universidade Estadual Paulista; École Nationale Supérieure Agronomique de Rennes, Agrocampus Rennes. São Paulo/França, 2005.

SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. **Gestão de recursos hídricos**. A análise da construção política da confluência de interesses, a partir do Projeto Managé, na Bacia do rio Itabapoana (ES/MG/RJ). 112p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

SIQUEIRA, Antenora M. M.; BERGAMASCO, Sonia. **Conflitos Socioambientais e Segurança Alimentar: os pescadores do Médio Itabapoana**. Anais do VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Quito-Ecuador, 2006.

SIQUEIRA, Antenora M. M.; BEURET, Jean-Eudes; DURAND, Guy; BERGAMASCO, Sonia. **La Construction d'espaces publics dans le Bassin du Fleuve Itabapoana (sud-est du Brésil)**. Communication aux Congrès GIS Amérique Latine, Rennes, nov.2007. 10 p.

SOFFIATI, Arthur. A Lagoa Feia do Itabapoana e seus conflitos sociais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflito Social e Meio Ambiente no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumara/FASE, 2004: 65-92.

\_\_\_\_\_. **Entre a Terra e a Água**: estudo sobre as relações das sociedades humanas com os manguezais da ecorregião de São Tomé entre 1950 e 2000. 539p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

STACCIARINI, Rogério. **Avaliação da qualidade dos recursos hídricos junto ao município de Paulínia, estado de São Paulo, Brasil**. 214p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

TALEC, Jean-François. **Integração da profissão agrícola** no dispositivo dos organismos de bacia da França, Orleans. 2005, 5 p. mimeo.

TEDESCHI, Walter. Gestão intergovernamental da política de recursos hídricos: estudo de caso da dinâmica do Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP. 212p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

TELLES, Vânia. Sociedade civil e construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TIEN-DUC, Nguyen. **A gestão das águas na França e o papel das agências de bacia**. São Paulo, 1998. mimeo.

TORO A., José Bernardo & WERNECK, Nizia Maria Duarte. **Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABES, UNICEF, 1996, 104 p.

TREIN, Eunice. **Relatório do Projeto Managé**. GT Educação Ambiental. Niterói: Universidade Federal Fluminense, mimeo; 1996. 16p.

TUCCI, Carlos E. M. Água no meio urbano. In: REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia (Orgs.). **Águas doces no Brasil**. São Paulo: Escrituras Editora, 2006: 399-432.

TUNDISI, José G. et al. Limnologia de águas interiores: impactos, conservação e recuperação de ecossistemas aquáticos. In: **Águas doces no Brasil**. São Paulo: Escrituras Editora. 2006: 203-240.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-UFF. Relatório anual de atividades da equipe do **Projeto Managé**. 1995.

\_\_\_\_\_. Relatório anual de atividades da equipe do Projeto Managé. Niterói. 1996.

\_\_\_\_\_. Relatório anual de atividades da equipe do Projeto Managé. Niterói. 1997.

\_\_\_\_\_. Perfil Socioeconômico e ambiental da Bacia Hidrográfica do rio Itabapoana. Niterói. <[www.managé.uff.br](http://www.managé.uff.br)>, 15/10/2006.

VAINER, Carlos; VIEIRA, Flavia; PINHEIRO, Daniele; CARMO. Energia e conflitos sociais: o caso da barragem de Itaocara, Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflito Social e Meio Ambiente no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumara/FASE, 2004: 251-262.

VEIGA, Bruno Gonzaga Agapito da. **Participação social e políticas públicas de gestão das**

**águas:** olhares sobre as experiências do Brasil, Portugal e França. Brasília: UNB/CDS, 2007. 320 p.

VIEIRA, Paulo Freire e WEBER, Jacques (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento:** novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997. 500p.

VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Hector R. **A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável.** In: Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Editora da Unicamp, 1995. 234p.

VOZ DO VALE. **O vale da (nossa) esperança.** 16/04/96.

YASSUDA, Eduardo R. **O Gerenciamento de Bacias Hidrográficas.** Cadernos FUNDAP, São Paulo, n.16, 1993.

WEBER, Alexandre de Vasconcelos. **Sistema de sucessão e herança da posse habitacional em favelas.** 200p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1999.

## DEMAIS BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

BALANDIER, Georges. **As Dinâmicas Sociais: sentido e poder**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

BARROS, Airton B. e BARROS, Ângela Maria A. **Proposta de um sistema de gestão de recursos hídricos em nível municipal ou consorciado, integrado ao plano estadual e federal conforme previsto na Lei 9.433 de 8 de janeiro de 1997**. Niterói, 1999. mimeo.

BERGAMASCO, Sônia; BLANC-PAMARD, Chantal e CHONCHOL, Maria Edy. **Por um Atlas dos Assentamentos Brasileiros**. Espaços de Pesquisa. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1997.

BERGAMASCO, Sônia; BOTTA FERRANTE, Vera e D'Aquino, T. Assentamentos rurais em São Paulo: a roda viva de seu passado/presente. **Anuário Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro, p.253-280, 1990.

BOLTANSKI, Luc e THEVENOT, Laurent. **De la Justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, ANO. 452p.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. 8ed. São Paulo: Papirus, 2007. 224p.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. **Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique**. Paris: Ed. Seuil/La couler des idées, 2001. 357p.

CANDAU, Jacqueline. Usage du concept d'espace public pour une lecture critique des processus de concertation: le cas des OLAE en Aquitaine. **Economie Rurale**, Paris, n.252, p.9-15, 1999.

CUNHA, Fernando Monteiro. **Desempenho Institucional na Gestão de Recursos Hídricos: o**

caso dos subcomitês de bacia hidrográfica Cotia-Guarapiranga e Billings-Tamanduateí na região metropolitana de São Paulo. 146p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DOFOURMANTELLE, Noémie; BELTRANDO, Valérie; BEURET, Jean-Eudes. **L'évaluation des processus de concertation: RELIEF**, une démarche, des outils. Paris: La Documentation française, 2006. 145p.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Portugal: Edições 70, 2005.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigma do Desenvolvimento Rural em Questão do Agrário ao territorial**. 220p. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FELICIDADE, Norma, MARTINS, Rodrigo C., LEME, Alessandro A (Orgs.). **Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: velhos e novos desafios para a cidadania**. São Carlos: RIMA, 2003.

FUNDAÇÃO DE ARTE OURO PRETO (Org.). **Resgate Cultural da Bacia do Rio Itabapoana**. Ouro Preto: SEBRAE, 2004.

HIRSCHMAN, Albert O. **As paixões e os Interesses**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, ano II, n.3, p.9-32, jan/jun., 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Brasília, 2000.

KAGEYAMA, Ângela; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. **Novos Dados sobre a Produção**

**Familiar no Campo.** Campinas, 1989. 23p. mimeo.

KELMAN, Jerson. Gerenciamento de recursos hídricos parte I: outorga. In: **Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos: bases Técnicas para a implementação dos sistemas de gestão de recursos hídricos**, 1997, Vitória/ES: ARRH, 16-20, v.1, p. 123-128, nov., 1997.

LEFEBVRE, Henri. **The production of Space.** Oxford, UK: Blackwell Publishers Inc., 1997.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Iniciação à Prática Sociológica.** Petrópolis: Vozes, 1996. 243p.

LIMA, Roberto Kant de; Mota, Fabio R.; PIRES, Lenin. Efeitos da igualdade e desigualdade no espaço público da Amazônia. In: LIMA, Débora (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade.** Manaus: Ibama/ProVárzea, 2005: 37-58.

MALUF, Renato Sérgio; WILKINSON, John (Orgs.). **Reestruturação do Sistema Agroalimentar: Questões Metodológicas e de Pesquisa.** Rio de Janeiro: MAUAD Editorial, 1999. 198p.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da ‘Questão Social’. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, ano II, n.3, p.41-49, jan/jun., 2001.

NEVES, Delma Pessanha. Os agricultores de várzea do médio Solimões: condições sócio-ambientais de vida. In: LIMA, Débora (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade.** Manaus: Ibama/ProVárzea, 2005: 101-156.

OLLAGNON, Henry. Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e dos meios naturais: enfoque integrado da gestão do meio rural. In: VIEIRA, Paulo Freire e WEBER, Jacques

(Orgs.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997: 171-200.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, ano II, n.3, p.51-61, jan/jun., 2000.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia (Orgs.). **Águas Doces no Brasil**. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Conversando sobre o Espaço. **VII Encontro Nacional da ANPUR**. Rio Grande do Sul, 1999: 1-26, mimeo.

RICCI, Rudá Guedes Moisés Salerno. **Fuga para o Futuro**: Novos Movimentos Sociais Rurais e a Concepção da Gestão Pública. 229p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Ivã G. Peyré. Território e Abordagem Territorial: das Referências Cognitivas aos Aportes Aplicados à Análise dos Processos Sociais Rurais. **Revistas Raízes**, Rio de Janeiro, v.23, n.01/02, p.99-116, jan./dez., 2004.

TUCCI, Carlos E. M. **Gestão da água no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2001.

VAINER, Carlos B. Regionalismo e projeto nacional: uma reflexão sobre regionalismos velhos e novos. **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Rio de Janeiro, ano VII, n.2, p.21-34, set., 1993.

\_\_\_\_\_. Regionalismo: anacronismo ou pós-modernidade? In: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). **O Novo Brasil Urbano. Impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995: 173-194.

VEIGA, José Eli da. Territórios para um desenvolvimento sustentável. Apresentação. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.58, n.1, p.20-23, jan./mar., 2006.

WEBER, Max. **Economia y sociedad. Esbozo de sociologia comprensiva**. Vol. I e II. México: Fondo de Cultura Econômica, 1977.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, ano II, n.3, p.33-40, jan/jun., 2001.

ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. **Educação Ambiental, resíduos sólidos urbanos e sustentabilidade**: um estudo de caso sobre o sistema de gestão de Porto Alegre, RS. Brasília: UnB/CDS, 2003, 176p, CD-Rom.

## **ANEXOS**

## **ANEXO 1. Roteiro de perguntas dos professores-pesquisadores e técnicos (mediadores políticos) na formação do Sistema de Gestão da Bacia do Itabapoana.**

UNICAMP/FEAGRI

Pesquisa Itabapoana.

Roteiro de entrevista com membros do Fórum de Desenvolvimento Sustentável.

### **Objetivos:**

- Conhecer o ponto de vista deles sobre o processo do Fórum do Itabapoana.
- Saber sobre o papel, perfil, formação e desafios do profissional, em relação à participação dos atores e as relações dentro da rede.
- Identificar os atores e sua maneira de participação no processo.

### **A história da formação dos espaços.**

- 1- O que você viveu desde o início da sua participação nesse processo?
- 2- Você pode descrever os fatores-chaves que permitiram avançar e os que foram barreiras.

### **O Fórum**

- O que é o Fórum do Itabapoana?
- Quem tomou a iniciativa da estruturação do fórum?
- Qual foi o ponto de partida?
- Por que ele foi criado? Como?
- Que mecanismo o legitimou?
- Qual é o seu perímetro, a área de abrangência? Quais foram os critérios de definição dessa área? Quem a definiu?
- Qual é a competência do Fórum? Quais os seus objetivos?
- Onde ele funciona?
- Quem lhe financia?
- Quantos e quais são os municípios que dele fazem parte?

### **Os agentes**

- Quem são os agentes?
- Quem eles representam?
- Você pode situar as diferentes categorias de agentes e qualificar suas relações? Fazer figurar sobre uma folha em branco.
- Como foram escolhidos os participantes?
- Quem assegura a participação da população?
- Quais são suas posições? Participante, tradutor, financiador?
- Quais são os mais participantes? Quem é engajado de maneira efetiva no processo?
- Quem tem um papel importante para o sucesso desta iniciativa?
- Quem efetivamente o coordena? Qual foi/é o critério de escolha?
- Quais são os temas que mobilizam os atores para irem às reuniões?
- Como eles são legitimados? Quem são (antecedentes)?

- Como eles participam? Em torno de que temas?

### **Os debates**

- Quais são as questões colocadas? Quais interesses, quais desafios?
- Quais são/eram os desacordos?
- Como os debates eram conduzidos?
- Havia possibilidades de convergência?
- Havia abandonos?
- Como eram construídos os acordos?
- Os debates produziram regras, orientações, etc? Caso sim, quais?

### **O técnico e seu trabalho**

- Como era chamada a sua função nesse trabalho?
- Você concorda com essa denominação? Caso não, como você se auto denominaria? Por quê?
- O que é um \_\_\_\_\_ do Fórum do Itabapoana?
- Havia um perfil exigido? Qual?
- Como era a escolha desse profissional?
- Qual era a natureza do contrato de trabalho?
- Quem pagava pelo seu trabalho?
- Que atividades vocês desenvolviam? Em que fase do processo (ano)?
- Que conhecimentos, adquiridos na sua formação profissional, você utilizou?
- Havia uma formação específica e complementar para o trabalho?
- Caso sim, de uma maneira geral, quais foram os conteúdos dessa formação?
- Vocês trabalhavam em equipe ou individualmente? Em caso de equipe, de que área eram os outros profissionais e como era a divisão de tarefas?
- Havia encontros entre os profissionais? Quem promovia? Para quê?
- Quais as dificuldades vocês encontraram nesse processo?
- E facilidades?

### **As relações interinstitucionais**

- Quais eram as instituições com as quais vocês mantinham relações mais próximas? Por que essas?
- Pedir para desenhar uma rede e os espaços os quais participaram.

### **A visibilidade do processo**

- Quais são os meios de visibilidade do processo?

Nome:

Idade:

Formação profissional:

Experiência profissional que possa ter contribuído para a função.

Vínculo atual de trabalho:

## **ANEXO 2 . Roteiro de perguntas - Pescadores FEAGRI/UNICAMP**

Nome do entrevistado:

Endereço:

1-Classificação:

Posição na família:

Idade:

Sexo:

Estado civil:

solteiro  casado  separado  divorciado  viúvo

2 - Escolaridade

analfabeto

alfabetizado

1º grau  incompleto  completo

2 grau  incompleto  completo

3 grau  incompleto  completo

3 – Outro emprego

não

sim  mercado formal  mercado informal

Vinculado ao ministério do trabalho (carteira assinada) – atividade:

- Solicitar que fale sobre empregos ou profissões que gostaria de ser portador e de que precisaria para se dotar visando alcançar tal objetivo.

- pedir para apontar membros da família ou da parentela que tenham conseguido emprego satisfatório ou avaliado como bom. Quais as razões desta avaliação?

- no caso de ter filhos, perguntar o que espera para a vida profissional desses filhos.

- levantar os diferentes locais de trabalho.

4 - Os ganhos mensais.

5- Filhos

- que sonhos têm para eles?

- escolaridade dos filhos

- os filhos também pescam?

6 - Rotina diária/ o que altera a rotina?

7 – Saneamento Ambiental

- De onde vem a água que utilizam para atividades domésticas? E para beber? Como é a quantidade? E a qualidade?

- Por onde e para onde vão os esgotos da casa?

– Participa de algum programa da prefeitura ou outra instituição? Qual?

10 – Você já ouviu falar sobre o Projeto Managé? O que sabe sobre ele? Quando foi? Por meio de quem ou que? Você participou e/ou participa dele? De que forma?

11 – Principais problemas que enfrentam no dia-a-dia relacionados à água e a pesca. Como você acha que pode ser solucionado? Por quem? Já houve tentativas de solucionar? Caso sim, explicar.

12 – A quem vocês recorrem em caso de problemas ligados ao rio e a pesca? Quem representa o interesse de vocês?

13 – Você participa de alguma associação? Por que? Para que? As facilidades. As dificuldades.

### **ANEXO 3 - La grille d'analyse – SAGE**

#### **Le SAGE**

- Qu'est-ce que c'est le SAGE ?
- Pour quoi il a été créé ? Comment ?
- Quel mécanisme le légitime ?
- Quel est le périmètre du SAGE ? Quel sont les critères de définition du périmètre ? Qui les a définis ?
- Quel est le domaine/compétence du SAGE ?
- Où il fonctionne ?
- Qui le finance ?
- Combien et quelles sont les communes concernées ? Toutes y participent ?
- Qui sont les acteurs ? A qui ils représentent ?
- Qui lui pilote ? Quel est le critère de choix ?

#### **L'itinéraire de concertation et le réseau**

- Qui a pris l'initiative ?
- Quel est le point de départ ? (Le point de départ a été un conflit ou un problème ?)
- Qui sont les acteurs ? A qui représentent-ils ? Comment sont-ils légitimés ? Quelles sont ses antécédents ?
- Comment les acteurs participent-ils ? Autour de quel objet ?
- Quelles sont les questions posées ? Quel sont leurs intérêts, leurs enjeux ?
- Quelles sont les pratiques de médiation ?
- Quelles sont les désaccords ? Comment le débat est conduit ?
- Quelles sont le degré de convergence ?
- Comment sont construits les accords ?
- Qui est (sont) le traducteur que l'opère ? Quelles sont ses caractéristiques ?
- Est-ce que le débat a produit des règles ? Si oui, quelles sont ?
- Comment les relations avec le SDAGE, le Comité et l'Agence de Bassin sont établies ?
- Voir le rapprochement des acteurs et l'élaboration du réseau.
- Quelles sont les moyens de visibilité du processus ?

Quel est la différence entre Commission Local de L'eau et Communauté local de l'eau ?

**ANEXO 4 - MEMBROS DA COMISSÃO LOCAL DE ÁGUA – SAGE VILAINE**

<b>Colégios</b>		<b>Número de Representantes</b>	<b>Total por setor</b>	<b>% por setor</b>
Representantes das coletividades territoriais e dos estabelecimentos públicos locais.	Conselho Regional da <i>Bretagne</i>	02	31	51%
	Conselho Regional do <i>Pays de la Loire</i>	01		
	Conselho Geral de <i>Ille- et-Vilaine</i>	03		
	Conselho Geral de <i>Morbihan</i>	03		
	Conselho Geral de <i>Loire-Atlantique</i>	02		
	Conselho Geral de <i>Cotes d'Armor</i>	02		
	Conselho Geral do <i>Maine et Loire</i>	01		
	Conselho Geral de <i>Mayenne</i>	01		
	Prefeitura de <i>Ille-et-Vilaine</i>	06		
	Prefeitura de <i>Morbihan</i>	05		
	Prefeitura de <i>Côtes d'Armor</i>	02		
	Prefeitura de <i>Loire-Atlantique</i>	02		
	Estabelecimentos públicos locais	01		
Representantes de usuários, proprietários ribeirinhos, organizações profissionais e associações concernentes.	Câmara de agricultura e sindicato agrícola	03	14	23%
	Câmara de comércio e indústria	01		
	União patronal interprofissional da Bretanha	01		
	Sindicato profissional das empresas de serviços de água e saneamento	01		
	Proprietários ribeirinhos	01		
	Ostreicultores e pescadores profissionais	01		
	Associações de proteção da natureza	02		
	Associação de pesca e piscicultura	02		
	Esportes e lazeres náuticos	01		
	Associação de consumidores	01		
Representantes do Estado e de seus estabelecimentos públicos.	Representantes governamentais	12	16	26%
	Agência de água	01		
	Delegação regional do conselho superior da pesca	01		
	Organismos Científicos	02		
<b>Total</b>		<b>61</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>

Fonte: IAV (tradução livre)

## ANEXO 5 - SISGEBI



Fonte: Projeto Managé (1997)

**ANEXO 6 - COMPOSIÇÃO DO CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DA BACIA DO ITABAPOANA**

Estado	Membros	Membros por Estado
<b>Espírito Santo</b>	Prefeito de Apiacá	09
	Prefeito de Bom Jesus do Norte	
	Prefeito de Divino São Lourenço	
	Prefeito de Dores do Rio Preto	
	Prefeito de Guaçuí	
	Prefeito de Mimoso do Sul	
	Prefeito de Muqui	
	Prefeito de Presidente Kennedy	
Prefeito de São José do Calçado		
<b>Minas Gerais</b>	Prefeito de Alto Caparaó	04
	Prefeito de Caiana	
	Prefeito de Caparaó	
	Prefeito de Espera Feliz	
<b>Rio de Janeiro</b>	Prefeito de Bom Jesus do Itabapoana	05
	Prefeito de Campos dos Goytacazes	
	Prefeito de Porciúncula	
	Prefeito de São Francisco do Itabapoana	
	Prefeito de Varre-Sai	
<b>Total</b>		18

**ANEXO 7 - COMPOSIÇÃO DO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA - 2003**

<b>Setor</b>	<b>Especificação/setor</b>	<b>Representantes</b>	<b>Número de Representantes</b>	<b>Total por setor</b>	<b>% por setor</b>
Poder Executivo	Federal	Ministro da Integração Nacional Ministro do Trabalho e Emprego Ministério do Meio Ambiente	03	12	24%
	Estadual	<b>ES:</b> Secretário de Estado de Agricultura, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo. <b>MG:</b> Secretário de Obras e Transporte, Secretário de Governo. <b>RJ:</b> Secretário de Integração Governamental, Secretário de Agricultura.	04		
	Municipal Consórcio de Municípios da bacia do rio Itapoana	<b>ES:</b> Prefeito de Muqui Prefeito de Mimoso do Sul Prefeito de São José do Calçado <b>MG:</b> Prefeito de Espera Feliz <b>RJ:</b> Presidente do Consórcio-Prefeito de Campos dos Goytacazes	05		
Poder Legislativo	Legislativo federal	Deputados Federais (dois de cada Estado) Senadores (um de cada Estado)	09	21	41%
	Legislativo municipal	<b>ES:</b> Vereador de Dores do Rio Preto Vereador de Bom Jesus do Norte Vereador de Mimoso do Sul <b>MG:</b> Vereador de Espera Feliz <b>RJ:</b> Vereador de Porciúncula Vereador de Campos dos Goytacazes	06		
	Legislativo estadual	Deputados Estaduais (dois de cada Estado)	06		
Sociedade Civil	Núcleos Empresariais	Setor Hoteleiro / Comércio – CMDS Alto Caparaó	06	18	35%
	Núcleos Comunitários	Representantes de CMDS em cidades presentes nos 3 Estados	06		
	Órgãos Técnicos	Universidade Federal Fluminense –UFF	06		

		Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG Universidade Federal do Espírito Santo – UFES Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET SEBRAE			
	Total		51	51	100%

Fonte: Elaboração da autora da tese com base em documentos do Arquivos do Projeto Managé / UFF (2008) e Consórcio do Itabapoana (2008)

**ANEXO 8 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SÃO FRANCISCO DO  
ITABAPOANA/ RJ**

<b>Setor</b>		<b>Número de Representantes</b>	<b>Total por setor</b>	<b>% por setor</b>
Executivo Municipal	Prefeito	01	11	45%
	Secretário de Saúde	01		
	Secretário de Administração	01		
	Secretário de Fazenda	01		
	Secretário de Planejamento	01		
	Secretário de Obras	01		
	Secretário de Educação	01		
	Secretário de Agricultura	01		
	Secretário de Meio Ambiente	01		
	Secretário de Promoção Social	01		
	Secretário de Turismo	01		
Legislativo Municipal	Presidente da Câmara de Vereadores	01	01	10%
Instituições Cívicas	Conselhos Municipais	01	11	45%
	Clubes de Serviço	01		
	Sindicato dos trabalhadores rurais	01		
	Associações Filantrópicas	01		
	Comércio	01		
	Entidades Religiosas	01		
	Produtores Rurais	01		
	Associação de Moradores	01		
	APAE	01		
	Pescadores	01		
	Cooperativas	01		
<b>Total</b>		<b>23</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>

**ANEXO 9 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ**

<b>Setor</b>		<b>Número de Representantes</b>	<b>Total por setor</b>	<b>% por setor</b>
Executivo Municipal	Prefeito	01	10	45%
	Secretário de Saúde	01		
	Secretário de Administração	01		
	Secretário de Obras, Transportes e Serviços Públicos	01		
	Secretário da Fazenda	01		
	Secretário de Assistência Social e Habitação	01		
	Secretário de Indústria, Comércio, Turismo e Cultura	01		
	Secretário de Educação	01		
	Secretário de Esporte e Lazer	01		
	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	01		
Legislativo Municipal	Presidente da Câmara de Vereadores	01	01	10%
Instituições Civas	Conselho Municipal	01	10	45%
	Entidades Comerciais	01		
	Associação de Moradores	01		
	Sindicato dos Trabalhadores	01		
	Entidades Religiosas	01		
	Sindicato Patronais	01		
	Entidades Filantrópicas	01		
	Profissionais Liberais	01		
	Clubes de Serviços	01		
	Grêmios Estudantis	01		
<b>Total</b>			<b>21</b>	<b>100%</b>

**ANEXO 10 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CAPARAÓ/MG**

<b>Setor</b>		<b>Número de Representantes</b>	<b>Total por setor</b>	<b>% por setor</b>
Executivo Municipal	Prefeito	01	07	45%
	Secretário de Ensino, Cultura, Esporte e Turismo	01		
	Secretário de Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente	01		
	Secretário da Fazenda	01		
	Secretário de Administração	01		
	Secretário de Obras Públicas	01		
	Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	01		
Legislativo Municipal	Presidente da Câmara de Vereadores	01	01	10%
Instituições Civas	Entidades Comerciais	01	07	45%
	Entidades Religiosas	01		
	Sindicato Patronal	01		
	Sindicato dos Trabalhadores	01		
	Indústria/ Turismo/ GEASC	01		
	Conselho Municipal de Políticas Públicas	01		
	Conselho Comunitários Rurais	01		
<b>Total</b>			<b>15</b>	<b>100%</b>

**ANEXO 11 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PORCIÚNCULA / ES**

<b>Setor</b>		<b>Número de Representantes</b>	<b>Total por setor</b>	<b>% por setor</b>
Executivo Municipal	Prefeito	01	14	45%
	Secretário de Saúde	01		
	Secretário de Administração	01		
	Secretário de Fazenda	01		
	Secretário de Turismo, Esporte e Divulgação	01		
	Secretário de Obras e Serviços Públicos	01		
	Secretário de Educação	01		
	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	01		
	Secretário de Transporte	01		
	Secretário de Promoção Social e Ação Comunitária	01		
	Secretário de Gabinete	01		
	Secretário de Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Social	01		
	Secretário de Planejamento	01		
	Secretário de Cultura	01		
Legislativo Municipal	Presidente da Câmara de Vereadores	01	01	03%
Instituições Cíveis	Conselhos Municipais	01	16	52%
	Câmara dos Dirigentes Logistas	01		
	Associações de Produtores Rurais	01		
	Associação de Tilapicultores	01		
	Indústria / Turismo	01		
	Instituições Religiosas	01		
	Indústrias	01		
	Clubes de Serviço	01		
	ONG	01		
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	01		
	Sindicato Rural	01		
	Fórum do Comunidade Ativa	01		
	Cooperativas	01		
	Entidades Filantrópicas	01		
	Associação de moradores	01		
Grêmios Estudantis	01			
<b>Total</b>			<b>31</b>	<b>100%</b>

**ANEXO 12 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – VARRE-SAI / RJ**

<b>Setor</b>		<b>Número de Representantes</b>	<b>Total por setor</b>	<b>% por setor</b>
Executivo Municipal	Prefeito	01	12	46%
	Secretário de saúde	01		
	Secretário de Administração	01		
	Secretário de Fazenda, Planejamento e Arrecadação	01		
	Secretário de Desportos e Lazer	01		
	Secretário de Obras Urbanas e Saneamento	01		
	Secretário de Educação e Cultura	01		
	Secretário de Fomento Agropecuário	01		
	Secretário de Meio Ambiente	01		
	Secretário de Promoção e Bem Estar Social	01		
	Secretário de Gabinete	01		
	Secretário de Desenvolvimento de Estradas	01		
Legislativo Municipal	Presidente da Câmara de Vereadores	01	01	04%
Instituições Cívicas	Conselhos Municipais	01	13	50%
	Federação das Associações de Produtores	01		
	Associações de Produtores de Café	01		
	Associações de Produtores de Leite	01		
	Comércio	01		
	Instituições Religiosas	01		
	Indústrias	01		
	APAE	01		
	Turismo	01		
	Cooperativas	01		
	Entidades Filantrópicas	01		
	Associação de moradores	01		
	Grêmios Estudantis	01		
<b>Total</b>			<b>26</b>	<b>100%</b>

**ANEXO 13 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CAIANA/MG**

<b>Setor</b>		<b>Número de Representantes</b>	<b>Total por setor</b>	<b>% por setor</b>
Executivo Municipal	Prefeito	01	06	43%
	Secretário de Educação	01		
	Secretário de Obras	01		
	Secretário de Saúde	01		
	Secretário de Finanças	01		
	Secretário de Administração	01		
Legislativo Municipal	Presidente da Câmara de Vereadores	01	01	7%
Instituições Civas	Entidades Religiosas	01	07	50%
	Entidades Comerciais	01		
	Clubes de Serviço	01		
	Entidades Filantrópicas	01		
	Sindicato dos Trabalhadores	01		
	Conselho Municipal de Políticas Públicas	01		
	Indústria/ Turismo	01		
<b>Total</b>			14	100%

**ANEXO 14 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – DORES DO RIO PRETO/ ES**

<b>Setor</b>		<b>Número de Representantes</b>	<b>Total por setor</b>	<b>% por setor</b>
Executivo Municipal	Prefeito	01	08	45%
	Secretário de Educação e Cultura	01		
	Departamento de Turismo	01		
	Secretário de Agricultura, Pesca, Abastecimento e Meio Ambiente	01		
	Secretário de Saúde, Ação Social e Saneamento	01		
	Secretário de Administração	01		
	Tesoureiro da Secretaria da Fazenda	01		
	Diretor de Obras	01		
Legislativo Municipal	Presidente da Câmara de Vereadores	01	01	10%
Instituições Civas	Sindicato dos Trabalhadores	01	08	45%
	Entidades Comerciais	01		
	Entidades Religiosas	01		
	Pastoral da Criança	01		
	Conselho Municipal de Políticas Públicas	01		
	Entidades Filantrópicas	01		
	Indústria/ Turismo	01		
	Associações comunitárias	01		
<b>Total</b>		<b>17</b>	<b>17</b>	<b>100%</b>

**ANEXO 15 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PRESIDENTE KENNEDY/ES**

<b>Setor</b>		<b>Número de Representantes</b>	<b>Total por setor</b>	<b>% por setor</b>
Executivo Municipal	Prefeito	01	09	45%
	Secretário de Administração	01		
	Secretário de Obras	01		
	Secretário de Educação	01		
	Secretário de Saúde	01		
	Secretário de Assistência Social	01		
	Secretário de Meio Ambiente	01		
	Secretário de Agricultura	01		
	Secretário de Turismo	01		
Legislativo Municipal	Presidente da Câmara de Vereadores	01	01	
Instituições Cíveis	Entidades Religiosas	01	09	45%
	Entidades Comerciais	01		
	Entidades Filantrópicas	01		
	Associação de Moradores	01		
	Pescadores	01		
	Sindicato dos Trabalhadores	01		
	Sindicatos Patronais	01		
	Indústria/ Turismo	01		
	Conselho Municipal	01		
Total			19	100%

**ANEXO 16 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ALTO CAPARAÓ/MG**

<b>Setor</b>		<b>Número de Representantes</b>	<b>Total por setor</b>	<b>% por setor</b>
Executivo Municipal	Prefeito	01	08	40%
	Chefe do Dpto. de Educação, Cultura, Lazer e Esportes	01		
	Departamento de Turismo	01		
	Serviço de Agricultura	01		
	Serviço de Assistência Social	01		
	Departamento de Saúde	01		
	Chefe do Dpto. de Administração	01		
	Serviço de Obras e Saneamento	01		
Legislativo Municipal	Presidente da Câmara de Vereadores	01	01	10%
Instituições Cívicas	Entidades Religiosas	01	08	40%
	Entidades Comerciais	01		
	Clubes de Serviço	01		
	Entidades Filantrópicas	01		
	Turismo	01		
	Sindicato dos Trabalhadores	01		
	Conselho Municipal de Políticas Públicas	01		
	Lar Batista do Idoso	01		
Total			17	100%

**ANEXO 17 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

<b>Setor</b>		<b>Número de Representantes</b>	<b>Total por setor</b>	<b>% por setor</b>
Executivo Municipal	Prefeito	01	17	50%
	Secretário de Saúde	01		
	Secretário de Administração	01		
	Secretário de Obras e Urbanismo	01		
	Secretário da Fazenda	01		
	Secretário de Justiça e Assistência Jurídica	01		
	Secretário de Transporte	01		
	Secretário Particular	01		
	Secretário de Comunicação Social	01		
	Secretário de Desenvolvimento de Promoção Social	01		
	Secretário de Limpeza	01		
	Secretário de Agricultura	01		
	Secretário de Comércio, Indústria e Turismo	01		
	Secretário de Governo	01		
Secretário de Educação e Cultura	01			
Secretário de Planejamento	01			
Secretário de Meio Ambiente e Defesa Civil	01			
Legislativo Municipal	Presidente da Câmara de Vereadores	01	01	7%
Instituições Civas	Conselho Municipais de Políticas Setoriais	01	16	43%
	Entidades Comerciais	01		
	OGN's	01		
	Associação de Moradores Distritos	01		
	Fundações de Desenvolvimento	01		
	Sindicato dos Trabalhadores em Indústria, Comércio e Serviços	01		
	Entidades Patronais do Setor Industrial	01		
	Entidades de Pescadores	01		
	Entidades de Agropecuaristas	01		
	Clubes de Serviços	01		
	Associações de Produtores de Cana	01		
	Associações de Moradores Sede do Município	01		
	Sindicato dos Trabalhadores em Atividades Agrícolas	01		
	Entidades Religiosas	01		
	Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros	01		
Universidades	01			
<b>Total</b>			<b>34</b>	<b>100%</b>

**ANEXO 18 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ESPERA FELIZ/MG**

<b>Setor</b>		<b>Número de Representantes</b>	<b>Total por setor</b>	<b>% por setor</b>
Executivo Municipal	Prefeito	01	09	45%
	Secretário de Meio Ambiente	01		
	Secretário de Educação e Cultura	01		
	Secretário de Obras	01		
	Secretário de Saúde	01		
	Secretário de Agricultura	01		
	Secretário de Esporte e Turismo	01		
	Secretário de Trabalho e Ação Social	01		
	Secretário de Administração	01		
Legislativo Municipal	Presidente da Câmara de Vereadores	01	01	10%
Instituições Cívicas	Entidades Comerciais	01	09	45%
	Sindicato Patronal	01		
	Sindicato dos Trabalhadores	01		
	Conselho Municipal de Políticas Públicas	01		
	Entidades Religiosas	01		
	Entidades Filantrópicas	01		
	Associação de Moradores	01		
	Indústria/ Turismo	01		
	Associação de Mulheres Rurais	01		
<b>Total</b>			<b>19</b>	<b>100%</b>

ANEXO 19: PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS SÓCIO-POLÍTICOS NA REGIÃO DO ITABAPOANA – INCLUSÕES E EXCLUSÕES					
AGENTES SÓCIO-POLÍTICOS (CRONOLOGIA DA AÇÃO)	ESPAÇOS	PROJETOS / REIVINDICAÇÕES	FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	CONFLITOS	CONCERTAÇÕES
PROFESSORES DE UNIVERSIDADES (1995 a 2006)	Projeto Manage	Construção de espaços e agenda supra-local;	Desenvolvimento de pesquisas;	Objeto: hidrelétrica de Rosal	Adesão de agentes ao SISGEBI; Criação de agenda supra-local.
	Seminários de Integração	Adesão à uma determinada concepção de sustentabilidade;	Elaboração de diagnóstico;	Denunciante: CNFCN e grupo de pescadores	Acordo para ações na Bacia do Itabapoana - Carta do Itabapoana. Definição e hierarquização de projetos a serem elaborados e viabilizados, a partir de pesquisas e diagnóstico.
	Consórcio de Municípios	Elaboração de pesquisas e diagnóstico da bacia; A bacia do Itabapoana de planejamento e gestão de Políticas Públicas; Revitalização do rio Itabapoana;	Sensibilização, articulação e construção de adesão com administrações locais, regionais, estaduais e federal, com ONG's, movimentos sociais e população;	Assessoria aos denunciante: universidade e agentes governamentais	Articulação entre prefeitos para a criação e consolidação do Consórcio. Organismo responsável pela viabilização dos projetos definidos no Fórum, inclusive formação do Comitê.
	Forum do Itabapoana	O ambiental com referencia na ação territorial; Criação de instrumentos de mediação como teatro, livros e jopenal Managé.	Organização de seminários, cursos e atividades culturais.	Denunciado: empresa Parapanama	Construção de acordos de projeto coletivo em torno dos temas: saneamento ambiental; diversificação de atividades produtivas no meio rural; fortalecimento de organizações comunitárias.
	Forum do Itabapoana	Mediações que legitimam demandas sem visibilidade política;	Organização de seminários, cursos e atividades culturais.	Avanços: aprovação do projeto com restrições Limites: liberação da obra	Fortalecimento da rede de agentes para influenciar na formação do Comitê de Bacia a ser aprovado pela ANA e CNRH.
AGENTES GOVERNAMENTAIS (administradores locais, estaduais e federal) a partir de 1996	Projeto Manage	Legitimação e fortalecimento de posição;	Consolidação das instâncias político-administrativo como espaços de poder institucionalizado sobre as políticas públicas.		Adesão de agentes ao SISGEBI; Criação de agenda supra-local.
	Seminários de Integração	Disputa de recursos e concepções;	Membros do Consórcio, dos CMDs, do fórum e da Comissão pró-comitê;		Acordo para ações na Bacia do Itabapoana - Carta do Itabapoana. Definição e hierarquização de projetos a serem elaborados e viabilizados, a partir de pesquisas e diagnóstico.
	Consórcio de Municípios	Financiamento de projetos;	Fortalecimento das representações políticas locais (prefeitos e vereadores) como instâncias privilegiadas;	objeto: interesses das diferentes escalas governamentais	Articulação entre prefeitos para a criação e consolidação do Consórcio. Organismo responsável pela viabilização dos projetos definidos no Fórum, inclusive formação do Comitê.
	Forum do Itabapoana	Fortalecimento dos municípios a partir do Consórcio de Municípios.			Construção de acordos de projeto coletivo em torno dos temas: saneamento ambiental; diversificação de atividades produtivas no meio rural; fortalecimento de organizações comunitárias.
	Comissão Pró-Comitê	Revitalização do rio Itabapoana;	Articulação política para viabilização de projetos.		Fortalecimento da rede de agentes para influenciar na formação do Comitê de Bacia a ser aprovado pela ANA e CNRH.

**ANEXO 19: PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS SÓCIO-POLÍTICOS NA REGIÃO DO ITABAPOANA – INCLUSÕES E EXCLUSÕES**

AGENTES SÓCIO-POLÍTICOS (CRONOLOGIA DA AÇÃO)	ESPAÇOS	PROJETOS / REIVINDICAÇÕES	FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	CONFLITOS	CONCERTAÇÕES
MEMBROS DE ONG's AMBIENTALISTAS (a partir de 1996)	Seminários de Integração	Revitalização dos rios; Revitalização de matas ciliares; Alteração nos projetos de hidroelétricas; Água tratada para abastecimento domiciliar; Educação ambiental; Tratamento de lixo.	Presença nos espaços sócio políticos; Eventos de educação ambiental; Manifestações públicas Judicialização da questão ambiental.	Locais das denúncias: IBAMA, SERLA,	Acordo para ações na Bacia do Itabapoana - Carta do Itabapoana. Definição e hierarquização de projetos a serem elaborados e viabilizados, a partir de pesquisas e diagnóstico.
	CMDS			Objeto: barramento dos canais de alimentação do rio Itabapoana para lagoa Feia/RJ e para lagoa de Marobá/ES	Definição de projetos prioritários, a partir de demandas dos agentes concernentes, para resolução em escala municipal ou regional.
	Forum da Bacia			Construção de acordos de projeto coletivo em torno dos temas: saneamento ambiental; diversificação de atividades produtivas no meio rural; fortalecimento de organizações comunitárias.	
	Comissão pro-Comitê			Fortalecimento da rede de agentes para influenciar na formação do Comitê de Bacia a ser aprovado pela ANA e CNRH.	
MEMBROS DE SINDICATOS DE AGRICULTORES (1998 - em diante)	Seminários de Integração	Diversificação agrícola (fruticultura e piscicultura); Melhoria de estradas; Limpeza de canais; Irrigação; Revitalização do rio Itabapoana	Representação nos espaços sóciopolíticos;	Objeto: Barragem construída no Canal do Sereno;	Definição de projetos prioritários, a partir de demandas dos agentes concernentes, para resolução em escala municipal ou regional.
	CMDS		Apresentação de projetos;	Denunciadores: Grupo de pescadores, colônia de pescadores, técnico do ATES / CEDRO.	Construção de acordos de projeto coletivo em torno dos temas: saneamento ambiental; diversificação de atividades produtivas no meio rural.
	Forum da Bacia		Articulação com agentes políticos nas diferentes escalas governamentais;	Presença em audiências pública.	Fortalecimento da rede de agentes para influenciar na formação do Comitê de Bacia a ser aprovado pela ANA e CNRH
	Comissão pro-Comitê				
MEMBROS DE COLÔNIAS E COOPERATIVAS DE PESCADORES (1996, 1997 e 2000)	Seminários de Integração	Abastecimento de água para uso doméstico; Pontos de comercialização do pescado; Retirada/impedimento de construção de pequenas barragens de riachos, canais e rios; revitalização de rios e lagoas.	Denúncias contra barramentos de cursos d'água	Denunciado: Fazendeiros (pecuaristas)	Encontros com SERLA, INCRA, CEDRO, Colônia de Pescadores para resolução do conflito.
	CMDS		Representação no CMDS.	Locais das denúncias: Colônia de Pescadores, IBAMA, SERLA, Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Resultado: nenhum acordo foi firmado entre as partes, a não ser realização estudos pelo SERLA.

**ANEXO 19: PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS SÓCIO-POLÍTICOS NA REGIÃO DO ITABAPOANA – INCLUSÕES E EXCLUSÕES**

AGENTES SÓCIO-POLÍTICOS (CRONOLOGIA DA AÇÃO)	ESPAÇOS	PROJETOS / REIVINDICAÇÕES	FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	CONFLITOS	CONCERTAÇÕES
MEMBROS DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (a partir de 1997)	CMDS	Acesso a água tratada para abastecimento doméstico; Esgoto sanitário; Trabalho.	Dinâmica própria; Presença nos espaços criados; Encaminhamento de documentos com reivindicações; Debates de projetos; Pressão política em prol dos projetos; Presença em audiências públicas; Reuniões com administradores públicos.	- Objeto: PCH Calheiros	Definição de projetos prioritários, a partir de demandas dos agentes concernentes, para resolução em escala municipal ou regional.
	Seminários de Integração			- Denunciante: grupo de pescadores e colônia de pescadores	Acordo para ações na Bacia do Itapoana - Carta do Itapoana. Definição e hierarquização de projetos a serem elaborados e viabilizados, a partir de pesquisas e diagnóstico.
	Forum de Bacia			- Assessoria aos denunciantes: universidade e ATEs	Construção de acordos de projeto coletivo em torno dos temas: saneamento ambiental; diversificação de atividades produtivas no meio rural; fortalecimento de organizações comunitárias.
	MANARTE			- Denunciado: Empresa da PCH	Articulação de rede regional de associações de artesãos e associações de pequenos produtores.
MEMBROS DE ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS AGRICULTORES (a partir de 1998)	CMDS	Acesso a recursos públicos e apoio técnico para produção, beneficiamento e comercialização; Apoio a diversificação produtiva.	Ocupação dos espaços criados (CMDS, Manarte, fontes de comercialização);  Articulação com Consórcio na criação do Programa Territórios da Cidadania/MDA;  Articulação com artesãos para criação de uma associação regional de comercialização de produtos- MANARTE		Definição de projetos prioritários, a partir de demandas dos agentes concernentes, para resolução em escala municipal ou regional.
	Seminários de Integração				Acordo para ações na Bacia do Itapoana - Carta do Itapoana. Definição e hierarquização de projetos a serem elaborados e viabilizados, a partir de pesquisas e diagnóstico.
	Forum de Bacia				Construção de acordos de projeto coletivo em torno dos temas: saneamento ambiental; diversificação de atividades produtivas no meio rural; fortalecimento de organizações comunitárias.
	MANARTE				Articulação de rede regional de associações de artesãos e associações de pequenos produtores.
MEMBROS DE ASSOCIAÇÕES DE ARTESÃOS (a partir de 1997)	Seminários de Integração	Comercialização dos produtos; Assessoria técnica; Fortalecimento da articulação regional.	Criação da associação regional – MANARTE;  Ocupação e apropriação dos espaços criados;  Loja Manarte na sede do Consórcio;  Elaboração de Projetos;  Articulação com instâncias estaduais e nacionais em políticas públicas e eventos;		Acordo para ações na Bacia do Itapoana - Carta do Itapoana. Definição e hierarquização de projetos a serem elaborados e viabilizados, a partir de pesquisas e diagnóstico.
	Forum de Bacia				Construção de acordos de projeto coletivo em torno dos temas: saneamento ambiental; diversificação de atividades produtivas no meio rural; fortalecimento de organizações comunitárias.
	MANARTE				Articulação de rede regional de associações de artesãos e associações de pequenos produtores.

**ANEXO 20: CRONOLOGIA DE RESULTADOS DAS AÇÕES PÚBLICAS NA REGIÃO DO RIO ITABAPOANA**

PERÍODO	ATIVIDADES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	RESULTADOS
1987/1995	Elaboração de estudos e montagem do Projeto	Ministério da Educação e 4 Departamentos da Universidade Federal Fluminense - Fase Preparatória	Desenvolvimento de metodologia nacional para a criação de ambiente favorável ao desenvolvimento regional sustentável; Desenvolvimento de metodologia para aumento do capital humano e principalmente do capital social para o exercício da cidadania em programas de desenvolvimento regional, através de diversos canais de representatividade; Elaboração de estratégias legais e administrativas para viabilizar o apoio técnico-científico das Instituições Federais de Ensino Superior a programas de desenvolvimento regional sustentável; Estudo de viabilidade técnica, política e financeira do projeto para intervenção de longo prazo (20 anos); Elaboração de um planejamento estratégico regional com base local e desenvolvimento de estratégias de ação e acompanhamento para a implementação do plano; Articulação técnica e política com governos municipais, estaduais e federal, no sentido de legitimar a ação de uma Universidade Pública na condução e coordenação de um programa de desenvolvimento regional trans-estadual; Criação da marca “Projeto Managê” com apelo nacional e identidade própria; Desenvolvimento de técnicas de comunicação, informação e mobilização a fim de que a sociedade local/regional se apropriasse da idéia, conceitos e objetivos do Projeto Managê; Desenvolvimento de técnicas de incentivo ao aumento da auto-estima local/regional de maneira a tornar o ambiente favorável à própria intervenção técnica e científica na região (aceitação do agente externo); Elaboração de estratégias para que a intervenção de um agente externo qualificado não crie um desequilíbrio nas relações de poder locais e regionais de forma a dificultar as ações de longo prazo; Elaboração de estratégias a fim de evitar a utilização da marca e da intervenção por parte de terceiros de forma prejudicial à boa imagem das Instituições envolvidas; Desenvolvimento de um modelo de gestão integrada e participativa que incorpora conceitos de gestão regional de experiências internacionais, adequados à nossa realidade político-social, em consonância com a legislação brasileira, favorável ao desenvolvimento regional de forma sustentada; Desenvolvimento de formas de organização, coordenação e estrutura logística que viabilizem a atuação de equipes de professores, técnicos e alunos em atividades de campo de longa duração (apoio à extensão); Elaboração de documentos técnicos, dissertações e teses de mestrado e doutorado sobre a temática do Projeto Managê;
1996/1996	Intercâmbio internacional para desenvolvimento de metodologias	Universidade de Trent, Universidade Politécnica de Ryerson, Canadá e Canadian Airlines	Elaboração de estudos para definição de indicadores socioeconômicos, buscando o aperfeiçoamento teórico-metodológico em Ciências Humanas e Sociais de programas de desenvolvimento no Canadá; Base de dados de análise de viabilidade para montagem de um Sistema de Informações Geográficas – SIG para a região, em parceria com universidades canadenses
1997	Integração do Projeto com a comunidade da Bacia	Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos, 18 Deptos. da Universidade Federal Fluminense	1º Seminário de Integração do Projeto Managê, realizado no período de 7 a 11 de abril/97, no Colégio Técnico Agrícola Ildelfonso Bastos Borges, em Bom Jesus do Itabapoana que teve a participação de mais de 500 pessoas durante uma semana. O encontro teve como objetivos: Apresentar as propostas do projeto. Ouvir as demandas locais. Integrar as diversas instituições envolvidas no Projeto Managê, através de suas representações locais. Iniciar o processo de ajuste de planos e projetos locais; Capacitar técnicos e agentes locais quanto aos objetivos do Projeto Managê e Marcar o início das atividades Lançamento Oficial do Projeto Managê na região em 11 de abril de 1997, com a assinatura da Carta do Itabapoana por todos os prefeitos da região, representantes dos governos estaduais do ES, MG e RJ e do Ministério do Meio Ambiente, bem como o Reitor da UFF e o Secretário Nacional de Recursos Hídricos.
	Implementação da 1ª Instância do modelo de gestão	Ministério do Meio Ambiente e Prefeituras dos 18 (dezoito) municípios da Bacia do rio Itabapoana	Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana, criado em 03 de junho de 1997 na forma de sociedade civil de direito privado com a finalidade de estabelecer o primeiro vínculo de regionalidade entre os diversos municípios e estados da região

ANEXO 20: CRONOLOGIA DE RESULTADOS DAS AÇÕES PÚBLICAS NA REGIÃO DO RIO ITABAPOANA

PERÍODO	ATIVIDADES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	RESULTADOS
1996/1998	Diagnóstico Sóciopolítico e Ambiental	Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos, 18 Deptos. da UFF e Universidades Federais do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de Viçosa - Fase Diagnóstico	<p>Elaboração de um Perfil Socioeconômico, Político e Ambiental da Bacia - relatório de 250 páginas, onde constam todos os dados e informações levantadas pelos Grupos Temáticos abaixo citados: Grupos Temáticos atuantes na primeira etapa do Projeto Managé: GT-1 Sócio-Política; GT-2 Meio Terrestre; GT-3 Uso do Solo; GT-4 Qualidade da Água; GT-5 Ictiofauna; GT-6 Educação Ambiental; GT-7 Sócio-economia (coordenado pela Universidade Federal do Espírito Santo); GT-8 Saúde e GT-9 Hidrologia e Hidrodinâmica (coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro);</p> <p>Delimitação digital da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana incluindo todos os seus dezoito municípios, divididos por três estados da federação (Mapa da Bacia);</p> <p>Levantamento e análise da situação socioeconômica da região da Bacia do Itabapoana com vistas à elaboração de Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável local e regional;</p> <p>Mapas das características econômicas e de produção da Bacia do Rio Itabapoana, perfil do emprego e da renda dos municípios e principais tendências de inovação tecnológica e gerencial, com possíveis cenários futuros;</p> <p>Mapa digital do uso do solo e da cobertura vegetal e tabelamentos complementares, além de “overlays” de drenagem, principais vias de comunicação, limites municipais e outros;</p> <p>Caracterização topográfica e hipsométrica, hidrográfica e dos recursos hídricos, climatológica, geológica e dos recursos minerais;</p> <p>Mapa hidrográfico, mapa hipsométrico, mapa de solos, mapa de limitações do uso do solo por susceptibilidade à erosão e mapeamento das unidades geomorfológicas;</p> <p>Diagnóstico hidrológico da bacia (fluviometria e pluviometria) e início da análise estatística/estocástica dos dados hidrológicos;</p> <p>Diagnóstico da qualidade da água em 16 pontos diferentes na calha principal do Rio Itabapoana, com 46 parâmetros analisados em cada ponto de amostragem, totalizando mais de 1500 análises físico-químicas e microbiológicas das águas do Itabapoana;</p> <p>Determinação do Índice de Qualidade de Água, da balneabilidade e da turbidez, para informação sobre potabilidade e pureza necessárias para o uso em atividades domésticas, econômicas em geral e na manutenção da diversidade biológica;</p> <p>Diagnóstico do uso potencial da água para a indústria e para fins de irrigação na atividade agrícola;</p> <p>Levantamento detalhado qualitativo e quantitativo da ictiofauna, com identificação sistemática e citogenética; dados bióticos dos diferentes ecossistemas, variabilidade cariotípica dos animais aquáticos;</p> <p>Mapa da ictiofauna com a localização das diversas espécies;</p> <p>Levantamento das atuais áreas de destino final dos resíduos sólidos nos 18 municípios da Bacia e sugestão de áreas adequadas para serem estabelecidos aterros sanitários;</p> <p>Estudos quanto ao analfabetismo na região da Bacia, apontando como principal conclusão seu elevado índice;</p> <p>Diagnóstico da saúde bucal nos municípios de São José do Calçado, Apiacá, Mimoso do Sul e Guaçuí, como preparação para implantação de um programa de promoção de saúde e prevenção de doenças.</p>

**ANEXO 20: CRONOLOGIA DE RESULTADOS DAS AÇÕES PÚBLICAS NA REGIÃO DO RIO ITABAPOANA**

<b>PERÍODO</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS</b>	<b>RESULTADOS</b>
1998	Integração do Projeto com a comunidade da Bacia	Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos, Consórcio de Municípios da Bacia do rio Itabapoana, 18 Deptos. da UFF e Universidades Federais do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de Viçosa - Fase Diagnóstico	<p>2º Seminário de Integração do Projeto Managé, realizado no período de 24 a 26 de agosto de 1998, no Parque Nacional do Caparaó, em Alto Caparaó, MG. Contando com cerca de 500 pessoas, entre autoridades federais, estaduais e municipais, organizações não-governamentais, entidades civis, representações comunitárias, profissionais e estudantes, o seminário teve por finalidade apresentar às autoridades governamentais e à população da bacia do Itabapoana, os resultados obtidos na Etapa Diagnóstico, do Projeto Managé, além de propiciar discussões sobre os rumos futuros do projeto. O evento também proporcionou a integração e o conagraçamento entre os municípios da região, os quais também puderam divulgar suas atividades artístico-culturais, através de peças teatrais, corais, bandas de música, grupos folclóricos, etc, bem como iguarias típicas, nos</p> <p>Plano de ação para os próximos dois anos do projeto como resultado das diversas apresentações e debates na sessões técnicas realizadas durante o evento;</p>
1999	Estudos de Viabilidade e Potencial Agrícola	Ministério da Agricultura e Abastecimento, PNFC - Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável (PNUD), Delegacias de Agricultura no Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e o Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana	<p>Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do rio Itabapoana - Versão Agrícola. Documento com 65 páginas elaborado a partir de trabalho de campo realizado pelo Dr. Paulo Franz, pesquisador da Embrapa e equipe, que representa um inventário econômico-ambiental expedito, para melhorar o conhecimento sobre as interações do homem e da sociedade com a natureza física da região nos seus aspectos econômicos e ambientais.</p> <p>Relatório com 30 páginas que apresenta os resultados do Workshop Bacia do Itabapoana – Desafios e Caminhos da Sustentabilidade, realizado em Bom Jesus do Itabapoana/RJ, de 14 a 16 de dezembro de 1999, onde foi apresentado e discutido o Plano de Desenvolvimento – Versão Agrícola para o desenvolvimento sustentável da região.</p>

**ANEXO 20: CRONOLOGIA DE RESULTADOS DAS AÇÕES PÚBLICAS NA REGIÃO DO RIO ITABAPOANA**

PERÍODO	ATIVIDADES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	RESULTADOS
1999/2000	Cursos de Capacitação e Treinamento	Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional, Secretarias Estaduais do Trabalho do RJ e ES e Conselhos Municipais do Trabalho	<p>735 treinados em 1999, em 31 turmas, distribuídas por 11 cursos em municípios fluminenses. A carga horária total de cada curso é de 40 horas-aula, distribuídas entre aulas teóricas e práticas, a depender de suas necessidades específicas. Os cursos foram:</p> <p>Agente Comunitário de Saúde e Meio Ambiente; Identificação e Criação de Produtos Turísticos; Capacitação Gerencial e Tecnológica de Cooperativas de Produtores; Desenvolvimento Urbano e Melhorias Paisagísticas; Atendimento ao Público; Técnicas de Processamento do Leite; Elaboração de Projetos para Captação de Recursos; Técnicas de Gestão Orçamentária e Financeira; Gerenciamento de Recursos Humanos; Gerenciamento de Hotelaria e Restaurantes; Técnicas de Gerenciamento e Atendimento ao Público em Serviços Pessoais.</p> <p>1326 treinados em 2000, sendo 650 em municípios fluminenses e 676 em municípios capixabas, em 69 turmas, perfazendo um total de 23 cursos, com uma nova edição dos citados anteriormente e a implantação de outros 12, como segue: Agente Comunitário de Crédito; Agroindústria Familiar e Beneficiamento de Alimentos; Aquacultura; Auxiliar de Técnico de Laboratório de Análises Clínicas; Capacitação para Gestão de Micro e Pequenos Empreendimentos; Comunicação e Programação Visual; Conservação de Solo e Água; Fruticultura; Gestão de Propriedades Rurais; Inseminação Artificial; Instrumentação Cirúrgica; Montagem, Configuração e Manutenção de Microcomputadores.</p>
2001/2003		Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas Regionais e Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana	<p>Criação e instalação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável de Presidente Kennedy e Muqui no ES e Bom Jesus do Itabapoana no RJ;</p> <p>Criação e instalação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Mesorregião da Bacia do Itabapoana, em 06 de dezembro de 2001;</p> <p>Desenvolvimento do Associativismo e Cooperativismo através de ações nas áreas de turismo, fruticultura e piscicultura;</p> <p>Identificação e cadastramento de Associações e Cooperativas existentes (até novembro/2002 foram cadastradas 300 organizações, sendo 92% delas associações de moradores e também de produtores);</p> <p>Programação de um banco de dados onde estão disponíveis as informações do cadastro;</p> <p>Realização de cursos e assessoria às associações identificadas como de atendimento prioritário nos diversos Municípios da Bacia. Os conteúdos foram de fortalecimento dessas organizações nos aspectos da política, das atitudes, das relações humanas, dos aspectos formais e burocráticos da implantação, registro e funcionamento das organizações, gestão de empreendimentos desta natureza, formação de preços, custos da produção, lógica de mercado, entre outros. Além desses, foram realizados cursos específicos para agroindústria de frutas e alimentos em geral, artesanato e resgate do folclore;</p> <p>Criação de uma central de associações e cooperativas, aglutinando associações de artesãos e de pequenas agroindústrias, a <b>MANARTE</b>;</p> <p>Mobilização permanente das organizações sociais, junto a todos os parceiros do Projeto Managé, para sua participação nas instâncias do sistema de gestão que fazem parte do Programa de Desenvolvimento da Mesorregião do Itabapoana;</p> <p>Articulação interinstitucional permanente para evitar paralelismo de ação nas áreas trabalhadas, promovendo a cooperação, a racionalização de recursos, a convergência de energia de técnicos e colaboradores, e o fortalecimento dos objetivos de interesse da coletividade;</p> <p>Fomento às atividades da Piscicultura;</p> <p>Fomento às atividades da Fruticultura;</p> <p>Fomento às atividades do Turismo</p>

**ANEXO 20: CRONOLOGIA DE RESULTADOS DAS AÇÕES PÚBLICAS NA REGIÃO DO RIO ITABAPOANA**

PERÍODO	ATIVIDADES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	RESULTADOS
2002/2003	Resultados obtidos a partir da parceria com o Sebrae	Sebrae Nacional e Superintendências Estaduais do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e Consórcio de Municípios da Bacia do Rio Itabapoana	<p>Formação e capacitação de uma equipe integrada por 19 agentes locais, 3 supervisores sub-regionais e um coordenador de supervisão que permitiu o acompanhamento, monitoramento e avaliação não só da parceria, como do projeto como um todo;</p> <p>Realização de 59 cursos de capacitação e/ou nivelamento para as equipes de coordenação do Sebrae NA, ES, MG e RJ, executivo, legislativo e sociedade civil, conforme apresentado na Tabela 3;</p> <p>Relatório de acompanhamento, monitoramento e avaliação de todas as etapas envolvidas na parceria com o Sebrae bem como de todas as ações do Projeto Managé até a presente data;</p> <p>Articulação entre as diversas instituições que atuam na região da Bacia do Itabapoana de forma a otimizar as ações e potencializá-las para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento;</p> <p>Elaboração de folder, portfólios e outros materiais de divulgação do projeto;</p> <p>Criação e instalação de 15 (quinze) Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDs) e um Fórum DLIS na Bacia do Itabapoana;</p> <p>Acompanhamento e apoio na funcionalidade dos CMDs, como elaboração de pautas, definição de temáticas, etc., durante a fase de treinamento dos secretários executivos;</p> <p>Criação e instalação de 3 (três) Núcleos Comunitários, 3 (três) Núcleos Legislativos e 3 (três) Núcleos Empresariais como instâncias do modelo de gestão integrada na região;</p> <p>Apoio na instalação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável da mesorregião da Bacia do Itabapoana;</p> <p>Apoio na instalação física da sede executiva do Consórcio de Municípios da Bacia do Itabapoana em Bom Jesus do Itabapoana em parceria com o Ministério da Integração Nacional;</p> <p>Realização de 13 cursos Líderar para os membros dos CMDs;</p> <p>Realização de 6 cursos Líder Cidadão para os membros dos CMDs;</p> <p>Mais de 200 outros cursos estão programados na área da capacitação para a gestão das micro e pequenas empresas nos próximos dois anos;</p> <p>Divulgação da parceria e resultados obtidos em diversos Fóruns, Workshops e Palestras realizadas em diversas regiões do país</p> <p>Espaço Managé: estande coberto na Merco Noroeste 2003, onde foram realizados diversos workshops de artesanato, turismo, agronegócios, projetos culturais, etc.</p> <p>Ação em Projetos culturais: Peça de teatro sob o tema Guardiões das Águas, produção artística da própria região, apoiada para ser apresentada em todos os municípios da bacia;</p> <p>Elaboração de um livro infantil sobre educação ambiental e cidadania a ser trabalhado em todas as escolas da região em parceria com o Consórcio de Municípios e o Ministério da Integração Nacional;</p> <p>Realização de diversas oficinas para capacitação nas cadeias produtivas prioritárias na Bacia do Itabapoana (ver Relatório Interno do Sebrae);</p>

ANEXO 20: CRONOLOGIA DE RESULTADOS DAS AÇÕES PÚBLICAS NA REGIÃO DO RIO ITABAPOANA

PERÍODO	ATIVIDADES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	RESULTADOS
2003	Resultados obtidos a partir da parceria com o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome	MESA / Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária	<p>Inclusão de todos os municípios da Bacia do rio Itabapoana no Programa Fome Zero (exceto Campos dos Goytacazes cuja população ultrapassa o limite de 75 mil habitantes do programa).</p> <p>O modelo de desenvolvimento regional em bases sustentadas, elaborado pela Universidade Federal Fluminense para o Projeto Managé, que vem sendo experimentado na mesorregião da Bacia do rio Itabapoana, tem como objetivo o estabelecimento de um “ambiente favorável” ao desenvolvimento socioeconômico, político, ambiental e cultural de toda a região.</p> <p>Esse ambiente favorável é estabelecido e mantido a partir do atendimento de 03 premissas básicas: a. diagnóstico com base científica, que permite um planejamento de longo prazo em todos os eixos do desenvolvimento tanto em nível local quanto regional; b. organização ou reorganização de toda a base social e política para a auto-gestão participativa; c. criação e identificação de uma unidade territorial de planejamento com aumento da auto-estima local/regional.</p> <p>Uma vez atendidas essas três condições - como é o caso hoje da Bacia do rio Itabapoana, após 7 (sete) anos de ação do Projeto Managé - a região encontra-se preparada para formular demandas, receber e gerir investimentos, tanto públicos quanto privados, bem como fiscalizar a sua aplicação de forma a garantir a maior eficácia possível quanto aos seus objetivos.</p> <p>Uma vez atendidas essas três condições - como é o caso hoje da Bacia do rio Itabapoana, após 7 (sete) anos de ação do Projeto Managé - a região encontra-se preparada para formular demandas, receber e gerir investimentos, tanto públicos quanto privados, bem como fiscalizar a sua aplicação de forma a garantir a maior eficácia possível quanto aos seus objetivos.</p> <p>Formação da Comissão Provisória para implantação do Comitê da Bacia do Rio Itabapoana.</p>
2005			Encontro da Defesa Civil dos Municípios da Bacia do Rio Itabapoana.
2006/2007			Participação no Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, em Vila Velha/ES e Foz do Iguaçu/PR.
2007			I Descida Ecológica do rio Itabapoana
2007/2008		Poderes Executivo e Legislativo, Instituições Cíveis	III e IV Fórum das Águas do Rio Doce, em Ipatinga/MG e Linhares/ES.
2008			Formação da Comissão Pró- Comitê Itabapoana